



Ministério de Minas e Energia
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf

Relatório de Gestão do Exercício 2015

Recife
Mai 2016



Ministério de Minas e Energia
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf

Relatório de Gestão do Exercício 2015

Relatório de Gestão do exercício de 2015, apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições das Instruções Normativas TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa 146/2015, da Portaria -TCU nº 321/2015 e das orientações do órgão de controle interno.

Coordenadoria de Relações Institucionais e Sustentabilidade

Recife
Mai 2016

I. RELATÓRIO DE GESTÃO

SUMÁRIO

1.	APRESENTAÇÃO	12
2.	VISÃO GERAL DA UNIDADE	14
2.1	Finalidades e competências	14
2.2	Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade	15
2.3	Ambiente de atuação	16
2.4	Organograma	18
	2.4.1 Estrutura de organização da Administração Superior	19
	2.4.2 Princípios organizacionais	19
	2.4.3 Unidades Estratégicas	22
2.5	Macroprocessos finalísticos	25
2.6	Composição acionária do capital social	33
2.7	Participação em outras sociedades	34
2.8	Principais eventos societários ocorridos no exercício	37
3.	PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL	38
3.1	Planejamento Organizacional	38
3.1.1	Descrição sintética dos objetivos do exercício	39
3.1.2	Estágio de implementação do planejamento estratégico	40
3.1.3	Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos	41
3.2	Desempenho Orçamentário	42
3.2.1	Execução descentralizada por transferência de recursos	43
3.2.2	Informações sobre a realização das receitas	48
3.2.3	Informações sobre a execução das receitas	49
3.3	Desempenho Operacional	60

3.4	Apresentação e análise de indicadores de desempenho	62
4.	GOVERNANÇA	78
4.1	Descrição das estruturas de governança	78
4.2	Informações sobre dirigentes e colegiados	80
4.3	Política de designação de representantes nas assembleias e nos colegiados de controladas, coligadas e sociedades de propósito específico	81
4.4	Atuação da unidade de auditoria interna	87
4.5	Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos	89
4.6	Gestão de riscos e controle interno	91
4.7	Política de remuneração dos administradores e membros do colegiado	92
4.8	Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada	98
4.9	Participação acionária de membros de colegiados da entidade	99
5.	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	100
5.1	Canais de acesso do cidadão	100
	5.1.1 Estatística das Manifestações	100
5.2	Carta de Serviços ao Cidadão	107
5.3	Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários	108
5.4	Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade	109
6.	DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	111
6.1	Desempenho financeiro no exercício	111
6.2	Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos	115
6.3	Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade	116
6.4	Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 6.404/76 e notas explicativas	117
7.	ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	118
7.1	Gestão de pessoas	118
	7.1.1 Estrutura de pessoal da unidade	118

7.1.2	Política de capacitação e treinamento de pessoal	120
7.1.3	Indicadores gerenciais sobre gestão de pessoas	122
7.1.4	Demonstrativo das despesas com pessoal	133
7.1.5	Gestão de riscos relacionados ao pessoal	135
7.1.6	Contratação de pessoal de apoio e de estagiários	137
7.1.7	Entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas	152
7.2	Gestão do Patrimônio e Infraestrutura	155
7.2.1	Gestão do patrimônio imobiliário da União	155
7.3	Gestão da tecnologia da informação	156
7.3.1.	Principais sistemas de informações	156
7.3.2	Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)	158
7.4	Gestão ambiental e sustentabilidade	167
7.4.1	Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras	168
8.	CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE	169
8.1	Tratamento de determinações e recomendações do TCU	169
8.2	Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno	173
8.3	Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário	174
8.4	Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8666/1993	175
8.5	Informações sobre ações de publicidade e propaganda	176
II	RELATÓRIOS, PARECERES E DECLARAÇÕES	
1.	PARECER OU RELATÓRIO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA	
2.	PARECER DE COLEGIADO	

3. RELATÓRIO DE INSTÂNCIA OU ÁREA DE CORREIÇÃO
4. RELATÓRIO DE AUDITOR INDEPENDENTE
5. DECLARAÇÕES DE INTEGRIDADE
 - 5.1 Declaração de integridade e completeza dos registros no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões
 - 5.2 Declaração de cumprimento das disposições da Lei 8.730/1993 quanto à entrega das declarações de bens e rendas

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas	19
Quadro 2 – Macroprocessos finalísticos	21
Quadro 3 – Composição acionária do capital social	29
Quadro 4 – Investimentos permanentes em outras sociedades	30
Quadro 5 – Despesas por modalidade de contratação	41
Quadro 6 – Despesas por grupo e elemento de despesa	41
Quadro 7 – Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal	86
Quadro 8 – Síntese da remuneração dos administradores	87
Quadro 9 – Detalhamento de itens da remuneração variável dos administradores	89
Quadro 10 – Força de trabalho da Chesf	110
Quadro 11 – Distribuição da Lotação Efetiva	111
Quadro 12 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da Chesf	111
Quadro 13 – Despesas de pessoal	125
Quadro 14 – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da Chesf	129
Quadro 15 – Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento	161
Quadro 16 – Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário	166
Quadro 17 – Despesas com publicidade	168

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ABEEólica	Associação Brasileira de Energia Eólica
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ABRACE	Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres
ABRACEEL	Associação Brasileira de Comercializadores de Energia
ABRADEE	Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica
ABRAGE	Associação Brasileira de Empresas Geradoras de Energia
ABRAGET	Associação Brasileira de Geradoras Termelétricas
ABRATE	Associação Brasileira de Empresas de Transmissão de Energia Elétrica
ACL	Mercado Livre
ACR	Mercado Regulado
ACT	Acordo Coletivo de Trabalho
AGE	Assembleia Geral Extraordinária
AGU	Advocacia Geral da União
Ana	Agência Nacional de Águas
Anatel	Agência Nacional de Telecomunicações
Aneel	Agência Nacional de Energia Elétrica
ANP	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustível
APINE	Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica
APP	Área de Preservação Permanente
APTEL	Associação de Empresas Proprietárias de Infraestrutura e de Sistemas Privados de Telecomunicações
ATR	Autorizações para Transporte de Resíduos
ASV	Autorização de Supressão de Vegetação Nativa
BB	Banco do Brasil
BD	Plano de Benefícios
BNB	Banco do Nordeste
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento
BS	Plano Saldado de Benefícios
CADE	Conselho Administrativo de Defesa Econômica
CA	Conselho de Administração
CBH	Comitê de Bacias Hidrográficas
CCEE	Câmara de Comercialização de Energia Elétrica
CD	Plano de Aposentadoria de Contribuição Definida,
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CEF	Caixa Econômica Federal
Cemig	Companhia Energética de Minas Gerais
Cesp	Companhia Energética de São Paulo
CEPEL	Centro de Pesquisas de Energia Elétrica
CF	Conselho Fiscal
CGU	Controladoria Geral da União
CIGRÉ-BR	Comitê Nacional Brasileiro de Produção e Transmissão de Energia Elétrica
CMDE	Contrato de Metas de Desempenho Empresarial
CMSE	Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico
CNPE	Conselho Nacional de Política Energética
COAM	Centro de Operação de Análises e Manutenção de Óleos

COOS	Centro de Operação do Sistema
Copel	Companhia Paranaense de Energia
Cotipol	Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação e Processos Organizacionais
CPFL	Companhia Paulista de Força e Luz
CT	Contrato
CTNE	Contrato de Natureza Exploração
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DD	Decisão de Diretoria
DEST	Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais
DL	Deliberação do Conselho de Administração
DLAP	Meta para a Disponibilidade de Geração
DNOCS	Departamento Nacional de Obras contra a Seca
DOU	Diário Oficial da União
DO	Disponibilidade Operacional
DREQ	Duração Equivalente de Interrupção
DRO	Despacho de Requerimento de Outorga
Eletronorte	Centrais Elétricas do Norte do Brasil
EMP	Exame médico periódico
ENES	Energia Interrompida
EPE	Empresa de Planejamento Energético
Fachef	Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social
FEN	Fundo de Energia do Nordeste
FIA/USP	Fundação Instituto de Administração da Universidade de São Paulo
FREQ	Frequência Equivalente de Interrupção
Funai	Fundação Nacional do Índio
GEF	sistema Gestão Econômico-Financeira
HNAS	Hospital Nair Alves de Souza
IASB	<i>International Accounting Standards Board</i>
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos
<i>IFRS</i>	<i>International Financial Reporting Standards</i>
IGP-M	Índice Geral de Preços do Mercado
IN	Instrução Normativa
Incrá	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
Iphan	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ISO	International Organization for Standardization
LAN	Redes locais
LI	Licença de Instalação
LO	Licenças de Operação
LOA	Lei Orçamentária Anual
LT	Linha de transmissão

MC	Ministério das Comunicações
MCPSE	Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico
MI	Ministério da Integração Nacional
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MME	Ministério de Minas e Energia
MPOG	Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão
MRE	Mecanismo de Realocação de Energia
NBR	Norma Brasileira
NEIC-RB	Número de Eventos com Interrupção de Carga na Rede Básica
NYSE	Bolsa de Valores de Nova Iorque
OE	Objetivo Estratégico
OHSAS	Occupational Health and Safety Assessments Series
OLA	Órgãos Licenciadores Ambientais
OSS	Sistema de Suporte a Operação
OTN	Sistema de Transporte Óptico
PAINT	Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna
PBA	Projeto básico ambiental
PDE	Plano Decenal de Energia
P&D+I	Pesquisa e Desenvolvimento + Inovação
PDG	Programa de Dispêndios Globais
PDNG	Plano Diretor de Negócios e Gestão
PDTI	Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PEC	Plano de Educação Corporativa
PETI	Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação
PLR	Participação nos Lucros e Resultados
PMAL	Parque de Materiais de Abreu e Lima
PMI	Programa de Modernização de Instalações
PNE	Plano Nacional de Energia
PP	Plano de Providências Permanente
PREVIC	Superintendência Nacional de Previdência Complementar
RHSin	Sistema Integrado de Recursos Humanos
RAP	Receita Anual Permitida
RLO	Renovações de Licença de Operação
ROL	Receita Operacional Líquida
SAGE	Sistema Aberto de Gerenciamento de Energia
SAN	Sistema de Avanço de Nível
SAP	
SCON	Sistema de Contabilidade
SE	Subestação
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SGMS	Sistema de Gestão da Manutenção de Subestações
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIC	Sistema de Informação ao Cidadão
SIGA	Sistema Integrado de Gestão de Ativos
SIN	Sistema Interligado Nacional
SISAC	Sistema de Controle de Ações de Comunicação

SOX	Lei Sarbanes-Oxley
SPE	Sociedade de Propósito Específico
SPU	Secretaria do Patrimônio da União
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TCE	Tribunal de Contas Estadual
TCU	Tribunal de Contas da União
TGAT	Taxa de Gravidade de Acidentes de Trabalho
TFAT	Taxa de Frequência de Acidentes de Trabalho
UHE	Usina hidroelétrica
UNISE	Universidade do Sistema Eletrobras
UNIVASF	Universidade do Vale do São Francisco
UTR	Unidades Terminais Remotas

LISTA DE ANEXOS

- Anexo I - Resolução Normativa RN-01/2013 OI-73.
- Anexo II - Regulamento próprio aprovado por Decisão de Diretoria Executiva da Companhia em 23.04.2012.
- Anexo III – Instrução Normativa RH.01.007.
- Anexo IV – Demonstrações Financeiras 2015 da Chesf, Relatório dos auditores independentes e Parecer do Conselho Fiscal.
- Anexo V – Relatório de Auditoria Interna realizado na Fachesf pela Chesf.

1. APRESENTAÇÃO

O Relatório de Gestão da Chesf, referente ao exercício 2015, elaborado de acordo com as disposições das Instruções Normativas TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa 146/2015, da Portaria -TCU nº 321/2015 e das orientações do órgão de controle interno.

O Relatório está organizado em 01 seção com 8 capítulos e 1 seção de Relatórios, Pareceres e Declarações com 5 capítulos, além de 02 anexos.

O Relatório de Gestão de 2015, segundo a portaria TCU 321, de 30 de novembro de 2015, obedece à estrutura de conteúdos definida no e-Contas, bem como as orientações de elaboração contidas no referido sistema.

Em 2015, a Chesf dedicou-se a manter o contínuo aprendizado e aprimoramento de seu processo de gestão. Com a participação de todas as suas áreas estratégicas, a Companhia realizou ajustes e adequações com foco no aumento da receita, na redução de custos e despesas e, ainda, no aperfeiçoamento das práticas de gestão de pessoas, sempre comprometida com o desenvolvimento sustentável. Não obstante as medidas implementadas ao longo de 2015, a Companhia apurou um prejuízo de R\$ 476,0 milhões.

O sistema de transmissão da Chesf foi incrementado com a energização de 192,3 km de linhas de transmissão, 4 (quatro) novas subestações próprias, tendo a sua capacidade de transformação sido ampliada em 3.020 MVA. O investimento no período foi de R\$ 765,3 milhões.

No segmento de geração, a Companhia investiu R\$ 71,7 milhões em suas usinas hidrelétricas para manutenção de níveis de continuidade e disponibilidade e seguiu com as obras de implantação dos parques eólicos próprios de Casa Nova, localizados no Estado da Bahia.

Ressalte-se ainda, que, por meio de Sociedades de Propósito Específico (SPE) a Chesf investiu R\$ 1.352,5 milhões em participações em empreendimentos, agregando 1.762 MW de potencia instalada ao Sistema Interligado Nacional - SIN, além de 5 (cinco) subestações e 473 km de linhas de transmissão.

O total investido pela Chesf, em 2015, montou em R\$ 2.273,9 milhões.

Para fazer face ao programa de investimento do ano, a Chesf captou um total de R\$ 476,9 milhões em recursos contratados junto ao BNDES.

Importante capítulo no processo de renovação dos contratos com os consumidores industriais, foi a promulgação da lei nº 13.182/2015, que autoriza a Companhia a participar do Fundo de Energia do Nordeste - FEN, com o objetivo de prover recursos para a implementação de empreendimentos de energia elétrica por meio de SPE. Ao decidir pela prorrogação dos contratos, a Chesf obteve a continuidade da concessão da UHE Sobradinho, por um período de até 30 anos, ou seja, até o ano de 2052.

Assunto bastante abordado pelos meios de comunicação do País e também motivo de muita preocupação e dedicação da Empresa, a vazão do rio São Francisco foi tratada com máxima prioridade pela gestão da Chesf. O volume de água nas barragens foi monitorado diariamente com o objetivo de minimizar os danos provocados nas comunidades ribeirinhas, na irrigação, na navegabilidade do rio e, principalmente, no Sistema Interligado Nacional.

Em função das restrições hídricas no Nordeste, a Chesf manteve em operação uma máquina da Usina Térmica de Camaçari, enquanto aguarda o processo de distrato da concessão em análise pelo ministério de Minas e Energia.

Por meio do Programa Anticorrupção das Empresas Eletrobras, a Chesf promoveu um conjunto de ações que visam identificar, corrigir e prevenir fraudes e corrupções, garantindo o cumprimento das leis anticorrupção por parte das empresas, dos colaboradores, de representantes, sócios de *joint ventures* e outras afiliadas. Deste modo, a Companhia, assim como todas as empresas Eletrobras, atendem ao Decreto n° 8.420/2015, que regulamenta a Lei Anticorrupção Brasileira n° 12.846/2013, e que além de outras determinações estabelece a necessidade da criação de um programa de integridade em todas as empresas que atuam no Brasil.

Ainda em 2015, o hospital da Chesf em Paulo Afonso – Hospital Nair Alves de Souza – HNAS teve sua titularidade transferida para a Universidade do Vale do São Francisco – UNIVASF.

Comprometida com sua força de trabalho, a Empresa investiu na promoção da saúde e qualidade de vida, na prevenção de acidentes do trabalho e de doenças ocupacionais, bem como controle de perigos e riscos. Em 2015, a Taxa de Frequência de Acidentes de Trabalho – TFAT e a Taxa de Gravidade de Acidentes de Trabalho – TGAT ficaram abaixo dos seus respectivos limites toleráveis, tendo a TGAT apresentado o melhor resultado dos últimos 13 anos.

Cuidar do entorno de seus empreendimentos, das pessoas e do meio ambiente, consolidando sua rentabilidade econômico-financeira, esse é o verdadeiro negócio da Chesf. É, ainda, trabalhar em equipe, sempre em parceria com seus empregados, Diretoria e Conselho de Administração.

2. VISÃO GERAL DA UNIDADE

2.1 Finalidades e competências

A Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf é uma sociedade anônima, subsidiária das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras, cuja constituição foi autorizada pelo Governo Federal através do Decreto-Lei Nº 8031, de 03.10.1945, com operações iniciadas em 15.03.1948. Tem como atividades principais a geração e a transmissão de energia elétrica, atendendo em todo o território nacional, tendo hoje como principais compradores consumidores das Regiões Sudeste e Nordeste.

Tem como atividades principais a realização de estudos, projetos, construção, operação e manutenção de usinas produtoras, subestações, linhas de transmissão de energia elétrica, bem como a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades, de acordo com legislação vigente.

A Chesf também participa de pesquisas de interesse do setor energético, ligadas à geração e transmissão de energia elétrica, bem como de estudos de aproveitamento de reservatórios para fins múltiplos. Contribui para a formação do pessoal técnico necessário ao setor de energia elétrica. Participa de entidades destinadas ao planejamento e à coordenação operacional dos sistemas elétricos interligados. Participa de associações ou organizações de caráter técnico, científico ou empresarial de âmbito regional, nacional ou internacional, de interesse para o setor de energia elétrica. Colabora para a preservação do meio ambiente, no âmbito de suas atividades.

A Chesf pode também associar-se, mediante prévia e expressa autorização ao Conselho de Administração da Eletrobras, para constituição de consórcios empresariais ou participação em sociedades, com ou sem poder de controle, no Brasil ou no exterior, que se destinem direta ou indiretamente à exploração da produção ou transmissão de energia elétrica sob regime de concessão, autorização ou permissão.

2.2 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade

A Chesf foi criada pelo Decreto-Lei nº 8.031, de 03 de outubro de 1945, e constituída na 1ª Assembleia Geral de Acionistas, realizada em 15 de março de 1948.

É uma sociedade anônima de capital aberto e de economia mista, regida pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Atua em estrita consonância com a legislação vigente e com os atos de regulação emitidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel.

O Estatuto da Chesf é um conjunto de regras, acordadas em Assembleias pelos sócios, que disciplina as relações jurídicas e o funcionamento da Empresa.

O primeiro Estatuto foi aprovado na 1ª Assembleia Geral Extraordinária - AGE, realizada em 15.3.1948, publicado no DOU do dia 15.4.1948. Houve alterações subsequentes e a versão vigente foi aprovada pela 166ª Assembleia Geral Extraordinária – AGE, de 28.12.2012.

Na qualidade de concessionária de serviço público de energia elétrica, a Chesf é regida por um extenso arcabouço legal e regulatório.

2.3. Ambiente de Atuação

Informações sobre o ambiente de atuação da unidade jurisdicionada, destacando:

a) caracterização e o comportamento do mercado de atuação;

A empresa atua, dentro do setor elétrico, nos segmentos de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica. No segmento de geração, sua concessão corresponde a 7,54% da capacidade instalada do país em operação comercial, composta por 14 usinas hidroelétricas e 1 usina térmica. No segmento transmissão, a empresa possui 19.975,6 km de linhas de transmissão.

O mercado de energia elétrica brasileiro é predominantemente regulado, na proporção de 75,2%, tendo suas atividades regulamentadas pela Aneel. A Chesf atua no mercado regulado (ACR) através da comercialização das cotas de energia elétrica direcionadas às distribuidoras e com os consumidores industriais eletrointensivos regidos pela Lei 13.182/2015. Além disso, atua no mercado livre (ACL) através de leilões de compra e venda de energia.

b) principais empresas que atuam ofertando produtos e serviços similares ao da unidade jurisdicionada;

Geradoras: Furnas, Eletronorte, Tractebel, Cemig, Copel, CPFL, Cesp;
Transmissoras: Furnas, Eletronorte, CTEEP;

c) contextualização dos produtos e serviços ofertados pela unidade jurisdicionada em relação ao seu ambiente de atuação;

No segmento de geração e transmissão, a empresa opera, mantém e transmite energia elétrica dos ativos sob sua concessão. No segmento de comercialização, a Chesf negocia energia nos ambientes regulados e livre sempre através de leilões de energia promovidos pelo Poder Concedente, por terceiros ou por ela própria.

d) ameaças e oportunidades observadas no seu ambiente de negócio;

Como principais ameaças destacam-se: riscos hidrológicos; restrições ambientais; riscos regulatórios; assimetria de informações; restrições econômicas e financeiras.

Como oportunidades destacam-se a entrada em novos projetos nos segmentos em que atua bem como a expansão e melhoria na geração e no sistema de transmissão da rede básica.

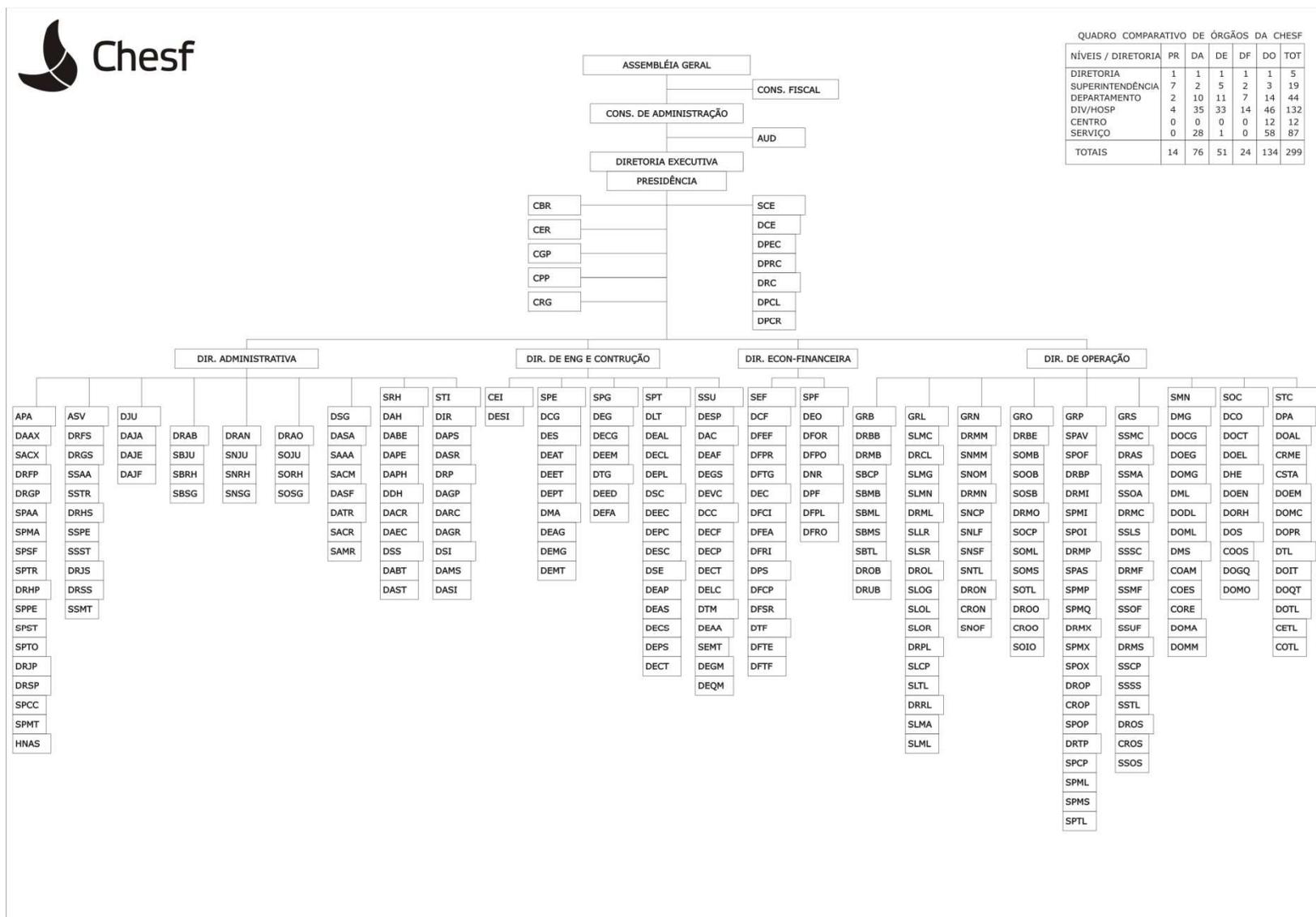
e) informações gerenciais sucintas sobre o relacionamento da unidade jurisdicionada com os principais clientes de seus produtos e serviços;

A contratação de produtos e serviços é amparada no arcabouço legal pertinente ao seu negócio. A empresa preza pela transparência e ética em suas relações, orientada pelo seu Código de Ética.

f) descrição dos riscos de mercado e as estratégias para mitigá-los;

No que diz respeito aos riscos de mercado exemplifica-se o risco hidrológico (item d). Sua mitigação dá-se através da participação no Mecanismo de Realocação de Energia – MRE reserva de energia, operações de compra para reduzir eventuais exposições no mercado de curto prazo, operações de *Swap* entre outras operações.

2.4 Organograma



Organograma Geral

Atualizado em 01/12/2015

Desenvolvido pela STI/DRP/DAG

2.4.1 Estrutura e Organização da Administração Superior

A Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf é uma sociedade anônima, subsidiária das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, atuando nos Estados da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão, cuja constituição foi autorizada pelo Governo Federal através do Decreto-Lei Nº 8031, de 03/10/45.

O órgão soberano da Chesf é a Assembleia Geral, instituída por Lei, através da qual os acionistas elegem a Administração Superior da Companhia e estabelecem, em termos gerais, as normas que devem ser cumpridas para a consecução da finalidade da Empresa, qual seja: produzir, transmitir e comercializar energia elétrica, assegurando o atendimento ao mercado de sua área de atuação e contribuindo para o desenvolvimento social, econômico e tecnológico do Nordeste.

A Chesf, obedecendo as normas emanadas da Assembleia Geral de conformidade com a Lei e com seu Estatuto Social, é administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva. O Conselho de Administração tem como atribuições aquelas previstas em lei, as estabelecidas no Estatuto Social da Empresa e as definidas no seu próprio Regulamento. É constituído de 6 (seis) membros eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de 3 (três) anos. Ao Presidente do Conselho de Administração fica vinculada a Auditoria Interna, órgão responsável pela averiguação do cumprimento dos dispositivos normativos e contábeis.

A Diretoria Executiva é o órgão deliberativo e executivo da Companhia que decide por maioria de votos dos seus membros, tendo o Diretor-Presidente, além do voto pessoal, o voto de desempate. A Diretoria Executiva é constituída pelo Diretor-Presidente e mais 4 (quatro) Diretores, todos brasileiros, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de 3 (três) anos. O Diretor-Presidente da Empresa é escolhido dentre os membros do Conselho de Administração. O Diretor-Presidente e os demais Diretores, além dos deveres e responsabilidades definidos no Estatuto Social, são designados pelo Conselho de Administração como gestores de áreas funcionais específicas da Empresa, quais sejam:

- área da presidência - PR;
- área administrativa - DA;
- área econômico-financeira - DF;
- área de engenharia e construção - DE;
- área de planejamento e operação - DO.

A Assembleia Geral elege ainda o Conselho Fiscal que será permanente, constituído de 3 (três) membros efetivos e de 3 (três) suplentes com um mandato de 1 (um) ano, brasileiros, acionistas ou não.

O Conselho Fiscal é o órgão de exação superior na apreciação dos atos da Diretoria Executiva, através de pareceres conclusivos sobre a posição financeira da Empresa, para exame e deliberação da Assembleia Geral. As atribuições do Conselho Fiscal são aquelas fixadas na Lei das Sociedades por Ações.

2.4.2 Princípios Organizacionais

Os princípios organizacionais, orientadores da organização e da ação administrativa, definidos para a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf, são os seguintes:

2.4.2.1. Enfoque Sistêmico

A ação empresarial deve ser desenvolvida de forma sistêmica, integrada e interdependente, dirigida sempre para os objetivos da Empresa e para a consecução de suas metas e diretrizes, evitando-se a atuação através de unidades estanques e isoladas. Prevalecerão sempre o sentido e o fluxo das atividades, independentemente da subordinação administrativa. A formação estrutural da Companhia decorre da necessidade de suporte administrativo e gerencial para o funcionamento adequado dos seus sistemas organizacionais.

2.4.2.2 Estruturação Orgânica

A estrutura da Companhia é do tipo "linha e assessorias" onde o comando da autoridade deve fluir ao longo da Organização através da hierarquia funcional. A definição orgânica estabelecida visa facilitar a coordenação natural dos projetos e atividades através:

- . da formalização das unidades orgânicas;
- . da autonomia funcional dos órgãos;
- . da unidade de comando e alcance de controle gerencial; e
- . dos canais de comunicação eficazes.

A verticalização da estrutura está definida em 4 (quatro) níveis hierárquicos da seguinte forma:

Nível Estrutural Órgãos

- 1o. Superintendências
 - 2o. Departamentos, Administrações e Gerências
 - 3o. Divisões
 - 4o. Centros, Serviços e Unidades
-

A departamentalização da Companhia foi estabelecida com base na análise funcional, segundo o princípio da divisão de trabalho, levando-se em conta a natureza/especialização das funções e o volume das atividades. As funções básicas dos diversos órgãos, aprovadas pela Diretoria Executiva, estão disponíveis no Manual de Organização da Chesf.

2.4.2.3 Subordinação e Interrelacionamento dos órgãos

A subordinação hierárquica define-se pelo posicionamento relativo de cada órgão na estrutura da Companhia e no enunciado de suas funções básicas.

É mantido o princípio da unidade de comando, sem prejuízo das orientações intersistêmicas, visando ao perfeito funcionamento e aplicação das normas estabelecidas.

Todos os órgãos da Companhia devem manter estrita colaboração entre si, facilitando a tramitação dos documentos e prestando todas as informações necessárias sobre as atividades de sua área de atuação.

2.4.2.4. Criação, Transformação e Extinção de Órgãos

A criação, transformação e extinção de órgãos da Companhia até o nível de Superintendência dependem de atos do Conselho de Administração. Os demais níveis dependem de atos da Diretoria

Executiva. A Superintendência de Tecnologia da Informação - STI será responsável pelo assessoramento técnico para as mudanças organizacionais e respectivas alterações no Manual da Organização e instrumentos normativos correlatos.

A criação ou transformação de qualquer órgão deve obedecer sempre aos princípios da divisão de trabalho quanto à especialização e ao volume das atividades envolvidas. Nenhum órgão deve ser criado ou transformado sem que se destine a exercer funções diretamente inscritas nos objetivos da Companhia e ainda não atribuídas, no todo ou em parte, a outro órgão.

Os órgãos subordinados devem funcionar sempre nos limites de suas atribuições específicas e definidas pela estruturação orgânica da Empresa, sem prejuízo de suas relações intersistêmicas. Não é recomendável a qualquer órgão decompor-se em um só órgão subordinado.

A Diretoria Executiva poderá instituir Grupos Especiais de Trabalho por prazo determinado e com atribuições específicas definidas, quando se tornarem indispensáveis ao bom funcionamento da Companhia, respeitando os níveis de competência dos órgãos já institucionalizados organicamente. A realização de inquéritos, sindicâncias, licitações, recebimentos de obras regulares e estudos rotineiros, técnicos ou administrativos serão objeto de Comissões permanentes ou por prazo determinado.

2.4.2.5. Agilização do Processo Decisório

A empresa moderna necessita de sistemas de informação e de comunicação ágeis para possibilitar tomadas de decisões eficazes. Neste sentido, deverá ser dada ênfase ao uso racional da informática e dos meios de comunicação, de modo que as informações fluam dentro da organização facilitando as ações gerenciais e operacionais. Devem ser estimulados os contatos diretos através de atalhos organizacionais, privilegiando o fluxo das atividades e permitindo a flexibilidade funcional.

2.4.2.6. Delegação e Exercício de Autoridade

O Diretor-Presidente, assim como os demais Diretores, são responsáveis pelos atos deliberativos da Companhia e devem permanecer, tanto quanto possível, livres de funções meramente executivas e da prática de atos relativos à mecânica administrativa ou que se refiram à simples aplicação de normas estabelecidas.

O encaminhamento de documentos e outros expedientes aos Diretores ou a avocação de qualquer assunto pelos mesmos apenas deverá ocorrer:

- . quando a decisão for de sua competência;
- . quando o assunto se relacionar com atos que pessoalmente praticaram;
- . quando incidir no campo das relações da Chesf com entidades externas, salvo quando se tratar de assuntos rotineiros pertinentes à sua área de atuação.

Para permitir o cumprimento destes princípios e com o fim de acelerar a tramitação administrativa, devem ser observados, no estabelecimento de rotinas de trabalho, os seguintes aspectos:

- a) as chefias situadas na base da organização devem receber a maior soma possível de competências decisórias, particularmente em relação aos assuntos rotineiros;

b) a autoridade competente para proferir a decisão ou ordenar a ação, deve ser a que se encontra no ponto mais próximo àquele em que o processo relativo a um determinado assunto se completa ou em que todos os meios e formalidades requeridas por uma operação se liberam;

c) a autoridade não deve excusar-se de decidir sobre assunto de sua alçada, protelando, por qualquer forma, seu pronunciamento ou encaminhado o caso à consideração superior ou de outra autoridade.

2.4.2.7. Planejamento e Controle

Conforme as normas da Companhia, cabe à Diretoria Executiva estabelecer os objetivos e metas da Empresa a nível global e a curto, médio e longo prazos, bem como definir os graus de prioridades atribuíveis a esses objetivos e metas, formalizando-os em documentos próprios.

Cada Diretoria deve elaborar seus planos setoriais, especificando seus projetos e atividades em decorrência dos objetivos e metas traçados pela Diretoria Executiva.

Os objetivos e metas globais e setoriais devem ser estabelecidos sempre de forma a se obter a sinergia de esforços entre os vários sistemas, interagindo e integrando todas as atividades da Companhia. Os planos são expressos financeiramente através dos orçamentos Anuais e Plurianuais aprovados pela Diretoria Executiva. As formas de cumprimento dos planos, programas e orçamentos estão definidas em normas e manuais próprios, sendo estes os principais instrumentos de planejamento e controle da gestão empresarial.

2.4.2.8. Continuidade dos Aprimoramentos Organizacionais

Toda estrutura organizacional decorre da necessidade de se ter um suporte para o funcionamento adequado dos sistemas da Empresa.

A expansão da Companhia, as mutações do ambiente e a evolução tecnológica concorrem para uma dinâmica empresarial permanente, razão pela qual se deve estar alerta para os devidos ajustes organizacionais.

A estrutura organizacional, como referencial da cadeia de comando, deve ser flexível e adaptativa de modo a garantir o suporte adequado ao processo decisório e às ações empresariais.

A Superintendência de Tecnologia da Informação - STI, como órgão coordenador desta função, em conjunto com os demais órgãos, deve promover o planejamento e o estudo permanente das necessidades de adaptações estruturais na Companhia. Outro fator importante é o aprimoramento dos métodos e processos visando racionalizar a ação administrativa.

Neste sentido, todos os órgãos devem estar vigilantes para os processos de modernização e desburocratização, permitindo um fluxo mais rápido e simplificado de todos os segmentos da administração.

2.4.3 Unidades Estratégicas

Com base nos Objetivos Finalísticos de seu Planejamento Empresarial, a Companhia identifica as seguintes áreas, que integraram no exercício de 2015 sua estrutura organizacional, como as mais estratégicas:

Quadro 1 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
SPG – Superintendência de Projetos e Construção de Geração	Planejamento, Projeto e Construção da Geração	Ruy Barbosa Pinto Jr	Superintendente	02/05/2010 - 31/07/2015
		Manoel Pereira de Andrade Filho	Superintendente (Investidura Interina Cumulativa)	02/08/2015 - 31/08/2015
		Robson Afonso Botelho	Superintendente	02/09/2015 – Presente
SPT – Superintendência de Projeto e Construção da Transmissão	Projeto e Construção da Transmissão	Ricardo de Oliveira Melo	Superintendente	07/04/2014 – 13/07/2015
		Roberto Sampaio Pires Ferreira	Superintendente	14/07/2015 – Presente
SPE – Superintendência de Planejamento da Expansão da Transmissão	Planejamento da Expansão da Transmissão e Meio Ambiente	Murilo Sérgio Lucena Pinto	Superintendente	17/09/2007 – Presente
SCE – Superintendência de Comercialização de Energia Elétrica	Planejamento e gestão da comercialização de energia	Belmirando Koury Costa	Superintendente	04/04/2005 – Presente
CRG – Coordenadoria de Regulação	Gestão dos Contratos de Concessão e funções Regulatórias	Roberto Pordeus Nóbrega	Gerente de Coordenadoria	05/05/2014 - 01/07/2015
		Elizabeth Dubourcq Fonseca Lima	Gerente de Coordenadoria (Investidura Interina)	01/07/2015 - 01/09/2015
		Elizabeth Dubourcq Fonseca Lima	Gerente de Coordenadoria (Investidura Interina)	02/09/2015 - 30/09/2015
		Elizabeth Dubourcq Fonseca Lima	Gerente de Coordenadoria (Investidura Interina)	01/10/2015 - 30/11/2015
		João Henrique de Araújo Frankling Neto	Gerente de Coordenadoria	01/12/2015 - Presente
SOC – Superintendência de Operação e Contratos de Transmissão de Energia	Gestão do Sistema Eletroenergético e dos Recursos Hídricos.	João Henrique de Araújo Frankling Neto	Superintendente	06/06/2002 – 30/11/2015

		Ruy Barbosa Pinto Jr	Superintendente	01/12/2015 – Presente
SMN – Superintendência de Manutenção	Gestão da Manutenção dos Ativos de Geração, Transmissão e Instalações	Miguel Carlos Medina Pena	Superintendente	14/02/2013 – Presente
STC – Superintendência de Telecomunicações e Sistemas de Controle	Planejamento, Operação e Manutenção dos Sistemas de Telecomunicações e Automação de Apoio à Operação do Sistema Elétricoenergético.	Eron de Oliveira Barreto	Superintendente	01/04/2003 – 12/07/2015
		Fernando Antonio Maia de Madureira Beça	Superintendente	13/07/2015 – Presente
CGP – Coordenadoria de Gestão de Participações	Coordenar o processo de gestão das participações da Chesf em sociedades de propósito específico - SPEs	Bernardo Feldman Neto	Gerente de Coordenadoria	04/05/2015 – 01/03/2016

As Diretorias da Companhia possuem Chefes de Gabinete que dão suporte a essas áreas visando a integração entre as mesmas para que os resultados sejam alcançados.

2.5 Macroprocessos finalísticos

A referência utilizada pela Chesf para a identificação e classificação dos seus processos é fruto de um projeto desenvolvido em 2013 e parte revisada nos últimos dois anos, que teve o objetivo de revisar e consolidar sua arquitetura de processos, com vistas a subsidiar uma reestruturação organizacional. O resultado obtido teve a participação de diversos especialistas de negócio responsáveis pelos macroprocessos finalísticos, de gestão e suporte.

De acordo com esta referência, dentre os macroprocessos finalísticos, os que retratam o negócio da Chesf são:

Quadro 2 – Macroprocessos finalísticos

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Prospecção, análise e identificação de oportunidades em negócios de Geração e Transmissão (G e T)	Prospectar, analisar e identificar novas oportunidades de negócios de geração e transmissão de acordo com as estratégias empresariais e considerando avaliações de riscos e viabilidade, visando definir o portfólio empresarial preliminar de empreendimentos.	<ul style="list-style-type: none"> • Estudo de viabilidade • Portfólio preliminar de G e T (contendo estudo de viabilidade técnica, econômica, ambiental e comercial e o posicionamento da LP e DRDH) 	Vide visão sistêmica	SPE, SPG, SCE, SPF
Avaliação e definição da incorporação do novo negócio de G e T	Avaliar a atratividade dos empreendimentos de geração e transmissão do portfólio preliminar, de forma a agregar novos ativos rentáveis à Empresa.	<ul style="list-style-type: none"> • Contratos para incorporação de energia nova (pós leilão) • Montantes não contratados no ACR • Resultado do leilão homologado (pós leilão) • Plano integrado do Negócio (pós leilão) • Contratos de Concessão de G ou T (pós leilão) • Acordo de Acionistas • Solicitação de autorização à ANEEL 	Vide visão sistêmica	SPE, SPG, SCE, SPF, SPT, DJU
Implantação de empreendimentos de G e T	Executar o empreendimento, em conformidade com o Plano Integrado de Negócios, otimizando o tempo	<ul style="list-style-type: none"> • Termos de Referência e Especificações Técnicas • Relação dos sobressalentes, reserva técnica e ferramentas especiais para aquisição • Minutas de contratos (critérios de medição, política ambiental e 	Vide visão sistêmica	SPT, SPG

	e custo de implantação.	<p>condições de segurança)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Projeto Executivo • Informação para imobilização • Informações da implantação do empreendimento • Projeto as-built e documentos técnicos • Informações para o pré-operacional • Relatório de Comissionamento • Novos ativos cadastrados • Lista de pendências • LO/ASV • Ativos de G&T disponíveis para operação comercial • Solicitação de intervenção para integração de novas obras • Custos de implantação • Declaração de conformidade com o agente 		
Operação e Manutenção de G e T	Maximizar a disponibilidade dos ativos de geração e funções da transmissão, atendendo aos requisitos técnicos, comerciais e regulatórios, com segurança, qualidade e economicidade.	<ul style="list-style-type: none"> • Proposta de projeto de engenharia • Sugestões de melhorias, modernização e reparos • Solicitações de manutenção da automação, proteção e telecom • Ocorrências • Contribuições para o aprimoramento da regulamentação • Relatórios e indicadores de gestão de operação e manutenção de G e T • Informações de operação e manutenção • Relatório sobre: Energia produzida, Disponibilidades de ativos e vazões controladas • Necessidades de recursos de telesupervisão/controlado para O&M (Teleassistência) • Projetos, Melhorias, modernizações e reparos • Contratos de Transmissão • Relatórios Técnicos • Relatórios de adequabilidade de equipamentos • Relatórios de análise de perturbações, ocorrências, acidentes e recomendações • Disponibilidade de Ativos de G&T para o ONS • Informações operacionais • Frequência e tensão reguladas • Vazão e energia 	Vide visão sistêmica	SOC, SMN

		<ul style="list-style-type: none"> • Solicitação de programa de intervenção • Acordos operativos • Relatórios de Estudos Elétricos/Instruções e Diagramas Pré-Operacional • Planos de emergência • Modelos computacionais de equipamentos 		
Gestão de comercialização de energia	<p>Apoiar a decisão de novos negócios associados à Comercialização de Energia, abrangendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Otimizar o portfólio de contratos; • Pesquisar, ofertar e/ou adquirir produtos; • Gerenciar o relacionamento com Clientes; • Gerenciar contratos e os processos associados à comercialização; • Elaborar cenários de preços, receitas e despesas associadas à comercialização; • Estudar a expansão da oferta e demanda do sistema. 	<ul style="list-style-type: none"> • Cenários de Referência de expansão da oferta de energia (G e T) • Cenários de mercado alvo (de interesse) • Contratos com os agentes de mercado • Diretrizes da Comercialização • Liquidação da CCEE • Pagamentos Aprovados • NF-e • Recebimentos aprovados • Contratos formalizados 	Vide visão sistêmica	SCE

Gestão de participações	Promover a prosperidade e defender o interesse da Chesf em fazer com que suas participações e negócios gerem mais e melhores resultados, bem como mitigar riscos de negócio, ambientais, regulatórios, financeiros e de compliance e conformidade.	<ul style="list-style-type: none"> • Previsão de recebimento de dividendos • Informações de dividendos pagos • Informações de aporte (necessidades, previsão, realização) • Rentabilidade da carteira de participações e recomendações • Diretrizes para a Diretoria e Conselheiros • Análise da saúde financeira da sociedade • Desempenho das SPE • Plano de Negócio atualizado 	Vide visão sistêmica	CGP, SPG, SPF
-------------------------	--	---	----------------------	---------------

Para o conjunto dos macroprocessos identificados, destacam-se, na visão sistêmica da Chesf, os seguintes elementos explicitados a seguir: público de interesse, resultados, entregas (bens e serviços), entradas, fornecedores, recursos, regras e políticas.

a) Públicos de interesse

Todos os atores envolvidos no processo, que a Chesf tem interesse, impactam, sofrem influência ou precisam manter relacionamento. Podem ser concessionárias ou autorizadas, clientes, governo, órgãos reguladores e controladores, parceiros, empregados e outros.

Principais Relacionamentos	
AGENTES DE GOVERNO	AGENTES REGULADORES, FISCALIZADORES E DE CONTROLE
• MME (CNPE, *, CMSE**)	• ANEEL
• MPOG	• ANA
• Receita Federal	• ANP
• Receitas Estaduais	• ANATEL
• Receitas Municipais	• CVM
• Estados e municípios	• IBAMA
• Legislativo	• IPHAN
• Judiciário	• FUNAI
• MMA	• INCRA
• MI	• Órgãos ambientais estaduais e municipais
• MC	• TCU
AGENTES DE PLANEJAMENTO	• TCE's
EPE	• CGU
AGENTE OPERADOR DO MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA	• AGU
• CCEE	• Agências Reguladoras Estaduais
AGENTE OPERADOR DO SISTEMA	• DEST
	• Ministério Público

• ONS	CONCESSIONÁRIAS E PRODUTORES INDEPENDENTES
PARCEIROS DE NEGÓCIO	• Distribuidoras
• Privados ou Públicos	• Transmissoras
• Nacionais ou Internacionais	• Geradoras
SOCIEDADE	• Empresas do Sistema Eletrobras
EMPREGADOS	AGENTES DE CONSUMO
AGENTES DE FINANCIAMENTO	• Consumidores livres
• BNDES	• Consumidores cativos (industriais)
• BNB	• Comercializadores
• CEF	ACIONISTAS
• BB	• Eletrobras
• Bancos privados	• Minoritários
ASSOCIAÇÕES E COMITÊS	ENTIDADES DE P&D+I
• ABRAGE	• CEPEL
• ABRATE	• Universidades e Fundações
• ABRADEE	• Outros institutos de pesquisa
• ABRACE	• Fabricantes
• ABRACEL	OUTROS PÚBLICOS DE INTERESSE
• ABRAGET	• Comunidades de entorno
• APINE	• Sindicatos e órgãos de classe
• APTEL	• Movimentos sociais
• ABEEólica	• FACHESF
• CIGRÉ	• Auditores independentes
• CBHs	• Polícia Federal
CANAIS DE COMUNICAÇÃO	• Polícias Estaduais
• Mídia Impressa (Jornais e Revistas)	• CODEVASF
• TVs	• DNOCS
• Rádios	• ONGs
• Internet	• Usuários de bacias hidrológicas
EMPRESAS DE TELECOMUNICAÇÕES	*Conselho Nacional de Política Energética
• TELEBRAS	**Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico
• Operadoras de Telecomunicações	

b) Resultados

As saídas são entregas e resultados da boa atuação da organização. Como entrega pode se entender o evento que simboliza a conclusão ou final da operação ou processamento de um sistema. Todo sistema produz uma ou mais saídas, que devem ser produtos ou serviços da organização. Através destas, como consequência o sistema gera resultados de suas operações para o ambiente, que representam benefícios para um ou mais públicos de interesse.

Principais Benefícios	
• Rentabilidade, lucratividade e dividendos	• Aumento da Receita da Chesf
• Qualidade e continuidade da energia	• Percepção de oportunidades de inovação pelas entidades de pesquisa
• Segurança para o SIN	• Reconhecimento e valorização da empresa
• Confiabilidade e Responsabilidade socioambiental	• Satisfação das partes interessadas

• Percepção de valorização e crescimento pelos empregados	• Crescimento socioeconômico e cultural da região onde atua
• Conformidade e transparência nos negócios	• Desenvolvimento de infraestrutura agregada

c) Entregas

Principais Bens e Serviços	
DIRETOS	INDIRETOS
• Ativos de geração e transmissão disponíveis para o SIN	• Projetos Básicos e Executivos
• Energia elétrica para comercialização e para sociedade	• Regularização de vazões
• Frequência e tensão reguladas	• Tributos (encargos e impostos)
• Estudos de viabilidade de projetos de geração	• Relatórios Institucionais
• Estudos de inventário do potencial energético de fontes de geração	• Patrocínio
• Serviços que agreguem valor ao negócio Chesf (reforços, ampliações, acessos, Telecom e O&M)	• Inovação tecnológica
• Contratos de compra, venda e transmissão de energia	• Serviços e infraestrutura de telecomunicações
	• Ações de sustentabilidade
	• Atendimento a condicionantes ambientais e medidas compensatórias
	• Controle de cheia
	• Compensação Financeira pelo Uso dos Recursos Hídricos – CFURH (Royalties)

d) Insumos

Tudo aquilo que o sistema importa ou recebe do seu ambiente exterior. O sistema recebe entradas para poder operar, processando ou transformando essas entradas em saídas. Essa pode ser constituída de um ou mais dos seguintes elementos:

- Informação: tudo o que reduz a incerteza ou aumenta o conhecimento a respeito de algo;
- Eventos: elementos disparadores, aqueles que iniciam processos;
- Componentes físicos: recursos a serem utilizados pelo sistema para produzir saídas.

Principais Insumos	
• Editais de leilões corporativos ou consorciados	• Plano Nacional de Energia - PNE
• Contratos de Concessão da Geração e da Transmissão	• Termos de referência
• Autorizações, recomendações e determinações da ANEEL	• Contratos de Serviços, Obras e Materiais
• Autorização de Modernização de Instalações (ANEEL)	• Equipamentos e materiais
• Recomendações do ONS	• Fontes energéticas

• Determinações e recomendações de Auditorias e Fiscalizações de Órgãos e Agentes controladores e fiscalizadores	• Propostas e resultados de P&D+I
• Plano de Ampliações e Reforços	• Proposta de aquisição ou venda de ativos
• Programa de Modernização das Instalações	• Revisões tarifárias
• Estudos de Planejamento da Expansão Eletroenergética	• Estudos de viabilidade de projetos de geração
• Definições de parcerias pela Eletrobras	• Estudos de inventário do potencial energético de fontes de geração
• Demanda do mercado	• Requisitos de disponibilidade, qualidade e confiabilidade
• Propostas de novos negócios de energia	• Acordos coletivos de trabalho
• Planos de Recursos Hídricos	• Relatórios de acompanhamento das SPEs
• Programa de Intervenção	• Planos de negócio de ativos (leilão, aquisição)
• DUP	• Restrições Hídricas
• Plano Decenal de Energia Elétrica - PDE	• Licenças ambientais
• Termos de liberação para operação (TLT, TLP, TLD)	

e) Fornecedores

Pessoa ou empresa que abastece algo a outra empresa ou comunidade. Responsável por providenciar o insumo necessário para um determinado fim.

Principais Fontes de Suprimento de materiais, informações, equipamentos e pessoas.	
• Empreiteiras	• Órgãos e Agentes controladores e fiscalizadores
• Universidades e entidades de pesquisa	• EPE
• Outros prestadores de serviços	• Empresas do setor de energia
• Fornecedores de equipamentos e materiais	• Fornecedores de combustíveis
• ONS	• ANEEL
• CCEE	• ANA
	• IBAMA

f) Políticas e Regras

Estabelecem as bases para regulação de como ou quando uma atividade ocorre e o que deve ou não acontecer.

Principais Leis, Regulamentações, Normas e Diretrizes	
• Orientações da Eletrobras	• Estatutos da Empresa e Grupo Eletrobras
• Políticas do Governo	• Políticas, manuais e normativos Chesf
• Acordos de acionistas e Estatutos das SPEs	• Regulamento ANEEL
• Código de Ética	• Legislação do Setor
• Procedimentos de Rede	• Normas técnicas
• Legislação e Regulamentação Ambiental e de Recursos Hídricos	• PNRH (Plano Nacional dos Recursos Hídricos)
• Resoluções, Portarias e Regulamento da ANATEL	• Planos do Comitê
	• Lei 8.666

g) Recursos

Itens controlados pela empresa como resultado de eventos passados, aquilo que é gasto ou investido para a realização do processo. Podem ser constituídos de um ou mais dos seguintes elementos: tecnologia, pessoal e instalações.

Principais Ativos	
• A marca Chesf	• Documentações técnicas
• Pessoas com competências necessárias	• Meios de transporte
• Instalações físicas	• Recursos Financeiros
• Equipamentos e materiais	• Sistemas de informação
• Infraestrutura de TI e Telecomunicações	• Centros de Operação

2.6 Composição acionária do capital social

Quadro 3 - Composição acionária do capital social
COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO

Ações Ordinárias (%)			
ACIONISTAS		31/12/2015	31/12/2014
Governo	Tesouro Nacional	-	-
	Outras Entidades Governamentais	96,86	96,86
	Fundos de Pensão que recebem recursos públicos	-	-
	Ações em Tesouraria	-	-
	% Governo	96,86	96,86
Free Float	Pessoas Físicas	-	-
	Pessoas Jurídicas	-	-
	Capital Estrangeiro	-	-
	% free float	0,00	0,00
Subtotal Ordinárias (%)		96,86	96,86
Ações Preferenciais (%)			
ACIONISTAS		31/10/2015	31/12/2014
Governo	Tesouro Nacional	0,35	0,35
	Outras Entidades Governamentais	2,73	2,73
	Fundos de Pensão que recebem recursos públicos	-	-
	Ações em Tesouraria	-	-
	% Governo	3,08	3,08
Free Float	Pessoas Físicas	0,03	0,03
	Pessoas Jurídicas	0,03	0,03
	Capital Estrangeiro	-	-
	% free float	0,06	0,06
Subtotal Preferenciais (%)		3,14	3,14
Total		100,00	100,00

2.7 Participação em outras sociedades

Quadro 4 – Investimentos permanentes em outras sociedades

COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO		
Ações Ordinárias (% de participação)		
Empresa Investida	31/12/2015	31/12/2014
STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	49,00%	49,00%
Integração Transmissora de Energia S.A.	12,00%	12,00%
Energética Águas da Pedra S.A.	24,50%	24,50%
ESBR Participações S.A.	20,00%	20,00%
Manaus Transmissora de Energia S.A.	19,50%	19,50%
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	24,50%	24,50%
TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	49,00%	49,00%
Norte Energia S.A.	15,00%	15,00%
Pedra Branca S.A.	49,00%	49,00%
São Pedro do Lago S.A	49,00%	49,00%
Sete Gameleiras S.A.	49,00%	49,00%
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	49,00%	49,00%
Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.	100,00%	49,00%
Baraúnas I Energética S.A	49,00%	49,00%
Mussambê Energética S.A	49,00%	49,00%
Morro Branco I Energética S.A	49,00%	49,00%
Acauã Energia S.A	99,93%	99,93%
Angical 2 Energia S.A	99,96%	99,96%
Arapapá Energia S.A	99,90%	99,90%
Caititu 2 Energia S.A	99,96%	99,96%
Caititu 3 Energia S.A	99,96%	99,96%
Carcará Energia S.A	99,96%	99,96%
Corrupião 3 Energia S.A	99,96%	99,96%
Teiú 2 Energia S.A	99,95%	99,95%

Companhia Energética Sinop S.A.	24,50%	24,50%
Coqueirinho 2 Energia S.A.	99,98%	99,98%
Papagaio Energia S.A.	99,96%	99,96%
Banda de Couro Energética S.A.	49,00%	49,00%
Baraúnas II Energética S.A.	49,00%	49,00%
Tamanduá Mirim 2 Energia S.A.	83,01%	49,00%
Usina de Energia Eólica Junco I S.A.	-	49,00%
Usina de Energia Eólica Junco II S.A.	-	49,00%
Usina de Energia Eólica Caiçara I S.A.	-	49,00%
Usina de Energia Eólica Caiçara II S.A.	-	49,00%
Vamcruz I Participações S.A.	49,00%	-
Ventos de Santa Joana IX Energias Renováveis S.A	-	49,00%
Ventos de Santa Joana X Energias Renováveis S.A	-	49,00%
Ventos de Santa Joana XI Energias Renováveis S.A	-	49,00%
Ventos de Santa Joana XII Energias Renováveis S.A	-	49,00%
Ventos de Santa Joana XIII Energias Renováveis S.A	-	49,00%
Ventos de Santa Joana XV Energias Renováveis S.A	-	49,00%
Ventos de Santa Joana XVI Energias Renováveis S.A	-	49,00%
Chapada do Piauí I Holding S.A.	49,00%	-
Ventos de Santa Joana I Energias Renováveis S.A	-	49,00%
Ventos de Santa Joana III Energias Renováveis S.A	-	49,00%
Ventos de Santa Joana IV Energias Renováveis S.A	-	49,00%
Ventos de Santa Joana V Energias Renováveis S.A	-	49,00%
Ventos de Santa Joana VII Energias Renováveis S.A	-	49,00%
Ventos de Santa Joana IV Energias Renováveis S.A	-	49,00%
Ventos de Santo Augusto IV Energias Renováveis S.A	-	49,00%
Chapada do Piauí II Holding S.A.	49,00%	-
Eólica Serra das Vacas I S.A.	-	49,00%
Eólica Serra das Vacas II S.A.	-	49,00%

Eólica Serra das Vacas III S.A.	-	49,00%
Eólica Serra das Vacas IV S.A.	-	49,00%
Serra das Vacas Holding S.A.	49,00%	-
Ações Preferenciais (% de participação)		
Empresa Investida	31/12/2015	31/12/2014
	-	-

2.8 Principais eventos societários ocorridos no exercício

O Capital Social da Companhia, no montante de R\$ 9,754 bilhões, é representado por 55.905 mil ações nominativas, divididas em 54.151 mil ações ordinárias e 1.754 mil ações preferenciais, todas sem valor nominal. Deste total, 99,578% pertencem à Eletrobras, 0,347% ao Ministério da Fazenda, 0,016% à Light, e 0,059% a outros acionistas. Tal composição permanece sem modificações relevantes desde 2012.

No que tange a participação da Chesf em outras sociedades, podemos destacar que nos últimos anos, a Companhia vem realizando investimentos em Sociedades de Propósito Específico – SPE, em parceria com a iniciativa privada, na qual figura como acionista minoritário. São empreendimentos em áreas de geração e de transmissão de energia elétrica.

Em 2014, a Companhia adquiriu o controle das SPEs dos Complexos Eólicos Pindaí I e II, quais sejam, Acauã Energia S.A., Angical 2 Energia S.A., Arapapá Energia S.A., Caititú 2 Energia S.A., Caititú 3 Energia S.A., Carcará Energia S.A., Corrupião 3 Energia S.A., Teiú 2 Energia S.A., Coqueirinho 2 Energia S.A. e Papagaio Energia S.A., mediante a diluição, de forma definitiva, da participação acionária do sócio Sequoia Capital Ltda. nos referidos empreendimentos.

Em 2015 a Companhia adquiriu o controle da SPE Tamanduá Mirim 2 Energia S.A. (Complexo Eólico Pindaí III), também mediante a diluição, de forma definitiva, da participação acionária do sócio Sequoia Capital Ltda. no referido empreendimento.

Ainda em 2015, a Companhia recebeu autorização da Aneel e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE para a aquisição das ações da SPE Extremoz Transmissora do Nordeste – ETN S.A., faltando apenas a aprovação do DEST para a conclusão da operação. A acionista CTEEP, participante do consórcio vencedor do empreendimento, manifestou a sua saída do projeto desde o início do mesmo, tendo, no entanto, permanecido na sociedade até a conclusão de todos os procedimentos para a transferência definitiva. Todos os investimentos na SPE foram realizados com recursos próprios da Chesf.

3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

3.1 Planejamento organizacional

O processo de planejamento empresarial na Chesf é conduzido pela Coordenadoria de Planejamento Empresarial, Controle Interno, Gestão de Riscos e Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (CPP), criada em 2010 para assegurar a sistematização da gestão empresarial na Companhia. Nesse mesmo ano, foi elaborado o primeiro Mapa Estratégico Chesf 2010-2015, com base nas premissas estabelecidas no Plano Estratégico e no Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG) da *holding* Eletrobras, porém adaptado à realidade e às necessidades da organização.

O planejamento estratégico é uma ferramenta de gestão dinâmica e após mudanças na legislação foi necessário revisar o mapa estratégico elaborado. A emissão da MP nº 579/2012, posteriormente convertida na Lei nº 12.783/2013, que antecipou a renovação das concessões de geração e transmissão e resultou em forte queda de receita para a Chesf, exigiu um realinhamento estratégico para que a organização pudesse enfrentar os novos desafios trazidos pelo ambiente externo. Assim, um novo Mapa Estratégico 2013-2017 foi aprovado em dezembro de 2012.

Desde então, alguns ajustes foram realizados no planejamento em virtude da maturidade da organização e de outros aspectos do ambiente interno e externo, que são avaliados anualmente como parte do processo de gestão empresarial, mesmo que não haja grandes mudanças estruturais no mapa estratégico. No final de 2014, a partir de diretrizes da Diretoria e discussões no âmbito do Comitê de Planejamento, foi realizado um processo de revisão do planejamento empresarial, que gerou o Mapa Estratégico Chesf 2015-2019, acompanhado ao longo de 2015. Nesse novo mapa estratégico, foi mantida a missão da Companhia de “*produzir, transmitir e comercializar energia elétrica com qualidade, de forma rentável e sustentável*”. Essa missão respeita a identidade da empresa, seu estatuto social no que se refere ao seu objeto social, além de estar alinhada com a missão da *holding* de “*atuar nos mercados de energia de forma integrada, rentável e sustentável*”.

3.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

O Mapa Estratégico 2015-2019 manteve o mesmo foco do anterior quanto à busca por aumento da receita e redução dos custos, tendo quatro objetivos finalísticos ligados à expansão de receita através da geração, comercialização e transmissão de energia, além da eficiência na operação e manutenção dos ativos, e mais dois objetivos de gestão, relacionados à redução de custos e despesas e à gestão de pessoas. Segue abaixo a transcrição dos objetivos estratégicos:

OE 1: Aumentar a Receita com a Expansão e Revitalização da Geração;

OE 2: Aumentar a Receita com a Comercialização;

OE 3: Aumentar a Receita com a Expansão e Revitalização da Transmissão;

OE 4: Minimizar as Perdas de Receita através da Eficiência e Qualidade na Operação e Manutenção dos Ativos;

OE 5: Reduzir Custos e Despesas (Custeio e Investimento);

OE 6: Aperfeiçoar Práticas de Gestão de Pessoas.

As unidades técnicas mais diretamente envolvidas no desenvolvimento e execução do planejamento empresarial são as áreas de projetos de construção de empreendimentos de geração e transmissão, comercialização de energia, operação e manutenção dos ativos, planejamento financeiro e gestão de pessoas, além da coordenação responsável pela gestão do planejamento empresarial.

3.1.2 Estágio de implementação do planejamento

O Planejamento Empresarial da Chesf alcançou um estágio de maturidade bem consolidado, considerando que, desde 2012, são realizadas cinco reuniões de monitoramento da gestão empresarial por ano, com a participação da Diretoria, dos responsáveis pelos objetivos estratégicos e dos gestores do primeiro nível hierárquico, com foco no desempenho dos indicadores de cada Objetivo Estratégico, possibilitando a adoção de ações corretivas sempre que são encontrados desvios entre os resultados previstos e realizados.

As reuniões de monitoramento são transmitidas pela intranet para os empregados, contribuindo para aumentar o envolvimento de todos em relação aos principais desafios enfrentados pela Empresa e os resultados alcançados.

Os objetivos estratégicos são desdobrados em estratégias, medidas, ações e respectivos produtos, envolvendo, assim, as diversas áreas da Empresa que contribuem para o alcance dos objetivos. A estrutura completa do planejamento empresarial, com seus desdobramentos e indicadores, está disponível para consulta de todos os empregados, no sistema informatizado de gestão utilizado pela Chesf.

3.1.3 Vinculação dos planos da Unidade com as competências institucionais e outros planos

O planejamento estratégico da Chesf está alinhado com seu estatuto social, com sua missão e seus valores, e com as diretrizes e plano estratégico da *holding* Eletrobras, conforme já citado anteriormente. Abaixo apresentamos a representação gráfica do mapa estratégico 2015-2019.



3.2 Desempenho orçamentário

A Chesf, por ser uma empresa estatal federal com recursos próprios, não utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, por tratar-se de um sistema que processa e controla a execução orçamentária e financeira, patrimonial e contábil dos órgãos da Administração Pública Direta Federal, das autarquias, fundações e empresas públicas federais e das sociedades de economia mista que estiverem contempladas no Orçamento Fiscal e/ou no Orçamento da Seguridade Social da União, tendo apenas seu Orçamento de Investimento aprovado por LOA. O valor global do Orçamento de Investimento da Chesf, aprovado na Lei Orçamentária Anual - LOA 2015, foi de R\$ 1.876.888.759.

O Decreto sem número, de 24/02/2015, reabriu saldos dos créditos extraordinários, no valor de R\$ 128.500.000, abertos pela Medida Provisória nº 666, de 30/12/2014.

Para adequação ao real cronograma de execução do plano de obras da Chesf, o Orçamento de Investimento sofreu cancelamento, aprovado na Lei nº 13.225, de 23/12/2015, ficando o valor global em R\$ 1.969.106.084.

As ações constantes na LOA 2015, de responsabilidade da Chesf, foram:

- Ação: 12OR – Implantação do Parque de Geração de Energia Eólica Casa Nova no Estado da Bahia
- Ação: 146A – Implantação de Parques de Geração de Energia Eólica na Região Nordeste
- Ação: 14NB – Ampliação do Sistema de Geração de Energia Elétrica na Região Nordeste
- Ação: 14NC – Implantação do Projeto Solar para Geração de Energia Elétrica, a partir de painéis fotovoltaicos, e de LT associada, no Estado de Pernambuco
- Ação: 14ND – Ampliação da Capacidade de Geração da UHE Luiz Gonzaga (Itaparica) de 1.749 MW para 2.749 MW no Estado da Bahia
- Ação: 15BE – Implantação de Projeto Solar para Geração de Energia Elétrica na Região Nordeste
- Ação: 11ZY – Implantação das Subestações Suape II (500/230 kV - 600 MVA) com seccionamento da LT 500 kV Messias - Recife II e Suape III (230/69 kV - 400 MVA) com seccionamento das LT's em 230 kV UTE Termopernambuco - Pirapama II (Suape II) C1 e C2 (PE)
- Ação: 5107 – Ampliação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na Região Nordeste
- Ação: 4476 - Manutenção do Sistema de Geração de Energia Elétrica na Região Nordeste
- Ação: 2D61 – Reforços e Melhorias no Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na Região Nordeste
- Ação: 2D63 – Manutenção do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na Região Nordeste
- Ação: 3390 – Irrigação de Lotes na área do Reassentamento, com 20.599 ha na Usina de Itaparica (BA)
- Ação: 4101 - Manutenção e Adequação de Bens Imóveis
- Ação: 4102 - Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos na Região Nordeste
- Ação: 4103 - Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento na Região Nordeste

3.2.1. – Execução Descentralizada com Transferência de Recursos

Quadro 5 – Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios

Unidade concedente ou contratante						
Nome:	Companhia Hidro Elétrica do São Francisco					
UG/GESTÃO:						
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
Convênio	1	1	3	125.631.588,46	81.964.695,03	110.022.839,91
Contrato de repasse	0	0	0	0	0	0
...						
Totais	1	1	3	125.631.588,4	81.964.695,03	110.022.839,91

Fonte: Relatórios do sistema econômico-financeiro da Chesf e questionário respondido pelos administradores dos instrumentos

Quadro 6 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco					
UG/GESTÃO:					
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Contratos de repasse	...
Exercício do relatório de gestão	Contas Prestadas	Quantidade	1	0	
		Montante Repassado	80.892,04	0	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0	
		Montante Repassado	0	0	
Exercícios anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0	
		Montante Repassado	0	0	

Fonte: Relatórios do sistema econômico-financeiro da Chesf e questionário respondido pelos administradores dos instrumentos

Quadro 7 – Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante				
Nome: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco				
UG/GESTÃO:				
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão		Instrumentos		
		Convênios	Contratos de repasse	...
Contas analisadas	Quantidade aprovada	0	0	
	Quantidade reprovada	0	0	
	Quantidade de TCE instauradas	0	0	
	Montante repassado (R\$)	0	0	
Contas NÃO analisadas	Quantidade	1	0	
	Montante repassado (R\$)	82.536,00	0	
Fonte: Relatórios do sistema econômico-financeiro da Chesf e questionário respondido pelos administradores dos instrumentos				

Quadro 8 – Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco					
UG/GESTÃO:					
Instrumentos da transferência	Quantidade de dias de atraso na análise das contas				
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	Mais de 120 dias
Convênios	0	0	0	0	1
Contratos de repasse	0	0	0	0	0
...					

...					
-----	--	--	--	--	--

Análise Crítica

A análise crítica sobre a gestão das transferências vigentes no exercício e seus efeitos no médio e longo prazo é obrigatória e aplicável a todas as UPC que descentralizar recursos.

Nesse contexto e sem prejuízo de outras abordagens que a unidade considere relevante fazer, importa que a UPC informe sobre:

- Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de prestação de contas inadimplente;

Resposta: Como para o ano de 2015 não foram registrados instrumentos com a situação de “Inadimplente”, não houve, por esta razão, medidas a serem tomadas.

- Razões para eventuais oscilações significativas na quantidade e no volume de recursos transferidos nos últimos exercícios;

Resposta: A Chesf não identificou oscilações significativas na quantidade e no volume de recursos transferidos nos três últimos anos.

- Análise do comportamento das prestações de contas frente aos prazos regulamentares no decorrer dos últimos exercícios;

Resposta: A Chesf recebeu apenas uma prestação de contas que no ano de 2015, que consta em análise.

- Demonstração da evolução das análises das prestações de contas referentes às transferências nos últimos exercícios, comparando o universo a ser analisado com as análises efetivamente feitas e demonstrando a eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como a disponibilidade adequada de pessoal e de materiais para tanto;

Resposta: A Chesf possui cinco convênios que estiveram vigentes no ano de 2015, dos quais, um foi concluído no prazo estabelecido com a prestação de contas encaminhada para análise no mesmo ano, os demais continuarão vigentes para os anos seguintes.

O volume de recurso transferido no ano de 2015 totalizou R\$ 125.631.588,46, dos quais, 99% foram direcionados ao objeto de “Compartilhamento de bens corpóreos e incorpóreos para atendimento de serviço de saúde e seguro de vida” firmado com a Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social.

- Estruturas de controle definidas para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização *in loco* da execução dos planos de trabalho contratados;

Resposta: A companhia conta com núcleo de trabalho criado com objetivo de gerenciar as transferências da Chesf, agindo também como consultivo para áreas externas, que segue a legislação vigente, os instrumentos normativos e instrução interna. Esta determina procedimentos quanto ao acompanhamento da evolução das metas e dos objetivos pretendidos nos instrumentos de transferência, contemplando o registro do planejamento da fiscalização e o seu diligenciamento (inspeção “in loco”).

- Análise da efetividade das transferências como instrumento de execução descentralizada das políticas públicas a cargo da UPC.

Resposta: A efetividade de execução descentralizada de políticas públicas não é medida pela Chesf e sim pelos gestores de seus programas, como no caso do Luz para Todos. Além disso, nem toda execução de políticas públicas na Chesf está associada a transferências de recursos. Como exemplo, cite-se a ênfase para o empoderamento feminino contida no Plano Nacional de Políticas para Mulheres (PNPM), cujas ações foram executadas no âmbito da Companhia sem que tenham sido firmados instrumentos de transferência de recursos.

O indicador que a Chesf utiliza para avaliar a efetividade de todas as transferências de recursos que realiza (Convênios, Termos de Cooperação, etc.), independentemente de o objeto estar afeto ou não a alguma política pública, é o cumprimento das etapas elencadas em seus Planos de Trabalho. A situação de aprovação das prestações de contas dessas transferências (ver subitem 6.3.3 deste Relatório de Gestão) traduz a efetividade da aplicação dos recursos.

3.2.1.1 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas

Na Chesf o tratamento, análise e posicionamento sobre as contas prestadas pelos recebedores dos recursos descentralizados, se dá no âmbito da unidade organizacional com competência normativamente destinada para tal, podendo a referida unidade ser aquela responsável pela gestão dos processos que ensejam as transferências dos recursos, ou não, conforme cada caso. Adicionalmente, o órgão de controle interno (Auditoria Interna) executa seu Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT, no qual estão previstas atividades relacionadas a análises de prestações de contas apresentadas pelos recebedores dos recursos.

3.2.2 Informações sobre a realização das receitas

As receitas da Chesf derivam da geração e transmissão de energia elétrica. As receitas da atividade de geração derivam do suprimento e fornecimento de energia para as empresas de distribuição, industriais e consumidores livres e são registradas com base nos contratos de venda de energia. Essas receitas remuneram os investimentos não indenizados, a operação e a manutenção das usinas. Para as concessões de geração prorrogadas nos termos da Lei n.º 12.783/2013, houve uma mudança nas condições do contrato de concessão, onde as receitas para essas usinas foram estabelecidas para sua operação e manutenção.

Com relação a Receita de Transmissão, a Receita Anual Permitida - RAP definida no Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica refere-se ao valor autorizado pela Aneel, mediante resolução, a ser auferido pela Companhia pela disponibilização das instalações do seu Sistema de Transmissão. É composta pela parcela referente às instalações da Rede Básica mais as parcelas referentes às demais instalações de transmissão e conexões. De acordo com o primeiro termo aditivo ao Contrato de Concessão nº 061/2001, a RAP desse contrato será reajustada pelo IPCA, em substituição ao IGP-M, e passará por revisões tarifárias a cada 5 anos, alterando a determinação anterior, vigente até a prorrogação da sua concessão, que previa revisões tarifárias a cada 4 anos. Nas novas concessões, obtidas em Leilões Públicos de Transmissão, a receita corresponderá ao valor indicado nos lances, sendo fixa e reajustada anualmente pelo IPCA ao longo do período de concessão e está sujeita, também, a revisões tarifárias a cada cinco anos, durante os 30 anos de duração da concessão.

Em 2015, a Companhia apresentou aumento da receita operacional bruta em 2015 de 6,8% em comparação ao exercício de 2014, passando de R\$ 4.210,0 milhões para R\$ 4.498,2 milhões. Contribuíram para essa variação positiva, o aumento da receita de fornecimento e suprimento de energia elétrica de 13,0% (R\$ 291,1 milhões), o aumento da receita de operação e manutenção do sistema de transmissão de 18,5% (R\$ 141,7 milhões), e o aumento da receita de comercialização de energia no mercado de curto prazo em 46,5% (R\$ 70,9 milhões).



3.2.3 Informações sobre a execução das despesas

Quadro 9 – Despesas por modalidade de contratação

NÃO SE APLICA. A Chesf não possui créditos registrados no SIAFI, apenas tem o seu Orçamento de Investimento aprovado por LOA.

Quadro 10 – Despesas por grupo e elemento de despesa

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
1. Despesas de Pessoal								
Nome do elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2. Juros e Encargos da Dívida								
Nome do elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3. Outras Despesas Correntes								
Nome do elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
4. Investimentos								
Equipamentos	370.089.598	561.978.114	370.089.598	561.978.114			370.089.59	561.978.114
Construção Civil	113.487.449	158.307.237	113.487.449	158.307.237			113.487.44	158.307.237
Montagem Eletromecânica	50.240.149	63.996.787	50.240.149	63.996.787			50.240.149	63.996.787
Demais	387.627.734	453.357.944	387.627.734	453.357.944			387.627.734	453.357.944
5. Inversões Financeiras								
Nome do elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6. Amortização da Dívida								
Nome do elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

NÃO SE APLICA “Despesas Correntes”, “Despesas de Capital – Inversões Financeiras” e “Despesas de Capital – Amortização da Dívida”. A Chesf não possui créditos registrados no SIAFI, apenas tem o seu Orçamento de Investimento aprovado por LOA.

A Chesf, por ser uma empresa estatal federal com recursos próprios, não utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, por tratar-se de um sistema que processa e controla a execução orçamentária e financeira, patrimonial e contábil dos órgãos da Administração Pública Direta Federal, das autarquias, fundações e empresas públicas federais e das sociedades de economia mista que estiverem contempladas no Orçamento Fiscal e/ou no Orçamento da Seguridade Social da União, tendo apenas seu Orçamento de Investimento aprovado por LOA.

O valor global do Orçamento de Investimento da Chesf, aprovado na Lei Orçamentária Anual - LOA 2015, foi de R\$ 1.876.888.759.

O Decreto sem número, de 24/02/2015, reabriu saldos dos créditos extraordinários, no valor de R\$ 128.500.000, abertos pela Medida Provisória nº 666, de 30/12/2014.

Para adequação ao real cronograma de execução do plano de obras da Chesf, o Orçamento de Investimento sofreu cancelamento, aprovado na Lei nº 13.225, de 23/12/2015, ficando o valor global em R\$ 1.969.106.084.

Os principais elementos de despesa do grupo de Investimento são: Aquisição de Equipamentos, Serviços de Construção Civil, e Serviços de Montagem Eletromecânica, devido às características próprias do negócio da Chesf: geração e transmissão de energia elétrica.

Análise Crítica:

Ação: 12OR – Implantação do Parque de Geração de Energia Eólica Casa Nova no Estado da Bahia

Obra paralisada desde agosto/2014. A empresa líder do consórcio construtor está em recuperação judicial. A Chesf rescindiu o contrato e lançou consulta ao mercado para contratação de novo fornecedor.

Em julho de 2015 a Chesf solicitou à Aneel os Despachos de Requerimento de Outorga – DROs considerando 7 parques, totalizando 180 MW.

A Chesf deverá concluir, no início de 2016, um relatório de avaliação econômico-financeiro sobre a atratividade de conclusão dos 7 parques segregados, priorizando 2 deles, que já se encontram em estágio mais avançado.

Ação: 146A – Implantação de Parques de Geração de Energia Eólica na Região Nordeste

Esta ação contempla a implantação dos parques eólicos Casa Nova II (28 MW) e Casa Nova III (24 MW), no município de Casa Nova-BA, com energia comercializada no Leilão Aneel no 10/2013, A-5, com entrega prevista para início de 2018.

Em 2015, as principais realizações foram:

- Elaboração do levantamento de fauna.
- Elaboração do inventário florestal da área de influencia direta – AID
- Elaboração do inventário florestal para obtenção da Autorização de Supressão de Vegetação Nativa – ASV
- Elaboração dos estudos e projeto básico ambiental (PBA) para viabilizar a Licença de Instalação (LI).
- Elaboração do projeto de prospecção arqueológica para o Iphan.
- Conclusão das negociações do CT de fornecimento de aerogeradores, com previsão de assinatura do CT no mês de janeiro de 2016.

Ação: 14NB – Ampliação do Sistema de Geração de Energia Elétrica na Região Nordeste

Com relação aos aproveitamentos hidrelétricos no Rio Parnaíba, foi protocolada pela Chesf na Aneel, em dez/2015, a entrega do novo Relatório de Disponibilidade Hídrica (REDH), elaborado por meio de uma empresa contratada, para possibilitar a emissão pela Agência Nacional de Águas (ANA) da Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica (DRDH). A emissão da DRDH é essencial para viabilizar a participação nos próximos leilões de concessão das usinas Ribeiro Gonçalves, Cachoeira, Estreito e Castelhana.

Ação: 14NC – Implantação do Projeto Solar para Geração de Energia Elétrica, a partir de painéis fotovoltaicos, e de LT associada, no Estado de Pernambuco

Implantação de Parque Fotovoltaico de 3 MWp em Petrolina – PE.

Iniciado processo de construção de um novo Edital para as obras eletromecânicas, em conjunto com as partes envolvidas.

Conclusão do processo de análise de revisão contratual das obras civis, relativo ao custo global da obra.

- Contratação das Instituições de Estudos e Projetos:

Estudos Preliminares: 100%

Estudos Técnicos Dirigidos (Projeto Básico): 100%

Especificações da Planta Tecnológica de 0,5 MWp: 0%

- Projeto Básico 2,5 MWp:

Sistema Fotovoltaico: 100%

Edifício Sede (instalação do Laboratório e Centro de Controle) e Acessos: 0%

- Licenças:

Licenciamento Ambiental: 100%

Licenciamento Arqueológico: 100%

- Obras civis:

Licitação de Fornecimento: 100%

- Suprimento:

Licitação da Planta Fotovoltaica: 20% (em análise pelo Suprimento)

Ação: 14ND – Ampliação da Capacidade de Geração da UHE Luiz Gonzaga (Itaparica) de 1.749 MW para 2.749 MW no Estado da Bahia

Não houve atividades desenvolvidas nesta ação em 2015.

Estudo publicado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) demonstra que a ampliação dessa usina com mais em 4 unidades geradoras, com adição de 1.000 MW, para atendimento à demanda de ponta, não se mostrava viável nas condições atuais.

De qualquer forma, ainda é aguardada uma regulamentação pela Aneel para remuneração por disponibilidade, bem como sobre o processo de outorga para a possível implantação: se por autorização direta ou via disputa Leilão.

Ação: 15BE – Implantação de Projeto Solar para Geração de Energia Elétrica na Região Nordeste

Desenvolvimento de projetos solares fotovoltaicos próprios no Nordeste, visando a disputar venda de energia em leilões de geração promovidos pela Aneel:

- UFV Bom Nome/PE (29,7 MWp)
 - Estava habilitada para participar do primeiro e segundo leilão de Energia Solar de 2015;
 - Encontra-se em desenvolvimento para participação dos leilões de Energia Solar em 2016;
 - Localização: Município de São José do Belmonte no distrito de Bom Nome;
 - Tecnologia aplicada: Fotovoltaica policristalino;
 - Previsão de geração: 56.000 MWh/ano.
 - Encontra-se com:
 - Despacho de Requerimento de Outorga (DRO) da Aneel;
 - Licença Ambiental Prévia (LP) da CPRH;
 - Conjunto de dados solarimétricos certificados;
- UFV Bom Jesus da Lapa/BA (90 MWp)
 - Encontra-se em desenvolvimento com previsão para participação dos leilões de Energia Solar em 2016;
 - Localização: Município de Bom Jesus da Lapa – Bahia;
 - Tecnologia aplicada: Fotovoltaica policristalino com uso de rastreamento;
 - Previsão de geração: 170.000 MWh/ano.

Ação: 11ZY – Implantação das Subestações Suape II (500/230 kV - 600 MVA) com seccionamento da LT 500 kV Messias - Recife II e Suape III (230/69 kV - 400 MVA) com seccionamento das LT's em 230 kV UTE Termopernambuco - Pirapama II (Suape II) C1 e C2 (PE)

Empreendimento energizado.

Ação: 5107 – Ampliação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na Região Nordeste

- Obras concluídas:
 - LT Sobral III – Acaraú II 230 kV 04P3 energizada em vazio sobre a SE Acaraú II.
 - SE Igaporã: Energizada em carga LT 04F8 - IGD/IGT 230kV às 10:31h
 - SE Pindaí II Energizada em carga LT 04N1 - IGT/PND 230kV às 10:54h.
 - SE Penedo: Energizado em carga os TR 04T1/T2 230/69kV 100MVA.
 - Energizada LT 04F9 - IGD/IGT 230kV as 15:45h
 - SE Igaporã III - Entrada em operação 1º ATR 05T1 750MVA
- Obras em andamento:
 - Nova SE Pólo 230/69 KV – 100 MVA
 - Nova SE Extremoz
 - LT 230 Extremoz/João Câmara - 82 km
 - LT 230 KV Igaporã/Bom Jesus da Lapa - 115 km
 - SE Igaporã II 230/69 kV - 300 MVA; SE Mirueira II 230/69 KV – 300 MVA

A não realização da totalizando do investimento previsto deu-se, principalmente pelos atrasos nos licenciamentos ambientais, problemas na liberação fundiária e o baixo desempenho apresentado pelas empresas contratadas.

Ação: 4476 - Manutenção do Sistema de Geração de Energia Elétrica na Região Nordeste

Com vistas a manter o sistema de geração hidrelétrica com níveis de continuidade e disponibilidade satisfatórios ao atendimento à demanda, de modo a cumprir os contratos de venda de energia firmados, destacam-se as seguintes realizações nas usinas em operação do Sistema Chesf:

- Implantação dos sistemas digitais nas Usinas Paulo Afonso I, II e III:

Usina II:

- Unidade 01G7 concluída em julho 2015.

- Implantação dos sistemas digitais na Usina Boa Esperança:

- Unidade 01G2 concluída em setembro de 2015*.
- Unidade 01G1 concluída em novembro de 2015*.

*A alteração de datas para 2015 foi necessária, devida a não liberação pelo ONS, da execução dos trabalhos em 2014.

- Modernização das unidades geradores das Usinas Paulo Afonso I e II:

Usina I:

- Unidade 01G2 em concluída em setembro de 2015*.
- Unidade 01G1 concluída em maio de 2015.

*A unidade 01G2 já se encontrava em fase final de comissionamento, quando ocorreu o arraste de material nas sapatas do mancal, postergando a conclusão dos trabalhos.

Usina II:

- Unidade 01G4 concluída em julho de 2015.

- Projeto para implantação dos sistemas digitais na Usina Sobradinho:

Este processo, já com o escopo revisado, obteve o aval da Diretoria para o prosseguimento em outubro de 2015. A atualização dos preços (visto que o Projeto Básico é de 2012) está em execução, com previsão de término para março/2016. Logo após atualização o processo de contratação deverá ser iniciado.

- Projeto para implantação dos sistemas digitais na Usina Paulo Afonso IV:

Em outubro de 2015 foi definido que a elaboração do Projeto Básico será feita internamente na Chesf, com duração prevista de 12 meses e conclusão em dezembro de 2016.

- Projeto para implantação dos sistemas digitais na Usina Xingó:

A elaboração do Projeto Básico (PB) foi finalizada em julho/2015. O processo aguarda definição estratégica da Diretoria para iniciar o processo de contratação da execução dos serviços.

Foram executados diversos serviços de adequação e manutenção no Sistema de Geração em operação, objetivando a eliminação de pendências técnicas, legais e ambientais, bem como a substituição de equipamentos e componentes por obsolescência ou final de vida útil.

Principais serviços executados:

- Melhorias nas instalações civis nas barragens e casa de força das usinas Paulo Afonso I, II, III e IV, Apolônio Sales e Luiz Gonzaga, para Lei de Segurança de Barragens e a recomendações da Aneel-SFG.
- Substituição do disjuntor do gerador (acionamento a ar comprimido por acionamento a SF6) da máquina 2 da UHE Luiz Gonzaga (o serviço foi realizado nas máquinas 1, 4, 5 e 6 entre 2012 e 2014, e será realizado na máquina 6 neste ano 2016).

- Implantação de grupo gerador de emergência na UHE Sobradinho para dotá-la de meios de participar da recomposição fluente do SEP depois de ocorrências sistêmicas.
- Modernização do mancal de escora das máquinas 2 e 4 da UHE Xingó (as demais unidades geradoras terão a melhoria implantada em 2016 e 2017), visando a aumentar sua confiabilidade operacional.
- Digitalização dos sistemas de comando e controle dos serviços auxiliares da UHE Pedra, para permitir sua operação a partir da SE-Funil.

Principais bens adquiridos:

- Buchas condensivas para os transformadores elevadores da UHE Luiz Gonzaga.
- Carregadores retificadores para os sistemas de corrente contínua das usinas Paulo Afonso IV, Luiz Gonzaga e Xingó.
- Motocompressores para o sistema de regulação de velocidade das usinas Paulo Afonso IV e Pedra.
- Resfriadores de ar do gerador para reserva técnica das usinas Paulo Afonso IV e Apolônio Sales.

Ação: 2D61 – Reforços e Melhorias no Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na Região Nordeste

Obras concluídas:

SE Suape II: 2o ATR 500/230/13,8kV - 600MVA 05T2 -
 SE Teresina: 3o TR 230/13,8 kV - 50 MVA 04T1
 Se Tauá II: Entrada em operação do TR 04T2 230/69kV - 100MVA.
 SE C. Grande III seccionamento do circuito C. Grande - Extremoz II 230kV 04V3.
 SE C. Grande III: seccionamento do circuito C. Grande II - Natal III 230kV 04V4
 SE Suape III: 3º TR 230/69kV - 100MVA 04T3.
 SE G. Mangabeira 2º TR 230/69/13,8kV - 100MVA 04T2.
 SE Teresina II: 3º ATR 550/230/13,8 kV – 300 MVA 05T4.
 SE Bom Nome: EL 230 kV 04L4 para Salgueiro (Transposição).
 SE Itabaianinha TR 230/69kV - 100MVA 04T3
 SE Boa Esperança 230/69kV – 50MVA - 04T5
 SE Floresta II: EL 230 kV 04P2 para Transposição (Eixo Leste).
 SE Garanhuns II: seccionamento do circuito P. Afonso III – Angelim 230 kV 04L4.
 SE Garanhuns: seccionamento do circuito P. Afonso III – Angelim 230 kV 04L3.
 SE Garanhuns: seccionamento do circuito P. Afonso III – Angelim 230 kV 04L2.
 LT Garanhuns – Angelim 230 kV 04N2 (geminamento LT 04L2/L3).
 SE Garanhuns: seccionamento da LT Luiz Gonzaga – Angelim II 500 kV 05L5.
 SE Piripiri: 2º TR 230/69 kV – 50 MVA 04T2 (substituição do 1º TR 33 MVA).
 SE Juazeiro II: TR 230/69 kV – 100 MVA 04T4.

Os valores realizados estiveram abaixo dos limites estabelecidos, mesmo com o grande volume de empreendimentos realizados nessa ação, incluindo-se o Programa de Modernização de Instalações – PMI. As principais dificuldades encontradas foram a dificuldade na contratação de empresas para a execução e o baixo desempenho das empresas contratadas.

Ação: 2D63 – Manutenção do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na Região Nordeste

Foram executados diversos serviços de adequação e manutenção no Sistema de Transmissão em operação, objetivando a eliminação de pendências técnicas, legais e ambientais, bem como a substituição de equipamentos e componentes por obsolescência ou final de vida útil.

Os principais serviços executados foram:

- Ampliação da substituição por proteção digital, sistemas de proteção analógicos de linhas de transmissão de 230 e 500KV;
- Ampliação dos recursos de supervisão e controle possibilitando a teleassistência de instalações;
- Ampliação, através da etapa 3, do sistema acesso remoto a dispositivos de proteção e controle (VITAL);
- Adequação da supervisão do sistema de transmissão ao procedimento de rede 2.7;
- Ampliação do sistema de regulação automática de tensão de transformadores;
- Implantação de melhorias no sistema de partida do Compensador Síncrono da subestação Recife II;
- Substituição dos servidores do nível 2 do sistema de controle das instalações;
- Implantação da primeira etapa do sistema de Transporte Óptico (OTN/SDH), em substituição dos equipamentos e sistemas em final de vida útil, para os quais não existem peças de reposição no mercado, proporcionando o aumento de confiabilidade e resiliência da rede, com a estruturação de anéis redundantes de alta capacidade;
- Implantação de redes Locais (LAN) através de infraestrutura de redes wireless e cabeamento estruturado, bem como novos Switches operacionais e corporativos;
- Desenvolvimento e Implantação do Sistema de Suporte a Operação (OSS) de telecomunicações;
- Substituição de bancos de baterias em final de vida útil para sistemas de telecomunicações;
- Substituição de Cabos Para Raios Tipo OPGW em linhas de transmissão de 230 e 500 KV;
- Substituição de sistemas DC de baterias e retificadores por final de vida útil;
- Substituição de transformadores de corrente com histórico de falha;
- Substituição de disjuntores, transformadores de corrente, transformadores de potencial e para-raios, por obsolescência, desgastes prematuros e/ou final de vida útil;
- Substituição de compressores em centrais de ar comprimido de subestações da rede básica em final de vida útil;
- Aquisição de sistemas de selagem e relés de gás, para aplicação em transformadores e reatores com estes componentes desgastados e/ou em final de vida útil;
- Aquisição de isoladores de porcelana e armários com contatos auxiliares para aplicação em chaves seccionadoras, em atendimento a demandas Aneel/ONS;
- Aquisição de transformadores, grupos geradores de emergência, retificadores, transformadores de corrente e potencial, para a reserva técnica de suporte à manutenção;
- Aquisição de retificadores móveis para aplicação em emergências nos sistemas de telecomunicações;
- Revitalização de instalações civis e construção de muros de subestações;
- Revitalização de disjuntores de 230 kV e 500 kV;
- Grandes reparos de transformadores de força;
- Eliminação de erosões no entorno de estruturas de Linhas de Transmissão para evitar risco de tombamento;
- Aquisição de isoladores poliméricos para aplicação em Linhas de Transmissão situadas em área de poluição;
- Substituição de cabos para-raios e acessórios com desgastes prematuros e/ou final de vida útil em Linhas de Transmissão;
- Substituição de estruturas metálicas, com risco de tombamento, em final de vida útil;
- Aquisição de estruturas metálicas para a reserva técnica de suporte à manutenção em Linha de Transmissão de 230 kV, em casos de ocorrências com queda de torres;
- Substituição de estruturas de Linhas de Transmissão, em concreto armado, com risco de tombamento, situadas em áreas de ocupação irregular de faixa de servidão,;
- Substituição de fundação de estruturas de Linhas de Transmissão com risco de tombamento;

- Reconstrução de estradas de acesso às estruturas de Linhas de Transmissão;
- Proteção Anticorrosiva em pórticos de subestação para aumentar a vida útil da instalação com eliminação da corrosão;

O desvio da realização em relação ao orçamento foi decorrente do alongamento de alguns prazos de execução dos serviços e na entrega dos equipamentos adquiridos, postergando uma parte da realização para 2016.

Ação: 3390 – Irrigação de Lotes na área do Reassentamento, com 20.599 ha na Usina de Itaparica(BA)

Em 22 de maio de 2015 a CHESF assinou contrato com a empresa TECTRAN BAHIA LTDA no valor total de R\$ 8.881.049,13 para conclusão das obras do Perímetro irrigado Jusante, em Glória/BA, último a ser implantado no Reassentamento de Itaparica. Tratam-se das glebas denominadas de 2A, 2B e 2C, que representam 43% do total da área do perímetro, onde será necessária a execução de medidas administrativas e judiciais para cumprimento do mandado de imissão de posse da área, inclusive com apoio de força pública policial, se necessário.

Na esfera ambiental foram cumpridas as condicionantes ambientais na obra do Perímetro Jusante, tais como a supressão vegetal com afugentamento e resgate da fauna, a recuperação de áreas degradadas, o programa de gerenciamento de resíduos sólidos e o programa de educação ambiental. Tiveram continuidade a execução do Plano de Controle Ambiental dos Projetos Brígida e Fulgêncio e o Recolhimento de Embalagens Vazias de Agrotóxicos nos projetos localizados no Estado de Pernambuco. Os Serviços de Manutenção das Áreas de Reserva Legal dos Projetos Irrigados de Itaparica, Recomposição da APP (Área de Preservação Permanente) e Reserva Legal do Projeto Jusante foram sequenciados, visando o monitoramento das áreas quanto a eventuais usos irregulares, preservação das sinalizações e marcos demarcatórios da poligonal daquelas áreas.

No tocante a desoneração dos serviços públicos municipais que vêm sendo prestados pela CHESF, foram ajuizadas quatro ações na Justiça Federal dos Estados da Bahia e de Pernambuco, objetivando a assunção imediata pelos municípios de Glória e Rodelas, na Bahia, e Tacaratu e Santa Maria da Boa Vista, em Pernambuco, de forma que a CHESF possa se desincumbir desse encargo assumido de forma tácita há mais de 25 anos em razão da ausência daquelas municipalidades na prestação dos serviços à população reassentada.

Os processos ajuizados foram:

Proc. Nº 0004765-34.2014.4.01.3306 – Município de Rodelas-BA – Liminar Concedida. Sentença confirmou a liminar, reiterativa da assunção dos serviços. Município não cumpriu a determinação judicial. A CHESF irá notificar extrajudicialmente.

Proc. Nº 0800527-54.2014.4.05.8308 - Município de Stª Maria da Boa Vista-PE – Sentença Prolatada, Remetida ao TRF para reexame necessário.

Proc. Nº 0004769-71.2014.4.01.3306 – Município de Glória-BA – Sentença Prolatada, Município foi revel. Liminar concedida, mantida na decisão. A Chesf irá notificar extrajudicialmente.

Proc. Nº 0800291-96.2014.4.05.8310 – Município de Tacaratu-PE – Processo em andamento. Ainda não concedida a liminar.

Quanto aos municípios de Curaçá e Belém do São Francisco, a transferência dos serviços vem se fazendo mediante termo de cooperação financeira, com imediata desincubência da Chesf na administração daqueles serviços.

As questões indígenas não apresentaram qualquer evolução digna de destaque, permanecendo ainda pendente por parte da FUNAI a aquisição de terras para completar a Reserva Indígena Tuxá de Rodelas, e o Ministério da Justiça se pronunciar quanto aos recursos administrativos interpostos pela Chesf e Municípios de Abaré e Curaçá acerca da proposta de demarcação do Território Indígena Tumbalalá, que apesar de não serem afetados pelo Programa de Reassentamento a poligonal atualmente proposta interfere em cerca de um terço da área do Perímetro Irrigado Pedra Branca, onde foram reassentadas cerca de 800 famílias de agricultores oriundas da área do reservatório de Itaparica, ainda nos anos 1980.

Ação: 4101 - Manutenção e Adequação de Bens Imóveis

- Melhorias diversas no Complexo Sede, em Recife-PE, como: conclusão dos serviços de capeamento do asfalto do estacionamento do Edifício André Falcão e do Anexo V; conclusão da casa de bombas para drenagem de águas pluviais do Anexo V; conclusão do prédio da nova subestação do Edifício André Falcão; conclusão da ampliação do depósito de armazenamento de materiais do Centro de Operação de Análises e Manutenção de Óleos – COAM no Anexo V; conclusão da reforma nas instalações físicas da Gráfica da Chesf no Anexo V; conclusão da reforma nas instalações físicas da Divisão de Manutenção Elétrica da Geração - DOEG no Anexo III; conclusão da adequação dos banheiros do 2º pavimento do Bloco B do Edifício André Falcão adequando-os às normas de acessibilidade ABNT-NBR-9050; conclusão dos serviços de interligação dos estacionamentos situados entre os Blocos B e C do Edifício André Falcão; conclusão do piso intertravado nas calçadas dos estacionamentos dos blocos B e C do Edifício André Falcão;
- Conclusão dos serviços de instalação de linha de vida nos galpões do Parque de Materiais de Abreu e Lima – PMAL, em Abreu e Lima-PE;
- Recomposição do capeamento do asfalto de acesso do Edifício Eunápio Peltier de Queiroz em Salvador-BA e prédios anexos;
- Continuidade da execução do Plano de Melhorias no Edifício Eunápio Peltier de Queiroz em Salvador-BA, nos prédios anexos e prédios do Complexo Camaçari, com serviços de recuperação e adequações nas instalações físicas de banheiros, rampas, sinalizações, elevadores, depósitos e laboratórios, e instalações elétricas, inclusive em atendimento às normas de acessibilidade ABNT-NBR-9050;
- Iniciado os serviços de construção dos prédios dos Serviços de Recursos Humanos, Manutenção de Linhas e Manutenção de Subestações da Gerência Regional Oeste em Teresina-PI.

Ação: 4102 - Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos na Região Nordeste

- Aquisição de dois caminhões semipesados para atendimento as demandas do sistema organizacional de manutenção de linhas de transmissão, no que tange as aplicações específicas de lavagem de isoladores nos Serviços Regionais de Angelim, em Angelim-PE e Fortaleza, em Fortaleza-CE, promovendo maior confiabilidade e disponibilidade do sistema eletroenergético da empresa.
- Conclusão dos serviços de melhorias e modernização no Sistema de Climatização da sala da Presidência no Edifício André Falcão no Complexo Sede em Recife-PE, através da aquisição e instalação de novos equipamentos;

- Conclusão dos serviços de instalação de equipamentos para nova Subestação do Edifício André Falcão no Complexo Sede em Recife-PE;
- Aquisição de máquinas de refrigeração para substituição do Sistema de Climatização do Centro de Operação do Sistema (COOS) no Anexo II do Complexo Sede em Recife-PE;
- Aquisição de um reboque com tanque e bomba para transporte de querosene de aviação para abastecimento dos helicópteros quando estão supervisionando as atividades fins nas instalações de Sobradinho;
- Aquisição e instalação de equipamentos para nova Subestação do Edifício André Falcão no Complexo Sede, em Recife-PE;
- Aquisição de instrumentos de teste para suporte à manutenção de linhas de Transmissão, equipamentos de subestações e sistemas de proteção, controle e automação.

Ação: 4103 - Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento na Região Nordeste

- Desenvolvimento de novas funcionalidades do Sistema Integrado de Gestão de Ativos – SIGA;
- Aquisição de licenças da ferramenta para migração e saneamento de dados dos sistemas legados corporativas para o SAP;
- Aquisição de licenças do RHSin para utilização do módulo eSocial;
- Aquisição de licenças da ferramenta do tipo Data Discovery (Qlikview);
- Implantação do sistema de receitas operacionais (SRO);
- Desenvolvimento do novo sistema de gestão dos relatórios de ocorrência da Operação;
- Aquisição de licenças para implantação do SAP;
- Aquisição e implantação da nova solução de segurança – Firewall de 3ª geração;
- Aquisição e implantação de solução de monitoramento da infraestrutura;
- Aquisição e implantação de novos roteadores para a infraestrutura de rede;
- Contratação de consultoria para suporte ao Plano de Continuidade de Serviços de TI;
- Aquisição e Implantação de nova infraestrutura de rede sem fio;
- Migração dos serviços de correio e arquivos das regionais para a sede, com a finalidade de redução de custos de manutenção;
- Continuidade do contrato da Fábrica de Processos e requisitos em projetos como Gestão de Participações, Mapa de Processos do SOTI, Gestão de Hardware, Diagnóstico de Processos Organizacionais, Gestão de Continuidade dos Serviços de TI;
- Licenciamento Microsoft Corporativo (Office);
- Licenciamento Microsoft Específico (Desenvolvimento);
- Contratação de solução de segurança da camada cliente, mensageria interna e externa e filtro de conteúdo web;
- Contratações referentes aos softwares de uso específico, tais como: Softwares Autodesk, SUBREL, Contract Web;
- Ferramenta de inventário de hardware e gerência de configuração (Landesk);
- Substituição de Unidades Terminais Remotas – UTR por obsolescência ou final de vida útil;
- Ampliação de desenvolvimento do Sistema Aberto de Gerenciamento de Energia – SAGE;
- Substituição dos Vídeo Wall dos Centros de Controle de Operação;
- Substituição de servidores dos Centros de Controle de Operação;
- Substituição de amplificadores ópticos em final de vida útil;
- Substituição de bancos de baterias em final de vida útil para sistemas de telecomunicações;
- Desenvolvimento e Implantação do Sistema de Suporte a Operação (OSS) de telecomunicações;
- Implantação da primeira etapa do sistema de Transporte Óptico (OTN/SDH), em substituição dos equipamentos e sistemas em final de vida útil, para os quais não existem peças de reposição no

mercado, proporcionando o aumento de confiabilidade e resiliência da rede, com a estruturação de anéis redundantes de alta capacidade;

- Implantação de redes Locais (LAN) através de infraestrutura de redes wireless e cabeamento estruturado, bem como novos Switches operacionais e corporativos.

3.3 Desempenho operacional

Apresentamos abaixo os principais resultados de cada Objetivo Estratégico (OE) que foi monitorado em 2015 no Mapa Estratégico 2015-2019.

OE 1: Aumentar a Receita com a Expansão e Revitalização da Geração

Esse Objetivo possui um indicador relativo a ampliações e melhorias em usinas renovadas, cuja meta foi cumprida conforme previsto. No que se refere à entrega de novos empreendimentos próprios, foram enfrentadas dificuldades na realização das obras da eólica Casa Nova I, em virtude das dificuldades financeiras da empresa parceira, o que levou à decisão de se realizar uma análise econômico-financeira para avaliação da Diretoria quanto à continuidade desse empreendimento. Quanto aos empreendimentos Casa Nova II e III, foram concluídas as negociações com a empreiteira para contratação de fornecimento de aerogeradores, obras civis e elétricas dos parques eólicos.

OE 2: Aumentar a Receita com a Comercialização

Os resultados da comercialização foram positivos, com destaque para compra e venda de energia incentivada de duas eólicas com preço de venda mais de 50% superior ao preço de compra. Outro fator positivo foi a obtenção de Liminar que limitou o valor do GSF em 95% e impediu que a Empresa assumisse os custos decorrentes de outras liminares na liquidação do Mercado de Curto Prazo da CCEE, evitando um custo de R\$ 630 milhões de reais. Vale ressaltar ainda a negociação, com a participação ativa da Chesf, que resultou na prorrogação dos contratos com os consumidores industriais, gerando oportunidade para a prorrogação antecipada da concessão da Usina Hidroelétrica de Sobradinho e a criação do Fundo de Energia do Nordeste (FEN).

OE 3: Aumentar a Receita com a Expansão e Revitalização da Transmissão

A entrega de empreendimentos de transmissão em 2015 aumentou da capacidade de transformação do sistema Chesf em 9,4%. Grandes dificuldades ainda são enfrentadas em relação ao prazo de entrega de obras, mas uma nova forma de gestão dos empreendimentos foi implementada em 2015 para enfrentar esse desafio e alcançar a meta de entregar as obras atrasadas que compõem o portfólio da Chesf até 2017.

OE 4: Minimizar as Perdas de Receita através da Eficiência e Qualidade na Operação e Manutenção dos Ativos

O conjunto de indicadores desse Objetivo reflete a eficiência na operação dos ativos, e as metas de minimização de perdas de receita foram alcançadas, tanto na geração quanto na transmissão. Os demais indicadores operacionais também apresentaram ótimos resultados em 2015, tendo alguns deles atingido o melhor resultado histórico na Chesf. No entanto, algumas metas não foram atendidas, a exemplo da quantidade de instalações teleassistidas, que não correspondeu ao planejado por motivo de dificuldade de movimentação interna de pessoal para atender o novo modelo.

OE 5: Reduzir Custos e Despesas (Custeio e Investimento)

Após a Lei nº 12.783/2013, que resultou em grande redução de receita para a Chesf, esse objetivo estratégico se tornou destaque na organização, que vem buscando a contínua redução dos custos e despesas nos últimos anos. No entanto, as metas estabelecidas para as contas gerenciáveis de PMSO (Pessoal, Material, Serviços e Outros) não alcançaram os valores estabelecidos como meta para 2015. Isso se deve, dentre outros fatores, ao efeito da inflação maior que a projetada, despesas decorrentes das negociações do Acordo Coletivo de Trabalho, além de gastos não previstos com algumas contas. Vale destacar, no entanto, que embora a meta geral das contas do PMSO não tenha sido alcançada, os gastos foram mantidos no mesmo patamar do ano anterior, o que reflete a

realização de um esforço de redução, principalmente na negociação de reajustes de contratos junto aos fornecedores e na redução da conta de horas extras em relação a 2014.

OE 6: Aperfeiçoar Práticas de Gestão de Pessoas.

Os indicadores relacionados ao clima organizacional, rotatividade e gestão de processos foram atingidos. No ano de 2015, foi estruturado o modelo do dimensionamento do quadro de pessoal utilizando a metodologia da FIA/USP, que visa melhorar a alocação interna dos empregados da Chesf, para que possam ter mais produtividade ao mudar de setor. Já foi possível avançar no mapeamento de processos da Diretoria de Operação, e esse trabalho deve ter continuidade ao longo de 2016. Destaca-se também a obtenção da nova certificação OHSAS 18.001 da Usina de Xingó.

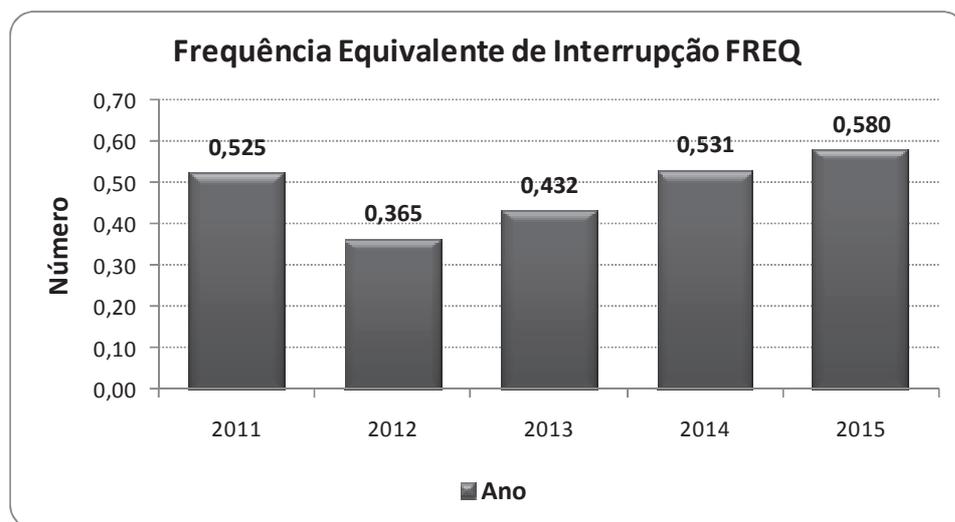
Além dos indicadores estabelecidos e acompanhados no Planejamento Empresarial Chesf, a Empresa também monitora um conjunto de indicadores operacionais, financeiros e socioambientais definidos no CMDE (Contrato de Metas de Desempenho Empresarial), firmado com a *holding*. Dentre os treze indicadores acompanhados, seis apresentaram resultados dentro da meta, três tiveram desvio de até 5% em relação à meta estabelecida e quatro apresentaram desvio em relação à meta superior a 5%. Vale ressaltar que as metas estabelecidas pela *holding* não foram atualizadas nos últimos dois anos, e portanto alguns valores não estão refletindo a realidade atual das empresas Eletrobras. Por esse motivo está prevista a revisão dessas metas em 2016.

3.4 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

3.4.1 Indicadores de Operação

3.4.1.1 Frequência Equivalente de Interrupção – FREQ

É o número de vezes em que uma carga equivalente à demanda máxima atendida pelo sistema Chesf teria sido interrompida, considerando todas as interrupções ocorridas no período. Indica o número equivalente de interrupções no fornecimento de energia elétrica.



a) Utilidade: avaliar o desempenho da gestão da qualidade operacional e subsidiar ações gerenciais para melhoria dos processos de operação e de manutenção.

b) Tipo: eficácia, sendo o resultado do indicador “quanto menor, melhor”.

c) Fórmula de cálculo:

$$FREQ = \frac{\sum_{i=1}^n P_i}{D_m}$$

onde:

P_i - Potência Interrompida no desligamento “i”

D_m - Demanda Máxima

Unidade dimensional: número de interrupções (adimensional)

d) Método de aferição: registro de eventos realizado de forma descentralizada pelos Centros Regionais de Operação, com consistência e validação realizadas de forma centralizada na Divisão de Gestão da Qualidade da Operação. Processamento de dados e informações realizado através de aplicativo computacional.

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Divisão de Gestão da Qualidade da Operação

f) Resultado do indicador no exercício: $FREQ = 0,580$

O índice obtido em 2015 para o FREQ ficou acima dos valores registrados no histórico 2011-2015, sendo superior a meta estabelecida para o ano de 2015, correspondente a 0,443. A meta para o índice FREQ, foi estabelecida tendo como base os seguintes critérios:

- Histórico dos últimos cinco anos ou manutenção da meta do ano anterior, quando esta é ultrapassada, situação que ocorreu;
- Bloqueio das causas de ocorrências com maior severidade, verificadas nos últimos anos;
- Certificação de qualidade dos processos de operação e de manutenção;
- Infraestrutura e quadro técnico adequado para o pronto atendimento.

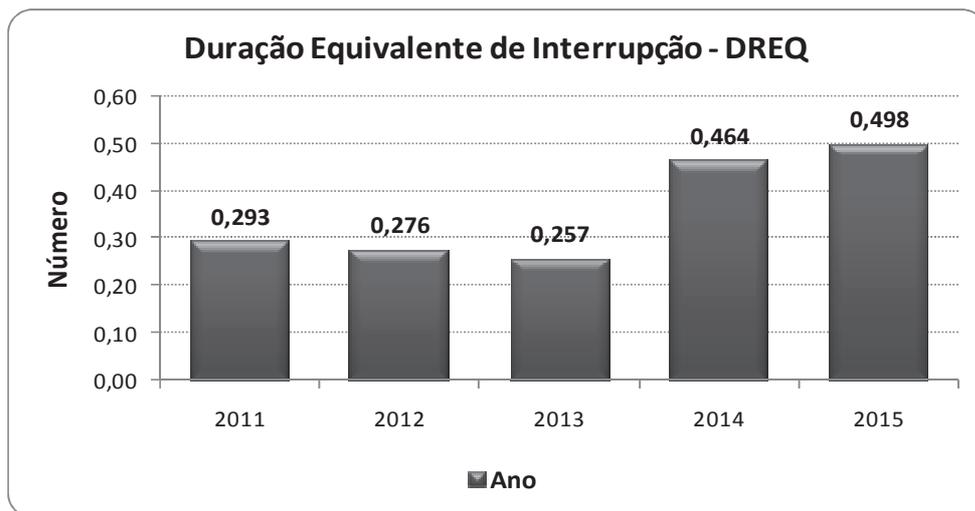
g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: falha de equipamentos/acessórios em subestações foi uma das causas predominantes dos desligamentos verificados em 2015.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso e seus responsáveis: a análise de cada ocorrência é efetuada sistematicamente de modo a implementar ações para bloquear as causas e evitar a sua repetição. Dentre as ações no sentido de bloquear as principais causas das ocorrências de maior severidade e de assegurar a melhoria contínua de desempenho, destacam-se:

- Inspeções aéreas e terrestres nas linhas de transmissão, visando reduzir os desligamentos por vandalismo;
- Controle de poluição dos isolamentos das linhas de transmissão e subestações;
- Uso de técnicas preditivas, como a gáscromatografia do óleo isolante dos transformadores e as inspeções termográficas em linhas de transmissão e subestações;
- Implantação de sistemas de supervisão, oscilografia e qualimetria;
- Modernização dos sistemas de proteção, mediante implantação de cadeias de proteção digitais;
- Implantação do sistema automatizado (VITAL), possibilitando acesso e coleta remota de registros de perturbações de dispositivos de proteção e agilização de análise;
- Modernização de Centros de Controle especialmente ampliando o nível de controlabilidade e observabilidade das instalações permitindo melhor desempenho;

3.4.1.2 Duração Equivalente de Interrupção – DREQ

Equivale ao tempo que uma carga equivalente à demanda máxima atendida pelo sistema Chesf teria permanecido interrompida, considerando todas as interrupções ocorridas no período. Indica a duração equivalente, em horas, das interrupções no fornecimento de energia elétrica.



a) Utilidade: avaliar o desempenho da gestão da qualidade operacional e subsidiar ações gerenciais para melhoria dos processos de operação e de manutenção.

b) Tipo: eficácia, sendo o resultado do indicador “quanto menor, melhor”.

c) Fórmula de cálculo:

$$DREQ = \frac{\sum_{i=1}^n P_i \times T_i}{D_m}$$

onde,

P_i - Potência Interrompida no desligamento “i”

D_m - Demanda Máxima

T_i - Duração do desligamento “i”

Unidade dimensional: horas.

Interpretação: tempo equivalente de interrupção da demanda máxima verificada no período. Permite identificar sistemas de potência mais confiáveis ao consumidor final.

d) Método de aferição: registro de eventos realizado de forma descentralizada, pelos Centros Regionais de Operação com consistência e validação realizada de forma centralizada na Divisão de Gestão da Qualidade da Operação. Processamento de dados e informações realizado através de aplicativo computacional.

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Divisão de Gestão da Qualidade da Operação

f) Resultado do indicador no exercício: DREQ = 0,498

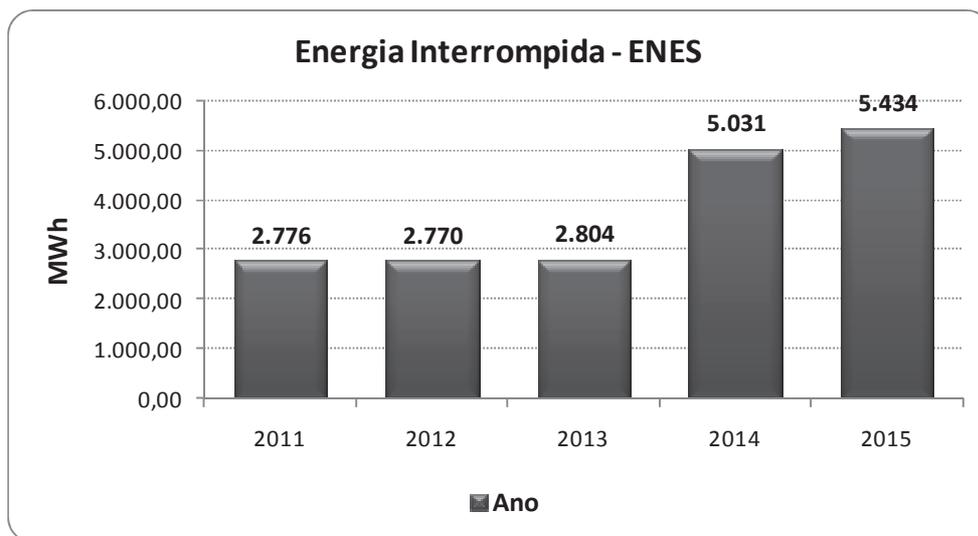
O índice obtido em 2015 para o DREQ ficou acima dos valores registrados no histórico 2011-2015, sendo superior a meta de 0,313 estabelecida para o ano de 2015. A meta para o índice DREQ foi estabelecida tendo como base os mesmos critérios adotados para o índice FREQ.

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: os desligamentos causados por falhas em equipamentos/acessórios foram os que mais impactaram neste indicador em 2015.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso e seus responsáveis: as medidas implementadas estão explicitadas no indicador anterior (FREQ).

3.4.1.3 Energia Interrompida – ENES

É a energia não fornecida em consequência de interrupção de carga, motivada por eventos originados no sistema Chesf. Indica o montante equivalente de energia elétrica, em MWh, nas interrupções do fornecimento.



a) Utilidade: avaliar o desempenho da gestão da qualidade operacional e subsidiar ações gerenciais para melhoria dos processos de operação e de manutenção.

b) Tipo: eficácia, sendo o resultado do indicador “quanto menor, melhor”.

c) Fórmula de cálculo:

$$ENES = \sum P_i \times T_i$$

onde,

P_i - Potência Interrompida no desligamento “i”

T_i - Duração do desligamento “i”

Unidade dimensional: MWh.

Interpretação: contabiliza o montante estimado da energia não suprida no período de observação. É calculada com base na demanda interrompida, multiplicada pela respectiva duração.

d) Método de aferição: registro de eventos realizado de forma descentralizada pelos Centros Regionais de Operação, com consistência e validação realizadas de forma centralizada na Divisão de Gestão da Qualidade da Operação. Processamento de dados e informações realizado através de aplicativo computacional.

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Divisão de Gestão da Qualidade da Operação

f) Resultado do indicador no exercício: ENES = 5.434 MWh

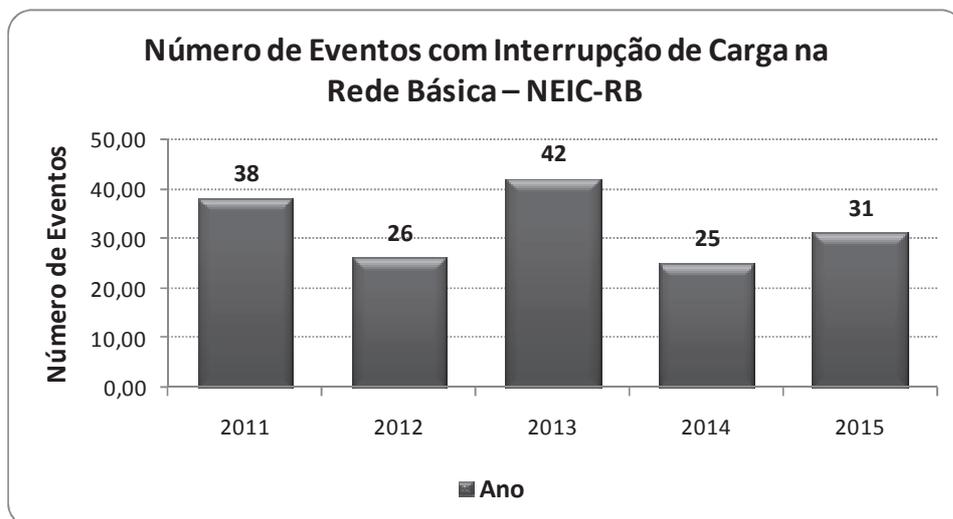
Não é estabelecida uma Meta Limite para este indicador, porém, quanto menor, melhor. Indiretamente é retratado nos indicadores FREQ e DREQ. O índice ENES 2015 é proporcional aos resultados obtidos nos índices FREQ e DREQ.

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: o indicador apresentou um valor acima do histórico dos últimos 5 anos. Este fato se deve às ocorrências contingenciais verificadas ao longo do ano.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso e seus responsáveis: as medidas mencionadas para o indicador FREQ valem, também, para este indicador.

3.4.1.4 Número de Eventos com Interrupção de Carga na Rede Básica – NEIC-RB

Corresponde ao número de desligamentos intempestivos na Rede Básica HP – quantidade de horas do período considerado (8.760 horas).



a) Utilidade: avaliar a capacidade da Rede Básica em suportar contingências sem interrupção de fornecimento de energia elétrica aos consumidores.

b) Tipo: eficácia, sendo o resultado do indicador “quanto menor, melhor”.

c) Fórmula de cálculo: **NEIC-RB** - nº de perturbações na Rede Básica com corte de carga.

d) Método de aferição: registro de eventos realizado de forma descentralizada pelos Centros e Serviços Regionais de Operação, com consistência e validação realizadas de forma centralizada na Divisão de Gestão da Qualidade da Operação (para o Sistema de Transmissão).

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:

Divisão de Gestão da Qualidade da Operação (para o Sistema de Transmissão).

f) Resultado do indicador no exercício:

NEIC-RB = 31 eventos registrados em 2015.

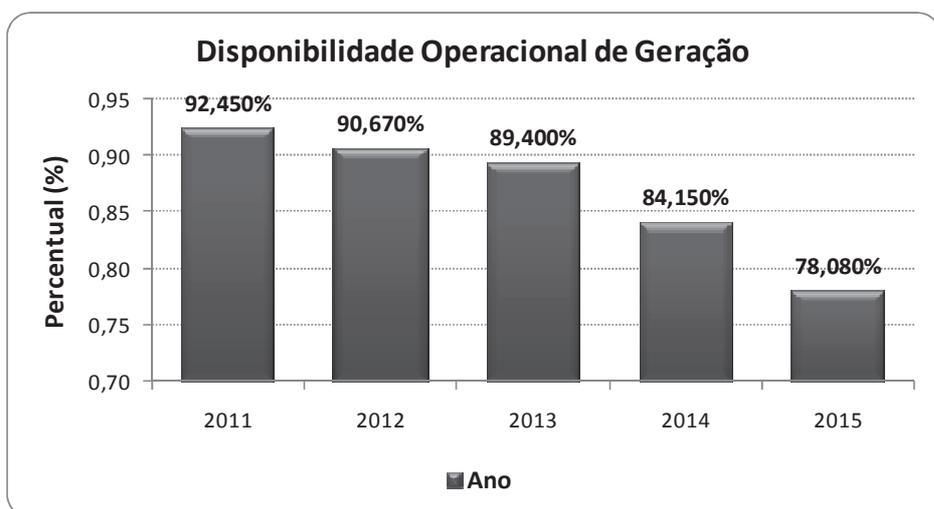
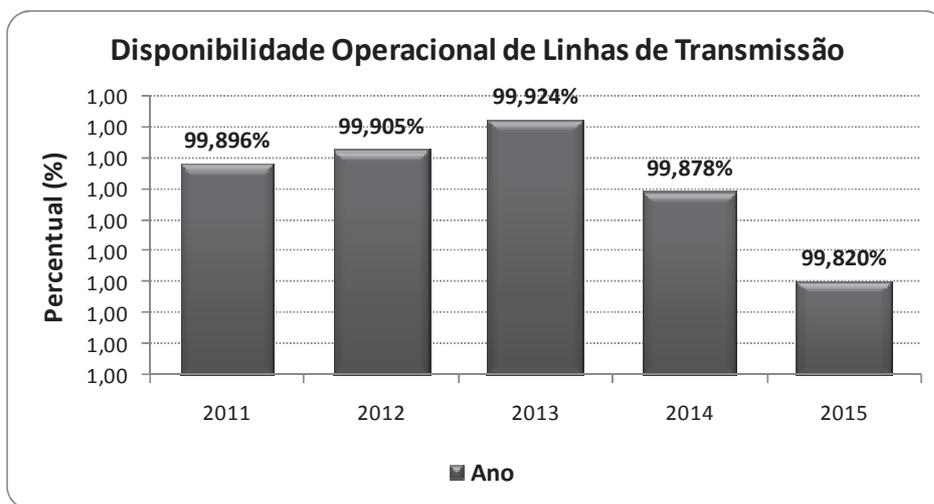
O índice observado em 2015 aproxima-se da média do histórico 2011-2015, ficando abaixo da meta limite de 35 eventos estabelecida para o ano de 2015.

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: os desligamentos causados por falhas em equipamentos/acessórios foram os que mais impactaram neste indicador em 2015.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso e seus responsáveis: as medidas implementadas estão explicitadas no indicador FREQ.

3.4.1.5 Disponibilidade Operacional – DO

É a probabilidade de, num dado momento, o equipamento estar operando – desempenhando sua função – ou pronto para operar.



a) Utilidade: avaliar o desempenho da gestão da qualidade operacional e subsidiar ações gerenciais para melhoria dos processos de operação e de manutenção.

b) Tipo: eficácia, sendo o resultado do indicador “quanto maior, melhor”.

c) Fórmula de cálculo:

i) DO Linha de Transmissão – DISP. LT

$$DISP.LT(\%) = \frac{\sum_{i=1}^N \left(\frac{EXTLT_i}{100} H_{d_i} \right)}{\sum_{i=1}^N \left(\frac{EXTLT_i}{100} H_{p_i} \right)} \times 100(\%)$$

Onde:

EXTLT_i – Extensão total do circuito da Linha de Transmissão *i* (km);

H_{d_i} – Número de horas disponíveis do circuito da Linha de Transmissão *i*;

H_{p_i} – Número de horas de existência do circuito da Linha de Transmissão *i*, no período considerado;

i - Contador do número de circuitos;

N- Número Total de circuitos de linhas de transmissão.

ii) DO Geração - DLAP

$$DLAP (\%) = \frac{\sum P_i \cdot HD_i}{HP \cdot \sum P_i} \cdot 100$$

onde,

P_i – potência nominal da unidade *i*;

HD_i – quantidade de horas em que a unidade *i* esteve disponível para a Operação (independentemente de estar operando ou não), durante o período considerado (os 12 meses anteriores ao da referência);

HP – quantidade de horas do período considerado (8.760 horas).

d) Método de aferição: registro de eventos realizado de forma descentralizada pelos Centros e Serviços Regionais de Operação, com consistência e validação realizados de forma centralizada na Divisão de Gestão da Qualidade da Operação (para o Sistema de Transmissão) e Departamento de Manutenção da Geração (para Unidade Geradora). Processamento de dados e informações realizado através de aplicativo computacional.

e) Áreas responsáveis pelo cálculo e/ou medição:

DOGQ – Divisão de Gestão da Qualidade da Operação (para o Sistema de Transmissão)

DMG – Departamento de Manutenção da Geração (para Unidade Geradora).

f) Resultado do indicador no exercício:

i) DISP. LT = 99,820%, superior à meta de 99,624% .

ii) DLAP = 78,08%, inferior à meta de 87,00%.

A Meta para a Disponibilidade de LT (DISP. LT) de 99,624% foi estabelecida tomando como base os resultados históricos obtidos para as empresas do grupo Eletrobras.

E a Meta para a Disponibilidade de Geração (DLAP) de 87,00% foi estabelecida tomando como base o plano de intervenções previsto para 2015, a taxa de falhas do histórico operacional e os índices obtidos nos últimos anos. Apesar da contínua melhoria nos processos de manutenção e de operação, os resultados obtidos – abaixo da meta –, decorreram de falhas graves no mancal de escora de duas unidades geradoras da UHE Paulo Afonso IV, que implicaram a necessidade de paralisação de duas unidades geradoras (máquinas 3 e 6) e intervenção para inspeção e ajuste nas demais unidades. A máquina 6 está sendo submetida a melhorias contratadas ao fabricante, e as

demais unidades geradoras serão submetidas sequencialmente a idênticas melhorias, serviço que se estenderá até 2017-18.

3.4.1.6 Comentários:

Alguns dos indicadores apresentados apontam para resultados que alteraram a tendência de melhoria que vinha sendo apresentada na qualidade de atendimento pela Chesf, em relação ao ano anterior e ao histórico dos últimos cinco anos. Tais resultados indicam a necessidade de um reforço nas ações de bloqueio implementadas no âmbito da Chesf, no sentido de reduzir as ocorrências e sua repercussão. As diretrizes neste sentido permanecem, objetivando a melhoria contínua do nível de atendimento.

Em 2015, as áreas de manutenção e operação da Chesf continuaram investindo em seus programas de capacitação de recursos humanos, no aprimoramento dos instrumentos de planejamento de intervenções e na implementação de novas técnicas e processos de manutenção em equipamentos, linhas de transmissão e dispositivos de medição, proteção, controle, supervisão e regulação.

Ressaltam-se as melhorias implementadas nos sistemas de transmissão e geração, com a substituição de equipamentos obsoletos, digitalização de sistemas de proteção, instalação de dispositivos de supervisão e controle do sistema eletroenergético, bem como a implantação de um Data Center e a modernização de Centros de Operação, com a ampliação de novos recursos para monitoramento do sistema e da disponibilização de funções avançadas, tais como estimador de estado e sistema de tratamento de alarmes.

Especificamente na área de linhas de transmissão, tem-se obtido diminuição nas interrupções das Linhas de Transmissão que melhoraram sua disponibilidade ao longo do ano de 2015. As ações, como a instalação de isoladores resistentes a impacto nas áreas de vandalismo, de isoladores poliméricos em áreas de poluição, do controle da vegetação na faixa de servidão e programa de revitalização de linhas de transmissão ajudaram no resultado deste indicador.

Na área de operação, destaca-se a manutenção da certificação na NBR ISO 9001:2008 em todos os processos dos seus 28 órgãos e suas Instalações que compõem o Sistema Organizacional da Operação. Neste ano, iniciou a preparação para manutenção da certificação em 2016 com base na Norma ISO 9001 versão 2015.

Na área de telecomunicações, destaca-se a renovação da certificação na NBR ISO 9001:2008 dos processos de Supervisão, Controle, Comando e Execução da operação dos Sistemas de Telecomunicações da CHESF e Centro de Operação e Supervisão de Telecomunicações - CSTL, abrangendo todas as instalações e elementos de rede vinculados e a ampliação da capacidade e confiabilidade do backbone, atingindo 9.730 km de cabos de fibras ópticas do tipo OPGW, no sistema.

Na área de Medição, foi mantida a acreditação do Laboratório de Metrologia da Chesf - MetroChesf na norma ISO IEC 17025 INMETRO, para calibração de instrumentos de medição, utilizados na manutenção de sistemas de proteção e automação.

Na área de Manutenção da Geração foram recertificados na NBR ISO 9001:2008 a Divisão Regional de Manutenção da Usina de Sobradinho, o Serviço de Manutenção de Xingó e o Serviço de Manutenção de Itaparica. A Usina de Xingó foi recertificada pela OSHAS 18001.

Na área de Manutenção de Linhas de Transmissão foram mantidos os certificados na NBR ISO 9001:2008 do Departamento de Manutenção de Linhas e de suas Divisões, do Serviço de Manutenção de Linhas de Transmissão de Aracaju, do Serviço de Manutenção de Linhas de Transmissão de Teresina, do Serviço de Manutenção de Linhas de Transmissão de Paulo Afonso, do Serviço de Manutenção de Linhas de Transmissão de Salvador, do Serviço de Manutenção de Milagres e do Serviço de Manutenção de Linhas de Transmissão de Sobradinho.

Na área de Manutenção de Subestações, em 2015, iniciou-se o projeto de unificação do Sistema de Gestão da Manutenção de Subestações (SGMS), englobando os 32 órgãos deste Sistema Organizacional e agregando os processos de Operação de Subestações Teleassistidas. Este projeto resultará na certificação unificada do SGMS na NBR ISO 9001:2008 em agosto de 2016.

3.4.2. Indicadores da Administração

3.4.2.1 Comprometimento da ROL com as Despesas de Pessoal

Indica a parcela da receita líquida da Companhia destinada aos gastos com os empregados.



a) Utilidade:

Acompanhar o percentual do comprometimento da Receita Operacional Líquida com relação às Despesas com Pessoal.

b) Fórmula de cálculo:

$$\left(\frac{\text{Despesas com Pessoal}}{\text{Receita Operacional líquida}} \right) \times 100$$

d) Método de aferição;

Sistema de Contabilidade - SCON.

e) Área responsável pela medição:

Diretoria Econômico – Financeira.

f) Resultado do indicador no exercício: 24,5%

Aumento de 0,1 ponto percentual em relação ao resultado do ano anterior (24,4 %).

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:

Aumento da receita operacional líquida (+6,3%);

Aumento das Despesas com Pessoal (+6,4%).

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso e seus responsáveis:

Não se aplica.

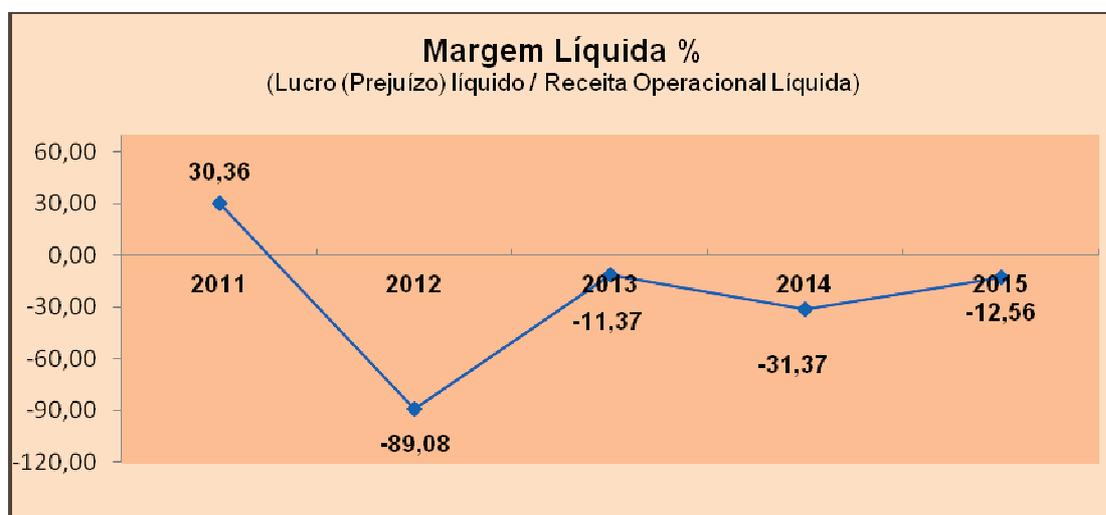
3.4.3 Indicadores Econômico-Financeiros

3.4.3.1 Margem Líquida

Este indicador tem por objetivo medir a eficiência dos negócios da Empresa e é determinado pela relação entre o lucro (Prejuízo) líquido e as receitas operacionais líquidas.

A redução na margem líquida ocorrida ao longo do exercício de 2015 deveu-se ao prejuízo apurado no montante de R\$ 475,9 milhões. Em 2015 houve um aumento na Receita Operacional Líquida de 6,3% em relação ao ano de 2014, enquanto os custos e despesas operacionais aumentaram em 31,2% em relação ao ano anterior.

O gráfico a seguir mostra a evolução da margem líquida ao longo dos quatro trimestres de 2015.



a) Utilidade:

Acompanhar o percentual de lucratividade sobre as vendas.

b) Tipo:

Eficiência.

c) Fórmula de cálculo:

$(\text{Lucro (Prejuízo) líquido do exercício} \div \text{Vendas líquidas}) \times 100$

d) Método de aferição;

Sistema de Contabilidade - SCON.

e) Área responsável pela medição:

Diretoria Econômico – Financeira.

f) Resultado do indicador no exercício: -12,56%

Aumento de 18,81 pontos percentuais em relação ao resultado do ano anterior (-31,37%).

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:

Os custos e despesas operacionais somaram R\$ 4.440,2 milhões em 2015, apresentando um aumento de 31,2% em relação ao ano anterior. Apesar dos esforços da administração da Companhia na redução dos seus custos, refletido principalmente na diminuição da Energia Elétrica comprada para revenda [-44,1% (R\$ 273,6 milhões)] e na diminuição dos Combustíveis para a produção de energia [-51,4% (R\$ 186,4 milhões)], houve um aumento significativo nos custos decorrentes de estimativas, refletido na Provisão contrato oneroso/impairment (aumento de R\$ 1.372,3 milhões) e no aumento da Provisão para contingência, [+127,1% (R\$ 197,9 milhões)], decorrente da constituição de honorários de sucumbência e atualização do processo decorrente do Fator k.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso e seus responsáveis:

Não se aplica.

3.4.3.2 Giro sobre o Ativo Operacional Líquido

Este indicador determina o número de vezes que o ativo girou (produtividade) em relação às receitas geradas, sendo representado pela relação entre a Receita Operacional Líquida e o Ativo Operacional Líquido. Segue abaixo o comportamento desse indicador, ao longo dos últimos cinco anos:



GIRO ATIVO OPERACIONAL LÍQUIDO

2015	2011	2012	2013	2014	2015
Ativo Total	21.822.157	17.714.255	17.134.253	14.951.056	14.851.336
(-) Passivo Circulante	-1.798.639	-1.021.650	-1.386.507	-1.375.672	-1.250.548
(-) Passivo Não Circulante	-3.204.880	-5.021.146	-4.441.831	-4.051.564	-4.752.456
(+)Emprestimos e Financiamentos (CP)	329.699	71.017	60.192	250.414	298.038
(+)Emprestimos e Financiamentos (LP)	462.149	398.087	791.819	957.153	1.152.608
Ativo Operacional Líquido	17.610.486	12.140.563	12.157.926	10.731.387	10.298.978
Vendas Líquidas	5.118.487	5.996.028	4.098.483	3.563.435	3.788.932
Ativo Operacional Líquido	17.610.486	12.140.563	12.157.926	10.731.387	10.298.978

2015	2011	2012	2013	2014	2015
Giro do Ativo Operacional	0,291	0,494	0,337	0,332	0,368

a) Utilidade:

Acompanhar o número de vezes que o ativo girou em relação às vendas realizadas.

b) Tipo:

Eficiência.

c) Fórmula de cálculo:

Receita Operacional Líquida ÷ Ativo Operacional Líquido

d) Método de aferição:

Sistema de Contabilidade - SCON;

e) Área responsável pela medição:

Diretoria Econômico-Financeira.

f) Resultado do indicador no exercício: 0,368 vezes.

Aumento de 0,036 pontos em relação ao ano anterior (0,332 vezes em 2014).

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:

Não se aplica.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso e seus responsáveis:

Não se aplica.

3.4.3.3 Alavancagem Financeira

Este indicador visa mostrar o índice de participação do Capital de Terceiros no financiamento do Ativo Operacional e reflete a estratégia financeira adotada pela Companhia. Segue abaixo o comportamento desse indicador, ao longo dos últimos cinco anos:



a) Utilidade:

Medir a participação do Capital de Terceiros na estrutura de capital da Empresa.

b) Tipo:

Eficiência dos recursos aplicados.

c) Fórmula de cálculo:

$(\text{Ativo Operacional} \div \text{Patrimônio Líquido})$

d) Método de aferição;

Sistema de Contabilidade - SCON;

e) Área responsável pela medição:

Diretoria Econômico-Financeira.

f) Resultado do indicador no exercício: 1,164 vezes.

Aumento de 0,037 pontos percentuais em relação ao ano anterior (1,127 vezes em 2014).

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:

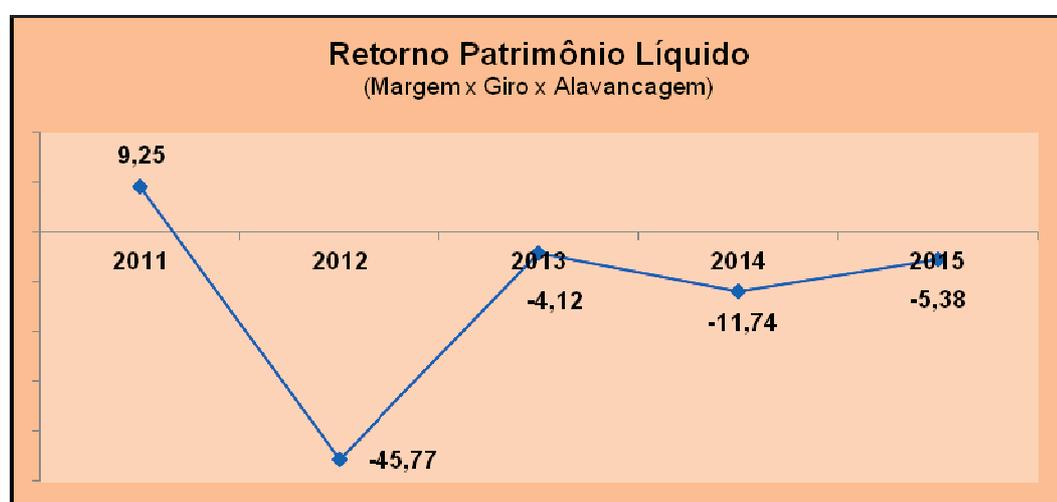
- Redução do Ativo Operacional Líquido;
- Redução do Patrimônio Líquido em decorrência do resultado negativo individual da Companhia, elevando os prejuízos acumulados;

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso e seus responsáveis:

Não se aplica.

3.4.3.4 Retorno do Patrimônio Líquido

Este indicador determina o retorno do capital do acionista e reflete o resultado das estratégias adotadas pela Companhia nas áreas operacional, de financiamento e de investimento. Seu valor é função do produto dos determinantes, Margem Líquida, Giro do Ativo Operacional e Alavancagem Financeira.



a) Utilidade:

Medir o retorno propiciado pela Companhia ao capital investido pelos acionistas.

b) Tipo:

Eficiência.

c) Fórmula de cálculo:

Margem x Giro x Alavancagem.

d) Método de aferição:

Sistema de Contabilidade - SCON

e) Área responsável pela medição:

Diretoria Econômico-Financeira.

f) Resultado do indicador no exercício: -5,38%

Aumento de 6,36 pontos percentuais em relação ao ano anterior (- 11,74%).

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:

- Redução do Ativo Operacional Líquido;
- Redução do Patrimônio Líquido em decorrência do resultado negativo individual da Companhia, elevando os prejuízos acumulados;
- Aumento do endividamento bruto, que inclui os juros e o principal da dívida com a Eletrobras e instituições financeiras.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso e seus responsáveis:

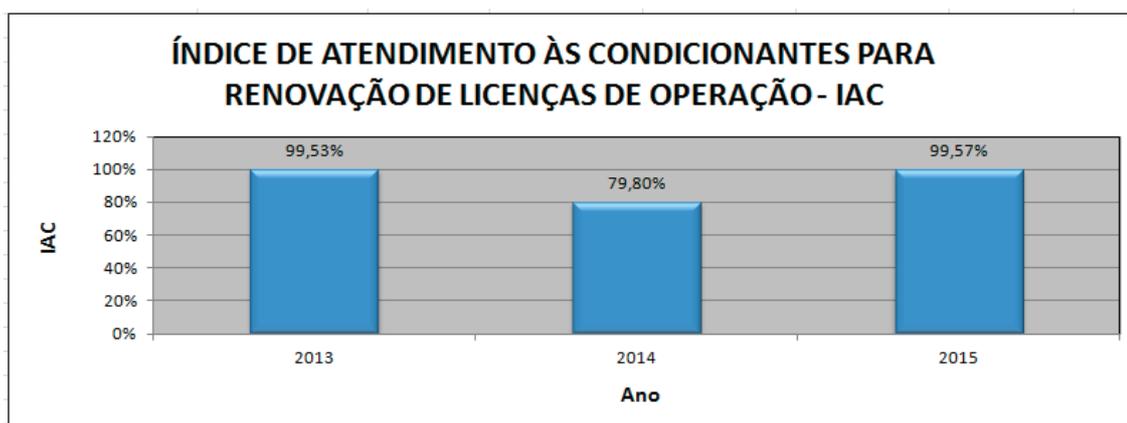
Não se aplica.

3.4.4 Indicador Ambiental

3.4.4.1 Atendimento às condicionantes para Renovação de Licenças de Operação - RLO

Indica o percentual de condicionantes atendidas referentes às Renovações de Licença de Operação – RLO solicitadas e/ou obtidas em relação ao número total de condicionantes contidas nas Licenças de Operação com renovação solicitada e/ou obtida no ano de 2015.

Este indicador passou a compor o Relatório de Gestão da Chesf, a partir do ano de 2007, em atendimento ao item 2.1.1 do Acórdão nº 120/2007 do Tribunal de Contas da União - TCU.



a) Utilidade:

Este indicador é usado para acompanhar o desempenho da Chesf na execução das ações ambientais estabelecidas pelos Órgãos Licenciadores Ambientais – OLA nas Licenças de Operação – LO dos empreendimentos.

b) Tipo de indicador:

É um indicador de eficácia, demonstrando o atendimento, pela Chesf, a uma conformidade legal resultante do processo de Licenciamento Ambiental dos empreendimentos em operação, considerando os prazos de vigência das Licenças de Operação – LO emitidas pelos Órgãos Licenciadores Ambientais – OLA e os prazos para o atendimento às respectivas condicionantes.

c) Fórmula de cálculo:

$$IAC = \frac{CA}{TC} \times 100$$

onde,

IAC = Índice de Atendimento às Condicionantes no ano.

CA = Número de condicionantes atendidas referentes às Renovações de Licença de Operação – RLO solicitadas e/ou obtidas no ano.

TC = Número total de condicionantes contidas nas Licenças de Operação com renovação solicitada e/ou obtida no ano.

d) Método de aferição:

As informações referentes ao atendimento às condicionantes são registradas periodicamente no Sistema de Informações por técnicos responsáveis pelos respectivos empreendimentos atribuídos à Divisão de Meio Ambiente de Geração, Divisão de Meio Ambiente de Transmissão e a Divisão de Meio Ambiente de Apoio a Gestão. Este sistema permite a emissão de consultas e relatórios com informações do processo de Licenciamento Ambiental e a situação de cada condicionante.

e) Área responsável pelo indicador:

Departamento de Meio Ambiente

f) Resultado do indicador no exercício: IAC = 99,57 %

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado:

A Chesf tem procurado melhorar seu Sistema de Gestão Ambiental, contudo, é importante se considerar a existência de variáveis intervenientes no processo de gestão ambiental, como aquela relacionada as dificuldades enfrentadas junto aos Órgãos Licenciadores Ambientais (OLA) quanto à discussão e obtenção de respostas referentes às ações e prazos das condicionantes de cada Licença de Operação (LO). Estas dificuldades, em alguns casos, se refletem em atrasos nos processos iniciais das ações necessárias ao atendimento destas condicionantes ambientais.

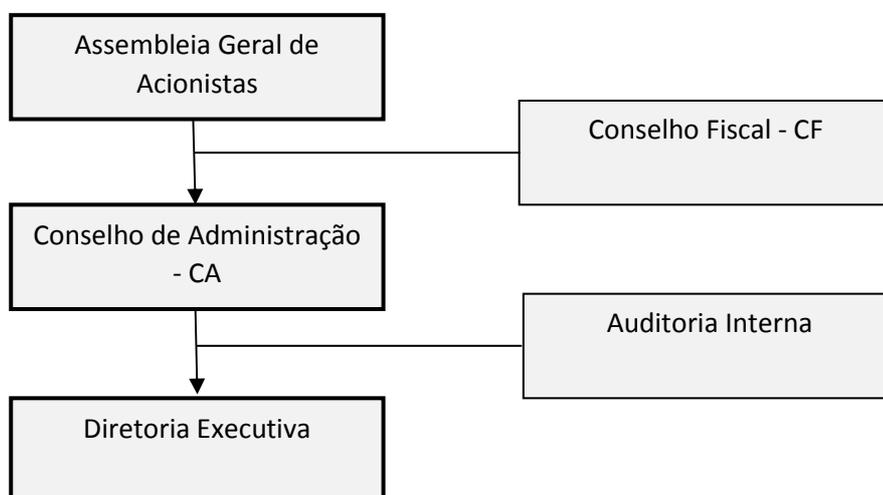
h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis:

A Chesf obteve valores para este indicador próximos a 100%, que denotam um processo sob controle.

4. GOVERNANÇA

4.1 Descrição das estruturas de governança

A estrutura de governança da Chesf está representada na seguinte figura:



O mais alto órgão da estrutura de governança é a Assembleia Geral de Acionistas, cujas principais funções são:

- tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras;
- deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;
- eleger os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, bem como fixar-lhes as respectivas remunerações, assim como os honorários da Diretoria Executiva;
- deliberar sobre: a) alienação de ações do seu capital social ou de suas controladas; b) abertura e aumento do capital social por subscrição de novas ações ou venda desses valores mobiliários, se em tesouraria; c) venda de debêntures de que seja titular, de empresas das quais participe; d) emissão de debêntures conversíveis em ações; e) operações de cisão, fusão, transformação ou incorporação; e f) reforma do Estatuto Social; dentre outras.

A Chesf é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, órgãos colegiados de funções deliberativas, com atribuições previstas em lei e no Estatuto Social.

Compete ao Conselho de Administração a fixação da orientação geral dos negócios da Chesf, o controle superior dos programas aprovados, bem como a verificação dos resultados obtidos. Reúne-se mensalmente e extraordinariamente mediante a convocação do Presidente do Conselho.

A Diretoria é o órgão executivo de administração e representação, cabendo-lhe, dentro da orientação traçada pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração, assegurar o funcionamento regular da Chesf. Reúne-se ordinariamente uma vez por semana e extraordinariamente mediante a convocação do Diretor-Presidente.

Os atos de gestão administrativa são fiscalizados pela Auditoria Interna, pelo Conselho Fiscal e pelos órgãos de controle externos Controladoria-Geral da União – CGU e Tribunal de Contas da União – TCU.

O Conselho Fiscal, responsável pela fiscalização de atos de gestão, dispõe de Regimento Interno que norteia seu funcionamento. Reúne-se mensalmente e extraordinariamente mediante a convocação do Presidente do Conselho.

A Auditoria Interna, subordinada ao Conselho de Administração, planeja e executa as atividades de auditoria interna na Companhia com avaliações independentes, imparciais e tempestivas sobre a efetividade e a adequação dos controles internos e do cumprimento das normas, regulamentos e da legislação, associados às suas operações.

4.2 Informações sobre dirigentes e colegiados

Os membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal são exclusivamente de nacionalidade brasileira.

O Conselho de Administração é integrado por até seis membros eleitos pela Assembleia Geral, todos com prazo de gestão de um ano, admitida a reeleição, sendo um dos membros indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, e outro membro eleito como representante dos empregados, escolhido pelo voto direto de seus pares dentre os empregados ativos e em eleição organizada pela Companhia em conjunto com as entidades sindicais que os representem, nos termos da legislação vigente.

A Diretoria Executiva é composta pelo Diretor-Presidente e até cinco diretores, eleitos pelo Conselho de Administração, que exercem suas funções em regime de tempo integral, com prazos de gestão de três anos, permitidas reeleições. O Diretor-Presidente é escolhido dentre os membros do Conselho de Administração, não podendo acumular a função de Presidente deste Conselho.

O Conselho Fiscal, de caráter permanente, compõe-se de três membros efetivos e igual número de suplentes, sendo um indicado pelo Ministério da Fazenda, como representante da Secretaria do Tesouro Nacional.

4.3 Política de designação de representantes nas assembleias e nos colegiados de controladas, coligadas e de sociedades de propósito específico

4.3.1 A Eletrobras lançou em dezembro de 2015, a Política de Representantes em Sociedades de Propósito Específico (SPE), com o objetivo de estabelecer princípios e diretrizes para seleção, indicação, avaliação e capacitação para atuação de representantes em órgãos de governança em Sociedades de Propósito Específico (SPE), de cujo capital social a Eletrobras e/ou suas empresas participam, de forma majoritária ou minoritária, visando à defesa dos interesses dos acionistas.

As diretrizes contidas nesse documento são:

a) Seleção:

- definição da natureza dos critérios técnicos a serem observados no processo de seleção dos representantes,
- critérios necessários e/ou desejáveis para a seleção dos representantes
- situações de impedimentos e restrições à atuação dos representantes
- especificação do limite máximo de número de conselhos de SPE em que um mesmo representante pode atuar

b) Indicação

- considera-se a complexidade da Sociedade, o estágio de planejamento, construção e operação bem como o bom desempenho do indicado em outras funções;
- as indicações dos representantes para Conselho de Administração e Diretoria, são de responsabilidade da Administração, aprovadas pelo Conselho de Administração da Eletrobras (Art. 25, Inciso XVIII, Estatuto Social);
- as indicações dos representantes da Chesf para Conselho Fiscal são de responsabilidade da Administração, aprovada pela Diretoria Executiva da Eletrobras;
- regras sobre os limites de remuneração e/ou vantagens no exercício dessas funções
- prazo máximo de participação e recondução de seus representantes

c) Elementos que permitem a avaliação de desempenho

- Mecanismos de controle e acompanhamento do desempenho dos representantes em SPE

d) Capacitação

- Assuntos que deverão ser priorizados para a formação dos representantes
- Forma e casos de assistência jurídica a ser prestada a seus representantes

Além disso, a Política define as responsabilidades dos representantes em SPE.

4.3.2 Representantes da Chesf na Diretoria de SPE

Posição em 31/12/2015 - Atualizado em 28/04/2016

SISTEMA DE TRANSMISSÃO DO NORDESTE - STN				
Diretor	Nome	Indicação	Data de Eleição	Prazo de Mandato
Diretor Técnico	Luciano Lamarque Barbosa	Chesf	06/03/2014	3 anos - Até AGO 2016
TDG TRANSMISSORA DELMIRO GOUVEIA S.A.				
Diretor	Nome	Indicação	Data de Eleição	Prazo de Mandato
Diretor	José Nilton Ribeiro de Araújo	Chesf	02/04/2014	Até AGO 2017
NORTE ENERGIA S.A.				
Diretor	Nome	Indicação	Data de Eleição	Prazo de Mandato
Diretor de Fornec. e Montagem	Wellington Lopes Ferreira	Chesf	02/09/2014	2 anos - Até Set 2016
PEDRA BRANCA S.A.				
Diretor	Nome	Indicação	Data de Eleição	Prazo de Mandato
Diretor	José Antêmio Alves Arruda	Chesf	31/03/2014	2 anos - Até 27/Abr 2016
SÃO PEDRO DO LAGO S.A.				
Diretor	Nome	Indicação	Data de Eleição	Prazo de Mandato
Diretor	José Antêmio Alves Arruda	Chesf	31/03/2014	2 anos - Até 27/Abr 2016
SETE GAMELEIRAS S.A.				
Diretor	Nome	Indicação	Data de Eleição	Prazo de Mandato
Diretor	José Antêmio Alves Arruda	Chesf	31/03/2014	2 anos - Até 27/Abr 2016
EXTREMOZ TRANSMISSORA DO NORDESTE - ETN S.A.				
Diretor	Nome	Indicação	Data de Eleição	Prazo de Mandato
Diretor	José Ivan Pereira Filho	Chesf	07/07/2014	Até 07/Jul/2017
Diretor	Fernando Dantas Ferro	Chesf	23/10/2015	Até 07/Jul/2017
INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA GARANHUNS S.A.				
Diretor	Nome	Indicação	Data de Eleição	Prazo de Mandato
Diretor	Clayton Ferraz de Paiva	Chesf	26/09/2015	3 anos - AGO 2018
USINA DE ENERGIA EÓLICA JUNCO I S.A.				
Diretor	Nome	Indicação	Data de Eleição	Prazo de Mandato
Diretor	Carlos Roberto Aguiar de Brito	Chesf	27/11/2014	Até 27/Abr 2016

USINA DE ENERGIA EÓLICA JUNCO II S.A.				
Diretor	Nome	Indicação	Data de Eleição	Prazo de Mandato
Diretor	Carlos Roberto Aguiar de Brito	Chesf	27/11/2014	Até 27/Abr 2016
USINA DE ENERGIA EÓLICA CAIÇARA I S.A.				
Diretor	Nome	Indicação	Data de Eleição	Prazo de Mandato
Diretor	Carlos Roberto Aguiar de Brito	Chesf	27/11/2014	Até 27/Abr 2016
USINA DE ENERGIA EÓLICA CAIÇARA II S.A.				
Diretor	Nome	Indicação	Data de Eleição	Prazo de Mandato
Diretor	Carlos Roberto Aguiar de Brito	Chesf	27/11/2014	Até 27/Abr 2016
ACAUÁ ENERGIA S.A.				
Diretor	Nome	Indicação	Data de Eleição	Prazo de Mandato
Diretor	Evandro Gastão Wanderley	Chesf	15/10/2015	Até 13/11/2016
Diretor	Alvaro Rodrigues Fernandes	Chesf	15/10/2015	Até 13/11/2016
ANGICAL 2 ENERGIA S/A				
Diretor	Nome	Indicação	Data de Eleição	Prazo de Mandato
Diretor	Evandro Gastão Wanderley	Chesf	15/10/2015	Até 13/11/2016
Diretor	Alvaro Rodrigues Fernandes	Chesf	15/10/2015	Até 13/11/2016
ARARAPÁ ENERGIA S/A				
Diretor	Nome	Indicação	Data de Eleição	Prazo de Mandato
Diretor	Evandro Gastão Wanderley	Chesf	15/10/2015	Até 13/11/2016
Diretor	Alvaro Rodrigues Fernandes	Chesf	15/10/2015	Até 13/11/2016
CAITITU 2 ENERGIA S/A				
Diretor	Nome	Indicação	Data de Eleição	Prazo de Mandato
Diretor	Evandro Gastão Wanderley	Chesf	15/10/2015	Até 13/11/2016
Diretor	Alvaro Rodrigues Fernandes	Chesf	15/10/2015	Até 13/11/2016
CAITITU 3 ENERGIA S/A				
Diretor	Nome	Indicação	Data de Eleição	Prazo de Mandato
Diretor	Evandro Gastão Wanderley	Chesf	15/10/2015	Até 13/11/2016
Diretor	Alvaro Rodrigues Fernandes	Chesf	15/10/2015	Até 13/11/2016
CARCARÁ ENERGIA S/A				
Diretor	Nome	Indicação	Data de Eleição	Prazo de Mandato
Diretor	Evandro Gastão Wanderley	Chesf	15/10/2015	Até 13/11/2016
Diretor	Alvaro Rodrigues Fernandes	Chesf	15/10/2015	Até 13/11/2016
CORRUPIÃO 3 ENERGIA S/A				
Diretor	Nome	Indicação	Data de Eleição	Prazo de Mandato
Diretor	Evandro Gastão Wanderley	Chesf	15/10/2015	Até 13/11/2016
Diretor	Alvaro Rodrigues Fernandes	Chesf	15/10/2015	Até 13/11/2016

TEIÚ 2 ENERGIA S/A				
Diretor	Nome	Indicação	Data de Eleição	Prazo de Mandato
Diretor	Evandro Gastão Wanderley	Chesf	15/10/2015	Até 13/11/2016
Diretor	Alvaro Rodrigues Fernandes	Chesf	15/10/2015	Até 13/11/2016
BARAÚNAS I ENERGÉTICA S/A				
Diretor	Nome	Indicação	Data de Eleição	Prazo de Mandato
Diretor	José Antêmio Alves Arruda	Chesf	03/12/2013	3 ANOS - 03/12/2016
MORRO BRANCO I ENERGÉTICA S/A				
Diretor	Nome	Indicação	Data de Eleição	Prazo de Mandato
Diretor	José Antêmio Alves Arruda	Chesf	03/12/2013	3 ANOS - 03/12/2016
MUSSAMBÊ ENERGÉTICA S/A				
Diretor	Nome	Indicação	Data de Eleição	Prazo de Mandato
Diretor	José Antêmio Alves Arruda	Chesf	03/12/2013	3 ANOS - 03/12/2016
COMPANHIA ENERGÉTICA SINOP S.A				
Diretor	Nome	Indicação	Data de Eleição	Prazo de Mandato
Diretor de Obras Civis	Rui da Justa Feijão	Chesf	07/10/2014	Até AGO/2016
EÓLICA SERRA DAS VACAS I S.A				
Diretor	Nome	Indicação	Data de Eleição	Prazo de Mandato
Diretor	Vinicius José Queiroga Duarte	Chesf	30/04/2015	Até 30/04/2018
EÓLICA SERRA DAS VACAS II S.A				
Diretor	Nome	Indicação	Data de Eleição	Prazo de Mandato
Diretor	Vinicius José Queiroga Duarte	Chesf	30/04/2015	Até 30/04/2018
EÓLICA SERRA DAS VACAS III S.A				
Diretor	Nome	Indicação	Data de Eleição	Prazo de Mandato
Diretor	Vinicius José Queiroga Duarte	Chesf	21/02/2014	Até 30/04/2016
EÓLICA SERRA DAS VACAS IV S.A				
Diretor	Nome	Indicação	Data de Eleição	Prazo de Mandato
Diretor	Vinicius José Queiroga Duarte	Chesf	21/02/2014	Até 30/04/2016
VENTOS DE SANTA JOANA I ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A				
Diretor	Nome	Indicação	Data de Eleição	Prazo de Mandato
Diretor	Marcos de Barros Bezerra	Chesf	19/03/2014	Até 23/11/2016
VENTOS DE SANTA JOANA III ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A				
Diretor	Nome	Indicação	Data de Eleição	Prazo de Mandato
Diretor	Marcos de Barros Bezerra	Chesf	19/03/2014	Até 23/11/2016
VENTOS DE SANTA JOANA IV ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A				
Diretor	Nome	Indicação	Data de Eleição	Prazo de Mandato
Diretor	Marcos de Barros Bezerra	Chesf	19/03/2014	Até 23/11/2016

VENTOS DE SANTA JOANA V ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A				
Diretor	Nome	Indicação	Data de Eleição	Prazo de Mandato
Diretor	Marcos de Barros Bezerra	Chesf	19/03/2014	Até 23/11/2016
VENTOS DE SANTA JOANA VII ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A				
Diretor	Nome	Indicação	Data de Eleição	Prazo de Mandato
Diretor	Marcos de Barros Bezerra	Chesf	19/03/2014	Até 23/11/2016
VENTOS DE SANTO AUGUSTO IV ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A				
Diretor	Nome	Indicação	Data de Eleição	Prazo de Mandato
Diretor	Marcos de Barros Bezerra	Chesf	19/03/2014	Até 23/11/2016
BARAÚNAS II ENERGÉTICA S.A				
Diretor	Nome	Indicação	Data de Eleição	Prazo de Mandato
Diretor	José Antêmio Alves Arruda	Chesf	19/03/2014	Até 19/03/2017
BANDA DE COURO ENERGÉTICA S.A				
Diretor	Nome	Indicação	Data de Eleição	Prazo de Mandato
Diretor	José Antêmio Alves Arruda	Chesf	19/03/2014	Até 19/03/2017
COQUEIRINHO 2 ENERGIA S.A				
Diretor	Nome	Indicação	Data de Eleição	Prazo de Mandato
Diretor	Evandro Gastão Wanderley	Chesf	28/10/2014	Até 02/02/2016
PAPAGAIO ENERGIA S.A				
Diretor	Nome	Indicação	Data de Eleição	Prazo de Mandato
Diretor	Evandro Gastão Wanderley	Chesf	28/10/2014	Até 02/02/2016
TAMANDUÁ MIRIM 2 ENERGIA S.A				
Diretor	Nome	Indicação	Data de Eleição	Prazo de Mandato
Diretor	Evandro Gastão Wanderley	Chesf	28/10/2014	Até 02/02/2016
VAMCRUZ I PARTICIPAÇÕES S.A - HOLDING				
Diretor	Nome	Indicação	Data de Eleição	Prazo de Mandato
Diretor	Carlos Roberto Aguiar de Brito	Chesf	07/07/2014	3 anos - Até 07/07/2017
VAMCRUZ PARTICIPAÇÕES S.A - HOLDING				
Diretor	Nome	Indicação	Data de Eleição	Prazo de Mandato
Diretor	Carlos Roberto Aguiar de Brito	Chesf	13/06/2014	3 anos - Até 13/06/2017
CHAPADA DO PIAUÍ I HOLDING S.A				
Diretor	Nome	Indicação	Data de Eleição	Prazo de Mandato
Diretor	Marcos de Barros Bezerra	Chesf	02/12/2014	02 de dezembro de 2017
CHAPADA DO PIAUÍ II HOLDING S.A				
Diretor	Nome	Indicação	Data de Eleição	Prazo de Mandato
Diretor	Marcos de Barros Bezerra	Chesf	02/12/2014	28/04/2016

SERRA DAS VACAS HOLDING S.A				
Diretor	Nome	Indicação	Data de Eleição	Prazo de Mandato
Diretor	Vinicius José Queiroga Duarte	Chesf	31/08/2015	Até 31/08/2018

4.4. Atuação da Unidade de Auditoria Interna

a) Estatuto ou normas que regulam a atuação da auditoria interna

A unidade de Auditoria Interna da Chesf integra a estrutura administrativa da Presidência da Companhia, e suas funções básicas estão previstas na Resolução Normativa RN-01/2013 OI-73 (Anexo I). Além disso, a Auditoria Interna possui Regulamento próprio aprovado por Decisão de Diretoria Executiva da Companhia em 23.04.2012 (Anexo II). Embora vinculada à estrutura administrativa da Presidência, a Auditoria Interna subordina-se ao Conselho de Administração da Chesf.

b) Elementos que caracterizam a independência e objetividade da unidade de auditoria interna

O Regulamento da Auditoria Interna da Chesf possui elementos que caracterizam a independência e objetividade da unidade, tais como: o Art. 2º estabelece que sua unidade de Auditoria Interna está vinculada ao Conselho de Administração; o Art. 5º, §1º, determina que a designação e a exoneração do titular da Auditoria Interna da Chesf devem ser submetidas, pela Diretoria Executiva, à aprovação do Conselho de Administração e, após, à aprovação da Controladoria-Geral da União (CGU), tudo em conformidade com o disposto no Art. 15, § 3º e § 5º, do Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000, com a redação dada pelo Decreto nº 4.304, de 16 de julho de 2002, e no Art.1º da Portaria CGU nº 915, de 29 de abril de 2014.

Além disso, o Art. 10 do Regulamento estabelece que os integrantes da Auditoria Interna, no exercício de suas competências, têm livre acesso a todas as dependências da Companhia, assim como a documentos, valores e livros considerados indispensáveis ao cumprimento de suas atribuições, não lhes podendo ser negado acesso, sob qualquer pretexto, a processos, documentos ou informações, devendo os mesmos serem tratados de forma confidencial e serem utilizados tão somente para consubstanciar o resultado do trabalho que realizam.

c) Estratégia de atuação em relação à unidade central e às unidades ou subunidades descentralizadas

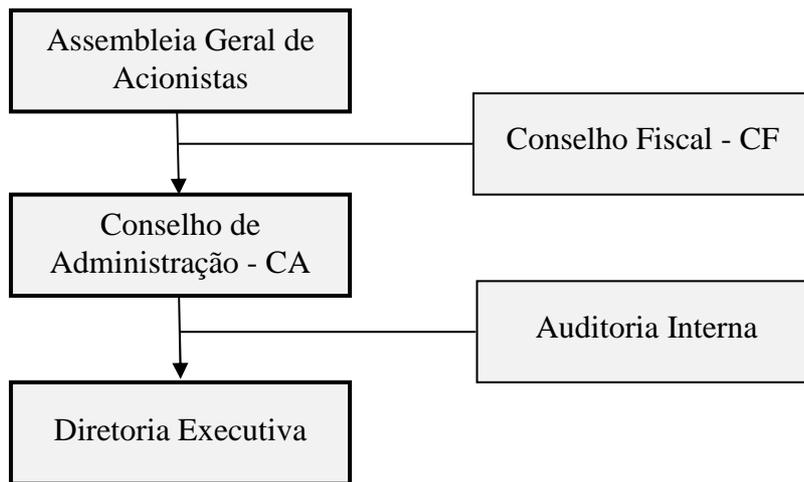
Os trabalhos de auditoria planejados e realizados durante o exercício compreendem em sua maioria atividades desenvolvidas no escritório da Sede, em Recife/PE, em virtude da concentração de despesas e processos naquele escritório. Contudo, anualmente, são planejados trabalhos a serem realizados nos 5 (cinco) escritórios regionais da Companhia, que possuem instalações físicas em outros Estados, assim como na Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social (Fachesf).

d) Estrutura, escolha do titular e posicionamento da unidade de auditoria no organograma da Chesf

A Auditoria Interna da Chesf é composta pelo Gerente, Assessores e por um corpo técnico capaz de atender às suas finalidades, sendo provida dos recursos materiais adequados e com o objetivo de fortalecer a gestão e racionalizar as ações de controle. Atualmente há no quadro de pessoal da Auditoria Interna 12 (doze) empregados.

A designação do titular da Auditoria Interna da Chesf deve ser submetida, pela Diretoria Executiva (colegiado dos Diretores), à aprovação do Conselho de Administração e, após, à aprovação da Controladoria-Geral da União (CGU), conforme definido pelo art. 15, § 5º, do Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000, alterado pelo Decreto nº 4.304, de 16 de julho de 2002, e, mais recentemente, de acordo com as orientações da Portaria CGU nº 915, de 29 de abril de 2014.

A Auditoria Interna da Chesf, vinculada ao Conselho de Administração, está sujeita à orientação normativa e à supervisão técnica do Órgão Central e dos órgãos setoriais do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, em suas respectivas áreas de jurisdição, tendo por finalidade básica assegurar a legalidade e a legitimidade dos atos e fatos administrativos, bem como avaliar a eficácia da gestão, do controle e das práticas administrativas, orientando-se por uma filosofia de atuar preventivamente, fortalecendo os controles e as operações da Companhia.



e) Informações sobre como se certifica de que a alta gerência toma conhecimento das recomendações feitas pela Auditoria Interna e assume, se for o caso, os riscos pela não implementação de tais recomendações

Os Relatórios de Auditoria são encaminhados ao Diretor-Presidente da Chesf para conhecimento e envio às Diretorias das áreas envolvidas nos trabalhos e/ou à Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social (Fachesf), quando for o caso, com prazo de resposta de 30 dias contados do recebimento, para manifestar seu posicionamento sobre as recomendações sugeridas. Posteriormente, as providências informadas pelas áreas envolvidas são certificadas em futuros trabalhos de auditoria sobre o mesmo tema. Ainda, uma síntese dos relatórios de auditoria emitidos é apresentada pelo Gerente da Auditoria Interna nas reuniões mensais dos Conselhos de Administração e Fiscal.

f) Descrição da sistemática de comunicação à alta gerência e ao Conselho de Administração sobre riscos considerados elevados decorrentes da não implementação das recomendações da auditoria interna pela alta gerência

A situação de atendimento às recomendações contidas nos relatórios de auditoria emitidos é apresentada pelo Gerente da Auditoria Interna nas reuniões mensais dos Conselhos de Administração e Fiscal. Na hipótese de riscos elevados decorrentes de eventuais recomendações da Auditoria Interna não implementadas pelas áreas responsáveis, a alta gerência e os Conselhos de Administração e Fiscal serão comunicados sobre a situação específica.

No exercício de 2015 não houve registro da falta de implementação de recomendações ou de outros aspectos relevantes, observados em trabalhos de auditoria, que necessitassem de comunicação à alta gerência ou ao Conselho de Administração.

g) Eventuais adequações na estrutura organizacional da unidade de auditoria, inclusive reposicionamento na estrutura da entidade, demonstrando os ganhos operacionais deles decorrentes. No exercício de 2015 não houve modificação na estrutura organizacional da Auditoria Interna, assim como não aconteceu reposicionamento da Auditoria Interna na estrutura organizacional da Companhia.

4.5 Atividades de correção e apuração de ilícitos administrativos

A Chesf adota o procedimento de Sindicância Disciplinar para elucidar irregularidades praticadas por empregados e identificar responsabilidades. Os critérios e procedimentos a serem seguidos pelas comissões criadas para Sindicância Disciplinar estão estabelecidos em normativo interno da Companhia (Anexo III - IN-RH.01.007 - Comissão de Sindicância Disciplinar).

O início do processo ocorre quando uma Diretoria toma conhecimento de fato que justifique a instauração de uma Comissão de Sindicância Disciplinar, ou seja, quando há relevância e necessidade de aprofundamento prévio ao estabelecimento de eventuais medidas disciplinares. É criada uma Comissão de Sindicância, por Portaria do Diretor-Presidente, específica para o caso, com prazo inicial de 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos, podendo ser prorrogado, a critério do Diretor-Presidente, mediante exposição de motivos apresentada pelo Coordenador da Comissão, função sempre ocupada por Advogado do quadro de pessoal da Companhia.

A Comissão exerce suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo e a formalidade necessária à elucidação dos fatos, à garantia do direito de defesa dos empregados sob investigação e à defesa dos interesses da Companhia.

Na fase de apuração, a Comissão promove a tomada de depoimentos, acareações, investigações e diligências cabíveis, objetivando a coleta de prova, recorrendo, quando necessário, a técnicos e peritos, de modo a permitir a completa elucidação dos fatos. Apurados os fatos, especificadas as provas e tipificada a infração disciplinar, é elaborado um Relatório Preliminar da Comissão.

O empregado responsabilizado é comunicado, por ato formal do Coordenador, das irregularidades que lhe estão sendo imputadas, assegurando-se vista do processo perante a Comissão e a apresentação de defesa escrita, no prazo de 10 (dez) dias, contados do efetivo recebimento da comunicação. No exercício de seu direito de defesa, além da utilização dos meios e recursos admitidos em direito, é permitido ao empregado responsabilizado o acesso às seguintes partes do Processo: depoimento prestado pelo empregado; fatos e dados apurados pela Comissão sobre atos praticados pelo empregado; normas internas, leis ou procedimentos violados pelo empregado em seus atos.

Apreciada a defesa, a Comissão elabora Relatório minucioso onde resume as peças principais do Processo e menciona as provas em que se baseou para formar a sua convicção. O Relatório é sempre conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do empregado, observadas as circunstâncias agravantes ou atenuantes. O Relatório deve conter no mínimo os seguintes tópicos: a) fatos e dados apurados; b) depoimentos tomados; c) documentos de defesa apresentados pelo(s) empregado(s) responsabilizado(s); d) análise; e) conclusões; f) recomendações técnicas e normativas; e g) anexos.

O Relatório Final é encaminhado pelo Coordenador da Comissão de Sindicância Disciplinar ao Diretor-Presidente, que o envia ao Diretor da área onde os fatos aconteceram, para apreciação, indicação das medidas disciplinares julgadas cabíveis e encaminhamento para aprovação pela Diretoria Executiva.

Uma vez aprovado o Relatório Final pela Diretoria Executiva, definidas as medidas disciplinares a serem aplicadas, e observadas as competências definidas nas instruções normativas da Companhia, cabe ao Diretor da área de lotação do empregado envolvido, através da estrutura subordinada, a aplicação das medidas disciplinares e a implantação das recomendações técnicas, normativas e administrativas pertinentes.

Em 2015, foram concluídos os trabalhos de quatro Comissões de Sindicância envolvendo empregados, sendo que uma foi encerrada com recomendação de arquivamento do processo e três resultaram na aplicação de medidas corretivas aos empregados, conforme detalhado abaixo:

- uma, aberta para apurar as responsabilidades de empregados no levantamento de horas extras pagas indevidamente em unidade regional, resultou na aplicação de advertência a dois empregados e ressarcimento de valores apurados.

- uma, aberta para apurar e aprofundar denúncia anônima de sobreposição de horários de trabalho de empregado lotado em unidade regional, resultou na demissão sem justa causa do empregado.

- uma, aberta para apurar e aprofundar as responsabilidades pelos atos praticados por empregada como agressões verbais e declarações escritas denegrindo a imagem da Chesf, resultou em suspensão de 5 dias da empregada.

Todas as mencionadas Comissões foram devidamente registradas no sistema CGU-PAD, que vem sendo utilizado a partir de 2014.

Os resultados da Comissão de Sindicância são encaminhados ao Ministério Público e Órgãos de controle e fiscalização competentes, quando as conclusões assim exigirem.

Oportuno ainda registrar que, além da mencionada IN-RH.01.007 (Comissão de Sindicância Disciplinar), a Chesf possui outros normativos que permeiam a matéria, como por exemplo os que tratam de: Medidas Disciplinares, Relatório de Ocorrência, Multas Decorrentes de Infração de Trânsito, Gerenciamento e Utilização da Internet, Acidente de Trânsito, Utilização de Redes sem Fio para Acesso ao Ambiente Computacional, Gestão da Segurança da Informação no Ambiente de Telecomunicações, Rito Processual de Tratamento de Denúncia, Acesso Privilegiado aos Recursos de Infraestrutura da Rede Corporativa, além do Manual de Compliance, aprovado em 2015 como parte do lançamento do Programa de Compliance na Empresa.

A Chesf também mantém, com estrutura permanente e de acordo com a legislação, uma Comissão de Ética e uma Ouvidoria.

Ainda, os procedimentos disciplinares, na Chesf, são arquivados em autos específicos contendo toda a documentação produzida, devidamente rubricada e com numeração própria e sequencial, inclusive a Decisão de Diretoria e a Ata da Reunião da Diretoria Executiva que aprovou o Relatório Final contendo registro das medidas disciplinares eventualmente aplicadas ao empregado.

4.6 Gestão de Riscos e Controles Internos

O processo de gestão integrada de riscos na Chesf é realizado com base na Política de Gestão de Riscos das Empresas Eletrobras e na metodologia definida em conjunto com a *holding*, que abrange as etapas de identificação, monitoramento e tratamento dos riscos de diversas naturezas, e tem o objetivo de dar suporte na tomada de decisões empresariais. A atividade envolve o mapeamento de controles implementados para mitigação dos riscos identificados, bem como a elaboração e monitoramento de planos de ação visando ao aprimoramento dos controles e à consequente prevenção de perdas e salvaguarda de ativos.

O ambiente de controles internos da Chesf também é monitorado através do processo de Certificação SOX, realizado anualmente para assegurar a conformidade da Eletrobras e suas controladas aos requisitos da Lei norte-americana *Sarbanes-Oxley*, necessária para que a Eletrobras Holding mantenha a negociação de suas ações na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE), além de verificar a aderência das atividades realizadas às políticas e procedimentos internos da Companhia. A certificação SOX envolve as etapas de revisão e atualização dos controles internos dos processos de negócios e de governança corporativa, os testes da administração, realizados pela auditoria interna, e os testes de certificação, realizados pelo auditor independente. O processo de Certificação SOX vem fortalecendo a cada ano o ambiente de controles internos da Companhia, na medida em que os controles são revisados e aprimorados, visando reduzir as deficiências dos processos e adequá-los às melhores práticas de mercado.

Cabe ressaltar também que o ambiente de controles da Companhia é fortalecido por uma série de processos e iniciativas que representam boas práticas de governança corporativa, como a existência de um código de ética e de uma Comissão de Ética formalizada, que zela pelo cumprimento e pela divulgação dos compromissos e valores contidos no código, um canal de denúncias coordenado pela Ouvidoria da Empresa, a instauração de Comissões de Sindicância no caso de identificação de eventual ocorrência de fraudes e desvios envolvendo empregados, e um Programa de Compliance, que envolve ações de divulgação/treinamento e apuração de casos de fraude e corrupção. Adicionalmente, o monitoramento do Planejamento Empresarial da Chesf, realizado de forma sistemática com foco nos indicadores dos objetivos estratégicos, permite o acompanhamento de desvios entre as metas e os resultados apurados.

4.7 Política de remuneração dos administradores e membros de colegiados

a) Base normativa da remuneração:

A remuneração dos administradores da Chesf (Diretoria e Conselheiros) é fixada pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Companhia – AGO. O valor definido de forma global tem vigência de abril do ano corrente a março do ano subsequente. São definidos também os itens que devem compor a remuneração dos dirigentes, cabendo aos Conselhos de Administração e Fiscal 10% (dez por cento) dos honorários médios mensais e do 13º salário percebidos pela Diretoria Executiva, nos termos da Lei nº 9.292, de 12/07/1996, aí computados apenas os valores pagos a título de honorários, excluídas as demais rubricas.

Os parâmetros de aprovação do valor global, como os percentuais de reajuste são definidos pela Eletrobras. Desde 2012, a Eletrobras instituiu uma diferença entre honorários dos Diretores e do Diretor-Presidente, como forma de refletir a hierarquia entre os membros da Diretoria Executiva. A diferença ficou estabelecida em 6% (seis por cento). Os valores aprovados, conforme ata da AGO são submetidos ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que, através do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST, emite nota técnica validando ou revisando e redefinindo os valores a serem implementados.

Dessa forma, a remuneração dos Administradores não tem nenhuma vinculação a qualquer ocorrência de evento societário, indicadores de desempenho ou plano de metas. Ressalta-se a garantia da irredutibilidade salarial para o caso de Diretor empregado da Companhia.

b) Objetivos da política ou prática de remuneração:

Remunerar os diretores e conselheiros da Companhia considerando a responsabilidade, o tempo dedicado à função, a competência e a reputação profissional.

c) Composição da remuneração, indicando:

c.1) a descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles;

A remuneração dos diretores, estabelecida na 67ª AGO de acionistas, compreende: (i) honorários mensais; (ii) 13º salário; (iii) despesas médicas; (iv) adicional e abono pecuniário de férias; (v) seguro de vida em grupo; (vi) auxílio-refeição; (vii) auxílio moradia; (viii) ajuda de custo de transferência; e (ix) participação nos lucros e/ou resultados (PLR) e contribuição à entidade previdenciária privada da qual a Empresa seja mantenedora, facultando ao dirigente optar pela retribuição paga na sua empresa de origem, na hipótese desta ser superior ao valor nominal do honorário praticado. No ano de 2015, o DEST não autorizou o pagamento de abono pecuniário de férias e nem de PLR. Não devem ser repassados aos honorários os mesmos benefícios que, eventualmente, forem concedidos aos empregados da Companhia, por ocasião da formalização do Acordo Coletivo de Trabalho, no que se refere a abono salarial, não sendo, ainda, considerados para estes fins quaisquer outros aumentos, como, por exemplo, mérito, promoção e ajustes não lineares, inclusive na remuneração de empregados. A remuneração dos conselheiros é definida como 10% (dez por cento) dos honorários médios mensais e do 13º salário percebidos pela Diretoria Executiva

c.2) a proporção de cada elemento na remuneração total;

Não existe proporção fixa. Em 2015, o item honorário representou 68,29% da verba total.

c.3) a metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração;

A remuneração dos administradores da Chesf (Diretores e Conselheiros) é fixada pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Companhia – AGO e o reajuste é definido pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST.

c.4) as razões que justificam a composição da remuneração.

A composição da remuneração dos Diretores e Conselheiros segue a mesma estrutura adotada para os empregados da Companhia.

d) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:

A remuneração de Diretores e Conselheiros não é definida com base em indicadores de desempenho.

e) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:

A remuneração de Diretores e Conselheiros não é definida com base em indicadores de desempenho.

f) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da unidade jurisdicionada:

A política e prática de remuneração de Diretores e Conselheiros adotadas estão compatíveis com o nível de responsabilidade associada ao negócio da Empresa e com as referências de mercado das empresas de energia.

g) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

Não há subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

h) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da companhia:

Não há remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de evento societário.

i) Caso exista plano de remuneração dos membros da diretoria estatutária e do conselho de administração baseado em ações, descrever:

i.1) termos e condições gerais: não praticado.

i.2) objetivos do plano: não praticado.

i.3) número máximo de ações abrangidas: não praticado.

i.4) condições de aquisições de ações: não praticado.

i.5) forma de liquidação: não praticado.

i.6) efeitos sobre os direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações, quando o administrador sair do órgão: não praticado.

j) Em relação à remuneração variável, comentar sobre:

j.1) os mecanismos de remuneração variável (% lucros, bônus, ações, opções de ações, etc.): não praticado.

j.2) os indicadores/métricas de desempenho usados no programa de remuneração variável: não praticado.

- j.3) os níveis de premiação-alvo (pagos em caso de cumprimento de 100% das metas): não praticado.
j.4) a descrição dos benefícios oferecidos: não praticado.

Quadro 11 – Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal

Valores em R\$ 1,00

Conselho de Administração				
Nome do Conselheiro	Período de Exercício		Remuneração (R\$)	
	Início	Fim	Média mensal	Total no exercício
José Carlos de M. Farias	Jun/2015	-	4.201,83	29.412,80
Antonio Varejão de Godoy	-	Jun/2015	4.070,85	24.425,08
Altino Ventura Filho	-	-	4.486,49	53.837,88
Armando Casado de Araújo	-	-	4.486,49	53.837,88
Virgínia Parente de Barros	-	-	4.486,49	53.837,88
Marcelo Bruto da C. Correia	-	Jan/2015	4.267,97	4.267,97
José Hollanda C. Júnior	-	-	4.486,49	53.837,88
Fernanda Cardoso Amado	Mai/2015	-	4.595,75	36.766,00
Conselho Fiscal				
Nome do Conselheiro	Período de Exercício		Remuneração (R\$)	
	Início	Fim	Média Mensal	Total no exercício
Pedro Gaudêncio Castro (T)	-	-	4.486,49	53.837,88
Marcelo Cruz (T)	-	-	4.486,49	53.837,88
Antônio de Pádua F. Passos (T)	-	Abr/2015	4.267,97	17.071,88
Leandro Giacomazzo (T)	Mai/2015	-	4.595,75	36.766,00
Éride Machado B. Bomtempo (S)	-	-	4.595,75	4.595,75
Pedro Paulo Cunha (S)	-	-	4.595,75	4.595,75

Obs.: T – Titular; S – Suplente. 67ª Assembleia Geral Ordinária – AGO de Acionistas da Chesf.

Quadro 12 – Síntese da Remuneração dos Administradores

Valores em R\$ 1,00

Identificação do Órgão		
Órgão: Diretoria Executiva		
Remuneração dos Membros	EXERCÍCIO	
	2015	2014
Número de membros:	05	05
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	3.621.961,77	3.141.742,00
<i>a) salário ou pró-labore</i>	3.052.676,62	2.369.565
<i>b) benefícios diretos e indiretos</i>	569.285,15	502.177,00
<i>c) remuneração por participação em comitês</i>	NA	NA
<i>d) outros</i>	NA	NA
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)	0,00	0,00
<i>e) bônus</i>	NA	NA
<i>f) participação nos resultados</i>	0,00	0,00
<i>g) remuneração por participação em reuniões</i>	NA	NA
<i>h) comissões</i>	NA	NA
<i>i) outros</i>	NA	NA
III – Total da Remuneração (I + II)	3.621.961,77	3.141.742,00
IV – Benefícios pós-emprego	NA	NA
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	NA	NA
VI – Remuneração baseada em ações	NA	NA

Fonte: Sistema Integrado de Recursos Humanos – RHSin.

Os itens com indicação “Não se aplica (NA)” se referem a rubricas não utilizadas pela Chesf para composição da remuneração da Diretoria Executiva

Valores em R\$ 1,00

Identificação do Órgão		
Órgão: Conselho de Administração		
Remuneração dos Membros	EXERCÍCIO	
	2015	2014
Número de membros:	06	06
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	310.223,37	301.859,00
<i>a) salário ou pró-labore</i>	310.223,37	301.859,00
<i>b) benefícios diretos e indiretos</i>	NA	NA
<i>c) remuneração por participação em comitês</i>	NA	NA
<i>d) outros</i>	NA	NA
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)	NA	NA
<i>e) bônus</i>	NA	NA
<i>f) participação nos resultados</i>	NA	NA
<i>g) remuneração por participação em reuniões</i>	NA	NA
<i>h) comissões</i>	NA	NA
<i>i) outros</i>	NA	NA

III – Total da Remuneração (I + II)	310.223,37	301.859,00
IV – Benefícios pós-emprego	NA	NA
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	NA	NA
VI – Remuneração baseada em ações	NA	NA

Fonte: Sistema Integrado de Recursos Humanos – RHSin.

Os itens com indicação “Não se aplica (NA)” se referem a rubricas não utilizadas pela Chesf para composição da remuneração da Diretoria Executiva

Valores em R\$ 1,00

Identificação do Órgão		
Órgão: Conselho Fiscal		
Remuneração dos Membros	EXERCÍCIO	
	2015	2014
Número de membros:	03	03
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	170.705,14	150.898,00
<i>a) salário ou pró-labore</i>	170.705,14	150.898,00
<i>b) benefícios diretos e indiretos</i>	NA	NA
<i>c) remuneração por participação em comitês</i>	NA	NA
<i>d) outros</i>	NA	NA
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)	NA	NA
<i>e) bônus</i>	NA	NA
<i>f) participação nos resultados</i>	NA	NA
<i>g) remuneração por participação em reuniões</i>	NA	NA
<i>h) comissões</i>	NA	NA
<i>i) outros</i>	NA	NA
III – Total da Remuneração (I + II)	170.705,14	150.898,00
IV – Benefícios pós-emprego	NA	NA
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	NA	NA
VI – Remuneração baseada em ações	NA	NA

Fonte: Sistema Integrado de Recursos Humanos – RHSin.

Os itens com indicação “Não se aplica (NA)” se referem a rubricas não utilizadas pela Chesf para composição da remuneração da Diretoria Executiva

Quadro 13 – Detalhamento de Itens da Remuneração Variável dos Administradores

Valores em R\$ 1,00

Identificação do Órgão		
Órgão: Diretoria Estatutária		
Reconhecimento de Bônus e Participação de Resultados	EXERCÍCIO	
	2015	2014
I – Bônus (a+b+c+d)	NA	NA
<i>a) valor mínimo previsto no plano de remuneração</i>	NA	NA
<i>b) valor máximo previsto no plano de remuneração</i>	NA	NA
<i>c) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas</i>	NA	NA
<i>d) valor efetivamente reconhecido no resultado</i>	NA	0,00
II – Participação no Resultado (e+f+g+h)	0,00	0,00
<i>e) valor mínimo previsto no plano de remuneração</i>	NA	NA
<i>f) valor máximo previsto no plano de remuneração</i>	0,00	0,00
<i>g) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas</i>	NA	NA
<i>h) valor efetivamente reconhecido no resultado</i>	0,00	0,00
III – Total (I + II)	0,00	0,00

Fonte: Sistema Integrado de Recursos Humanos – RHSin.

Os itens com indicação “Não se aplica (NA)” se referem a rubricas não utilizadas pela Chesf para composição da remuneração da Diretoria Executiva

4.8. Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada

A política da Chesf em relação aos seus auditores independentes fundamenta-se em princípios que preservam a independência desses profissionais. Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14/01/2003, a administração informa que sua auditoria, KPMG Auditores Independentes, durante o exercício de 2015, não prestou outros serviços além dos serviços de auditoria das suas demonstrações financeiras. Os referidos auditores foram contratados num contrato único para todas as empresas do Sistema Eletrobras, para um período de três anos (podendo ser prorrogado), com início dos trabalhos no exercício de 2014.

Em atendimento à Lei Societária, as demonstrações financeiras da Chesf são auditadas por auditor independente, contratado por meio de licitação e aprovado pelo Conselho de Administração, com restrição de prestação de outros serviços e com a adoção de rodízio a cada período de cinco anos.

No quadro abaixo, segue informações sobre a auditoria independente contratada pela Chesf:

Empresa Contratada	KPMG Auditores Independentes
CNPJ	57.755.217/0001-29
Serviço Contratado	Serviços regulares e especiais de auditoria independente, compreendendo a Auditoria das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, para fins locais (CPC/CVM) e IASB/SEC, dos exercícios de 2014, 2015 e 2016 e a Revisão das Informações Trimestrais (1T2014, 2T2014, 3T2014, 1T2015, 2T2015, 3T2015, 1T2016, 2T2016 e 3T2016). Inclui, também, a revisão dos procedimentos fiscais e tributários, o exame das demonstrações financeiras e informações complementares requeridas pela Agência Reguladora (ANEEL), CVM e Instituições Financeiras (p.ex. BIRD/BID), emissão de relatórios especiais e documentos decorrentes dos serviços prestados, além do exame dos controles internos segundo normas do IBRACON a da Lei Norte-Americana Sarbanes-Oxley - SOX, com a emissão de relatórios requeridos, para as empresas do Sistema ELETROBRAS, conforme as especificações e condições estabelecidas no Edital de Licitação e seus anexos. Informamos que a KPMG, durante o exercício de 2015, não prestou a esta Companhia outros serviços além dos serviços de auditoria independente citados.
Remuneração	O montante de remuneração correspondente à prestação dos serviços de auditoria independente citados, referente ao exercício de 2015, foi de R\$ 867.207,16.

4.9. Participação acionária de membros de colegiados da entidade

O quadro abaixo descreve a participação acionária dos membros do colegiado da Chesf. A companhia prevê no Capítulo IV (Administração), Artº 11 - Parágrafo único: “É privativo de brasileiros o exercício dos cargos integrantes da Administração da Chesf, devendo os membros do Conselho de Administração ser acionistas e os da Diretoria Executiva, acionistas ou não”.

Membros do Conselho de Administração	Cargo	Valor Mobiliário/ Derivativo	Característica do Título	Quantidade
Armando Casado de Araújo	Presidente do Conselho de Administração	Ação	Preferencial	01
José Carlos de Miranda Farias	Membro efetivo	Ação	Preferencial	01
Altino Ventura Filho	Membro efetivo	Ação	Preferencial	01
Virginia Parente de Barros	Membro efetivo	Ação	Preferencial	01
Fernanda Cardoso Amado	Membro efetivo	Ação	Preferencial	01
José Hollanda Cavalcanti Júnior	Membro efetivo	Ação	Preferencial	01
TOTAL				06

5. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

5.1 Canais de Acesso ao Cidadão

A Companhia conta com uma Ouvidoria, canal de comunicação entre a Chesf e seus públicos de relacionamento.

As manifestações registradas são analisadas individualmente e respondidas conforme a circunstância. O objetivo é tratar a demanda e encaminhá-la para uma solução.

A manifestação registrada, considerada em conjunto com outras participações, estrutura uma base de dados que subsidia a adoção de medidas, implementação de ideias, mudança de cultura organizacional e o aprimoramento dos processos da Companhia.

É ferramenta para restabelecer o equilíbrio das relações, viabilizando o encaminhamento das manifestações na empresa quando os demais canais de acesso já foram esgotados.

A Ouvidoria também é responsável pela Chesf em face do Serviço de Informação ao Cidadão -SIC. Guarda os meios de garantir o efetivo direito constitucional à Informação, interagindo internamente para ampliação da transparência da empresa, em cumprimento à Lei nº 12.527/2011.

Formas de Acesso

- Site: <http://www.chesf.gov.br/empresa/Pages/Ouvidoria/Ouvidoria.aspx>
- Mensagem eletrônica: ouvidoria@chesf.gov.br
- Telefone: 81-3229.2929 / 81-3229.3815 / 81-3229.3540
- Pessoalmente, mediante agendamento.
- Endereço para correspondência e atendimento presencial:

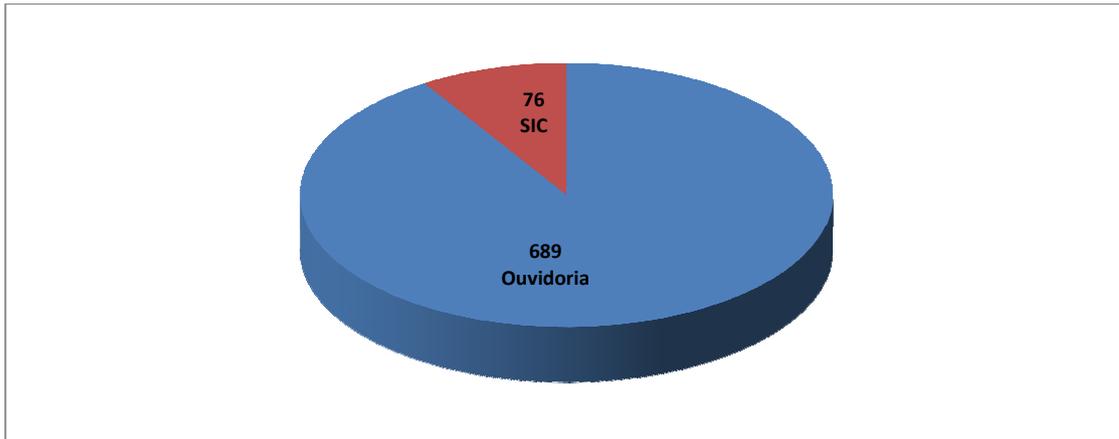
Ouvidoria da Chesf
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco
Rua Delmiro Gouveia, 333
Edf. André Falcão - Bloco C - Sala 315 -
San Martin - Recife - PE
CEP 50.761-901

A propósito dos dados gerenciais e estatísticos, transcrevemos extrato do Relatório de Ouvidoria 2015, a saber.

5.1.1 Estatística das Manifestações

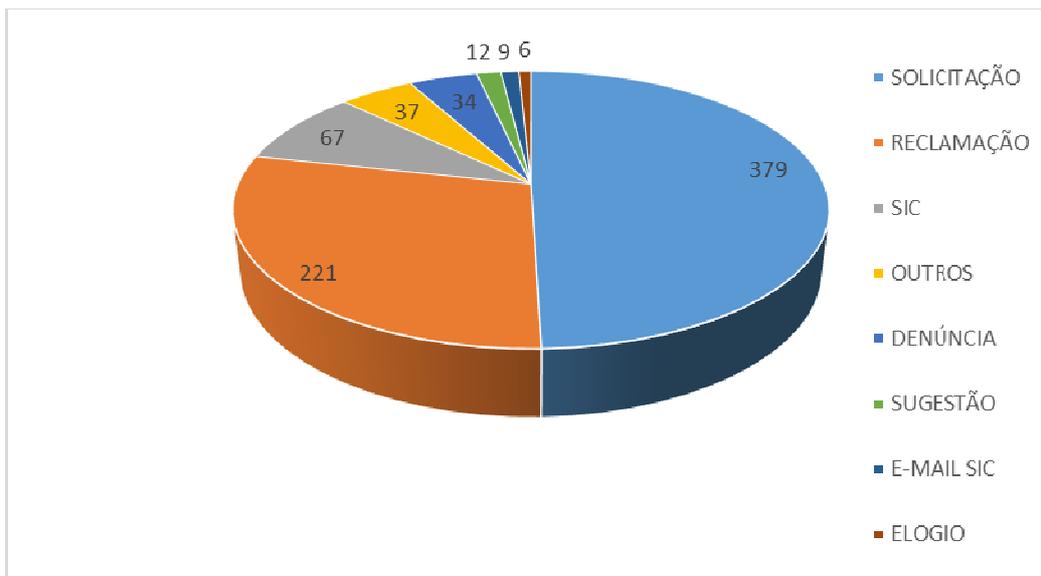
5.1.1.1 Quantitativo Geral

O quadro a seguir apresenta o total de 765 demandas recebidas pelos dois canais administrados pela Ouvidoria, sendo 689 manifestações postadas na Ouvidoria e 76 pedidos de informação dirigidos ao SIC.



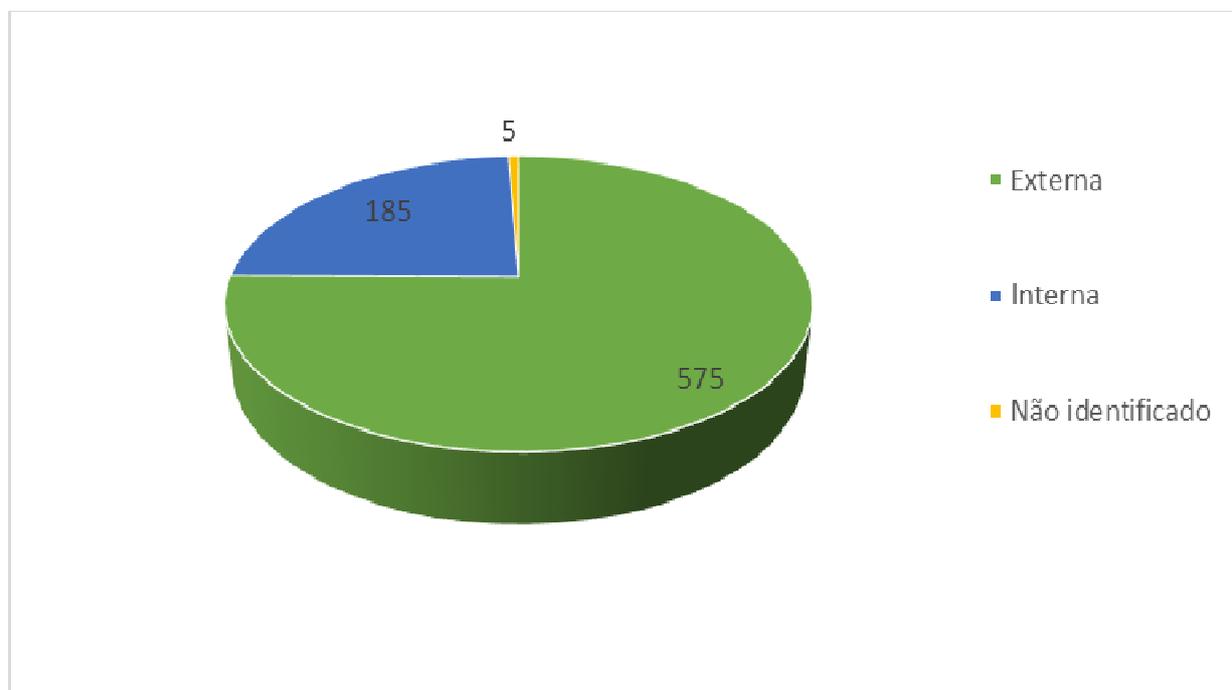
5.1.1.2 Demandas por Tipo

As demandas são classificadas como: denúncia, e-mail SIC, elogio, outros, reclamação, SIC, solicitação e sugestão.



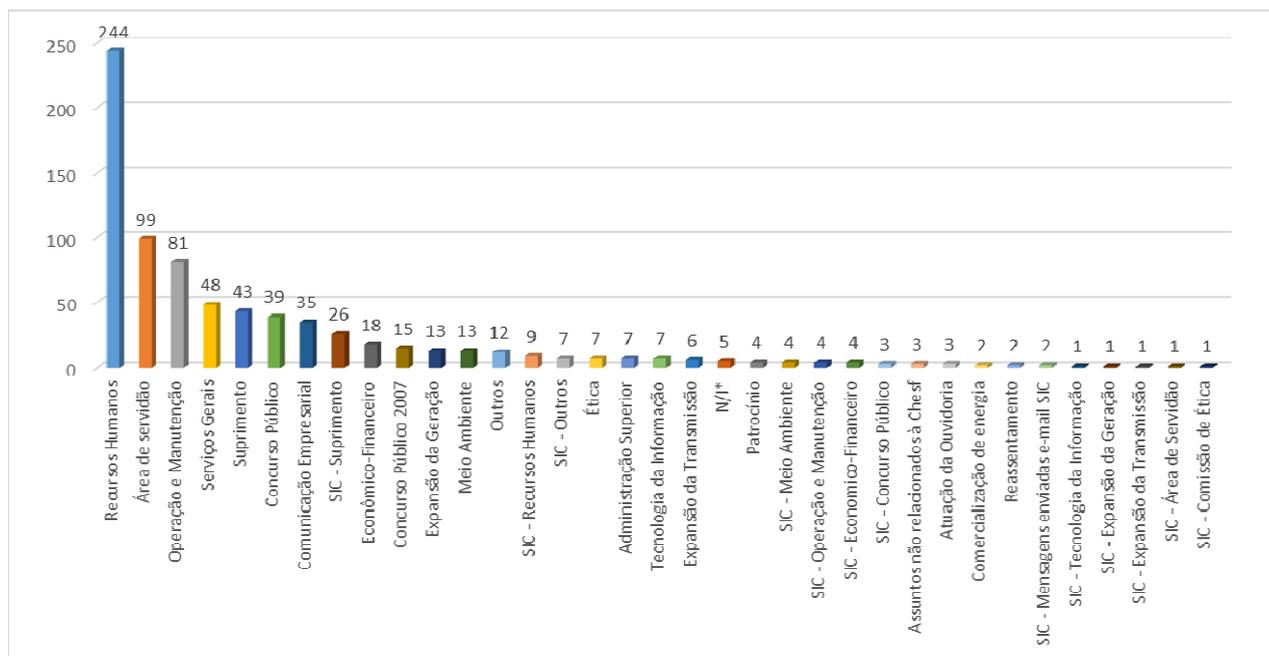
5.1.1.3 Demandas por Origem

O quadro abaixo representa a origem das demandas, classificadas como internas, externas e não identificadas. Em relação às demandas externas, verifica-se queda de 17,62%, comparativamente ao ano de 2014. Já as demandas internas sofreram aumento de 35,04%.

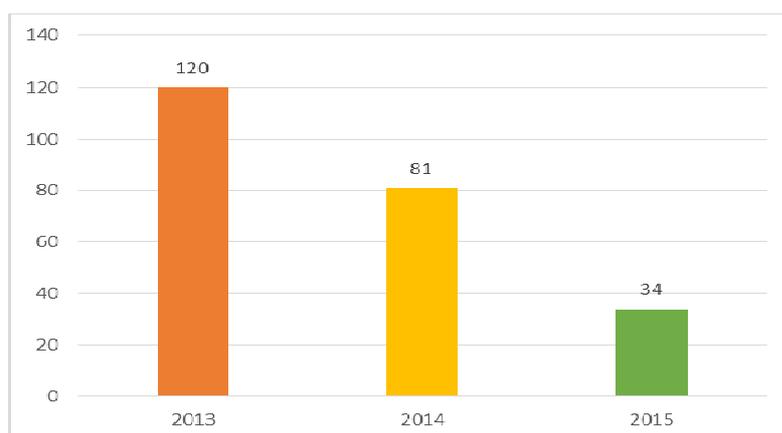


5.1.1.4 Manifestações por Assunto

Conforme o gráfico abaixo, a maioria das manifestações se concentram em Recursos Humanos (**31,90%**), Área de Servidão (**12,94%**), Operação e Manutenção (**10,59%**), Concurso Público/Concurso Público 2007 (**7,06%**), Serviços Gerais (**6,27%**) e Suprimento (**5,62%**). Estes seis assuntos representam **74,38%** do total de manifestações registradas na Ouvidoria.



5.1.1.5 Classificadas como Denúncia

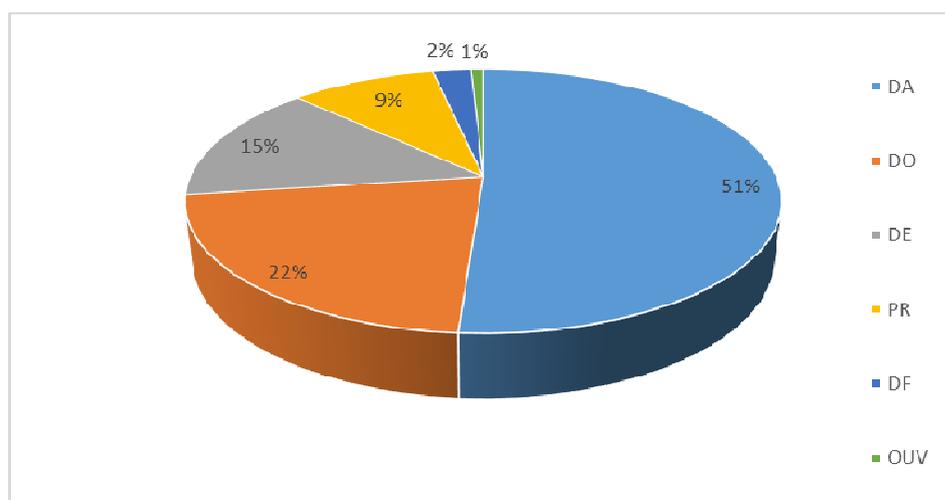


Em 2015, foram classificadas como DENÚNCIA, 34 manifestações distribuídas nos seguintes assuntos:

- 12 Serviços Gerais
- 7 Recursos Humanos
- 6 Suprimento
- 6 Operação e Manutenção
- 2 foram encaminhadas à Comissão de Ética
- 1 Expansão da Geração

Conforme o gráfico acima, houve uma redução em torno de 58% das Denúncias de 2014 para 2015 devido à implementação da Instrução Normativa Nº 01 da Ouvidoria Geral da União, que restringiu bastante o conceito de Denúncia.

5.1.1.6 Manifestações por Diretoria de Destino



O gráfico mostra que a maioria das manifestações trata de assuntos relacionados à Diretoria Administrativa (51%). Em meados de 2015, considerando o grande número de manifestações internas a Diretoria Administrativa implantou o canal de primeiro acesso “Fale com a DA”. As demandas que chegam por esse expediente são invisíveis para a Ouvidoria.

a) Diretoria Administrativa – DA:

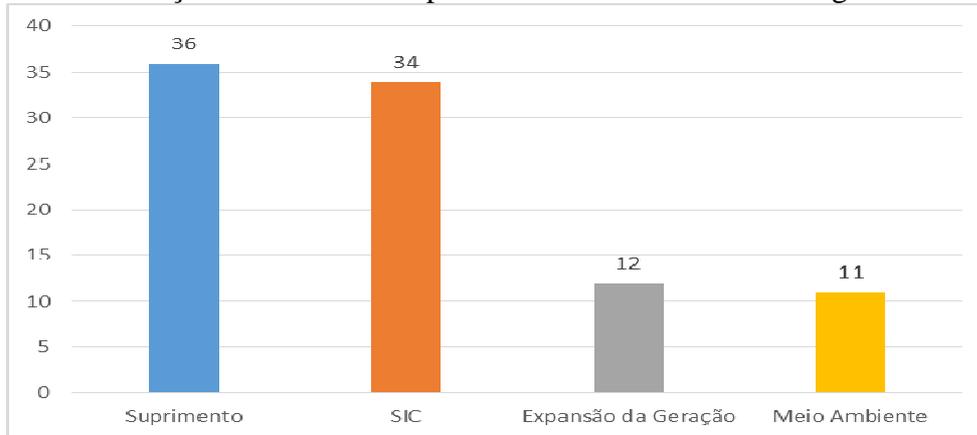
Os assuntos mais relevantes serão mostrados no gráfico a seguir:



Dentre os assuntos de Recursos Humanos destaca-se, assim como em 2014, o processo de Reembolso de Medicamentos (Global Saúde e Fachesf) com o maior número de reclamações. Seguidos de questionamentos e solicitação de informações sobre Concurso Público e Estágio.

b) Diretoria de Engenharia e de Construção – DE:

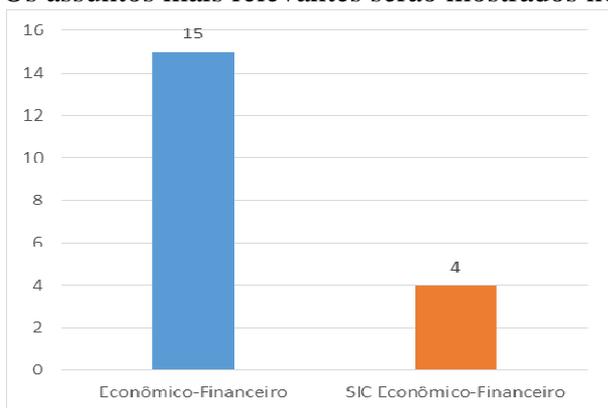
As manifestações encaminhadas para análise da DE atendem ao gráfico abaixo:



A grande maioria dessas manifestações está relacionada a reclamações e solicitações de informações relativas a contratos e processos licitatórios.

c) Diretoria Econômico-financeira – DF:

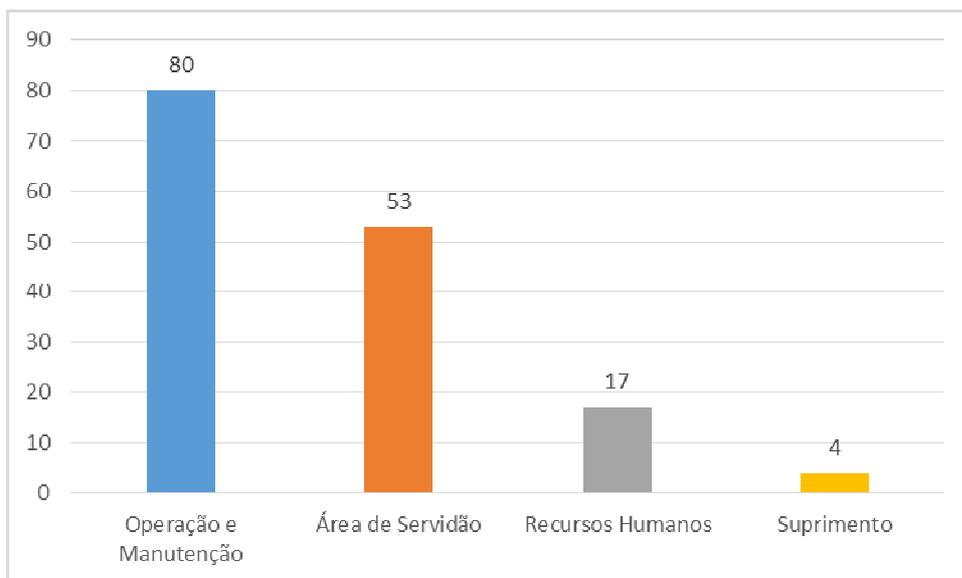
Os assuntos mais relevantes serão mostrados no gráfico a seguir:



As manifestações encaminhadas para análise da DF são, precipuamente, solicitações de informação sobre ações preferenciais e demonstrações financeiras.

d) Diretoria de Operação – DO:

Os assuntos mais relevantes serão mostrados no gráfico a seguir:



As manifestações encaminhadas versaram, principalmente, sobre as atividades de operação e manutenção. As manifestações da área de servidão são relativas principalmente a invasões e construções irregulares em faixa de servidão.

5.1.1.7 Consolidação das Demandas

Em 2015 foram consolidadas **765** manifestações das quais **719** foram resolvidas, **35** canceladas e **11** estão em andamento.

Destaca-se que, durante o ano, **95,42%** das manifestações registradas foram solucionadas.

5.2 Carta de Serviços ao Cidadão

Item não se aplica à Chesf. A Carta de Serviço ao Cidadão é exigida para órgãos e entidades do Poder Executivo Federal que prestam serviços diretamente ao cidadão, conforme previsto no artigo 11 do Decreto nº 6.932/2009.

5.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

Área de Comercialização

A Chesf - empresa de geração e transmissão de energia elétrica - não presta serviço diretamente ao cidadão, ou seja, ao consumidor final, mas realiza pesquisa - foco comercial para medir o nível de satisfação dos clientes que compreende os seguintes segmentos: consumidores livres e potencialmente livres, distribuidores, geradores e comercializadores.

A pesquisa foi realizada no ano de 2014, em conjunto com a *holding*, para medir o nível de satisfação dos clientes (Comercializadores, Consumidores livres e potencialmente livres, Distribuidores e Usuários dos Serviços de Transmissão) e tem periodicidade bianual. Os resultados obtidos quanto à satisfação com os serviços prestados pela Chesf, foram os seguintes:

- Comercializadores: 85,2%
- Consumidores livres e potencialmente livres: 92,4%
- Distribuidores: 90,4%
- Usuários de serviços de Transmissão: 82,3%

Na média o nível de satisfação registrou índice de 88%

Em 2016, a Chesf deverá realizar uma nova pesquisa de satisfação de clientes, que ocorrerá nos meses de abril a maio.

Área de Operação

A Chesf tem um sistema de pesquisa que abrange apenas as Distribuidoras. Essa pesquisa é feita anualmente através de uma reunião individual com cada Distribuidora. Uma ata é elaborada e um dos itens consta a percepção do Cliente.

Para o ano de 2015, os clientes consideraram satisfatório o serviço prestado pela Chesf.

5.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

A Lei de Acesso à Informação estabelece que as informações de interesse coletivo ou geral deverão ser divulgadas pelos órgãos públicos, de forma organizada e centralizada, em seção específica nos sítios eletrônicos, com o objetivo de oferecer ao cidadão um padrão uniforme de acesso, que facilite a localização e obtenção das informações e se torne uma referência em transparência pública – Transparência Ativa.

A Chesf disponibiliza parte dessas informações na página da Transparência Pública e outras em seu próprio site, no link *acesso à informação*. Foi implementada uma política visando estabelecer competências e procedimentos operacionais, para atendimento à referida Lei na sua totalidade.

Link para página Transparência pública

<http://www3.transparencia.gov.br/index.jsp?CodigoOrgao=910813&TipoOrgao=3>

Link de acesso à informação

<http://www.chesf.gov.br/acessoinformacao/Pages/default.aspx>

Submenu de acesso:

[Institucional](#)

[Ações e Programas](#)

[Auditorias](#)

[Convênios](#)

[Despesas](#)

[Licitações e Contratos](#)

[Empregados](#)

[Agenda de Diretores](#)

[Perguntas Frequentes](#)

[Sobre a Lei de Acesso à Informação](#)

[Serviço de Informação ao Cidadão](#)

[Informações Classificadas](#)

Em relação à Transparência Passiva, a Controladoria-Geral da União – CGU, disponibiliza um sistema eletrônico web para todos os órgãos e entidades do Governo Federal, com o objetivo de permitir que qualquer pessoa física ou jurídica possa encaminhar pedidos de informações.

A Chesf implantou o referido sistema e disponibiliza o acesso em seu site, que tem por objetivo registrar e atender a todos os pedidos dos cidadãos que pretendem ter acesso a informações da empresa.

Segue quantitativo dos referidos atendimentos

SIC			
QTD DEMANDAS	RECURSO 1ª INSTÂNCIA	RECURSO 2ª INSTÂNCIA	RECURSO CGU
76	3	0	0

6. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

6.1. Desempenho financeiro no exercício

Nos três últimos exercícios sociais, a situação financeira e o resultado das operações da Chesf foram influenciados por fatores como o desenvolvimento macroeconômico brasileiro; a prorrogação das concessões de geração e transmissão de energia, objeto da Medida Provisória nº 579/2012, posteriormente convertida na Lei nº 12.783/2013, cujo objetivo foi a redução dos preços da energia para os consumidores em geral, que trouxe uma forte queda de receitas fixas de geração e transmissão; e a renovação dos contratos com consumidores industriais nas condições estabelecidas na Medida Provisória nº 677/2015 de 22 de junho de 2015.

No Ano de 2015, a Companhia registrou um prejuízo de R\$ 475,9 milhões, contra um prejuízo de R\$ 1.117,9 milhões em 2014. Apesar de negativo, houve avanços em alguns itens, reflexo das medidas tomadas visando à retomada da lucratividade, tais como, aumento de receita operacional, redução de alguns custos e despesas operacionais e melhoria no Ebtida.

Vale ressaltar ainda que, apesar dos esforços da administração da Companhia na redução dos seus custos, refletido principalmente na diminuição da Energia elétrica comprada para revenda [-44,14% (R\$ 273,6 milhões)]; na diminuição dos Combustíveis para a produção de energia [-51,37% (R\$ 186,4 milhões)]; e dos esforços para incremento de receita, refletido no aumento do Fornecimento direto as indústrias [+33,72% (R\$ 299,0 milhões)], decorrente da renovação dos contratos com consumidores industriais; aumento da receita do Sistema de Transmissão [+20,06% (R\$ 153,6 milhões)] decorrente de atualização, de reforços de linha de transmissão e novas entradas de ICG na conexão; aumento na receita CCEE [+46,52% (R\$ 70,9 milhões)] devido a alocação de energia no 1º semestre de 2015, houve um aumento significativo nos custos decorrentes de estimativas, refletido na Provisão contrato oneroso/impairment (aumento de R\$ 1.386,1 milhões); e no aumento da Provisão para contingência, [+127,10% (R\$ 197,9 milhões)], decorrente da constituição de honorários de sucumbência e atualização do processo decorrente do Fator k.

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e legislação específica da Aneel, quando esta não estiver conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes em 31/12/2015, bem como com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

As práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem das Normas Internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, uma vez que estas normas passaram a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações individuais. Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 28 de março de 2016, autorizou a divulgação destas demonstrações financeiras.

A Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, contendo o plano de contas, instruções

contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2015.

Segue nos quadros abaixo, a Análise Econômico-Financeira da Companhia, considerando alguns índices que colaborarão para analisar a situação geral da Liquidez, Endividamento e Rentabilidade.

ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA

Para o Balanço Patrimonial:	2015	2014	2013	2012	2011
a) Liquidez Corrente	140,88%	281,25%	366,25%	618,76%	138,36%
b) Garantia de Capitais de Terceiros	67,84%	56,99%	51,55%	51,77%	29,75%
c) Endividamento	40,42%	36,30%	34,02%	34,11%	22,93%
d) Rentabilidade dos Investimentos em Controladas e Coligadas	0,15%	-4,14%	2,05%	2,07%	4,19%
e) Imobilização do Patrimônio Líquido	71,94%	57,51%	42,69%	31,28%	74,99%

- a) **Liquidez Corrente:** O índice de Liquidez Corrente é obtido mediante a divisão do valor do Ativo Circulante, consignado no Balanço Patrimonial, pelo Passivo Circulante, também registrado no mesmo demonstrativo contábil, multiplicando-se o resultado obtido por cem (100), conforme a equação abaixo:

$$\text{Liquidez Corrente} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \times 100$$

- b) **Garantia de Capitais de Terceiros:** O índice de Garantia de Capitais de Terceiros é obtido mediante a divisão do valor do Passivo Exigível, consignado no Balanço Patrimonial, pelo Patrimônio Líquido, também registrado no mesmo demonstrativo contábil, conforme a equação abaixo:

$$\text{Garantia de Capitais de Terceiros} = \frac{\text{Passivo Exigível}}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

- c) **Endividamento:** O índice de Endividamento é obtido mediante a divisão do valor do Passivo Exigível, consignado no Balanço Patrimonial, pelo Ativo Total, também registrado no mesmo demonstrativo contábil, conforme a equação abaixo:

$$\text{Endividamento} = \frac{\text{Passivo Exigível}}{\text{Ativo Total}}$$

- d) **Rentabilidade dos Investimentos em Controladas/Coligadas:** O índice de Rentabilidade dos Investimentos em Controladas/Coligadas é obtido mediante a divisão do valor do Resultado da Equivalência Patrimonial, consignado no Balanço Patrimonial, multiplicado por cem (100), pelo total de Investimentos em Coligadas e Controladas, registrado no mesmo demonstrativo contábil, conforme a equação abaixo:

$$\text{Rentabilidade Investimentos} = \frac{\text{Resultado da Equivalência Patrimonial}}{\text{Investimentos em Coligadas e Controladas}} \times 100$$

$$\text{Controladas/Coligadas} = \frac{\text{Investimentos em Coligadas}}{\text{Controladas}} \times 100$$

- e) **Imobilização do Patrimônio Líquido:** O índice de Imobilização do Patrimônio Líquido é obtido mediante a divisão do valor do Ativo Permanente, consignado no Balanço Patrimonial, multiplicado por cem (100), pelo total de Patrimônio Líquido, registrado no mesmo demonstrativo contábil, conforme a equação abaixo:

$$\text{Imobilização do Ativo Permanente} = \frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$$

Para a Demonstração do Resultado do Exercício:	2015	2014	2013	2012	2011
a) Lucratividade	-12,56%	-31,37%	-11,37%	-89,08%	30,36%
b) Rentabilidade Operacional do PL	-6,35%	6,34%	-6,34%	-45,27%	10,58%
c) Rentabilidade Final do PL	-5,18%	-10,73%	-4,06%	-37,50%	9,13%
d) Índice de Eficiência	41,53%	37,68%	54,26%	18,26%	16,90%
e) Rentabilidade do Ativo Total	-3,18%	-6,97%	-2,67%	-27,02%	7,31%

- a) **Lucratividade:** O índice de Lucratividade é obtido mediante a divisão do valor do Lucro Líquido do Exercício, consignado nas Demonstrações de Resultado, multiplicado por cem (100), pela Receita Operacional Líquida, também registrada no mesmo demonstrativo contábil, conforme a equação abaixo:

$$\text{Lucratividade} = \frac{\text{Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício}}{\text{Receita Operacional Líquida}} \times 100$$

- b) **Rentabilidade Operacional do PL:** O índice de Rentabilidade Operacional do PL é obtido mediante a divisão do valor do Resultado Operacional, consignado na Demonstração do Resultado, multiplicado por cem (100), pelo Patrimônio Líquido Médio, registrado no Balanço Patrimonial, conforme a equação abaixo:

$$\text{Rentabilidade Operacional do PL} = \frac{\text{Resultado Operacional}}{\text{Patrimônio Líquido Médio}} \times 100$$

- c) **Rentabilidade Final do PL:** O índice de Rentabilidade Final do PL é obtido mediante a divisão do valor do Lucro líquido, consignado na Demonstração de Resultado, multiplicado por cem (100), pelo Patrimônio Líquido Médio, registrado no Balanço Patrimonial, conforme a equação abaixo:

$$\text{Rentabilidade Final do PL} = \frac{\text{Lucro (Prejuízo) líquido}}{\text{Patrimônio Líquido Médio}} \times 100$$

- d) **Índice de Eficiência:** O índice de Eficiência é obtido mediante a divisão do valor das Despesas Administrativas e Gerais, consignado na Demonstração de Resultados, pelo total

da Receita Operacional Bruta, registrado no mesmo demonstrativo contábil, conforme a equação abaixo:

$$\text{Índice de Eficiência} = \frac{\text{Despesas Administrativas e Gerais}}{\text{Receitas Operacionais}} \times 100$$

- e) Rentabilidade do Ativo total: O índice de Rentabilidade do Ativo total é obtido mediante a divisão do valor do Resultado do Exercício, consignado na Demonstração de Resultado, pelo Ativo Total Médio, registrado no Balanço Patrimonial, conforme a equação abaixo:

$$\text{Rentabilidade do Ativo total} = \frac{\text{Resultado do Exercício}}{\text{Ativo Total Médio}} \times 100$$

6.2. Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

A Companhia calcula e contabiliza as quotas de depreciação com aplicação das taxas estabelecidas pela Resolução Aneel nº 474, de 07/02/2012, que alterou as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico – MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367, de 2 de junho de 2009. As taxas são aplicadas considerando os códigos internos que identificam as Unidades de Cadastro.

As principais taxas anuais de depreciação, por atividade, são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação (%)
<u>Geração</u>	
Comporta	3,3
Reservatório	2,0
Casa de força	2,0
Gerador	3,3
Painel – Comando e Medição	3,6
Turbina hidráulica	2,5
Ponte rolante, guindaste e pórtico	3,3
Turbina a gás	4,0
<u>Administração central</u>	
Equipamentos gerais	6,2
Veículos	14,3
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,3

Os bens do ativo imobilizado da Companhia, associados e identificados como ativos da concessão de serviços públicos não podem ser vendidos nem oferecidos em garantia a terceiros. O tratamento contábil dos bens que compõem o ativo imobilizado está descrito na Nota Explicativa 20 das Demonstrações Financeiras em anexo a este relatório.

6.3. Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

Não se aplica. Este item diz respeito a órgãos e entidades da Administração Pública Federal que recebem recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social e que são usuários do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, que não é o caso da Chesf. A Companhia é uma empresa de economia mista federal, de capital aberto, controlada pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras que tem, de acordo com a Constituição Federal Brasileira (capítulo II, seção II, artigo 165, parágrafo 5º, inciso II), o seu Orçamento de Investimento aprovado por Lei Orçamentária Anual - LOA e o seu Orçamento Geral (por meio do Programa de Dispêndios Globais - PDG) aprovado por Decreto Federal. Como empresa do Setor Elétrico, adota Plano de Contas instituído pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.

Adicionalmente, convém esclarecer que o artigo 173, §1.º, inciso II da Constituição Federal estabelece que as sociedades de economia mista, que realizarem atividades econômicas, estarão sujeitas ao regime jurídico aplicável a empresas privadas, com relação a questões civis, comerciais, trabalhistas e tributárias. Nestes termos, a Companhia segue, em sua escrituração comercial, as determinações da Lei nº 6.404/1976 e alterações posteriores.

6.4. Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 6.404/76 e notas explicativas

As Demonstrações Financeiras com as Notas Explicativas e o Parecer dos Auditores Independentes encontram-se no anexo IV deste relatório.

7. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

7.1 Gestão de Pessoas

7.1.1 Estrutura de Pessoal da Unidade

Quadro 14 – Força de Trabalho da Chesf

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Empregados em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	não há	4.587	10	28
1.1. Membros de poder e agentes políticos	não há	0	0	0
1.2. Empregados de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	não há	4.587	10	28
1.2.1. Empregados de carreira vinculada ao órgão	não há	4.563	5	28
1.2.2. Empregados de carreira em exercício descentralizado	não há	0	0	0
1.2.3. Empregados de carreira em exercício provisório	não há	0	0	0
1.2.4. Empregados requisitados de outros órgãos e esferas	não há	24	5	0
2. Empregados com Contratos Temporários	não há	0	0	0
3. Empregados sem Vínculo com a Administração Pública	não há	0	0	0
4. Total de Empregados (1+2+3)	não há	4.587	10	28

Fonte: Sistema Integrado de Recursos Humanos – RHSin.

Obs.: o campo “Lotação Autorizada” foi preenchido como “não há” pelo fato de a Companhia não se enquadrar na determinação de lotação autorizada por lei para provimento de cargos.

No ano de 2015, a Companhia encerrou o exercício com uma força de trabalho formada por 4.587 empregados, composta por 4.563 empregados do quadro próprio e 24 requisitados. Do total de integrantes da força de trabalho, 933 são mulheres e 3.654 são homens. Ainda durante o supracitado exercício, houve cinco admissões, todas decorrentes de determinação judicial, e 28 desligamentos de empregados.

Quadro 15 – Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Empregados de Carreira (1.1)	1.116	3.471
1.1. Empregados de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	1.116	3.471
1.1.2. Empregados de carreira vinculada ao órgão	1.111	3.452
1.1.3. Empregados de carreira em exercício descentralizado	0	0
1.1.4. Empregados de carreira em exercício provisório	0	0
1.1.5. Empregados requisitados de outros órgãos e esferas	5	19
2. Empregados com Contratos Temporários	0	0
3. Empregados sem Vínculo com a Administração Pública	0	0
4. Total de Empregados (1+2+3)	1116	3471

Fonte: Sistema Integrado de Recursos Humanos – RHSin

Para segregação do quadro de pessoal, o efetivo considerado para composição do quadro de pessoal da Área Meio da Companhia refere-se aos empregados lotados na Presidência, Diretoria Administrativa e Diretoria Econômico-Financeira, sendo considerado para a Área Fim os empregados lotados na Diretoria de Engenharia e Construção e na Diretoria de Operação.

Quadro 16 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da Chesf

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão				
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior				
1.2.1. Empregados de Carreira Vinculada ao Órgão				
1.2.2. Empregados de Carreira em Exercício Descentralizado				
1.2.3. Empregados de Outros Órgãos e Esferas				
1.2.4. Sem Vínculo				
1.2.5. Aposentados				
2. Funções Gratificadas				
2.1. Empregados de Carreira Vinculada ao Órgão	397	378	127	145
2.2. Empregados de Carreira em Exercício Descentralizado				
2.3. Empregados de Outros órgãos e Esferas				
3. Total de Empregados em Cargo e em Função (1+2)	397	378	127	145

Fonte: Sistema Integrado de Recursos Humanos – RHSin e RN-11/2003-RH 69 – Funções Gratificadas.

Justificativa: Não são computados os empregados investidos em caráter interino ou substitutos. Treze empregados foram investidos e esses mesmos também exonerados no ano de 2015, aparecendo sua contagem na coluna de Ingressos e Egressos.

Análise Crítica:

Desde o encerramento, em 2014, do Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário – PIDV, a Superintendência de Recursos Humanos vem realizando levantamento acerca da suficiência da força de trabalho da Chesf, sobretudo nas áreas técnicas, bem como eventuais diagnósticos sobre o quadro de pessoal ideal. Nesse mister, a Chesf acompanha mensalmente o Quadro de Pessoal – QP, observando o limite estabelecido pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST), conciliando as necessidades empresariais, como também realizando estudos do quantitativo de empregados elegíveis à aposentadoria, segregados por escritório, cargo/formação e diretoria.

Em 2015 foi executado um projeto piloto em algumas unidades organizacionais para dimensionamento, em termos quantitativos e qualitativos, de quadro de pessoal da Companhia, com apoio de consultoria da FIA/USP. Os resultados desse projeto se encontram em fase de conclusão e a previsão é expandir gradativamente o projeto para toda a Chesf.

7.1.2 Política de capacitação e treinamento de pessoal

O Plano de Educação Corporativa da Chesf é modelado considerando o Planejamento Empresarial como seu principal norteador estratégico, visando ao desenvolvimento das competências profissionais e gerenciais consideradas críticas ao enfrentamento dos desafios organizacionais apresentados. O valor total aplicado em Educação Corporativa no ano de 2015 foi de R\$ 4.122,7 mil. O investimento médio por empregado foi de R\$ 898,79. A redução foi de 5,19% em relação a 2014.

Em 2015, o número de horas de treinamento por empregado foi de 45,24, correspondendo a 2,36% das horas de trabalho. Foram computadas 764 ações educacionais, contemplando 207.512 horas e atendendo 3.706 empregados, representando 80,79% do quadro de pessoal.

Visando melhoria contínua de processos e aprimoramento profissional dos seus empregados, foram ministradas 3.923 horas em pós-graduações *lato sensu e stricto sensu*, além de 5.173 horas em congressos, seminários e simpósios, correspondendo a um total investido de R\$ 210.508,00 em inscrições nestes últimos. Na perspectiva da sustentabilidade, foram capacitados 309 empregados, perfazendo um total de 8.574 horas em ações educacionais com temática sócio-ambiental.

Tais resultados foram possíveis devido ao uso de soluções criativas, como o incentivo à atuação do empregado educador, o uso de videoconferências, a ampliação de número de vagas por ação educacional, quando possível, e a maior divulgação do Plano de Educação Corporativa. Destaca-se ainda uma constante busca na otimização dos recursos financeiros, mantendo ou aumentando a qualidade das ações educacionais da Companhia.

Destacamos, ainda, a continuidade da parceria com a Universidade do Sistema Eletrobras – UNISE, que custeou várias ações educacionais com vagas para a Chesf, tais como: Curso de Governança Corporativa, Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS para técnicos e áreas afins, Seminário de Gerenciamento de Projetos, Curso de Metrologia e Medição em Ensaios de Alta Tensão, Brazil WindPower 2015, bem como o início de uma turma do MBA em Gestão de Negócios para o Setor Elétrico, viabilizando a participação de 40 empregados da Companhia; e de uma turma do Curso de Regulação de Energia, com a participação de 41 empregados.

Em relação à preparação gerencial, ressaltamos a realização da ação educacional “Processos Institucionais para Novos Gestores”, voltada aos gerentes e assessores em primeira investidora, contando com 47 participantes. Esse curso foi dividido em 3 módulos, com uma carga horária de 52 horas, e realizado com empregados educadores e fornecedores educacionais. Outra ação de destaque foi o Curso de Líder Coach Orientado para Resultados, em parceria com a consultoria Cozex Desenvolvimento Gerencial, capacitando 100 gestores, em 2015.

Neste mesmo ano, foi lançado o Portal Educação Corporativa e Gestão do Conhecimento. O objetivo é concentrar, em um único ponto, as informações mais relevantes e os normativos que versam sobre esses temas na Companhia. Além disso, está disponível a programação das ações educacionais do Plano de Educação Corporativa, no seu segmento institucional.

Com o apoio do Senai, são realizados os cursos de NR10 Básico, NR10 Complementar, NR10 Reciclagem Integrada, Operador de Empilhadeira, Formação de Operador de Guindaste.

Também existiram outras ações educacionais de cunho técnico, com foco nos negócios da companhia, como: Formação de Operadores, Aperfeiçoamento para Operador de Guindauto, Formação Técnica de Eletricistas e Analistas de Linhas de Transmissão, Curso de Regulação de Energia, Curso de Especialização em Energias Renováveis, Gerenciamento de Resíduos Químicos e Biológicos de Laboratório, Normas e Práticas da Operação de Subestações Teleassistidas, Smart Grids: O Novo Modo do Consumo de Energia, Metrologia e Técnicas de Medição e Ensaio de Alta Tensão e Formação Básica de Manutenção de Subestações, dentre outros.

Neste ano, foram encaminhados dois empregados da Chesf para participarem do Programa Ciência sem Fronteiras, com vistas a Doutorado Sanduíche, com duração de um ano no exterior.

Por fim, destaca-se a realização da 1ª Tarde Literária da Chesf. O objetivo foi incentivar o autodesenvolvimento dos empregados, por meio da leitura e da manifestação cultural e artística, contribuindo para a formação de atitude crítica e a melhoria do clima organizacional.

Abaixo, segue resumo dos indicadores da Chesf:

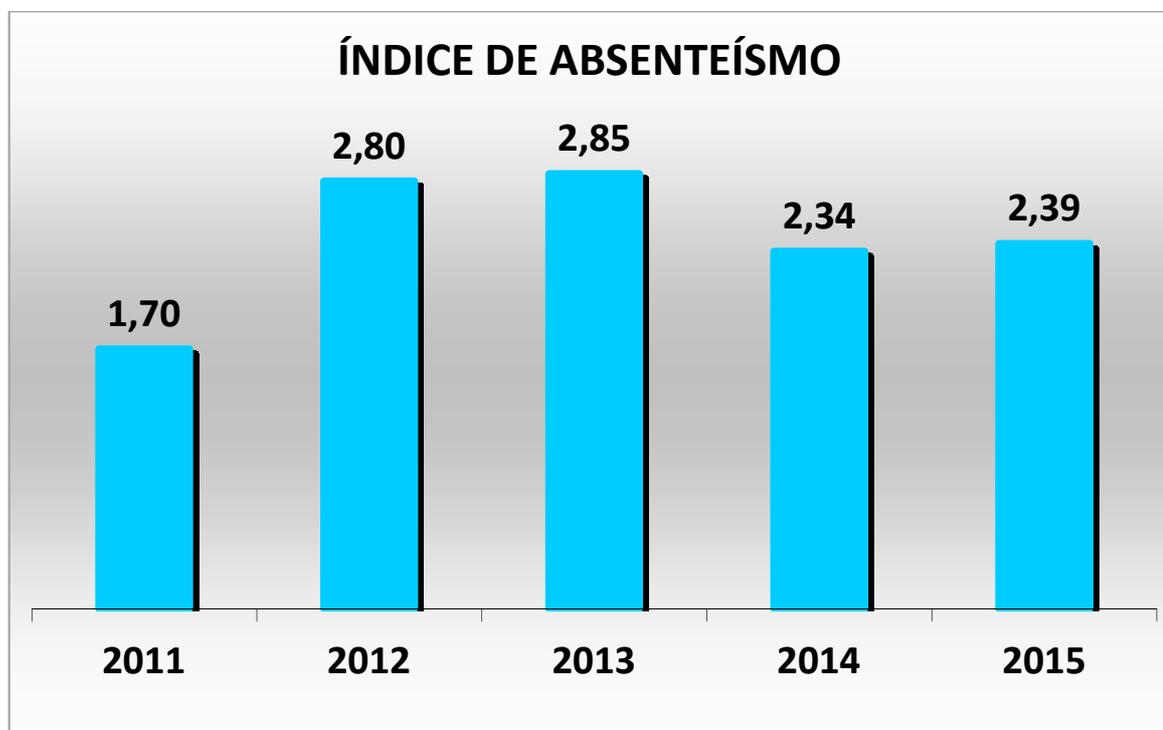
Indicadores	31/12/2015	31/12/2014
Empregados treinados	3.706	3.540
Homem/hora treinados	207.512	73.732
Média/hora treinamento	45,24	62,08
Índice de empregados treinados (%)	80,79%	80,29%
Força de trabalho treinada (%)	2,36%	3,23%
Investimento total (R\$ mil)	4.122	4.179
Valor médio investido por empregado (R\$ 1,00)	898,79	948,02

	Funções Gerenciais	Nível Superior	Nível Médio	Nível Fundamental
Hora Total Treinada	23.149	50.825	100.680	32.858
Participantes	372	970	1.831	556
Participações	1.900	3.698	6.905	1.651

Obs: Neste quadro, não estão incluídos valores correspondentes às participações de jovens aprendizes, empregados cedidos, requisitados e anistiados.

7.1.3 Indicadores Gerenciais sobre Gestão de Pessoas

7.1.3.1 Índice de Absenteísmo



Fonte: Relatório do Sistema Integrado de Recursos Humanos – RHSin.

- Utilidade: afere a ausência dos empregados ao trabalho (%), permitindo avaliar a respectiva repercussão das ausências na realização do programa de trabalho no âmbito da Organização.
- Tipo: resultado do indicador “quanto menor, melhor”.
- Fórmula de cálculo: relação entre somatório de dias de ausência decorrente de faltas, justificadas ou não, e quantidade total de empregados, no período considerado, multiplicada pela quantidade de meses do ano e a média de dias úteis no mês (20,17).
$$\text{Absenteísmo} = \left\{ \frac{\text{somatório de dias de ausência}}{\text{número de empregados} * 12 * 20,17} * 100 \right\}$$
- Método de aferição: emissão de relatórios específicos gerados pelo Sistema Integrado de Recursos Humanos – RHSin – Módulo de Administração de Pessoal.
- Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Diretoria Administrativa / Superintendência de Recursos Humanos / Departamento de Administração de Recursos Humanos / Divisão de Registro e Controle de Pessoal.
- Resultado do indicador no exercício: 2,39. Resultado acima do limite de tolerância para o período, que foi de 2,20.

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:

Abaixo, apresentamos os principais tipos de ocorrências que contribuíram para esse resultado:

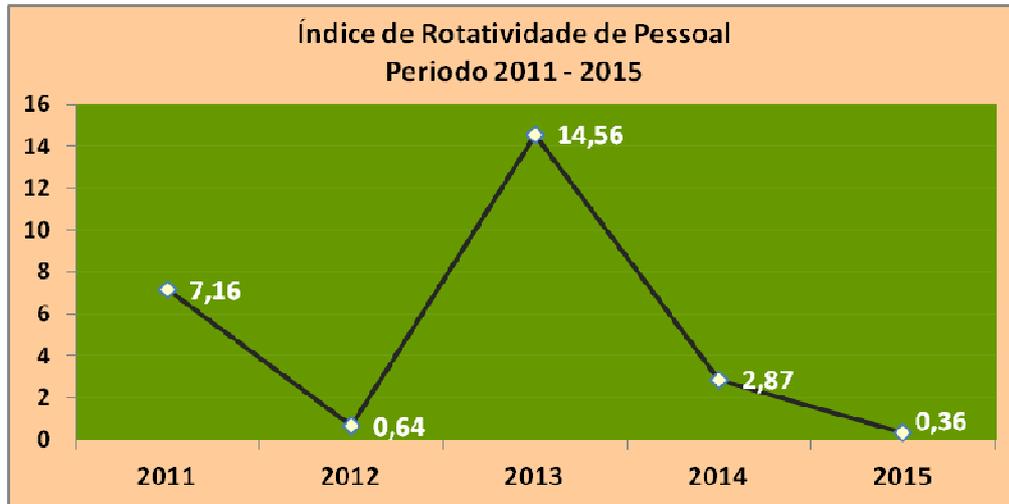
Ocorrência	%
1. Licença Médica	61,25
2. Tratamento Médico/Fisioterápico	14,10
3. Licença para Acompanhamento Internamento Hospitalar	7,92
4. Convocação Justiça	6,11
5. Ausência Abonada Particular	3,44
6. Falta não Abonada	3,30
7. Outros	3,88

h) Resultado das principais medidas implementadas e / ou a implementar para tratar causas de insucesso e seus responsáveis:

Apesar do resultado do indicador em 2015 (2,39) ter ficado acima do limite tolerável (2,20), não houve alteração significativa em relação ao resultado de 2014 (2,34). Destacamos que foram implementadas as seguintes medidas:

- Atendimento personalizado aos empregados mais faltosos.
- Identificação das principais patologias que impactam o absenteísmo-doença, definindo ações preventivas e corretivas desse indicador.
- Realização de ações socioeducativas com os gestores das áreas críticas.
- Intensificação das políticas praticadas na Chesf de promoção de saúde e qualidade de vida.
- Sensibilização dos empregados em todos os níveis acerca dos impactos econômicos e financeiros do absenteísmo-doença para a Chesf.
- Orientação aos médicos ambulatoriais da Chesf sobre o uso abusivo do atestado médico.
- Envio de relatório para os gerentes acompanharem o absenteísmo-doença de suas áreas.
- Atuação do médico perito para realização da gestão dos atestados médicos.

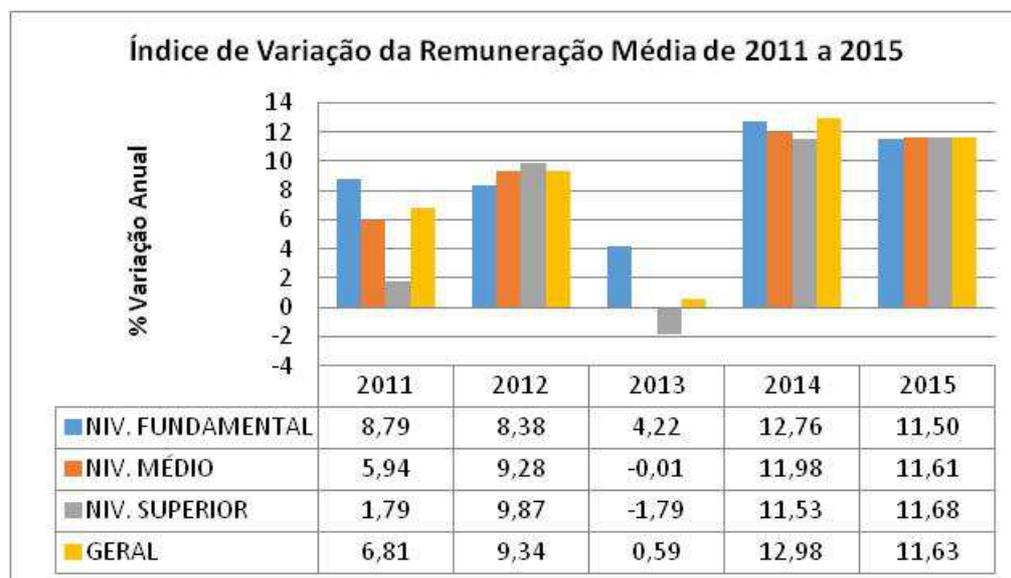
7.1.3.2 Índice de Rotatividade de pessoal



Fonte: Relatório do Sistema Integrado de Recursos Humanos – RHSin.

- a) Utilidade: captar a flutuação (entrada e saída) no quadro de pessoal, tendo em vista o impacto potencialmente negativo de uma rotatividade não desejada, nos resultados do negócio.
- b) Tipo: eficácia. Avaliam-se os reflexos da movimentação de pessoal na produção, no clima organizacional, relacionamento interpessoal e suas causas determinantes.
- c) Fórmula de cálculo: soma de empregados admitidos e desligados (na Empresa) no período, dividido por dois; sua resultante é dividida pelo efetivo médio de pessoal do período.
- d) Método de aferição: contabilização do quantitativo de empregados admitidos, desligados e efetivo médio no período. Dados extraídos do Sistema Integrado de Recursos Humanos – RHSin.
- e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Diretoria Administrativa / Superintendência de Recursos Humanos / Departamento de Administração de Recursos Humanos / Divisão de Planejamento de Recursos Humanos.
- f) Resultado do indicador no exercício: 0,36%. Resultado satisfatório.
- g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: o índice de rotatividade apresentado de 0,36% difere significativamente do aferido no ano anterior, que foi de 2,87%. Tal resultado é consequência da diminuição em 2015 dos quantitativos de admissões e desligamentos de empregados, em 97,6% e 46,2%, respectivamente.
- h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso e seus responsáveis: não se aplica.

7.1.3.3 Índice de Variação da Remuneração Média dos Empregados



Fonte: Sistema Integrado de Recursos Humanos – RHSin

a) Utilidade:

Permitir a avaliação das ações relativas a incrementos na remuneração do empregado.

b) Tipo:

Eficiência, sendo o resultado do indicador “quanto maior, melhor”.

c) Fórmula de cálculo:

Percentual da variação da remuneração média dos empregados em cada cargo/nível escolaridade em relação ao ano anterior. Calcula-se a referida média em dezembro de um ano e divide-se pela média de dezembro do ano anterior para obter-se o percentual. Os cargos estão agrupados pelo nível de escolaridade exigido. Os cargos contemplados são o PF (Profissional Fundamental); cargos de nível médio, que englobam os cargos PMS (Profissional Médio Suporte) e o PMO (Profissional Médio Operacional); e o cargo PS (Profissional Superior).

d) Método de aferição:

Registro dos valores da Remuneração pelo Sistema Integrado de Recursos Humanos – RHSin – Módulo Cargos e Salários.

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:

Diretoria Administrativa – DA / Superintendência de Recursos Humanos – SRH / Departamento de Desenvolvimento de Recursos Humanos – DDH / Divisão de Carreira e Remuneração – DACR.

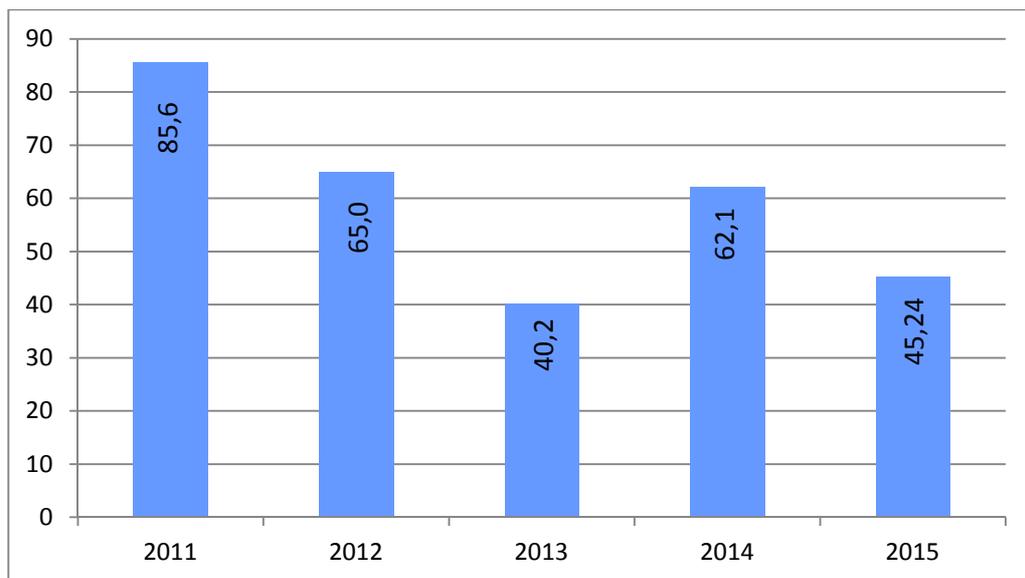
f) Resultado do indicador no exercício: 11,63%

Em 2015, pode-se observar uma maior uniformização do índice da variação da remuneração média entre os níveis. A variação geral média de 11,63% ocorreu devido aos movimentos: Acordo Coletivo de Trabalho – ACT, Processo de Mérito e aplicação do Sistema de Avanço de Nível – SAN (promoção por antiguidade).

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador – não se aplica.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso e seus responsáveis – não se aplica.

7.1.3.4 Horas de Treinamento por Empregado



Fonte: Sistema de Gestão Chesf – Indicadores DA – 2015. Relatório do Sistema Integrado de Recursos Humanos – RHSin.

a) Utilidade: Acompanhar a realização dos programas/ações educacionais, sob a perspectiva do volume médio por empregado, visando à capacitação necessária ao alcance das metas organizacionais.

b) Tipo: Eficácia, sendo o resultado do indicador “quanto maior, melhor”.

c) Fórmula de cálculo: Relação entre a quantidade de horas de treinamento no período e o efetivo de empregados da Chesf.

d) Método de aferição: Contabilização das horas de treinamento pelo Sistema Integrado de Recursos Humanos – RHSin – Módulo de Treinamento.

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Diretoria Administrativa / Superintendência de Recursos Humanos / Departamento de Desenvolvimento de Recursos Humanos / Divisão de Educação Corporativa.

f) Resultado do indicador no exercício: 45,24 horas. Indicador com resultado acima da sua meta (40 horas). A meta é estabelecida com base nos seguintes critérios: orçamento anual destinado ao Plano de Educação Corporativa – PEC; realização histórica; planejamento de ações educacionais do período. O quadro de pessoal de referência é do dia 31 de dezembro do exercício anterior.

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: Em 2015, o número médio de horas de treinamento por empregado foi de 45,24, correspondendo a 2,36% das horas de trabalho.

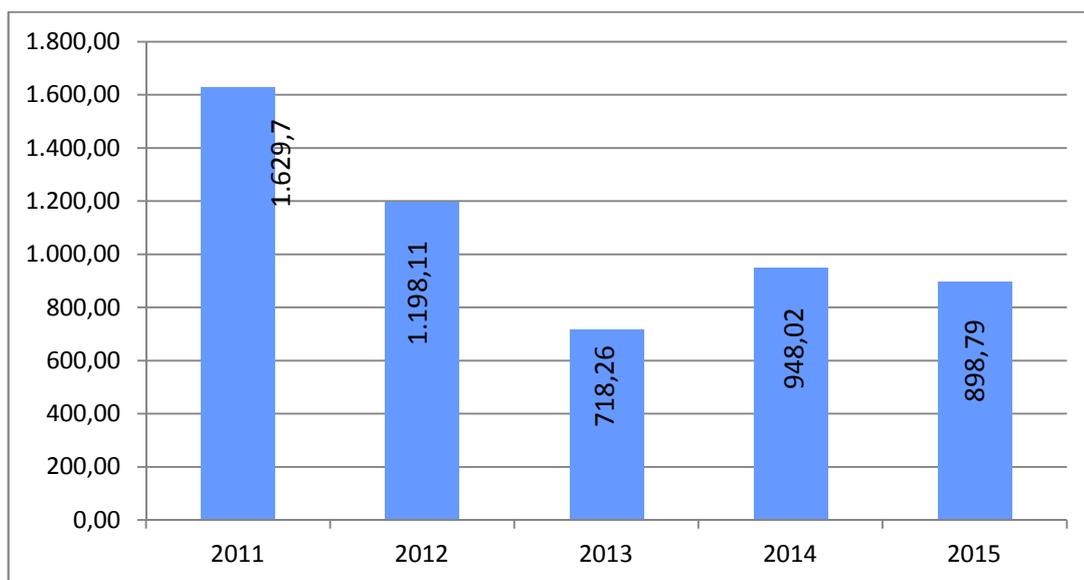
Quando comparado com 2014 (62,10), constata-se diminuição de valor. Isso pode ser atribuído a dois fatores:

- O orçamento destinado a treinamento no ano de 2015 foi o mesmo de 2014. Em contrapartida, houve elevação dos custos diretos e indiretos para realização de ações educacionais, devido ao processo inflacionário do período.
- O Modelo de Educação Corporativa da Companhia pressupõe uma descentralização no seu funcionamento, por meio de apoio de coordenadores de macroprocesso e agentes integradores, na Sede e nos escritórios Regionais. Em 2015, houve uma renovação deste quadro, impactando no cadastro de ações educacionais e registro de participantes no Sistema de Integrado de Recursos Humanos – RHSin, módulo de treinamento.

h) Descrição das principais medidas implantadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso e seus responsáveis:

- Estão em estudo mais formas de intensificação dos resultados positivos alcançados no ano anterior na área de educação corporativa.
- Reuniões e ações educacionais foram realizadas e estão previstos ao longo deste ano para aperfeiçoamento das equipes de coordenadores dos macroprocessos e agentes integradores.
- Também devem ser intensificadas: utilização de soluções criativas, que diminuam os custos nas ações educacionais, tais como a utilização cada vez maior de cursos mediados por tecnologia; e incentivo cada vez maior à atuação de empregado educador, promovendo capacitação para os empregados com perfil adequado a essa atividade.

7.1.3.5 Investimento em Treinamento por Empregado



Fonte: Sistema de Gestão Chesf – Indicadores DA – 2015. Relatório do sistema Gestão Econômico-Financeira – GEF.

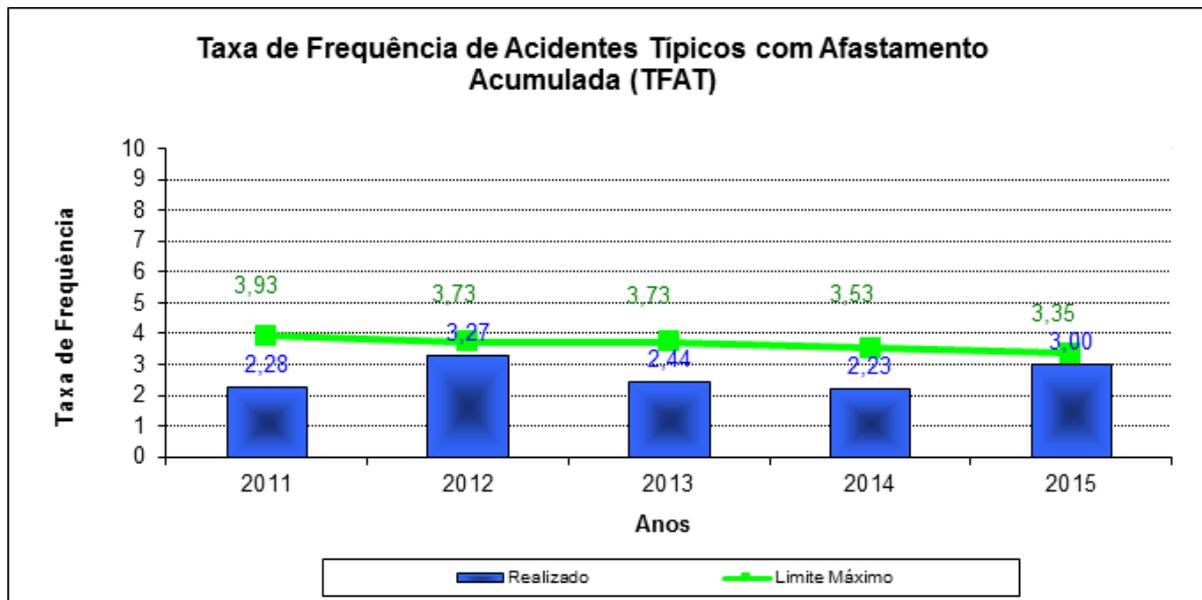
- a) Utilização: Acompanhar a realização dos programas/ações educacionais, sob a perspectiva do investimento médio por empregado, visando à capacitação necessária ao alcance das metas organizacionais.
- b) Tipo: Eficácia, sendo o resultado do indicador “quanto maior, melhor”.
- c) Fórmula de cálculo: Relação entre a quantidade de recursos financeiros destinados a programas/ações educacionais no período e o efetivo de empregados da Chesf.
- d) Método de aferição: Contabilização dos recursos financeiros pelo sistema Gestão Econômico-Financeira – GEF.
- e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Diretoria Administrativa / Superintendência de Recursos Humanos / Departamento de Desenvolvimento de Recursos Humanos / Divisão de Educação Corporativa.
- f) Resultado do indicador no exercício: R\$ 898,79. Indicador com resultado abaixo de sua meta (R\$ 996,57). A meta é estabelecida com base nos seguintes critérios: orçamento anual destinado ao Plano de Educação Corporativa – PEC; realização histórica; planejamento de ações educacionais do período. O quadro de pessoal de referência é o do dia 31 de dezembro do exercício anterior.
- g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: O investimento total realizado em ações educacionais passou de R\$ 4.179,806 mil, em 2014, para R\$ 4.122.739 mil, em 2015; enquanto o investimento médio por empregado passou de R\$ 948,02 para R\$ 898,79, representando diminuição de 5,21%.

A redução em 2015 foi mínima podendo ser atribuída a:

- Continuidade do fortalecimento da parceria com a Universidade do Sistema Eletrobras – UNISE, que custeou várias ações educacionais com vagas para a Chesf, inclusive com a criação do polo Recife.
- Uso de soluções criativas, como incentivo à atuação do empregado educador, uso de videoconferências, divulgação de cursos online gratuitos.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso e seus responsáveis: Estão em estudo mais formas de intensificação dos resultados positivos alcançados na área de educação corporativa.

7.1.3.6 Taxa de Frequência de Acidentes do Trabalho



Fonte: Relatório de Descrição de Acidentes 2015 / Sistema de Gestão Empresarial Chesf 2015.

- Utilidade: permitir a avaliação da eficácia das ações de segurança do trabalho, contribuindo para a orientação e conscientização da importância dessas ações preventivas.
- Tipo: eficácia, sendo o resultado do indicador “quanto menor, melhor”.
- Fórmula de cálculo: relação entre o número de acidentes típicos com afastamento x 1.000.000 e a quantidade de empregados x horas em exposição ao risco no período.

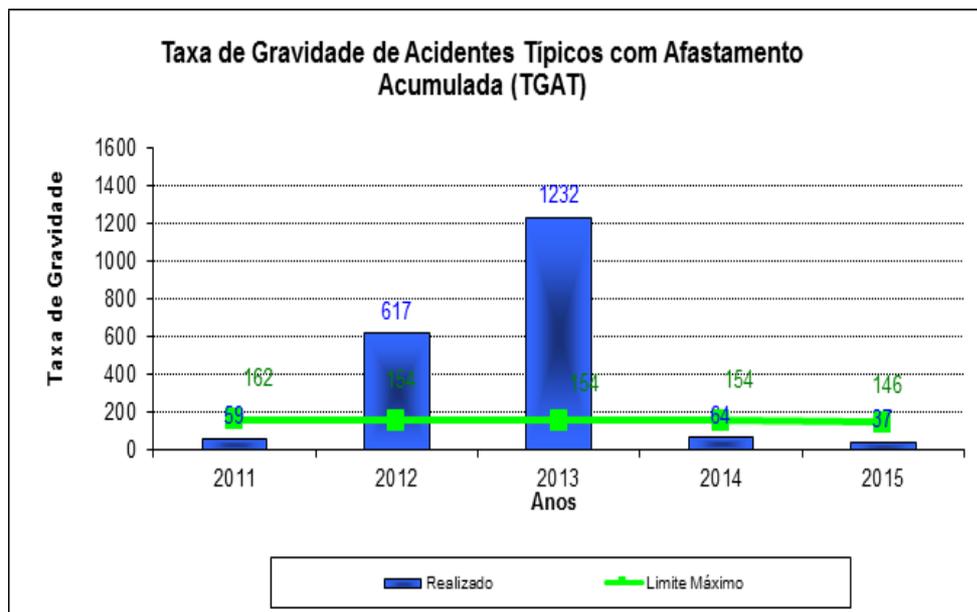
$$T_{FAT} = \frac{\text{Número de Acidentes Típicos com Afastamento} \times 1.000.000}{\text{Número de Horas de Exposição ao Risco}}$$

Onde: Número de Horas de Exposição ao Risco = Número de Empregados * 167

(Número de horas médio de exposição ao risco por empregado/mês, definido pela Eletrobras)

- d) Método de aferição: registro e contabilização dos acidentes de trabalho pelo sistema de informação criado e utilizado pela área de Segurança do Trabalho.
- e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Diretoria Administrativa / Superintendência de Recursos Humanos / Departamento de Saúde e Segurança do Trabalho / Divisão de Engenharia de Segurança do Trabalho.
- f) Resultado do indicador no exercício: 3,00. A Taxa de Frequência Acumulada de Acidentes Típicos com Afastamento – TFAT fechou o ano abaixo do limite tolerável estabelecido pela empresa (valor de 3,00 frente ao valor limite de 3,35). Indicador com resultado satisfatório, em função das ações preventivas realizadas ao longo do ano, tais como: campanhas, inspeções, auditorias, palestras, treinamentos, monitoramento / tratamento de acidentes e incidentes (quase acidentes), registro e controle de incidentes e não conformidades, monitoramento biopsicossocial e programa de ergonomia.
- g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: não se aplica.
- h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso e seus responsáveis: O resultado da TFAT em 2015 é um dos menores registrados desde 2003. Houve melhoria significativa nos indicadores de Segurança do Trabalho, em virtude das medidas preventivas adotadas pela Empresa.

7.1.3.7 Taxa de Gravidade de Acidentes do Trabalho



Fonte: Relatório de Descrição de Acidentes 2015. Sistema de Gestão Empresarial Chesf 2015.

- a) Utilidade: permitir a avaliação da eficácia das ações de segurança do trabalho, contribuindo para a orientação e conscientização da importância dessas ações preventivas.

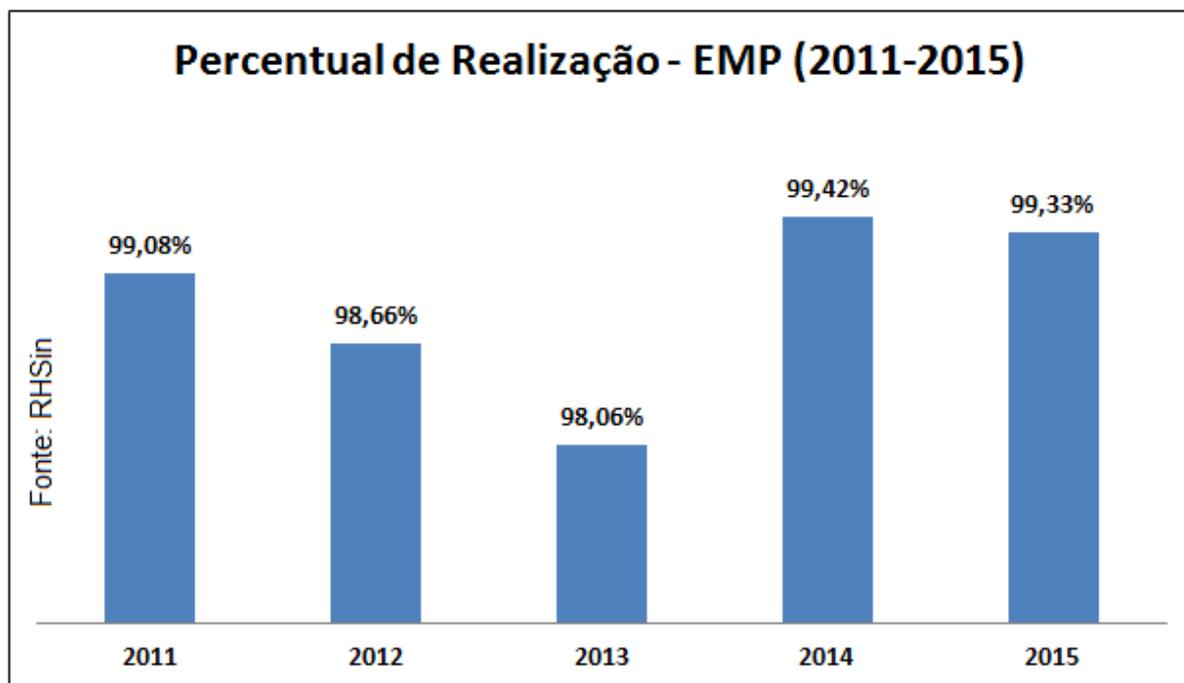
- b) Tipo: eficácia, sendo o resultado do indicador “quanto menor, melhor”.
- c) Fórmula de cálculo: relação entre os dias de afastamento de acidentes típicos com afastamento x 1.000.000 e o número de horas de exposição ao risco.

$$T_{GAT} = \frac{\text{Número de Dias de Afastamento de Acidentes Típicos} * 1.000.000}{\text{Número de Horas de Exposição ao Risco}}$$

Onde: Número de Horas de Exposição ao Risco = Número de Empregados * 167
(Número de horas médio de exposição ao risco por empregado/mês, definido pela Eletrobras)

- d) Método de aferição: registro e contabilização dos acidentes de trabalho pelo sistema de informação criado e utilizado pela área de Segurança do Trabalho.
- e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Diretoria Administrativa / Superintendência de Recursos Humanos / Departamento de Saúde e Segurança do Trabalho / Divisão de Engenharia de Segurança do Trabalho.
- f) Resultado do indicador no exercício: 37. Indicador com resultado abaixo do limite estabelecido para o período (limite de 146).
- g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: não se aplica.
- h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso e seus responsáveis: A Taxa de Gravidade Acumulada de Acidentes Típicos com Afastamento – TGAT apresentou resultado abaixo do limite máximo tolerável (valor de 37 frente ao valor limite de 146), decorrente das medidas preventivas adotadas pela Empresa, representando o menor índice, desde 2003. Não houve insucesso.

7.1.3.8 Índice de Realização do Exame Médico Periódico e Percentual de Realização – EMP



Fonte: Sistema RhSin/Sistema de Gestão Empresarial Chesf 2015

- a) Utilidade: subsidiar o acompanhamento da saúde dos empregados a partir da realização dos exames médicos periódicos, conforme as diversas especificidades das funções desempenhadas.
- b) Tipo: eficácia, sendo o resultado do indicador “quanto maior, melhor”.
- c) Fórmula de cálculo: relação percentual entre a quantidade de exames médicos periódicos concluídos no ano e o total de empregados da Empresa, subtraindo-se os admitidos há menos de um ano.
- d) Método de aferição: controle da realização dos exames médicos periódicos pelo Sistema Integrado de Recursos Humanos – Rhsin, Módulo de Medicina do Trabalho.
- e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Diretoria Administração / Superintendência de Recursos Humanos / Departamento de Saúde e Segurança no Trabalho / Divisão de Saúde e Bem Estar no Trabalho.
- f) Resultado do indicador no exercício: 99,33%, superando a meta empresarial (99%).
- g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: não se aplica.
- h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso e seus responsáveis: não se aplica.

7.1.4 Demonstrativo de despesas de pessoal

Quadro 17 – Despesas do pessoal

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos* e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições **	Gratificações **	Adicionais	Indenizações ***	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis ****				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2015	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2014	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Empregados de carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exercícios	2015	423.144.805,9 9	14.567.000,4 3	50.613.012,12	178.218.197,5 2	5.383.199,89	21.000.230,1 0	1.776.415,83	29.919,38	954.087,2 1	695.686.868,4 7
	2014	381.469.231,6 0	14.029.877,9 2	48.259.637,90	172.151.103,3 0	15.561.016,3 1	21.200.908,7 9	1.964.822,17	15.019.844,2 1	977.806,4 0	670.634.248,6 0
Empregados de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade											
Exercícios	2015	5.529.224,40	43.353,16	53.745,36	596.473,38	113,63	8.581,74	0	0	0	6.231.491,67
	2014	4.642.209,99	6.134,47	37.387,96	473.833,15	0	14.625,53	0	0	38.052,59	5.212.243,69

Empregados SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2015	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2014	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Empregados cedidos com ônus											
Exercícios	2015	833.001,86	335,48	115.764,75	547.369,76		98.710,16	0	0	0	1.595.182,01
	2014	696.434,86	0	106.209,15	444.795,92	10.239,74	72.273,36	0	52.297,99	0	1.382.251,02
Empregados com contrato temporário											
Exercícios	2015	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2014	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Sistema Integrado de Recursos Humanos – RHSin.

* Na coluna “Vencimentos e Vantagens Fixas” estão contemplados os valores pagos referentes aos empregados requisitados.

** Para fins de Retribuições e Gratificações foram utilizados como referência os conceitos previstos nos artigos 61 e 62 da Lei n. 8.112/90.

*** Na coluna “Indenizações” estão contemplados os valores e as diferenças de indenizações do Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário – PIDV, correspondente aos empregados optantes à saída em 2013 e 2014.

**** Os valores da coluna “Demais Despesas Variáveis” se referem aos pagamentos de complementação sobre o auxílio doença.

Os encargos da folha de pagamento não foram considerados nos números apresentados no quadro.

7.1.5 Gestão de riscos relacionados ao pessoal

A Companhia não vislumbra significativos riscos na gestão de pessoas que possam comprometer de forma grave o cumprimento da missão institucional ao longo do tempo e os objetivos estratégicos no médio e longo prazo. Em 2015, o quantitativo de empregados desligados representou apenas 0,61% do quadro de pessoal da Chesf e o índice de rotatividade geral foi de 0,36%, inclusive inferior à meta empresarial para esse indicador.

7.1.5.1 Acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos

Quanto às ações adotadas para identificar eventual acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos vedada pelo art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal:

- a) A existência de controles internos com a finalidade de detectar possível acumulação vedada de cargos, funções e empregos públicos:

A Chesf dispõe de regulamento e controles internos que visam atender o Art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal.

- b) Tipos de controle implementado e periodicidade de revisão:

Sistema informatizado: Sistema Integrado de Recursos Humanos – RHSin.

Normativos:

- Resolução Normativa – RN-11/2003 RH-69 – Funções Gratificadas.
- Resolução Normativa – RN-17/93 RH-17 – Investidura e Exoneração de Empregados em Função Gratificada na Companhia.
- Instrução Normativa – IN-RH.01.003 – Investidura e Exoneração de Empregados em Função Gratificada na Companhia.

Auditorias:

- Realizada pela área normativa (Divisão de Carreira e Remuneração), mensalmente;
- Realizada pelo órgão interno de Auditoria e Controle da Empresa, de acordo com cronograma específico da área.

- c) A propriedade dos controles implementados em termos de utilidade e eficiência; Regularizar, acompanhar e verificar periodicamente as investiduras e exonerações, permitindo maior eficiência sob a perspectiva de não acumulação de cargos e funções.

Além do Sistema Integrado de Recursos Humanos – RHSin, dos Normativos e das Auditorias, a Chesf, no momento da admissão do empregado, realiza a verificação na Carteira do Trabalho e Previdência Social – CTPS se há algum registro de emprego em aberto. Na hipótese positiva, é averiguada a possibilidade de compatibilidade, a exemplo de profissionais de educação e saúde. Adicionalmente, todos os empregados em processo de admissão subscrevem Termo de Responsabilidade, declarando não possuírem outro vínculo de trabalho em órgão público, seja na esfera federal, estadual ou municipal. Caso haja registro de incompatibilidade entre o emprego público a ser assumido na Chesf e outro existente, o candidato deverá regularizar a situação, sob pena de não ser admitido. O Termo de Responsabilidade contempla o compromisso do subscritor em comunicar à Chesf qualquer alteração que vier a ocorrer em sua vida funcional, que não atenda aos dispositivos legais previstos para as situações de acumulação de cargos.

A Chesf dispõe de canais de comunicação, a exemplo da Ouvidoria, aptos para receber e encaminhar à apuração eventuais denúncias sobre acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos.

Além disso, todas as admissões e os desligamentos de empregados são registrados no Sistema de Controle de Ações de Comunicação – Sisac, do Tribunal de Contas da União – TCU.

- d) No exercício de 2015 não houve registro de empregados com acumulação de cargos, funções ou empregos públicos indevidamente no quadro de pessoal da Chesf.
Não existe.

7.1.6 Contratação de pessoal de apoio e estagiárias

7.1.6.1 Contratação de mão de obra de para atividades não abrangidas pelo plano de cargos (regular)

Quadro 18 – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade

Unidade Contratante						
Nome: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco						
UG/Gestão: <i>(quando executora no SIAFI)</i>						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade de mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2012	SERVICOS DE SUPORTE TECNICO A GESTAO DE DOCUMENTOS	120354970001-62	03/07/2012	03/07/2016	Não há	Ativo Prorrogado
2015	SERVICO DE VIGILANCIA PARA 01 POSTO EM TURNO DE 24	136841090001-37	11/07/2015	09/07/2016	Não há	Ativo Normal
2015	LOCACAO DE VEICULO COM OPERACAO, PARA TRANSPORTEDE	49805890001-92	07/12/2015	05/12/2017	Não há	Ativo Normal
2012	LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÕES DE PEQUENO PORT	120354970001-62	06/08/2012	05/08/2016	Não há	Ativo Prorrogado
2015	SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO SOB LINHAS DE TRANSMISSÃO D	4002470001-03	08/09/2015	07/09/2017	Não há	Ativo Prorrogado
2013	SERVICOS DE COLETA, TRIAGEM E ENTREGA DE CORRESPON	87941710001-41	01/10/2013	01/10/2017	Não há	Ativo Prorrogado

2014	LOCACAO DE VEICULO COM OPERACAO PARA ATENDIMENTO A	90691220001-09	16/04/2014	14/04/2016	Não há	Ativo Normal
2015	SERVICO DE 03 POSTOS DE VIGILANCIA PARA PROJETO JU	107026840001-27	01/12/2015	29/11/2016	Não há	Ativo Normal
2013	SERVS.DE ROÇO,CAPINAÇÃO E REMOÇÃO DE VEGETAÇÃO IN-	87941710001-41	21/11/2013	20/11/2016	Não há	Ativo Prorrogado
2013	SERVIÇO DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PE	120354970001-62	01/11/2013	31/10/2017	Não há	Ativo Normal
2014	SERVIÇO DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PE	27940490001-99	09/10/2014	07/10/2016	Não há	Ativo Normal
2015	SERVIÇO DE CONTÍNUO, CORREIO INTERNO E SERVIÇOS EX	87941710001-41	20/02/2015	18/02/2017	Não há	Ativo Normal
2013	SERVICO DE LIMPEZA E CONSERVACAO , JARDINAGEM, ROC	120354970001-62	20/06/2013	21/03/2016	Não há	Ativo Prorrogado
2014	SERVICOS DE APOIO LOGISTICO PARA SSTR NO AMBITO DA	87941710001-41	19/05/2014	07/05/2016	Não há	Ativo Normal
2011	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DAS INSTALAÇÕES PREDIAIS DAG	343110190001-70	01/08/2011	01/06/2016	Não há	Ativo Prorrogado
2012	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DA SUBESTAÇÃO DE JOAIRAM/JAB	105571690001-09	02/04/2012	02/04/2016	Não há	Ativo Prorrogado
2012	VIGILANCIA OSTENSIVA E ARMADA A SEREM EXECUTADAS E	107026840001-27	10/09/2012	12/03/2017	Não há	Ativo Prorrogado
2013	SERVIÇOS DE MOVIMENTAÇÃO E ACONDICIONAMENTO DE MAT	105571690001-09	27/02/2013	27/02/2017	Não há	Ativo Prorrogado
2014	SERVICOS DE LIMPEZA E CONSERVACAO NAS AREAS INTERN	241269480001-56	10/03/2014	10/03/2016	Não há	Ativo Normal
2014	LIMPEZA E CONSERVACAO DAS AREAS AJARDINADAS	85853000001-91	05/05/2014	05/05/2016	Não há	Ativo Normal

	DAS US					
2013	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM LINHAS E TRANSMISSÃO E B	411161380001-38	29/10/2013	29/04/2016	Não há	Ativo Normal
2014	MANUTENÇÃO EM LT´ E BARRAMENTOS DE SE´S DA CHESF N	411161380001-38	16/09/2014	16/09/2016	Não há	Ativo Normal
2014	BENFEITORIAS NOS PREDIOS DA REGIONAL SUL	107493470001-95	28/07/2014	26/12/2015	Não há	Ativo Normal
2014	SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE 26 TORRES A	411161380001-38	24/02/2015	24/02/2020	Não há	Ativo Normal
2015	SERVICOS DE LIMPEZA E CONSERV.DOS PREDIOS,MOVEIS E	86053380001-89	01/12/2015	29/11/2016	Não há	Ativo Normal
2014	LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÕES DE PEQUENO PORT	179005550001-92	01/09/2014	30/08/2016	Não há	Ativo Normal
2014	LOCACAO DE 01 VEICULO PARA TRANSPORTE DE FUNCIONAR	104228510001-86	15/09/2014	13/09/2016	Não há	Ativo Normal
2014	FORNECIMENTO DE CAFE PRETO E COM LEITE ADOCADO, EC	51032780001-08	01/09/2014	21/08/2016	Não há	Ativo Normal
2014	SERVICOS DE VIGILANCIA OSTENSIVA E ARMADA NAS INST	111792640007-66	21/07/2014	21/07/2016	Não há	Ativo Normal
2014	SERVICO PARA OPERACAO DA CENTRAL DE ATENDIMENTO AF	105571690001-09	05/09/2014	05/09/2016	Não há	Ativo Normal
2014	SERVICOS DE VIGILANCIA OSTENSIVA E ARMADA NAS INST	174287310170-20	16/11/2014	16/11/2016	Não há	Ativo Normal
2014	SERVICO DE MANUTENCAO CIVIL ELETRICA E PREDIAL NOS	85978370001-71	18/12/2014	16/12/2016	Não há	Ativo Normal
2013	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO ELETRICA DO	152796080001-74	25/11/2013	25/11/2017	Não há	Ativo Normal

	COMPLEXO SEDE D					
2015	MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DA SALA COFRE	432094360001-06	04/05/2015	04/05/2017	Não há	Ativo Normal
2012	MANUTENÇÃO DE REDE DE CABEAMENTO ESTRUTURADO DA RE	576235550001-07	01/03/2012	01/03/2016	Não há	Ativo Normal
2015	EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUT PREDIAL NO COMPLEXOS	152796080001-74	04/09/2015	04/09/2017	Não há	Ativo Normal
2014	SERVICOS DE ATENDIMENTO A CAMADA CLIENTE DE TECNOL	198773000001-81	03/02/2014	03/08/2016	Não há	Ativo Normal
2013	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DO SICC	25277380001-37	07/01/2014	06/01/2017	Não há	Ativo Normal
2014	SERVIÇO DE COLETA DE LIXO EM ITAPARICA/USINA LUIZG	87941710001-41	08/09/2014	07/09/2016	Não há	Ativo Prorrogado
2014	SERVICOS DE VIGILANCIA ELETRONICA E MONITORAMENTOD	163304090001-06	28/08/2014	28/08/2016	Não há	Ativo Normal
2014	VIGILANCIA OSTENSIVA E ARMADA NAS INSTALACOES DA R	139646490001-74	02/08/2014	01/08/2016	Não há	Ativo Normal
2014	SERVICOS DE MANUTENCAO NAS INSTALACOES HIDROSSANIT	152796080001-74	08/08/2014	08/08/2016	Não há	Ativo Normal
2014	SERVICOS DE VIGILANCIA OSTENSIVA E ARMADA NAS INST	117302740001-52	01/09/2014	01/09/2016	Não há	Ativo Normal
2015	FORNECIMENTO E DISTRIBUICAO DE CAFE E CHA E REALIZ	86053380001-89	14/07/2015	14/07/2017	Não há	Ativo Normal
2013	SEVS.DE CONSERVAÇÃO DE JARDINS, INCLUINDO PODA DEA	85853000001-91	23/09/2013	21/09/2016	Não há	Ativo Prorrogado
2013	SERVIÇO DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PE	120354970001-62	01/11/2013	31/10/2017	Não há	Ativo Normal

2014	LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÕES DE PEQUENO PORT	105571690001-09	24/02/2014	23/02/2016	Não há	Ativo Normal
2015	SERVIÇO DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PE	87941710001-41	04/11/2015	02/11/2017	Não há	Ativo Normal
2015	LOCACAO DE 01 VEICULO COM OPERACAO	76540410001-40	01/06/2015	30/05/2017	Não há	Ativo Normal
2015	LOCAÇÃO DE 07 VANS COM OPERACAO	137306980001-42	26/05/2015	20/03/2016	Não há	Ativo Normal
2011	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO NAS SE RECIFE II, PIRAPAMA I	241269480001-56	20/01/2011	20/01/2016	Não há	Ativo Prorrogado
2012	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DO EDIFÍCIO ANDRE FALCÃO EAN	120706420001-46	19/10/2012	19/10/2016	Não há	Ativo Prorrogado
2015	SERVICO DE 01 POSTO DE VIGILANCIA PARA ESCRITORIOD	107026840001-27	14/12/2015	05/06/2017	Não há	Ativo Normal
2010	LOCAÇÃO DE VEÍCULOS.	4373110001-12	03/11/2010	29/02/2016	Não há	Ativo Prorrogado
2012	VIGILÂNCIA OSTENSIVA E ARMADA A SEREM EXECUTADOS E	136841090001-37	07/10/2012	07/10/2016	Não há	Ativo Prorrogado
2012	LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PEQUENO PORTE	120354970001-62	03/09/2012	02/09/2016	Não há	Ativo Prorrogado
2013	SERVIÇO DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PE	87941710001-41	24/03/2014	23/03/2018	Não há	Ativo Normal
2012	INSPEÇÃO EM VEÍCULOS DA FROTA PRÓPRIA E LOCADA DAC	123366430001-90	02/08/2012	02/08/2017	Não há	Ativo Prorrogado
2014	VIGILÂNCIA OSTENSIVA E ARMADA, EM PV NAS INSTALAÇÃO	136249690001-85	05/12/2014	05/12/2016	Não há	Ativo Normal
2015	LIMPEZA E CONSERVACAO PREDIAL, DE AREAS AJARDINADA	105571690001-09	17/04/2015	17/04/2017	Não há	Ativo Normal

2012	SERVS.DE VIGILANCIA OSTENSIVA E ARMADA PARA ATENDI	136841090001-37	18/09/2012	17/09/2016	Não há	Ativo Prorrogado
2013	SERVICO DE MANUTENCAO, ARBORIZACAO E LIMPEZA NA US	105571690001-09	02/07/2013	02/07/2017	Não há	Ativo Normal
2015	SERVICOS DE LAVAGEM,LUBRIFICACAO E TROCA DE OLEO D	90691220001-09	02/10/2015	02/10/2016	Não há	Ativo Normal
2013	LIMPEZA,CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÕES DE PEQUENO PORTE	120354970001-62	18/04/2013	17/04/2017	Não há	Ativo Prorrogado
2013	LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÕES DE PEQUENO PORT	120354970001-62	21/08/2013	21/08/2017	Não há	Ativo Prorrogado
2015	SERVIÇO DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PE	179005550001-92	09/02/2015	07/02/2017	Não há	Ativo Normal
2015	SERVIÇO DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PE	87941710001-41	27/07/2015	25/07/2017	Não há	Ativo Normal
2013	VIGILANCIA OSTENSIVA E ARMADA PARA A ÁREA DA ADMIN	107026840001-27	01/02/2013	01/08/2017	Não há	Ativo Prorrogado
2013	OUTSOURCING DE IMPRESSÃO.	410573240001-43	07/11/2013	07/11/2017	Não há	Ativo Prorrogado
2015	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DOS JARDINS DO PRÉDIO SEDE D	4002470001-03	26/05/2016	26/05/2017	Não há	Ativo Normal
2014	SUPORTE TECNICO A GESTAO DE DOCUMENTOS DE ARQUIVOS	96027210001-46	15/05/2014	13/05/2016	Não há	Ativo Normal
2011	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEG	16979230001-07	02/09/2011	02/09/2015	Não há	Ativo Normal
2013	SERVS.DE ARMAZENAMENTO, DEPOSITO,CARGA, DESCARGA E	105571690001-09	17/06/2013	17/06/2016	Não há	Ativo Prorrogado

2014	SERVICO DE 02 POSTOS DE VIGILANCIA PARA O PROJETOJ	77388280001-90	14/04/2014	14/04/2016	Não há	Ativo Normal
2014	LIMPEZA, ROCO E CAPINACAO DAS USINAS EM PAULO AFON	85853000001-91	12/03/2014	12/03/2016	Não há	Ativo Prorrogado
2014	SERVICO DE LIMPEZA, ROCO NAS USINAS EM PAULO AFONS	85853000001-91	12/03/2014	12/03/2016	Não há	Ativo Prorrogado
2014	LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÕES DE PEQUENO PORT	145613490001-07	12/03/2014	11/03/2018	Não há	Ativo Normal
2014	VIGILANCIA OSTENSIVA E ARMADA NO ESTADO DE SERGIPE	49449750001-29	02/12/2014	26/01/2016	Não há	Ativo Normal
2011	SERVIÇOS DE VIGILANCIA OSTENSIVA NO ESTADO DA BAHIA	968233980001-35	07/08/2011	29/03/2016	Não há	Ativo Prorrogado
2013	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DA SUBESTAÇÃO SUAPE II.	105571690001-09	08/04/2013	08/04/2017	Não há	Ativo Normal
2012	EXEC SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PROG DE RECUPERAÇÃO DA	25503020001-69	30/03/2012	30/03/2016	Não há	Ativo Normal
2015	SERVICO DE COPEIRAGEM COM FORNECIMENTO DE CAFE NAS	204594810001-05	05/11/2015	03/11/2016	Não há	Ativo Normal
2012	SERVICIOS DE COPA NOS PRÉDIOS ADMINISTRATIVOS DA APA	129397620001-37	08/02/2012	08/02/2016	Não há	Ativo Prorrogado
2013	SERVS.DE LIMPEZA GERAL E MANUTENÇÃO DAS AREAS AJAR	129397620001-37	30/07/2013	29/07/2016	Não há	Ativo Normal
2010	SERVIÇOS DE JARDINAGEM NOS PÁTIOS DAS SUBESTAÇÕESD	120706420001-46	26/01/2011	24/01/2016	Não há	Ativo Prorrogado
2012	VARRIÇÃO E LIMPEZA DE VIAS PÚBLICAS NO ACAMPAMENTO	105571690001-09	04/03/2013	04/03/2016	Não há	Ativo Prorrogado
2014	SERVICO DE VIGILANCIA OSTENSIVA E ARMADA	139646490001-74	01/12/2014	19/06/2016	Não há	Ativo Normal

	EM 02 POS					
2014	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DAS REPETIDORAS DA ÁREA LEST	27940490001-99	05/05/2014	03/05/2016	Não há	Ativo Normal
2014	SERVIÇO DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO PEQUE	105571690001-09	02/06/2014	28/05/2017	Não há	Ativo Normal
2015	SERVIÇO DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PE	87941710001-41	11/01/2016	09/01/2018	Não há	Ativo Normal
2013	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO PREDIAL, JARDINS E VIAS DE A	105571690001-09	07/01/2013	30/08/2016	Não há	Ativo Normal
2015	SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA OSTENSIVA NAS INSTALAÇÕES D	81659460001-10	02/11/2015	01/11/2017	Não há	Ativo Normal
2012	OPERAÇÃO DO SISTEMA DE TARIFAÇÃO TELEFONICA E DE V	80280120001-36	17/09/2012	17/09/2017	Não há	Ativo Prorrogado
2014	APOIO TECNICO A ELABORAÇÃO DE RELATORIOS GERENCIAI	699014600001-97	01/09/2014	21/08/2016	Não há	Ativo Normal
2014	MANUTENÇÃO GERAL DE 59 DISJUNTORES DE FABRICAÇÃO S	440131590080-10	01/08/2014	17/01/2017	Não há	Ativo Normal
2014	SUPRESSAO DE VEGETACAO NA BAHIA.	90224290001-54	19/05/2014	19/05/2016	Não há	Ativo Prorrogado
2015	MABUTENÇÃO EM SECCIONADORES	22499190001-49	02/12/2015	21/05/2018	Não há	Ativo Normal
2011	SERVS.DE ROÇO,CAPINAÇÃO,DESTOCAMENTO E REMOÇÃO DEV	632329610001-41	04/10/2012	02/01/2017	Não há	Ativo Prorrogado
2014	SERVIÇOS DE ROÇO NAS AREAS OPERACIONAIS DAS USINAS	85853000001-91	02/10/2014	02/10/2016	Não há	Ativo Normal
2015	SERVICO DE RECEPCIONISTA PARA AS PORTARIAS DA GRPE	47020730001-86	09/11/2015	07/11/2017	Não há	Ativo Prorrogado
2015	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO NAS	88148000001-58	10/11/2015	10/11/2017	Não há	Ativo Prorrogado

	INSTALAÇÕES PREDIAIS DAG					
2014	SERVICO DE MANUTENCAO CIVIL DAS USINAS DE PAULO AF	49218570001-03	03/11/2014	01/11/2016	Não há	Ativo Normal
2013	SERVIÇOS DE ROÇO,CAPINAÇÃO,DEST OCAMENO,MONUTENÇÃ OE	105571690001-09	28/08/2013	28/08/2017	Não há	Ativo Prorrogado
2014	SERVICO DE ROCO, CAPINACAO, DESTOCAMENTO E REMOCAO	87941710001-41	03/10/2014	02/10/2016	Não há	Ativo Prorrogado
2013	MANUTENCAO PROGRAMADA E CONTINGENCIAS EM LT E BARR	106488420001-08	13/11/2013	11/05/2016	Não há	Ativo Prorrogado
2013	SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NAS LTS DA BAHIA, ALAGOAS,S	24097750001-40	29/04/2014	29/04/2016	Não há	Ativo Normal
2013	CONSERVACAO INDUSTRIAL DE EQUIPAMENTOS ELETROMECHAN	41179950001-26	03/02/2014	14/05/2016	Não há	Ativo Normal
2012	SERVS.DE LIMPEZA,COSERVAÇÃO DE PÁTIOS,PREDIOS,MO- V	44143940001-85	16/03/2012	17/03/2016	Não há	Ativo Prorrogado
2014	LIMPEZA E CONSERVACAO DO PATIO DA SUBESTACAO DE BO	179005550001-92	12/01/2015	12/07/2017	Não há	Ativo Normal
2014	SERVICO DE LIMPEZA E CONSERVACAO NAS INSTALACOES D	179824620001-54	15/01/2015	18/07/2017	Não há	Ativo Normal
2011	TRANSPORTE DE PESSOAL EM HORÁRIO COMERCIAL PARA AC	93736000001-70	08/06/2011	08/05/2016	Não há	Ativo Prorrogado
2012	MANUTENÇÃO CIVIL DAS EDIFICAÇÕES DA CHESF NA DRBEE	71259420001-45	29/08/2012	29/08/2016	Não há	Ativo Prorrogado
2013	CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRASLADO DE OPERADORES	93736000001-70	12/03/2013	12/03/2016	Não há	Ativo Prorrogado

2013	SERVICO DE LIMPEZA, CONSERVACAO, DESOBSTRUCAO VALETA	632329610001-41	13/05/2013	13/05/2016	Não há	Ativo Prorrogado
2012	SERVICO LIMPEZA, ASSEIO, CONSERVACAO PREDIAIS MANT.J	105571690001-09	20/08/2012	20/08/2016	Não há	Ativo Prorrogado
2013	SERVICO DE CONSERVACAO INDUSTRIAL DE EQUIPAMENTOSE	29938610001-43	01/11/2013	01/08/2016	Não há	Ativo Prorrogado
2010	SERVICO VIGILANCIA OSTENSIVA EM UM POSTO DE 24 HOR	120660150001-31	25/03/2009	21/01/2016	Não há	Ativo Prorrogado
2011	LOCACAO COM OPERACAO PARA TRASLADO NA SE ELM	93736000001-70	21/04/2011	21/04/2016	Não há	Ativo Prorrogado
2012	SERVICO DE OPERACAO E MONITORAMENTO, CONTROLE E CO	120660150001-31	07/04/2012	07/04/2016	Não há	Ativo Prorrogado
2013	SERVICO SEGURANCA FISICA, VIGILANCIA OSTENSIVA ARM	120660150001-31	14/06/2013	27/03/2016	Não há	Ativo Prorrogado
2014	LOCACAO VEICULO COM OPERACAO, PARA TRANSPORTE EMPR	93736000001-70	04/07/2014	03/07/2016	Não há	Ativo Prorrogado
2015	SERVICO DE LOCACAO VEICULO COM OPERACAO E COMBUSTIV	69331610001-14	23/10/2015	22/10/2016	Não há	Ativo Normal
2015	EDIFICACAO PREDIOS SORH, DEPOSITO SOML E SOMS.	149307570001-99	28/09/2015	26/03/2016	Não há	Ativo Normal
2010	POSTOS DE VIGILANCIA	120660150001-31	26/09/2010	26/03/2016	Não há	Ativo Prorrogado
2010	MANUTENÇÃO DE JARDIM E CAPINA DE PATIO DA SE TSA	4002470001-03	14/09/2010	14/03/2016	Não há	Ativo Prorrogado
2012	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CIVIL DAS EDIFICAÇÕES E FAI	71259420001-45	27/08/2012	27/08/2016	Não há	Ativo Prorrogado
2012	CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DA	71117450001-77	11/03/2013	11/03/2017	Não há	Ativo Prorrogado

	CLIMATIZ					
2013	EXECUCAO SERVICO DE LIMPEZA, ASSEIO, CONSERVACAO P	120354970001-62	24/05/2013	24/05/2016	Não há	Ativo Prorrogado
2012	LOCAÇÃO DE VEÍCULO COM OPERAÇÃO PARA TRASLADO DE O	4378100001-00	11/11/2012	01/09/2016	Não há	Ativo Prorrogado
2014	EXECUCAO SERVICO DE LOCACAO VEICULO COM OPERACAO P	93736000001-70	01/11/2014	31/10/2016	Não há	Ativo Prorrogado
2014	SERVICO LOCACAO VEICULO COM OPERACAO PARA TRANSPOR	74468680001-69	04/06/2014	03/06/2016	Não há	Ativo Prorrogado
2015	SERVICO DE LIMPEZA, CONSERVACAO E ARRUMACAO DO ALM	87941710001-41	14/03/2016	13/03/2016	Não há	Ativo Prorrogado
2013	SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO NA USINA DA CHESF	86663100001-51	01/06/2013	31/05/2016	Não há	Ativo Prorrogado
2015	SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO PARA EMPREGADOS,	87941710001-41	01/07/2015	29/06/2016	Não há	Ativo Normal
2013	SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO, NAS ÁREAS INTER	120354970001-62	09/05/2013	08/05/2017	Não há	Ativo Prorrogado
2013	OPERAÇÃO PARA MONITORAMENTO E CONTROLE DO CFTV DAG	413052280001-77	01/12/2013	30/11/2016	Não há	Ativo Prorrogado
2014	SERVIÇO DE SEGURANÇA ARMADA NA SUBESTAÇÃO DE ACARA	869605980001-86	09/01/2015	08/01/2017	Não há	Ativo Prorrogado
2014	SERVIÇO DE SEGURANÇA ARMADA PARA SUBESTAÇÃO TAUAI	869605980001-86	10/01/2015	09/01/2017	Não há	Ativo Prorrogado
2014	SERVIÇO DE VIGILANCIA ARMADA EM INSTALAÇÃO DA CHES	869605980001-86	05/02/2015	04/02/2017	Não há	Ativo Prorrogado
2013	SERVIÇO DE SUPORTE OPERACIONAL PARA	153546790001-94	06/01/2014	05/01/2017	Não há	Ativo Prorrogado

	GESTÃO DE TRAN					
2014	SERVIÇOS PROCESSAMENTO/MOVI MENTAÇÃO MATERIAL RELAT	105571690001-09	10/07/2014	13/07/2016	Não há	Ativo Prorrogado
2013	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, CONS	71259420001-45	18/09/2013	17/09/2016	Não há	Ativo Prorrogado
2012	MANUTENCAO DOS SISTEMA DE REFRIGERACAO DA GRN	1257330001-52	01/11/2012	31/10/2016	Não há	Ativo Prorrogado
2012	SERVIÇO DE COPA PARA OS PREDIOS DA GRN NAS CIDADES	632329610001-41	28/03/2012	01/04/2017	Não há	Ativo Prorrogado
2011	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ARMADA NA IN	869605980001-86	01/11/2011	30/10/2016	Não há	Ativo Prorrogado
2011	SERVICO DE VIGILANCIA ARMADA NAS INSTALACOES DA CH	869605980001-86	01/11/2011	30/10/2016	Não há	Ativo Prorrogado
2013	VIGILÂNCIA ARMADA PARA A USINA DE ARARAS, NA CIDA D	869605980001-86	01/07/2013	30/06/2016	Não há	Ativo Prorrogado
2015	SERVIÇO DE VIGILANCIA ARMADA EM INTALAÇÕES DA CHESF	869605980001-86	03/01/2016	01/01/2017	Não há	Ativo Normal
2015	SERVIÇO DE VIGILANCIA ARMADA EM INSTALAÇÃO DA CHES	869605980001-86	03/01/2016	01/01/2017	Não há	Ativo Normal
2015	VIGILANCIA DE COREMAS	151843270001-38	01/01/2016	30/12/2016	Não há	Ativo Normal
2015	SERVICO DE VIGILANCIA ARMADA CONSISTINDO DE 02 POST	869605980001-86	03/01/2016	01/01/2017	Não há	Ativo Normal
2014	SERVIÇO DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO, NAS AREAS INTERN	105571690001-09	05/08/2015	03/08/2016	Não há	Ativo Normal
2011	LIMPEZA E CONSERVAÇÕES DO CEARÁ, RIO GRANDE DO NOR	38078850001-23	01/04/2011	30/03/2016	Não há	Ativo Prorrogado

2011	LIMPEZA E CONSERVACAO DE DELMIRO, PICI E CAUIPE.	235859790001-02	02/01/2012	31/12/2016	Não há	Ativo Prorrogado
2014	SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO NAS ÁREAS INTERN	105571690001-09	01/04/2014	31/03/2017	Não há	Ativo Prorrogado
2012	SERVIÇO DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DOS PREDIOS DA GR	120706420001-46	02/04/2012	02/04/2016	Não há	Ativo Prorrogado
2015	SERV. DE ENGENH. COMUM REF. A MANUT. PREVENT. E CO	54411270001-60	24/08/2015	22/08/2016	Não há	Ativo Normal
2013	EXEC. DE SERV. DE HIGIENIZACAO, RESTAURACAO DE DOC	55084860001-97	05/12/2013	04/12/2016	Não há	Ativo Prorrogado
2011	LOCACAO DE 03 ONIBUS E 01 MICROONIBUS PARA TRANSP	90691220001-09	16/05/2011	19/04/2016	Não há	Ativo Prorrogado
2014	SERV. DE LIMPEZA E CONSERV. DAS ESTACOES SIT DE OR	87941710001-41	05/03/2014	04/03/2016	Não há	Ativo Prorrogado
2014	SERV. DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DOS PREDIOS DA GERE	55084860001-97	27/02/2014	26/02/2017	Não há	Ativo Prorrogado
2014	CONSERV. E MANUT. DE JARDINS DA GRB, USB, CASA DEH	55084860001-97	06/03/2014	05/03/2017	Não há	Ativo Prorrogado
2014	SERV. ENG. REF. A MANUT. PREVENT. TRIMESTRAL E COR	123210680001-51	22/07/2014	20/07/2016	Não há	Ativo Normal
2011	SERVIÇO DE SEGURANÇA PESSOAL A EMPREGADOS E DIRETO	420350970002-07	01/09/2011	30/08/2016	Não há	Ativo Prorrogado
2011	SERVIÇOS DE SUPORTE TÉCNICO A GESTÃO DE DOCUMENTOS	30538580001-02	13/09/2011	15/05/2016	Não há	Ativo Prorrogado
2011	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS GRAFICOS DE IMPRESSÃO OFF-	104228510001-86	03/10/2011	02/10/2016	Não há	Ativo Prorrogado
2013	SERVS.DE LIMPEZA E ZELADORIA DE PRÉDIO ADMINISTRA-	116877600001-35	08/04/2013	07/04/2017	Não há	Ativo Prorrogado
2015	SERVICO DE MANUTENCAO ELETRICA E MECANICA	71259420001-45	16/11/2015	15/01/2016	Não há	Encerrado

	DO PERIME					
2015	SERVIÇOS DE FAXINA EM BRUMADO-BA	228227970001-45	17/11/2015	11/12/2016	Não há	Ativo Normal
2015	SERVIÇOS DE LIMPEZA ATRAVÉS DE FAXINA NAS INSTALAÇÃO	180175560001-56	15/12/2015	10/11/2016	Não há	Ativo Normal
2013	SERVS.DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO NAS INST.DE USINAHÍ	129397620001-37	26/02/2013	26/02/2017	Não há	Ativo Prorrogado
2013	SERVS.VIG.OSTENSIVA E ARMADA EM 6 POSTOS FIXOS OUM	118668010001-50	03/06/2013	15/09/2016	Não há	Ativo Prorrogado
2014	LOCACAO DE 01 VEICULO PARA XINGO	47020730001-86	24/01/2014	24/01/2018	Não há	Ativo Prorrogado
2013	EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DO PR	38653040001-00	31/01/2013	19/05/2016	Não há	Ativo Prorrogado
2012	SERVIÇOS DE VIGINANCIA OSTENSIVA E ARMADA PARA CI-	107026840001-27	30/10/2012	28/04/2017	Não há	Ativo Prorrogado
2013	SERVS.DE VIG.OSTENSIVA E ARMADA EM 01 POSTO (PV),E	136841090001-37	20/11/2013	18/11/2016	Não há	Ativo Prorrogado
2015	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE VIDEOCONFERÊNCIA.	80280120001-36	01/04/2015	01/04/2020	Não há	Ativo Normal

7.1.6.2 Contratação de Estagiários

O Programa de Estágio da Chesf segue a política regulamentada em instrumentos normativos (Resolução Normativa RN-08/94 RH-25 – Estágio para Estudantes, Instruções Normativas IN-RH.03.003 – Estágio para Não Empregados da Chesf e IN-RH.03.002 – Estágio Obrigatório para Empregados da Chesf) e oferece oportunidades de aprimoramento para estudantes de nível universitário e de nível técnico, empregados ou não da Companhia, proporcionando experiência prática quanto aos conhecimentos adquiridos na formação escolar.

Para a seleção dos estudantes, a Chesf contrata agente de integração para efetuar os serviços de recrutamento, seleção, pagamento e acompanhamento dos estagiários.

Quanto aos critérios para participação da seleção, é preciso ter obtido no histórico escolar média global igual ou superior a 6 (seis). Para estudantes de nível universitário é necessário estar cursando a partir do 5º período e ter disponibilidade para o estágio pelo período de 1 (um) ano. No caso dos participantes de nível técnico, são requisitos que o estudante esteja cursando a partir do 3º período e tenha disponibilidade para o estágio pelo período de 6 (seis) meses. A jornada diária é de 4 (quatro) horas e deve ser compatível com o horário escolar. Em todos os casos, é necessário que o estudante esteja matriculado e frequentando instituição de ensino devidamente reconhecida pelo Ministério da Educação.

Os estudantes não empregados da Companhia aprovados no processo seletivo recebem uma bolsa auxílio educacional, além de auxílio-transporte e vale-alimentação.

No exercício de 2015, não houve nenhum estagiário na Empresa, devido à extinção do contrato com o agente de integração então vigente.

7.1.7 Entidades Fechadas de Previdência Complementar Patrocinadas

a) Identificação da entidade fechada de previdência

Nome: FACHESF Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social

Razão Social: FACHESF Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social

CNPJ: 42.160.192/0001-43

DESCRIÇÃO	PLANO BD	PLANO CD	PLANO BS	SOMA
CONTRIBUIÇÃO PARTICIPANTE CHESF	205.493,73	65.844.856,33	-	66.050.350,06
CONTRIBUIÇÃO PATROCINADORA CHESF	6.915.500,60	63.345.965,28	2.705.785,70	72.967.251,58
CONTRATO DE PARCELAMENTO DE COMPROMISSO ATUARIAL	38.771.569,34	-	-	38.771.569,34
TOTAL	45.892.563,67	129.190.821,61	2.705.785,70	177.789.170,98

b) Visão gerencial dos valores envolvidos

i. Quantidade de servidores contemplados

Ano	Mês	Quantidade de Participantes - CHESF		
		Plano CD	Plano BD	Total
2015	Janeiro	4646	15	4661
2015	Fevereiro	4648	15	4663
2015	Março	4638	15	4653
2015	Abril	4627	15	4642
2015	Mai	4630	15	4645
2015	Junho	4632	15	4647
2015	Julho	4636	15	4651
2015	Agosto	4630	15	4645
2015	Setembro	4633	15	4648
2015	Outubro	4634	15	4649
2015	Novembro	4628	15	4643
2015	Dezembro	4626	15	4641

ii. Valores repassados no exercício a título de contribuições dos participantes e da patrocinadora

iii. Valores repassados que não sejam contribuições e as razões desses repasses

GRUPO	VALOR R\$
A) DESCONTO NA FOLHA DOS FUNCIONÁRIOS DA CHESF	60.705.443,64
Amortização de Empréstimos da Fachesf	30.595.196,32
Mensalidades do Plano de Saúde da Fachesf	25.084.679,55
Mensalidades do Seguro de Vida da Fachesf	5.025.567,77
B) REPASSE CONFORME CONVÊNIO ENTRE CHESF E FACHESF	111.767.871,17
Plano de Assistência Patronal da Chesf - PAP	86.383.943,32

Reembolso das despesas administrativas oriundas do Plano de Assistência Patronal da Chesf – PAP	7.288.371,45
Reembolso das despesas administrativas geradas pelos Ambulatórios Médicos da Chesf.	8.729.633,54
Participação no seguro vida dos funcionários da Chesf	9.365.922,86
C) OUTROS RECEBIMENTOS	1.663.807,23
Repasse para reforma de prédio do Ambulatório - Sede Fachesf	1.663.807,23
TOTAL GERAL	174.137.122,04

- c) Síntese da manifestação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, quando houver.

Informamos que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC não emite manifestação a respeito do Balanço das Entidades. Após encaminhamento da documentação que compõe o Balanço Contábil o referido órgão regulador emite apenas protocolo eletrônico de confirmação do recebimento, conforme a seguir:

Protocolo nº 003610003375-02	
Demonstrações Anuais das EPFC	
Entidade: 361-FACHESF	
Os dados referentes ao exercício de 2015 estão na base de dados da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC	
BP - Balanço Patrimonial	
BP_2015_0361_01.pdf	
DAL - Demonstração do Ativo Líquido	
DAL_2015_1980002029_0361_01.pdf	DAL_2015_2001002165_0361_01.pdf
DAL_2015_2001002238_0361_01.pdf	
DMAL - Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (por plano)	
DMAL_2015_1980002029_0361_01.pdf	DMAL_2015_2001002165_0361_01.pdf
DMAL_2015_2001002238_0361_01.pdf	
DPGA - Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (consolidada)	
DPGA_2015_0361_01.pdf	
NE - Notas Explicativas �s Demonstrações Contábeis consolidadas	
NE_2015_0361_01.pdf	
PAI - Parecer dos Auditores Independentes	
PAI_2015_0361_01.pdf	
PCF - Parecer do Conselho Fiscal	
PCF_2015_0361_01.pdf	
MCD - Manifestação do Conselho Deliberativo	
MCD_2015_0361_01.pdf	
DMPS - Demonstração da Mutação do Patrimônio Social	
DMPS_2015_0361_01.pdf	
DPT - Demonstração das Provisões Técnicas (Plano)	
DPT_2015_1980002029_0361_01.pdf	DPT_2015_2001002165_0361_01.pdf
DPT_2015_2001002238_0361_01.pdf	
Histórico de Emissões do Protocolo	
Data	Responsável pelas Informa�es
24/03/2016 - 11:59:59	MARIA ELIZABETE DA SILVA
Brasília, 24/03/2016 - 11:59:59	

- d) Conclusões do relatório de auditoria independente, quando houver.

Encaminhamos em anexo às demonstrações contábeis e pareceres, atinentes ao exercício findo em 31/12/2015.

e) Conclusões do último estudo atuarial

A consultoria Mercer Human Resource Consulting Limitada, na qualidade de atuário responsável pela avaliação atuarial do Plano de Benefícios (Plano BD), do Plano Saldado de Benefícios (Plano BS) e do Plano de Aposentadoria de Contribuição Definida (Plano CD), administrados pela Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social - FACHESF, concluiu no “Parecer Atuarial do Encerramento do Exercício Social de 2015” que:

O Plano BS administrado pela Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social - FACHESF está superavitário. O excesso do Patrimônio de Cobertura do Plano frente às Provisões Matemáticas foi utilizado para a constituição da Reserva de Contingência, obedecendo ao limite de 21,53% do total das Provisões Matemáticas dos benefícios estruturados sob a forma de benefício definido.

O Plano BD administrado pela Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social - FACHESF está deficitário. Considerando que tal déficit, encontra-se dentro do limite calculado previsto no Art. 28º da Resolução CGPC nº26/2008, não será necessário seu equacionamento ao longo do exercício de 2016.

O Plano CD administrado pela Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social - FACHESF está deficitário. Considerando que tal déficit, encontra-se dentro do limite calculado previsto nos Arts. 28 e 28-A da Resolução CGPC nº26/2008, não será necessário seu equacionamento ao longo do exercício de 2016.

Destacam-se abaixo os resultados dos 3 (três) planos de benefícios:

	Plano BS (R\$)	Plano BD (R\$)	Plano CD (R\$)
Patrimônio para Cobertura do Plano	1.199.957.489,32	2.092.476.662,56	2.008.271.952,78
(-) Provisões Matemáticas	1.109.731.193,44	3.197.960.232,67	2.164.269.725,24
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	0,00	1.081.489.195,73	0,00
(=) (Déficit) / Superávit	90.226.295,88	(23.994.374,38)	(155.997.772,46)

f) Informações sobre as ações de fiscalização empreendidas no exercício com base no art. 25 da Lei Complementar 108/2001, demonstrando o tipo de fiscalização efetuada, a data em que ocorreram, as principais constatações e as providências adotadas para sanear as irregularidades verificadas.

Encontra-se no anexo V o Relatório de Auditoria interna RA-AUD-20/2015, de 21/07/2015, emitido pela patrocinadora Chesf, bem como a PR-100/2015, de 27/08/2015, através da qual a FACHESF presta esclarecimentos quanto às recomendações contidas no referido relatório.

7.2. Gestão do patrimônio e infraestrutura

7.2.1. Gestão do patrimônio imobiliário da União

O cadastro e a manutenção, no SIAFI e STN/SPU, das informações sobre os bens da união utilizados pela Chesf, são de responsabilidade da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras. Tais informações são prestadas pelo órgão “Assessoria de Gestão de Bens da União”, especialmente criado pela Eletrobras com esse objetivo.

7.3 Gestão da tecnologia da informação

7.3.1 Principais sistemas de informações

No tocante aos principais sistemas de informações da Companhia é relevante divulgar:

Sistema	GEF – Gestão Econômico Financeiro
Objetivos	Gestão econômico financeira da Companhia.
Principais funcionalidades	Administração de contratos, requisições, tesouraria, contas a pagar, contas a receber e orçamento.
Responsável técnico	Luciano Arruda de Oliveira
Responsável da área de negócio	Alexandre Vieira Borba
Criticidade	Alta

Sistema	SCON – Sistema de Contabilidade
Objetivos	Gestão contábil da Companhia.
Principais funcionalidades	Contabilidade geral, custos e imobilização.
Responsável técnico	Luciano Arruda de Oliveira
Responsável da área de negócio	Malquiel Silva de Andrade
Criticidade	Alta

Sistema	SIGA – Sistema Integrado de Gestão de Ativos
Objetivos	Gestão de Ativos.
Principais funcionalidades	Gestão de materiais, Inspeção técnica, apoio aos processos de geração, transmissão, telecomunicações, proteção e subestações.
Responsável técnico	Júlio César Gonçalves Sales
Responsável da área de negócio	Thiago Bonifácio do Rego
Criticidade	Alta

Sistema	RHSin – Sistema Integrado de Recursos Humanos
Objetivos	Gestão dos processos relacionados aos recursos humanos.
Principais funcionalidades	Segurança do trabalho, cargos e salários, medicina do trabalho, treinamento, frequência e administração de pessoal.
Responsável técnico	José Carlos Rocha de Albuquerque
Responsável da área de negócio	Carlos Wiliston Alves Moreira
Criticidade	Alta

Sistema	SIAF – Sistema de Informação de Aquisição de Fornecimento
Objetivos	Administração dos contratos de materiais.
Principais funcionalidades	Administração dos contratos de materiais, inspeção de materiais, validação de materiais.
Responsável técnico	Rafael Luiz Leão Bandeira de Moura
Responsável da área de negócio	Lícia Cristiane Ulisses Buchmann
Criticidade	Alta

Sistema	SRO – Sistema de Receitas Operacionais
Objetivos	Gestão das Receitas Operacionais da Companhia.
Principais funcionalidades	Faturamento, arrecadação e envio de informações para a ANEEL (SAMP).
Responsável técnico	Rilter Tavares do Nascimento
Responsável da área de negócio	Flávio Roberto Gomes de Souza
Criticidade	Alta

Sistema	Synchro – Sistema de Tributos
Objetivos	Realizar a Gestão tributária da Companhia.
Principais funcionalidades	Emissão de documentos, cálculo do imposto, apuração do imposto, escrituração do imposto, recolhimento do imposto e geração das obrigações acessórias.
Responsável técnico	Márcio Henrique Andrade Gomes
Responsável da área de negócio	Moisés Cezar Duarte
Criticidade	Alta

7.3.2 Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)

A Superintendência de Tecnologia da Informação (STI) da Chesf divulga as informações atinentes ao Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) através de peça denominada Planejamento Executivo de TI, composto pelo conjunto de projetos Clientes e Estruturadores, resultantes de processo de priorização multicritérios normatizado na Empresa. No intuito de validar o conjunto de Projetos que comporão o plano de trabalho anual da área, a STI submete o resultado do processo de priorização ao Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação e Processos Organizacionais da Chesf (Cotipo/Chesf).

O Cotipo/Chesf foi estabelecido em caráter permanente através de Portaria da Presidência e é composto por um membro de cada Diretoria da Chesf, além dos Superintendentes de Tecnologia da Informação e de Telecomunicações e Sistemas de Controle. No ano de 2015, porém não houve registro de reuniões desse Comitê.

Cabe ressaltar ainda, que o alinhamento do Planejamento Executivo da STI ao Planejamento Estratégico Institucional está garantido desde o início da concepção desse primeiro quando, no ano anterior, é submetida pela Companhia a proposta orçamentária através do Plano de Dispêndios Globais (PDG). Essa correlação está descrita na Sistemática de Planejamento utilizada pela STI.

Como principais projetos do ano de 2015 temos:

PROJETOS DE TI	RESULTADOS ESPERADOS	ALINHAMENTO COM O PLANEJ. ESTRATÉGICO	ALINHAMENTO COM O PLANEJ. DE TI	VALORES ORÇADOS	VALORES DESPENDIDOS	PRAZO DE CONCLUSÃO
Implantar o sistema de gerenciamento de notas fiscais - SGNF	Otimizar e automatizar o fluxo de notas fiscais na Chesf	Projeto Cliente de TI	Setorial DSI	R\$ 16.000	R\$ 16.000	Outubro de 2015
Implantar o sistema de receitas operacionais da Chesf - SRO	Atender a área financeira no tocante aos processos de faturamento e arrecadação, além da disponibilização de informações de receitas operacionais para a ANEEL.	Projeto Cliente de TI	Setorial STI	R\$ 100.000 no ano de 2015	R\$ 100.000 no ano de 2015	Dezembro de 2015
Implantar novo Portal Corporativo da Chesf	Atualização de plataforma tecnológica descontinuada e modernização visual e funcional do Portal	Projeto Cliente de TI	Setorial DA	R\$ 32.000	R\$ 32.000	1º Trimestre de 2016
Migrar o sistema operacional da camada cliente para o Windows 8	Atualizar o sistema operacional da camada cliente da TI corporativa, garantindo suporte e manutenção do fabricante, bem como para atender requisitos de segurança do acesso ao ambiente computacional da Chesf.	Projeto Estruturador de TI	Setorial DRP	0 (Não houve custos diretos)	0 (Não houve custos diretos)	1º Semestre de 2016

Revisar e Modelar os Processos de Monitoramento e Controle da Qualidade do Atendimento	Processos revisados e modelados, atendendo às recomendações do acordo 1021/2014 do TCU, auxiliando no monitoramento dos atendimentos de TI&PO e no cumprimento de Acordos de Nível de Serviço (ANS).	Projeto Estruturador de TI	Setorial DRP	0 (Não houve custos diretos)	0 (Não houve custos diretos)	1º Semestre de 2016
Otimizar os Controles de Segurança da Informação no Perímetro da Rede Corporativa	Atualização tecnologia da solução de segurança da rede corporativa com a substituição do Firewall, do Proxy e do AntiSpam. Assegurar a proteção da rede corporativa frente as novas ameaças	Projeto Estruturador de TI	Setorial DIR	R\$ 527.000	R\$ 461.460	1º Semestre de 2016
Adquirir e implantar nova solução de monitoração da Infraestrutura de TI	Atualização tecnologia e expansão da solução de monitoração da rede corporativa com a substituição da solução existente Vantage. Prover o monitoramento proativo do ambiente computacional com o objetivo de assegurar disponibilidade e subsídios para o planejamento de capacidade dos recursos computacionais	Projeto Estruturador de TI	Setorial DIR	R\$ 2.022.998,29	R\$ 1.716.734,20	1º Semestre de 2016

Migrar plataforma de colaboração para solução Microsoft	Atualização tecnologia da solução de colaboração com a substituição da solução existente Lotus Notes. Redução dos custos de licenciamento e suporte, maior integração com as plataformas existentes de colaboração e de aplicações.	Projeto Estruturador de TI	Setorial STI	R\$ 2.194.313,32	R\$ 1.756.547,78	1º Semestre de 2016
---	---	----------------------------	--------------	------------------	------------------	---------------------

7.3.3 Pessoal de TI

O quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho da STI na Chesf é de 95 empregados. Não houve ingresso de estagiários na Empresa nesse período, porém a STI teve, em 2015, no seu quadro de pessoal três (03) Jovens Aprendizes, atuando na área de redes (instalação de cabeamento).

Quadro resumo do pessoal de TI

Função	Quantitativo de empregados
Engenheiro (a)	15 (sendo 08 Engenheiros da Computação)
Auxiliar de Engenharia	01
Analista de Sistemas	46
Programador(a) de Computador	04
Operador(a) de Computador	07
Assistente de Informática	01
Técnico(a) Industrial Nível Médio	01
Administrador(a)	11
Administrativa	04
Apoio Administrativo	01
Secretária(o)	03
Analista Recursos Humanos	01

A STI, anualmente, realiza levantamento de necessidades de treinamento que embasa o planejamento das ações educativas dos macroprocessos de TI e Processos com foco na melhoria das rotinas e aquisição de novas competências exigidas pela implantação de projetos. Na Empresa existe também o Plano de Educação Corporativa – PEC que contempla as capacitações necessárias a grupos de empregados (gerentes, cursos de exigência legal etc) e também a todos os empregados. O total de horas de treinamento da STI, em 2015, foi de 4.491 horas e o indicador Hora de Treinamento por Empregado - HTE foi de 47,27. A meta estabelecida para o HTE na Chesf em 2015 foi de 40, e o realizado foi 45,27.

A capacitação da equipe técnica, principalmente aquelas inseridas nos projetos, é a medida que vem sendo adotada para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI na Chesf. Assim, junto às aquisições realizadas, são previstos serviços de repasse de conhecimento com o objetivo de capacitar a equipe nas tecnologias adquiridas.

Capacitações por tema realizadas no ano de 2015 para o pessoal de TI

Infraestrutura
Oracle 11 G - Fundamentos
Oracle 11G - RAC
Software OAS

Power Systems for AIX - Virtualization II
Curso Online da Oracle – DBA 11G
Desenvolvimento
Branding e Web Design com Sharepoint 2013
Desenvolvimento de Soluções .NET co Sharepoint 2013
SAP
SAP EP_10
HANA_100
TERP_10
ASA_380
Segurança da Informação
Ciclo Palestras: Segurança da Informação
Palestra – Segurança da Informação – Da Mobilidade às Redes Sociais
Eventos
Symposium ITXPO Brazil - Gartner
Agile Brazil 2015
Congresso BPM Summit Brazil 2015
CEO Forum 2015
Brazil Windpower 2015
TI Energia 2015
Capacitações inseridas em Projetos
Fundamentos em Gerenciamento de Projetos
Gerenciamento de Projetos
1º Seminário de Gerenciamento de Projetos das Empresas Eletrobras
MS Project 2010 (2015)
Capacitação voltadas aos Gestores
Processos Institucionais para Gerentes da Chesf
Negociação Estratégica
Ponto de Encontro ABRH – Os Desafios dos Relacionamentos no Trabalho
Governança Corporativa para Conselheiros de SPEs e Gerentes de 1º Nível
Seminário Diálogo com Oscar Motomura
Líder Coach Orientado para Resultados
Diálogos Gerenciais

Workshop: Sustentabilidade para Líderes
HSM Expomanagement
O Poder da Liderança no Alcance dos Resultados
O Instrumental Analítico e sua Relação com a Tomada de Decisão no Ambiente de TI
Inglês
Idioma Estrangeiro Online
Idioma Estrangeiro Presencial
Contratos
Curso de Fiscalização de Contratos
Gerenciamento Financeiro Utilizando o GEF e SCGO
Soluções em Tecnologia da Informação; Riscos e Controles para o Planejamento da Contratação
Pós-Graduação
MBA em Gestão de Negócios para o Setor Elétrico
MBA em Gestão Empresarial
MBA em Gestão Financeira e Controladoria
Outros
Workshop: Conhecendo o Outlook e Lync
Workshop: Mobilidade – do Windows 8.1 aos APPs
Comunicação Empresarial Escrita
12º CONGEPE – Congresso sobre Gestão de Pessoas de Pernambuco
Formação do Comitê de Gênero e Raça
Capacitação em Voluntariado Empresarial
Ética e Cidadania – Palestra com Leandro Karnal
PJE – Processo Judicial Eletrônico
Palestra – Gestão de Programas para Eficiência no Setor Público de Energia
Capacitação do Empregado Educador com Foco Andragógico
Tarde Literária – Palestra Jessier Quirino
SIPAT 2015
Seminário de Lançamento da Campanha Corporativa de Sensibilização em Direção Defensiva
IV Seminário de Profissionais de Secretaria da Chesf

7.3.4 Processos de gerenciamento de serviços de TI

Desde o ano de 2009, por ocasião do projeto de Certificação da SOX, uma série de processos de gerenciamento de serviços de TI vem sendo implantados. Os procedimentos, ferramentas e métodos que os regem na Empresa são formalizados a partir da publicação de instrumentos normativos associados, dentre os quais, destaca-se:

Processos de gerenciamento de serviços de TI	Normativo	
AP.03 - Manutenção de soluções de automação de processos	IN-OI.01.002	MANUTENÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO CORPORATIVOS
GI.04 - Gerenciamento da Configuração e Mudança da Infraestrutura	II-DIR.002/2009	INTERVENÇÃO NA INFRAESTRUTURA DE PRODUÇÃO
GI.07 - Gerenciamento das instalações do Data Center	IN-OI.04.003	ACESSO AO CENTRO DE PROCESSAMENTO DE DADOS DA SEDE
SI.05 - Gerenciamento de acesso e identidade	IN-OI.04.002	ACESSO AO AMBIENTE COMPUTACIONAL DA CHESF A PARTIR DE SUAS INSTALAÇÕES
	IN-OI.04.001	ACESSO AOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO CORPORATIVOS
	IN-OI.04.001 e IN-OI.04.002	ACESSO AOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO CORPORATIVOS e ACESSO AO AMBIENTE COMPUTACIONAL DA CHESF A PARTIR DE SUAS INSTALAÇÕES
	IN-OI.04.004	ACESSO PRIVILEGIADO AOS RECURSOS DE INFRAESTRUTURA DA REDE CORPORATIVA
	IN-OI.04.002	ACESSO AO AMBIENTE COMPUTACIONAL DA CHESF A PARTIR DE SUAS INSTALAÇÕES
	IN-OI.04.001	ACESSO AOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO CORPORATIVOS
	IN-OI.04.004	ACESSO PRIVILEGIADO AOS RECURSOS DE INFRAESTRUTURA DA REDE CORPORATIVA

	IN-OI.04.001 e IN-OI.04.002	ACESSO AOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO CORPORATIVOS e ACESSO AO AMBIENTE COMPUTACIONAL DA CHESF A PARTIR DE SUAS INSTALAÇÕES
	IN-OI.04.001	ACESSO AOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO CORPORATIVOS
	IN-OI.04.002	ACESSO AO AMBIENTE COMPUTACIONAL DA CHESF A PARTIR DE SUAS INSTALAÇÕES
	IN-OI.04.001	ACESSO AOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO CORPORATIVOS
GI.06 - Gerenciamento dos Dados Corporativos	IN-OI.04.005	GERENCIAMENTO DE CÓPIAS DE SEGURANÇA
GI.06 - Gerenciamento do desempenho e da capacidade	II-DIR.001/2009	MONITORAÇÃO DE RECURSOS COMPUTACIONAIS CRÍTICOS
	II-STI.001/2009	GERENCIAMENTO DE INCIDENTES DA INFRAESTRUTURA CORPORATIVA DE TI
SI.02 - Gerenciamento de incidentes de segurança da informação	II-STI.002/2009	GERENCIAMENTO DO PROCESSO DE ANTIVÍRUS CORPORATIVO
GI.03 - Gerenciamento da Disponibilidade dos ativos da infraestrutura	II-DIR.017/2009	ACOMPANHAMENTO DE SLA DE FORNECEDOR DE SUPORTE TÉCNICO DA INFRAESTRUTURA CORPORATIVA DE TI

7.4 Gestão ambiental e sustentabilidade

a) A Chesf possui Política Ambiental, disponível no sitio eletrônico da empresa, através do link http://www.chesf.gov.br/sustentabilidade/StyleLibraryCanal/MeioAmbiente/politica_ambiental.pdf, tendo sido aprovada na Chesf pela DD-46.07/2013, de 21.11.2013 e DL-451.03/2014, de 05.06.2014.

A Política Ambiental tem como objetivo orientar o tratamento das questões ambientais nas empresas Eletrobras em consonância com os princípios da sustentabilidade e apresenta como diretrizes gerais: Articulação Interna, Articulação Externa, Relacionamento com a Sociedade, Uso Sustentável dos Recursos Energéticos, Desenvolvimento Científico e Tecnológico e Gestão Ambiental.

b) Atualmente a Chesf não participa da Agenda Ambiental da Administração Pública.

c) A Chesf realiza a separação de resíduos recicláveis em várias de suas unidades e disponibiliza para associações e cooperativas de catadores. A área de Responsabilidade Social Empresarial da Chesf incluiu no seu planejamento do ano de 2016 a realização de Edital de Habilitação para seleção de associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis em cumprimento ao Decreto 5.490 de 25.10.2006.

d) Análise crítica da atuação da unidade quanto ao tema

A Chesf vem realizando a coleta seletiva e a separação dos resíduos recicláveis em várias unidades. No complexo sede disponibilizou espaço para armazenamento temporário e realizou capacitação com a equipe de prestadores de serviço, bem como promoveu palestras e ações de sensibilização para os empregados.

A Chesf entende que não está incluída no rol da redação do artigo 2º do decreto 7.746/2012, que dispõe a sua aplicação na administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes. Entretanto, a Chesf possui Cartilha de Princípios e Normas de Conduta Empresarial na Relação da Chesf com os Fornecedores onde consta no seu item 6.4 diretrizes de Meio Ambiente, a qual é distribuída com os fornecedores e encontra-se disponível no site da Chesf. Adicionalmente, a companhia tem buscado a aquisição de bens/produtos reciclados tais como Papel, Envelopes e Formulários, bem como a colocação nos editais que as empresas fornecedoras têm que recolher os cartuchos e pneus usados.

7.4.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

No tocante ao tema das compras sustentáveis, a Chesf segue avançando na adoção de critérios de sustentabilidade ambiental para as aquisições de bens e nas contratações de serviços e obras. Neste ponto, o papel da Superintendência de Suprimento é de fundamental importância, especialmente na interpretação dos permissivos administrativos e legais. No entanto, cabe aos órgãos requisitantes a proposição de condições e critérios de sustentabilidade ambiental a serem incorporadas nas Especificações Técnicas de Bens e de Serviços e Obras, bem como à Coordenadoria de Relações Institucionais e Sustentabilidade a capacitação sobre o tema, o incentivo e proposição de diretrizes gerais para a empresa.

Atualmente, a Chesf incorpora em suas especificações técnicas, termos de referência e documentos similares critérios e condições relacionados (a) à destinação final de resíduos sólidos gerados em obras e serviços de engenharia; (b) à logística reversa de pneus, cartuchos de impressora e lâmpadas inservíveis; (c) ao transporte e destinação final de resíduos de poda e (d) ao manejo de herbicidas nas contratações de limpeza, conservação e jardinagem; (e) ao descarte de resíduos contaminados com ascarel, exigindo a observância das normas ambientais nas atividades de manipulação, fragmentação, descontaminação, incineração e deposição das cinzas geradas na incineração dos resíduos líquidos e sólidos não recicláveis em aterros industriais para resíduos classe I – Perigosos, inerentes a todos os resíduos de PCB (ascarel); (f) obtenção das Autorizações para Transporte de Resíduos – ATR, conforme Decreto Federal nº 96.044/88; (g) à gestão dos aspectos ambientais das obras e serviços de engenharia em linhas de transmissão e subestações de energia elétrica, que compreendem desde o manejo da camada de solo superficial correspondente à camada fértil movimentada nos serviços de terraplenagem, passando pela recuperação de áreas eventualmente degradadas pelas atividades de construção, até a exigência do fornecedor contratado proporcionar treinamento aos seus empregados sobre meio ambiente e educação ambiental.

Além disso, a Companhia somente contrata fornecedores que declarem não ter sofrido sanção restritiva de direitos decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do art. 72, § 8º, inciso V, da Lei 9.605/98 – Lei de Crimes Ambientais.

Apesar de não seguir formalmente ao que preceitua o Decreto 7.746/2012, a Chesf tem como compromisso o respeito pela natureza, que se traduz em ações em todos os seus campos de atuação. No Suprimento, a Companhia disponibiliza, desde maio de 2008, o documento Princípios e Normas de Conduta Empresarial na Relação da Chesf com os Fornecedores que, em seu item 6.4 exige o atendimento a legislação ambiental vigente, estimula a eliminação do uso de produtos tóxicos e a redução dos poluentes e a adoção de práticas de sustentabilidade ambiental. Ainda sobre este ponto, está em fase de aprovação pela Diretoria Executiva da Eletrobras, o Guia para Boas Práticas de Sustentabilidade para a Cadeia de Suprimento das Empresas Eletrobras, que contemplará orientações para todas as empresas do grupo sobre o aspecto sustentável das licitações.

8. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

8.1. Tratamento de determinações e recomendações do TCU

No exercício de 2015 foram recebidos 38 acórdãos do TCU, sendo que apenas 4 deles continham recomendações ou determinações à Companhia, conforme abaixo:

Acórdão	Data	Data de Recebimento	TC	Nº de Determinações	Nº de Recomendações
3493/2014	05/12/2014	21/01/2015	019.948/2014-0	1	-
1231/2015	20/05/2015	16/06/2015	013.744/2014-3	1	6
1948/2015	05/08/2015	24/08/2015	007.173/2012-1	2	-
1999/2015	12/08/2015	03/09/2015	017.893/2011-9	2	-

Todas as determinações e recomendações foram atendidas dentro de seus respectivos prazos.

A sistemática de acompanhamento ocorre conforme a seguir descrito.

Os Acórdãos são recebidos por meio de ofícios endereçados à Presidência da Companhia, que os despacha às áreas técnicas para atendimento, de acordo com suas competências, e também para a Auditoria Interna, que monitora as ações destinadas ao atendimento das recomendações e determinações constantes dos acórdãos.

Esse monitoramento é realizado por meio de sistema informatizado, no qual são cadastradas as recomendações e determinações e seus respectivos prazos.

A Auditoria Interna consolida as respostas recebidas das áreas técnicas e envia ao Gabinete da Presidência para encaminhamento ao TCU por meio de correspondência. As providências de atendimento são cadastradas no sistema e os documentos são arquivados em meio físico e digital.

Ainda quanto ao acompanhamento das deliberações do TCU, mensalmente, a Auditoria Interna apresenta nas reuniões do Conselho Fiscal da Companhia relatório com a situação atualizada de todos os acórdãos recebidos e suas respectivas providências de atendimento.

Na execução de suas atividades a Auditoria Interna realiza a certificação do atendimento dos Acórdãos do TCU.

No quadro seguinte são apresentadas as deliberações do TCU que remetem à obrigação de informar sobre o andamento das providências para o relatório de gestão anual.

Quadro 19 – Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
017.355/2005-1	287/2011-TCU-Plenário	9.3.2	Ofício nº 221/2011-TCU/SECEX-PE	01.04.2011
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf				
Descrição da determinação/recomendação				
9.3.2. passe a informar, em seus próximos Relatórios de Gestão Anuais, o andamento das pendências relativas ao Programa de Reassentamento de Itaparica, informando, para as próximas contas, em especial acerca de:				

9.3.2.1. o adimplemento de todas as obrigações assumidas no Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta e respectivos aditivos, celebrados nos autos da Ação Civil Pública nº 1999.33.00.010342-0, encaminhando, na ocasião, o documento comprobatório desse adimplemento a ser emitido pelo Ministério Público Federal;

9.3.2.2. o andamento do programa alternativo para reposição de áreas descartadas nos perímetros irrigados de Itaparica;

9.3.2.3. as medidas gerenciais adotadas em face da recente aprovação e reconhecimento dos estudos de identificação e delimitação da Terra Indígena Tumbalalá, cujos limites incluem parte da área de chapada que incide parcialmente na área agricultável do Projeto de Reassentamento Pedra Branca;

9.3.2.4. o início da execução do Termo de Cooperação Técnico-financeira CV-I-92.2007.8860.00, celebrado com a Prefeitura Municipal de Abaré/BA para a operação e manutenção do sistema de distribuição de água potável nas agrovilas do Perímetro Irrigado de Pedra Branca, uma vez que, até maio/2010, os serviços não haviam sido iniciados pela Prefeitura porque as Estações de Tratamento de Água estavam sendo recuperadas pela Chesf.

Andamento das providências

Em 2015, no tocante a desoneração dos serviços públicos municipais que vêm sendo prestados pela Chesf, quanto aos municípios de Rodelas e Glória, no estado da Bahia, a Companhia obteve, em primeira instância, a sentença judicial favorável e aguarda a assunção dos serviços por parte das municipalidades. Quanto ao município de Santa Maria da Boa Vista/PE, a sentença judicial concedida e favorável à Chesf foi remetida para o TRF da 5ª Região para o reexame necessário. Já no caso do município de Tacaratu/PE, o processo está em andamento e ainda não foi concedida a liminar solicitada.

Para os municípios de Curaçá/BA e Belém do São Francisco/PE, a transferência dos serviços públicos foi formalizada mediante Termo de Cooperação Financeira firmado, estes ainda estão em andamento.

A Chesf, atendendo orientação do item 9.3.2 do Acórdão 287/2011 Plenário do TCU, vem realizando gestões de acompanhamento e fiscalização mais eficientes com relação ao cumprimento dos termos de cooperação firmados com os municípios.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU

Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
013.548/2011-5	101/2013-TCU-Plenário	9.2	Ofício nº 0154/2013-TCU/SECEX-PE	26.02.2013

Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação

Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf

Descrição da determinação/recomendação

9.2. determinar à Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf) que informe nos relatórios anuais de gestão das contas nos próximos 3 (três) anos, a situação:

9.2.1. da transferência dos serviços públicos para essas prefeituras;

9.2.2. da regularização fundiária das terras e da titulação dos lotes aos reassentados do Programa de Reassentamento de Itaparica;

9.2.2. da compensação Financeira, Programa de Recomposição de Renda Familiar e Verba de Manutenção Temporária (VMT);

9.2.3. das obras e dos projetos de irrigação de Itaparica;

9.2.4. do monitoramento ambiental dos projetos de irrigação de Itaparica.

Andamento das providências

Através do Acórdão 1136/2015 – TCU – Plenário, de 13 de maio de 2015, aquela Corte de Contas considerou atendida a determinação do item 9.1 do Acórdão 101/2013 – TCU – Plenário de 30/01/2013 pelos órgãos envolvidos, bem como pelos Ministérios MI e MME e Casa Civil, restando somente a finalização de algumas medidas complementares. O item 9.2 do Acórdão 101/2013 trata da obrigatoriedade da Chesf informar o andamento destas ações nos Relatórios de Gestão da Companhia por três anos consecutivos, o que foi cumprido integralmente.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU

Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
031.548/2011-3	6447/2014-TCU-2ª Câmara	1.8.3.2	Ofício nº 1409/2014- TCU/SECEX-SE	27.11.2014

Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação

Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf

Descrição da determinação/recomendação

1.8.3.2. informe, nas próximas contas, sobre a situação do débito de R\$ 126.274,95 constituído judicialmente em desfavor do Instituto Xingó.

Andamento das providências

Sobre o andamento do processo nº 0075176-51.2011.8.17.0001, informamos o que se segue, referente à fase de cumprimento de sentença “situação do débito de R\$ 126.274,95 constituído judicialmente em desfavor do Instituto Xingó.”

A Chesf emitiu em 01/03/2010, em face do Instituto de Desenvolvimento Científico e Tecnológico de Xingó um Aviso de Lançamento de Débito – AVL no valor histórico de R\$ 126.274,95, em consequência do descumprimento do Termo de Parceria CV-I.92.2005.0410.00;

Diante das tentativas infrutíferas de receber o crédito acima mencionado extrajudicialmente, a Chesf ajuizou em 13/12/2011, ação de cobrança, cujo processo foi tombado sob o nº 0075176-51.2011.8.17.0001, tramitante na 16ª Vara Cível da Comarca do Recife-PE, pleiteando a cobrança do aludido crédito e indenização por danos morais;

Citado no processo, o Instituto Tecnológico de Xingó se quedou inerte, sofrendo os efeitos da revelia. Ato contínuo, o juiz da causa proferiu sentença, julgando parcialmente procedente para condenar o réu ao pagamento do crédito em tela, atualizado monetariamente e acrescido dos juros de 1% ao mês contado da citação até o efetivo pagamento;

A sentença transitou em julgado e o juiz da causa determinou a intimação do réu para cumpri-la, na forma do art. 475-J do Código de Processo Civil vigente. Para tanto, a Chesf requereu ao referido Juízo a emissão de carta precatória intimatória, pois a intimação pelos Correios frustrou-se.

Nesse ínterim, fora ajuizada, em 24/01/2013, uma outra ação sobre o mesmo objeto, processo nº 0004345-07.2013.8.17.0001, que tramitou na 17ª Vara Cível da Comarca do Recife-PE, porém já extinto por sentença em 24/03/2014 em face do pedido de desistência formulado pela Chesf.

No dia 30/03/2015 o juiz acolheu o pedido de intimação do devedor pelo oficial de justiça, como se observa do andamento processual anexo. Enfim, agora, estamos esperando que o devedor (Instituto Xingó) seja intimado, através do oficial de justiça, para, no prazo de 15 (quinze) dias, pagar a dívida ou apresentar impugnação ao cumprimento de sentença (defesa do devedor). Caso o devedor (Instituto Xingó) seja intimado, mas, mesmo assim, não efetue o pagamento e também não apresente impugnação, o juiz irá penhorar bens dele, utilizando, por exemplo, o bloqueio on-line (BACENJUD) ou ordem de apreensão de veículos (RENAJUD), entre outras formas de constrição.

Como a intimação do devedor (Instituto Xingó) através de oficial de justiça, em comarca diversa de onde tramita o feito restou frustrada, foi requerida a intimação por edital, para pagamento do débito, o que foi deferido pelo juízo. A Chesf está aguardando a emissão do Termo de Edital pela secretaria da unidade judicial, a fim de promover a publicação, na forma do Código de Processo Civil.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
025.148/2013-3	1021/2014-TCU-Plenário	9.2	Ofício 0424/2014-TCU/SECEX-PE	05.05.2014
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf				
Descrição da determinação/recomendação				
9.2. determinar à Companhia Hidro Elétrica do São Francisco que inclua nos relatórios de gestão dos exercícios vindouros informações específicas que permitam o acompanhamento pelos órgãos de controle das ações afetas à governança de TI, conforme orientações contidas no item 7 e seus subitens do Anexo Único da Portaria TCU 175/2013.				
Andamento das providências				
<p>O ano de 2015, no que se refere às ações de Governança e Gestão de TI, manteve a estratégia de simplificação das iniciativas adotada no ano anterior, e dessa forma, avançou na agilização de entregas para as áreas de negócio.</p> <p>No âmbito do Subcomitê de Governança de TIC do Cotise (Comitê de Tecnologia da Informação, Telecomunicação e Automação do Sistema Eletrobras) foi submetida para aprovação a nota técnica que estabelece o arcabouço comum para a elaboração do PDTI das Empresas Eletrobras.</p>				

8.2. Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

No exercício de 2015 foram recebidas 05 recomendações para as quais foram elaborados planos de ação para seus atendimentos. Dessas uma foi atendida. As demais se encontram com seus planos de ação em fase de execução.

A sistemática de acompanhamento ocorre conforme a seguir descrito.

Após o encerramento dos trabalhos de auditoria a CGU encaminha, por meio de ofício endereçado à Presidência da Chesf, o Relatório de Auditoria, contendo suas constatações e recomendações, juntamente com o modelo de Plano de Providências Permanente – PPP a ser preenchido pela Companhia.

O Relatório de Auditoria e o modelo de PPP são despachados à Auditoria Interna da Companhia, que distribui o PPP às áreas para preenchimento com os planos de ação elaborados para atendimento das recomendações, de acordo com suas competências.

A Auditoria Interna consolida o PPP e o encaminha ao Gabinete da Presidência para envio à CGU por meio de correspondência e cadastra as constatações, recomendações, planos de ação e respectivos prazos em sistema informatizado.

A partir daí a Auditoria Interna passa a monitorar a execução dos planos de ação pelas áreas de acordo com os prazos estabelecidos no PPP.

À medida que a execução dos planos de ação é concluída o sistema é atualizado com as informações pertinentes.

Os documentos relativos a esses processos são arquivados em meios físico e digital.

Anualmente, a Auditoria Interna realiza trabalho de certificação do atendimento às recomendações da CGU relativas a trabalhos realizados no exercício anterior, com a emissão de Relatório de Auditoria.

8.3. Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário

Quadro 20 - Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas ⁽¹⁾	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas		Outros Casos	Não remetidas ao TCU				
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos		Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração	Remetidas ao TCU
Recebimento Débito			Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000				
3	0	0	0	0	0	0	0	1

(1) Em 2015 foram instauradas duas Tomadas de Contas Especiais e quatro Comissões de Sindicância, sendo que apenas uma dessas Comissões envolveu o ressarcimento de valores aos cofres da Chesf. Das duas Tomadas de Contas Especiais, apenas uma foi concluída ainda no exercício de 2015.

8.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações

Os contratos firmados pela Chesf oriundos de processo de licitação, à luz da lei 8.666, estabelecem os prazos regulamentares, previstos no referido instrumento legal, para pagamento de seus fornecedores, nunca superiores a 30 dias.

A Chesf possui Instruções Normativas específicas para o processo de pagamentos de Notas Fiscais de fornecedores de bens e serviços, Instruções essas que contem informações necessárias para que a tramitação do documento na Companhia respeite o prazo legal de vencimento. As Notas Fiscais recebidas pela Companhia passam pelo processo de validação e são encaminhadas à área financeira 07 dias antes do vencimento (regra geral), para que a Tesouraria possa cumprir a cronologia requerida em Lei.

Ainda, em respeito à determinação legal, a Chesf prioriza a contratação de pequenas empresas e adota, para tais fornecedores, prazos menores de pagamento. A Chesf executa os pagamentos a fornecedores adotando a cronologia de vencimento como critério regulamentar.

8.5 Informações sobre ações de publicidade e propaganda

Quadro 21 – Despesas com Publicidade

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados 2015	Valores pagos 2015
Institucional	*Campanhas de publicidade interna e TV Chesf	2.219.080	3.400.971
Legal	*publicações legais em jornais de grande circulação e Diários Oficiais da União e dos Estados	3.257.460	2.122.978
Mercadológica	Pesquisas	0	0
Utilidade pública	*Campanhas de redução de vazão, combate a queima de cana de açúcar e vandalismo	233.383	827.798

* A Chesf não recebe recursos da União, não tendo, portanto, seu orçamento de custeio aprovado na LOA, e sim no Programa de Dispêndios Globais - PDG (aprovado através de Decreto). Apenas o seu Orçamento de Investimento é aprovado por LOA.

Contrato	Publicidade	Empresa Contratada	Valor Contratado (não reajustado)	Vigência	Valores desembolsados acumulados (reajustados)
CTNE922012021000	Institucional	RTM Multi Publicações	768.000,00	07/08/2017	623.832,70
CTNE922011490000	Legal	Empresa Brasileira de Comunicação - EBC	10.000.000,00	16/03/2017	5.567.788,73
CTNE922013036000	Institucional e Utilidade Pública	Morya Comunicação e Propaganda Ltda.	9.576.000,00	16/02/2017	6.498.436,05

Obs: As informações na coluna " valores desembolsados" referem-se aos valores pagos das parcelas relativas aos valores contratados (básicos) somados aos reajustes até 31.12.15

Análise:

- a) A RTM Multi Publicações atende a Chesf através do contrato CTNE 92.2012.0210.00 e realiza serviços de produção, reportagem e edição de matérias jornalísticas e vídeos institucionais, para divulgação interna e externa, sobre as atividades, ações e outras informações sobre a empresa. Até o momento, a Multicomunicação também tem atendido de maneira satisfatória, superando as expectativas em um número considerável de serviços prestados e produtos finalizados.
- b) A Empresa Brasileira de Comunicação – EBC, através do contrato CTNE 92.2011.4900.00, realiza serviços de publicidade legal com veiculação em diversos jornais do país, foi avaliada de maneira positiva e com agilidade na execução do contrato, correspondendo às expectativas e às necessidades da empresa.
- c) A Morya Comunicação e Propaganda Ltda. atende a Chesf através do contrato CTNE 92.2013.0360.00 voltado à realização de serviços de Propaganda e Publicidade e que tem como objeto o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, que abrangem as ações de publicidade institucional e de utilidade pública. A agência tem atendido satisfatoriamente aos objetivos de comunicação do órgão no tocante à execução do objeto do referido contrato, uma vez que realizou no período do contrato ações de utilidade pública externa, além de várias campanhas de comunicação interna.



Ministério de Minas e Energia
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf

Relatório de Gestão do Exercício 2015

Anexos

Recife
Mai 2016





Ministério de Minas e Energia
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf

Relatório de Gestão do Exercício 2015

Anexos

Recife
Mai 2016





Companhia Hidro Elétrica do São Francisco

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Superintendência de Tecnologia da Informação - STI

Resolução Normativa

Número : RN-01/2013 OI-73

Sistema : ORGANIZAÇÃO E INFORMAÇÃO

Sub-Sistema :

Vigência : 04/05/2015

Emissão : 27/04/2015

Edição : 3ª

Aprovado : ANTÔNIO VAREJÃO GODOY

Cargo : DIRETOR-PRESIDENTE

Assunto : ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA PRESIDÊNCIA - PR

A Diretoria Executiva da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, em reunião de 02 de março de 2015, Decisão de Diretoria - DD N° 09.03/2015, considerando a necessidade de aprimorar os modelos funcional, estrutural e organizacional da Presidência - PR, adequando-os a conjuntura atual,

RESOLVEU

Criar a Coordenadoria

1. Criar a Coordenadoria de Gestão de Participações - CGP.
2. Emitir a presente Resolução Normativa com a Estrutura Organizacional da Presidência - PR devidamente atualizada, até a presente data, consubstanciada nos seguintes anexos:
 - Anexo I - Funções Básicas da Presidência - PR;
 - Anexo II - Organograma da Presidência - PR.
3. Determinar que em respeito ao compromisso da Companhia com a política de equidade de gênero do Governo Federal, fica explicitado que os termos porventura utilizados nesta norma como funcionários,

empregados, beneficiários e similares que estejam referidos pelo termo genérico representativo do masculino, referem-se a todo o coletivo, o que inclui mulheres e homens.

4. Determinar que, para atendimento desta Resolução Normativa, serão garantidos direitos iguais a todos os seus empregados, sendo a Chesf contrária a qualquer forma de discriminação à pessoa com deficiência, etnia, raça/cor, gênero, idade, estado civil, religião, condições de saúde, orientação sexual, origem social ou regional, opinião política ou qualquer outra condição de diferença.

5. Determinar que ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente a 2ª edição de igual número emitida em 24 de janeiro de 2014.

* * *

ANEXO I FUNÇÕES BÁSICAS

PRESIDÊNCIA - PR

1. Responsável pela administração geral da Companhia.

AUDITORIA INTERNA - AUD

1. Superintender as atividades de auditoria interna, de modo a verificar a adequação, eficiência e eficácia dos sistemas de controles internos, a observância à legislação e aos atos normativos internos e externos, bem como o cumprimento dos planos, metas, objetivos e políticas definidos pela Companhia;

2. Assessorar a alta administração da Chesf, no que se refere aos assuntos de auditoria e controle interno, oferecendo subsídios à administração da Companhia para tomada de decisões, através de relatórios e pareceres conclusivos;

3. Interagir com autoridades do Tribunal de Contas da União - TCU e da Controladoria-Geral da União - CGU, nos assuntos de interesse da Companhia;

4. Interagir com o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal da Chesf para assuntos pertinentes a auditoria e controle interno;

5. Revisar e avaliar a adequação e a funcionalidade dos sistemas de controle contábeis, financeiros e operacionais, contribuindo para sua maior eficiência e eficácia;

6. Implantar as diretrizes para a elaboração do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT, estabelecidas pelos órgãos de controle interno e externo;

7. Superintender as ações de auditoria necessárias ao cumprimento do PAINT aprovado pela CGU e pelo Conselho de Administração da Chesf;

8. Superintender, no âmbito da Chesf, o atendimento à CGU, ao TCU e aos demais órgãos de controle;

9. Participar das ações de integração com as auditorias internas das empresas do Sistema Eletrobras.

• Quanto às atividades de Planejamento, Gestão e Atendimento aos Órgãos de Controle:

10. Desenvolver e executar as atividades de planejamento, gestão da Auditoria Interna e atendimento a Órgãos de Controle;

11. Elaborar o PAINT, que definirá a programação dos trabalhos da Auditoria Interna para um determinado exercício, em conformidade com a legislação e os instrumentos normativos vigentes;

12. Elaborar o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna - RAINT, com as informações pertinentes ao exercício, em conformidade com a legislação e os instrumentos normativos vigentes;

13. Elaborar o Parecer de Auditoria sobre a Prestação Anual de Contas da Chesf;

14. Organizar o Processo Anual de Contas a ser apresentado à CGU, em conformidade com normas específicas emanadas do TCU e da CGU;

15. Realizar a manutenção dos procedimentos e da padronização dos documentos de Auditoria Interna;

16. Verificar a conformidade das solicitações de viagens internacionais do interesse da Chesf, em consonância com a legislação e os instrumentos normativos vigentes;

17. Realizar e acompanhar ações visando à integração de tecnologias, procedimentos, atualização profissional e capacitação dos auditores internos, com vistas, também, à uniformização técnico-profissional com as Auditorias Internas das empresas do Sistema Eletrobras;

18. Operacionalizar, no âmbito da Chesf, o atendimento à CGU, ao TCU, à Eletrobras e aos demais Órgãos de Controle, no que concerne às solicitações de informações, diligências e auditorias realizadas por tais órgãos;

19. Acompanhar o atendimento às solicitações de auditoria ou fiscalização, emitidas pelas equipes dos órgãos de controle interno e externo durante a execução dos trabalhos na Chesf, bem como prestando o apoio administrativo requerido;

20. Realizar o monitoramento das ações destinadas ao atendimento das determinações e recomendações emanadas pelos Órgãos de Controle Interno e Externo, no âmbito da Chesf;

21. Manter acompanhamento das ações adotadas na Chesf para cumprimento das recomendações da Auditoria Interna;

22. Realizar acompanhamento da implementação das determinações contidas em Decisões de Diretoria, decorrentes de Comissões de Sindicância;

23. Sistematizar e atualizar continuamente as informações que permitam manter o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal inteirados a respeito das ações empreendidas para atendimento às solicitações, recomendações e determinações dos órgãos de Controle Interno e Externo, bem como às recomendações da Auditoria Interna;

24. Elaborar e acompanhar o orçamento da Auditoria Interna;

25. Encaminhar bimestralmente os Relatórios de Auditoria emitidos à CGU, em atendimento às normas específicas.

• Quanto às atividades de Auditoria Operacional:

26. Realizar os trabalhos de auditoria interna previstos no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT, e emitir relatórios indicando as não conformidades constatadas e as recomendações para corrigi-las;

27. Executar os testes dos controles internos chaves e dos processos significativos, mapeados para atendimento à Lei Sarbanes-Oxley - SOX, de negócio e de tecnologia de informação, de forma a assegurar sua efetividade, em consonância com as orientações da Eletrobras e da Auditoria Independente;

28. Realizar trabalhos especiais de auditoria, não previstos no PAINT, determinados pela alta administração;

29. Participar de trabalhos de auditoria em empresas do Sistema Eletrobras, mediante convocação da Auditoria Interna da Holding;

30. Acompanhar a aplicação de homens-hora nos trabalhos de auditoria.

COORDENADORIA DO ESCRITÓRIO DE BRASÍLIA - CBR

1. Representar a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, em Brasília, nos contatos com instituições públicas, privadas e com o público em geral, sobre assuntos de interesse da Companhia. Prestar ao Presidente e demais Diretores, assistência em todos os assuntos ligados aos Ministérios e demais órgãos Públicos sediados em Brasília;

2. Acompanhar processos de ordem administrativa de interesse da Companhia junto a Ministérios e demais órgãos da Administração Federal com sede em Brasília;

3. Acompanhar perante os Tribunais Superiores da República, inclusive o Tribunal de Contas da União, recursos de qualquer natureza de interesse da Chesf;

4. Prestar apoio e assistência aos funcionários da Companhia em atividades institucionais na Capital Federal;

5. Prover a infraestrutura logística necessária para execução de atividades institucionais dos funcionários da Companhia quando na Capital Federal;

6. Exercer outras atividades que vierem a ser delegadas pelo Presidente, necessárias ao cumprimento de suas funções de representante da Companhia em Brasília;

COORDENADORIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E SUSTENTABILIDADE - CER

• Quanto às atividades de Relações Institucionais:

1. Assessorar a Presidência na formulação das políticas, planos estratégicos e diretrizes de Comunicação Empresarial da Chesf;

2. Planejar, executar, supervisionar e aprimorar ações e procedimentos técnicos de comunicação destinados a manter permanente integração da Chesf com seu público interno e externo;

3. Supervisionar as atividades de comunicação na Chesf (orientando sua descentralização), bem como desenvolver e explorar novas tecnologias e técnicas de comunicação, atualizando-se permanentemente;

4. Apoiar, com recursos e técnicas de comunicação e marketing, as ações administrativas e as relações empresariais da Chesf;
5. Gerenciar e aprimorar os canais internos e externos de comunicação;
6. Manter contatos permanentes com a mídia para divulgação de ações da Chesf, bem como cuidar da imagem institucional da Empresa nos meios de comunicação;
7. Planejar e gerenciar a publicidade institucional, mercadológica e legal da Chesf;
8. Elaborar e divulgar peças de comunicação de caráter interno e externo;
9. Planejar, coordenar e executar promoções oficiais, sociais, culturais e comemorativas da Empresa;
10. Programar e coordenar visitas às instalações da Companhia;
11. Organizar e manter documentação relativa à história da Companhia (Memória Chesf) e arquivo de notícias divulgadas em meios externos e internos.

• Quanto às atividades de Sustentabilidade Empresarial:

12. Propor políticas e diretrizes de Sustentabilidade para deliberação do Comitê de Sustentabilidade e aprovação da Diretoria Executiva;
13. Adotar e disseminar as políticas e diretrizes de Sustentabilidade da Companhia propostas pelo Comitê de Sustentabilidade e aprovadas pela Diretoria Executiva;
14. Propor forma, conteúdo e procedimentos para elaboração dos relatórios anuais da Chesf;
15. Consolidar os relatórios anuais da Chesf e questionários e pesquisas referentes à Sustentabilidade Empresarial;
16. Compatibilizar as informações para o Relatório Socioambiental do Sistema Eletrobrás;
17. Promover a cultura da Sustentabilidade na Companhia;
18. Acompanhar os Indicadores econômico-financeiros, sociais e ambientais referentes à Sustentabilidade Empresarial e propor ações de melhoria a serem submetidas ao Comitê de Sustentabilidade;
19. Acompanhar os Planos de Melhoria direcionados à Sustentabilidade;
20. Coordenar o Comitê de Sustentabilidade Empresarial da Chesf;
21. Representar a Chesf no Comitê de Sustentabilidade da Eletrobrás; e
22. Compatibilizar as informações sobre Sustentabilidade para comunicação corporativa.

• Quanto às atividades de Responsabilidade Social para a Comunidade:

23. Propor ao Comitê de Sustentabilidade critérios e procedimentos relativos à Seleção e Gestão de Projetos Sociais para a comunidade, a serem aprovados pela Diretoria Executiva;
24. Verificar a compatibilidade das propostas de projetos com os critérios aprovados pela Diretoria Executiva;
25. Gerir o orçamento de Responsabilidade Social para a comunidade considerando os critérios de distribuição definidos pelo Comitê de Sustentabilidade;
26. Orientar, monitorar e acompanhar a realização dos projetos sociais

da Companhia;
27. Administrar contratos, convênios e termos de parceria de projetos para a comunidade, originados na Presidência; e
28. Promover o Voluntariado.

COORDENADORIA DE GESTÃO DE PARTICIPAÇÕES - CGP

1. Coordenar o processo de gestão das participações da Chesf em sociedades de propósito específico - SPEs, contemplando a formalização das SPEs; a gestão dos atos societários; o acompanhamento do desempenho das SPEs e dos planos de negócio; e a análise da carteira de participações;
2. Coordenar o processo dos atos societários das Sociedades de Propósito Específico - SPEs;
3. Instruir e encaminhar os processos de governança das SPEs de competência da PR;
4. Monitorar o desempenho físico, econômico-financeiro e operacional, consolidando informações dos planos de negócio e indicadores das SPE para acompanhamento e controle da Alta Administração;
5. Realizar análise estratégica dos resultados das participações acionárias;
6. Interagir com as SPEs e atuar na matriz de relacionamento da Coordenadoria com as demais áreas de negócio envolvidas no processo;
7. Dar suporte aos conselheiros das SPEs representantes da Chesf;
8. Manter atualizados os arquivos com os relatórios de obra e de operação, documentos financeiros, planos de negócios e documentos societários das SPEs.

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO EMPRESARIAL, CONTROLE INTERNO, GESTÃO DE RISCOS E PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO - CPP

1. Planejar, acompanhar, controlar e avaliar as ações da Coordenadoria.
 - Quanto às atividades de Planejamento Empresarial:
2. Assessorar, supervisionar, instrumentalizar e coordenar os processos de formulação, controle, acompanhamento e divulgação do planejamento empresarial da Chesf, de acordo com as diretrizes emanadas da Diretoria Executiva;
3. Coordenar a definição metodológica, implantação e gestão dos indicadores do planejamento empresarial, de acordo com as diretrizes emanadas da Diretoria Executiva;
4. Dar suporte à Diretoria Executiva da Chesf no processo de controle e acompanhamento do Planejamento Empresarial;
5. Propor e acompanhar a implantação, em conjunto com as Diretorias, de medidas que permitam promover a excelência da gestão empresarial e o alinhamento da Chesf às melhores práticas de gestão, segundo uma visão sistêmica da Companhia, com foco na realização de resultados e na aprendizagem organizacional em gestão;
6. Executar a coordenação das atividades de análise periódica do

desempenho do Planejamento Empresarial da Chesf, assegurando a realização do ciclo completo do processo de gestão;

7. Promover o relacionamento com centros de excelência na área de planejamento empresarial, viabilizando o intercâmbio de informações;
8. Prover suporte técnico-metodológico no desenvolvimento das atividades relativas à promoção de estudos estratégicos;
9. Coordenar os estudos e a aplicação de Pesquisas de Satisfação dos Clientes Externos, bem como acompanhar os Planos de Ação decorrentes;
10. Representar a Companhia nos comitês vinculados ao Planejamento Estratégico do Sistema Eletrobrás;
11. Manter o alinhamento estratégico dos programas de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação tecnológica com o Planejamento Empresarial;
12. Elaborar e controlar a execução da agenda anual do processo de planejamento empresarial; e
13. Monitorar os Escritórios de Projeto - PMO (Project Management Office).

• Quanto às atividades de Controle Interno e Gestão de Riscos:

14. Coordenar as atividades para definição dos critérios e procedimentos relativos aos processos de Controle Interno e de Gestão de Riscos, conjuntamente com o Comitê de Riscos, para aprovação pela Diretoria Executiva;
15. Planejar a gestão do controle interno e dos riscos corporativos de acordo com as orientações do Comitê de Riscos;
16. Propor ações de melhoria de processos para redução dos riscos e monitorar o cumprimento dos planos de ação aprovados pelo Comitê de Riscos;
17. Dar suporte ao Comitê de Riscos para efetuar a identificação e avaliação dos riscos corporativos da Companhia;
18. Promover a cultura de controle interno e de gestão de riscos corporativos;
19. Orientar o gerenciamento do ambiente de controle interno e, seguindo orientação do Comitê de Riscos, garantir a aplicação da metodologia de gestão de riscos corporativos;
20. Dotar a Alta Administração da Companhia com informações estratégicas nas discussões referentes à gestão de riscos corporativos;
21. Compatibilizar as informações sobre Controles Internos e Gestão de Riscos para comunicação corporativa;
22. Coordenar o Comitê de Riscos; e
23. Representar a Chesf no Comitê de Riscos da Eletrobrás.

• Quanto às atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação:

24. Coordenar as atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação;
25. Promover a identificação de recursos no âmbito da Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação junto a entidades externas;
26. Gerenciar a prospecção interna e externa dos programas de Pesquisa, em conjunto com o Comitê de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação;
27. Implantar e acompanhar os programas de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação tecnológica da Companhia, com fulcro no que dispõe a Lei N°

9.991/2000 e a regulação exarada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL;

28. Acompanhar a contratação, execução, monitoramento e fiscalização de projetos de pesquisa e desenvolvimento e inovação, no âmbito da Companhia;

29. Participar, em conjunto com as áreas específicas, da elaboração de análise crítica e do acompanhamento dos projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica, de transferência de tecnologia e de propriedade intelectual;

30. Fazer a gestão, no âmbito da Chesf, das carteiras de projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, da transferência de tecnologia, da propriedade intelectual e das patentes resultantes de projetos desenvolvidos;

31. Representar a Companhia, no tocante às atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação junto à ANEEL, ao Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - CEPTEL, ao Comitê de Integração Corporativa de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico - CICOP, da Eletrobrás, à Associação Nacional de Pesquisa, Desenvolvimento e Engenharia das Empresas Inovadoras - ANPEI, e outros órgãos e empresas do setor elétrico e tecnológico;

32. Fomentar junto às diversas áreas da Companhia um ambiente inovativo, favorável à formulação de proposições para projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação tecnológica;

33. Coordenar o orçamento atinente ao que determina a Lei N° 9.991/2000, às carteiras de projetos do CEPTEL e de outras, eventualmente instituídas, bem como a implantação e manutenção de Banco de Competências e de Preços para execução de Projetos de P&D;

34. Fazer gestões no sentido de manter o alinhamento estratégico dos programas de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação tecnológica com o Planejamento Empresarial;

35. Coordenar as atividades relacionadas à Propriedade Intelectual (patente, marca, desenho industrial, direito autoral e transferência de tecnologia), e manter a guarda dos respectivos documentos;

36. Coordenar, no âmbito da Chesf, os processos de fiscalização oriundos da ANEEL, relativos à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação;

37. Avaliar e classificar os resultados decorrentes de atividades e projetos de pesquisa para atendimento às disposições da Lei N° 10.973/2004, regulamentada pelo Decreto N° 5.563/2005;

38. Promover as ações de transferência de tecnologia, licenciamento, industrialização e comercialização, direta ou indiretamente, mediante celebração de instrumentos contratuais e congêneres, e diligenciar toda e qualquer iniciativa que vise esse propósito, conjuntamente com o Comitê de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, com aprovação pela Diretoria Executiva;

39. Conduzir o processo de formulação das políticas e diretrizes para a Pesquisa, o Desenvolvimento e a Inovação, em conjunto com o Comitê;

40. Gerenciar junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, todas as ações necessárias para aprovação da carteira de projetos, bem como a fiscalização da execução dos projetos, conjuntamente com as áreas técnicas;

41. Gerenciar junto ao Centro de Pesquisa de Energia Elétrica - CEPTEL,

todas as ações necessárias para a formulação, aprovação e acompanhamento dos projetos constituintes da Carteira de Projetos Institucionais, bem como à fiscalização da execução dos mesmos nas suas instalações, tudo em comum acordo com as áreas técnicas da Chesf;

42. Articular o desenvolvimento das atividades inerentes à completa implantação da cadeia de inovação tecnológica;

43. Coordenar e acompanhar o envio da documentação obrigatória e realizar a prestação de contas física e financeira à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, relativa à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação;

44. Avaliar, conjuntamente com as áreas técnicas, os resultados dos projetos de Pesquisa Desenvolvimento e Inovação desenvolvidos e articular suas implantações e/ou comercializações; e

45. Coordenar as atividades de gestão da Propriedade Intelectual - PI e das Patentes resultantes dos projetos desenvolvidos pela Chesf, buscando o seu registro, a abertura e acompanhamento de processos de licenciamento e demais gestões referentes à PI.

COORDENADORIA DE REGULAÇÃO - CRG

1. Promover a gestão dos contratos de concessão;
2. Integrar a função Regulação na Empresa;
3. Promover a articulação junto aos órgãos reguladores, visando à operacionalização dos processos regulatórios na Empresa;
4. Articular junto a órgãos de Estado e entidades de classe visando à obtenção de condições mais favoráveis nos processos regulatórios;
5. Assessorar, instrumentalizar e coordenar os processos de controle e acompanhamento, relativos à Regulação na Chesf, de acordo com as diretrizes emanadas da Diretoria Executiva;
6. Acompanhar alterações na legislação regulatória que estejam tramitando no Congresso, ou em Entidades do Setor;
7. Monitorar audiências e consultas públicas e articular a participação das áreas envolvidas visando obter condições mais favoráveis à Chesf;
8. Disseminar internamente atos regulatórios de interesse da Companhia.
9. Elaborar propostas de políticas, procedimentos e ações relativas à área regulatória que tragam melhorias aos resultados empresariais;
10. Atuar na integração dos processos de reajuste e revisão tarifários;
11. Apoiar as áreas técnicas na implementação de ações que evitem perdas na RAP - Receita Anual Permitida e na RAG - Receita Anual de Geração;
12. Definir e acompanhar os Indicadores que demonstrem os reais riscos da Regulação;
13. Propor e acompanhar a implantação, em conjunto com as Diretorias, de medidas que permitam promover a melhoria dos processos para adequar-se às regras regulatórias;
14. Acompanhar, no âmbito da Chesf, os processos de fiscalização oriundos da ANEEL;
15. Acompanhar programas de prevenção e correção de não conformidades que possam ensejar multas;
16. Acompanhar processos em trâmite na ANEEL;
17. Coordenar os processos decorrentes de documentações emitidas pela

ANEEL para resposta da Chesf;
18. Organizar e manter documentação relativa às tratativas e processos junto à ANEEL; e
19. Promover a cultura regulatória na Companhia.

SUPERINTENDÊNCIA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - SCE

1. Planejar, coordenar, articular e metodizar as ações da Empresa junto a fornecedores, Distribuidores, Comercializadores e Consumidores no que se refere à comercialização de energia;
2. Gerenciar as transações no mercado, os contratos de energia, bem como as estratégias de comercialização;
3. Gerenciar ações mercadológicas, associadas às estratégias de comercialização;
4. Subsidiar as decisões referentes à expansão da oferta de energia;
5. Fornecer as informações para subsidiar o Programa de Manutenção da Geração.

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PARA COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - DCE

1. Coordenar os estudos e cenários atinentes à expansão da geração;
2. Coordenar a elaboração dos estudos de projeção para identificar produtos e serviços demandados pelo mercado, para subsidiar a definição do mercado alvo e fornecer informações para estudos eletroenergéticos;
3. Coordenar os estudos para subsidiar a definição do mercado alvo com base nos riscos e benefícios associados ao sistema de geração da empresa;
4. Coordenar a participação e o acompanhamento dos estudos de inventário e viabilidade associados à incorporação de novas fontes de geração de interesse da Empresa;
5. Coordenar os estudos para subsidiar a definição das energias asseguradas das usinas hidrelétricas da Companhia;
6. Gerenciar a elaboração dos cenários de preços e demais parâmetros, com o objetivo de subsidiar as estratégias de comercialização da Empresa no curto, médio e longo prazos;
7. Coordenar a análise das alternativas de modalidades de oferta de energia;
8. Coordenar a avaliação dos produtos e serviços a ofertar ao mercado quanto aos diversos riscos a que estarão submetidos, bem como aos benefícios a serem auferidos; e
9. Acompanhar e analisar as regras e procedimentos do mercado, a legislação e a regulamentação do setor na sua área de atuação.

DIVISÃO DE ESTUDOS ENERGÉTICOS E CENÁRIOS PARA COMERCIALIZAÇÃO - DPEC

1. Acompanhar, analisar e elaborar estudos e cenários atinentes à expansão da geração;
2. Elaborar estudos de projeção para identificar produtos e serviços demandados pelo mercado, para subsidiar a definição do mercado alvo e fornecer informações para estudos eletroenergéticos;
3. Acompanhar e analisar o planejamento e a programação energética, com

vistas a gerar informações para subsidiar as decisões de comercialização;

4. Analisar alternativas de modalidades de oferta de energia;

5. Acompanhar e participar dos estudos de inventário e viabilidade associados à incorporação de novas fontes de geração de interesse da Empresa;

6. Realizar estudos para subsidiar a definição das energias asseguradas das usinas hidrelétricas da Companhia;

7. Fornecer informações inerentes à área para subsidiar a elaboração do Plano Anual de Operação, do Programa Mensal de Operação - PMO e do Programa Diário de Geração - PDG; e

8. Acompanhar e analisar as regras e procedimentos do mercado, a legislação e a regulamentação do setor na sua área de atuação.

DIVISÃO DE ESTUDOS DE PREÇOS E RISCOS PARA COMERCIALIZAÇÃO - DPRC

1. Elaborar cenários de preços e demais parâmetros, com o objetivo de subsidiar as estratégias de comercialização da Empresa no curto, médio e longo prazos;

2. Avaliar os produtos e serviços a ofertar ao mercado quanto aos diversos riscos a que estarão submetidos, bem como aos benefícios a serem auferidos;

3. Subsidiar a definição de mercado alvo, com base nos riscos e benefícios associados ao sistema de geração da Empresa;

4. Participar e acompanhar nos foros de desenvolvimento e atualizações de modelos computacionais ligados à área comercial, junto à CCEE, e de precificação, com o objetivo de referendar tais modelos no âmbito da Chesf; e

5. Acompanhar e analisar as regras e procedimentos do mercado, a legislação e a regulamentação do setor na sua área de atuação.

DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES COMERCIAIS - DRC

1. Coordenar a gestão dos contratos de comercialização de energia, atinentes à sua área de atuação, bem como prestar suporte técnico/operacional aos clientes;

2. Coordenar a gestão dos processos de contabilizações das transações de energia da Empresa;

3. Coordenar o registro dos dados de oferta, contratos e medições, bem como as informações, inclusive as referentes à modelagem do sistema eletroenergético da Chesf, necessárias às contabilizações centralizadas das transações de curto prazo na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;

4. Gerenciar o acompanhamento dos contratos, os segmentos de mercado e as informações comerciais de interesse para a comercialização de energia da Empresa;

5. Gerenciar o sistema de acompanhamento dos contratos, do mercado e de informações comerciais;

6. Coordenar a atuação no mercado de tempo real, de forma a gerenciar a exposição do portfólio de contratos de energia da Empresa;

7. Coordenar a atualização do cadastro de clientes da Companhia, bem

como o cadastro de medição junto à CCEE;
8. Analisar os preços de energia, os índices do mercado e das empresas para subsidiar as transações de compra e venda de energia; e
9. Acompanhar e analisar as regras e procedimentos do mercado, a legislação e a regulamentação do setor na sua área de atuação.

DIVISÃO DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA NO AMBIENTE LIVRE - DPCL

1. Gerenciar os contratos celebrados no Ambiente de Contratação Livre - ACL, atinentes à sua área de atuação, bem como prestar suporte técnico/comercial aos clientes;
2. Acompanhar os preços de energia, os índices do mercado e das empresas para subsidiar as transações de compra e venda de energia no ACL;
3. Gerenciar os processos de contabilizações das transações de energia da Empresa;
4. Registrar os contratos e as informações do ambiente regulado, necessárias às contabilizações centralizadas das transações de curto prazo na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;
5. Registrar dados de oferta e medições, bem como as informações referentes à modelagem do sistema eletroenergético da Chesf;
6. Acompanhar os contratos, os segmentos de mercado e as informações comerciais de interesse para a comercialização de energia da Empresa;
7. Manter um sistema de acompanhamento dos contratos, do mercado e de informações comerciais;
8. Manter atualizado o cadastro de clientes da Companhia, bem como o cadastro de medição junto ao CCEE; e
9. Acompanhar e analisar as regras e procedimentos do mercado, a legislação e a regulamentação do setor na sua área de atuação.

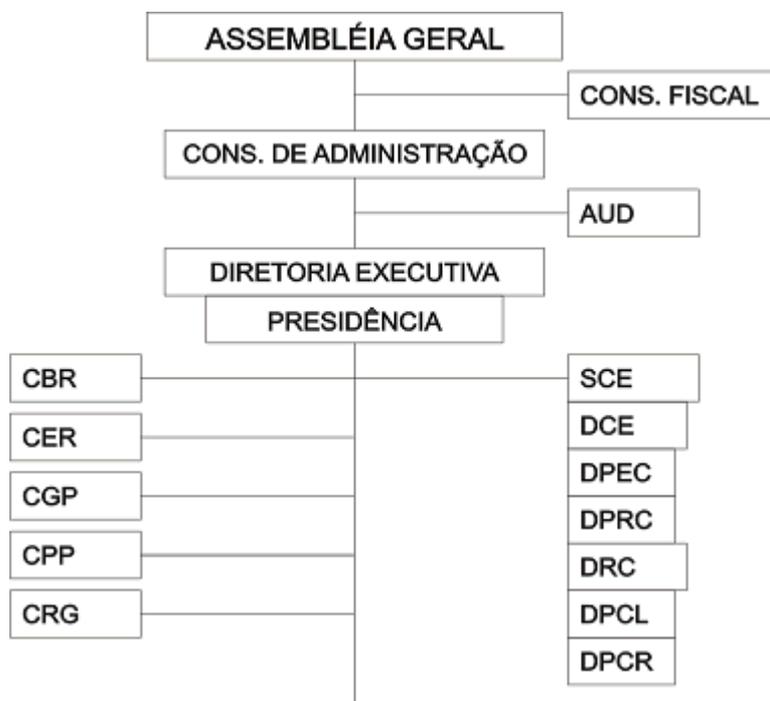
DIVISÃO DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA NO AMBIENTE REGULADO - DPCR

1. Gerenciar os contratos celebrados no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, atinentes à sua área de atuação, bem como prestar suporte técnico/comercial aos clientes;
2. Acompanhar os preços de energia, os índices do mercado e das empresas para subsidiar as transações de compra e venda de energia no ACR;
3. Gerenciar os processos de contabilizações das transações de energia da Empresa;
4. Registrar os contratos e as informações do ambiente regulado, necessárias às contabilizações centralizadas das transações de curto prazo na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;
5. Acompanhar os contratos, os segmentos de mercado e as informações comerciais de interesse para a comercialização de energia da Empresa;
6. Manter um sistema de acompanhamento dos contratos, do mercado e de informações comerciais;
7. Atuar no mercado de tempo real, de forma a gerenciar a exposição do portfólio de contratos de energia da Empresa;
8. Manter atualizado o cadastro de clientes da Companhia, bem como o cadastro de medição junto à CCEE; e

9. Acompanhar e analisar as regras e procedimentos do mercado, a legislação e a regulamentação do setor na sua área de atuação.

ANEXO II

ORGANOGRAMA



Obs.: AUD - Subordinada hierarquicamente ao Conselho e Administração e, administrativamente, à Presidência.

Responsável pelo cadastramento : Renata Vasconcelos Maranhao Data: 04/05/2015



**REGULAMENTO DA AUDITORIA
INTERNA DA CHESF**



REGULAMENTO DA AUDITORIA INTERNA DA CHESF

Sumário

Capítulo I – Da Finalidade.....	2
Capítulo II – Das Competências da Auditoria Interna da Chesf.....	2
Capítulo III – Da Organização da Auditoria Interna da Chesf	4
Capítulo IV – Disposições Gerais.....	5



REGULAMENTO DA AUDITORIA INTERNA DA CHESF

Capítulo I

Da Finalidade

Art. 1º Este Regulamento tem por finalidade estabelecer as competências, a organização e as diretrizes da Auditoria Interna da CHESF, visando ao desenvolvimento de suas atividades, de acordo com os normativos vigentes e, principalmente, com as Resoluções da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União - CGPAR nºs 2 e 3, ambas de 31 de dezembro de 2010.

Capítulo II

Das Competências da Auditoria Interna da Chesf

Art. 2º A Auditoria Interna da Chesf, vinculada ao Conselho de Administração, em conformidade com o disposto no art. 15, § 3º, do Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000, com a redação dada pelo Decreto nº 4.304, de 16 de julho de 2002, sujeita-se à orientação normativa e à supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, tendo por finalidade básica assegurar a legalidade e a legitimidade dos atos e fatos administrativos, bem como avaliar a eficácia da gestão, do controle e das práticas administrativas, orientando-se por uma filosofia de atuar preventivamente, fortalecendo os controles e as operações da Companhia.

Art. 3º Compete à Auditoria Interna da Chesf:

I - estabelecer as regras operacionais para seu próprio funcionamento, observadas a legislação e as normas internas vigentes;

II - atuar, independentemente de provocação, sobre as atividades operacionais, administrativas e econômico-financeiras da Companhia, zelando pelo cumprimento dos objetivos, das metas estabelecidas, da legislação e das normas



REGULAMENTO DA AUDITORIA INTERNA DA CHESF

internas vigentes, quanto à economicidade, eficiência, eficácia, legalidade e legitimidade das ações;

III – avaliar o desempenho dos processos organizacionais, estimulando o aperfeiçoamento contínuo das práticas gerenciais, incentivando a eficiência no uso dos recursos e o seu adequado gerenciamento;

IV - realizar auditorias internas verificando a regularidade e a eficácia dos serviços, recomendando as providências necessárias ao seu aprimoramento;

V - avaliar a efetividade das auditorias realizadas, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia;

VI - recomendar às Diretorias e/ou aos seus órgãos subordinados a correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos;

VII – acompanhar e avaliar o cumprimento de suas recomendações ou determinações e daquelas emanadas pelos órgãos de controle interno e externo ou por outro órgão competente;

VIII - participar das reuniões do Conselho Fiscal e, quando convocada, do Conselho de Administração, para manifestação sobre assuntos de sua área de atuação;

IX - comunicar ao Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Conselho de Administração, na forma e nos prazos estabelecidos pelas normas específicas, qualquer irregularidade ou ilegalidade apurada no exercício de suas atribuições;

X - acompanhar, apoiar e manter relacionamento institucional com os órgãos de controle interno e externo: Controladoria-Geral da União - CGU e Tribunal de Contas da União - TCU;

XI - examinar e emitir parecer sobre a prestação de contas anual da Companhia e sobre as tomadas de contas especiais que vierem a ser instauradas;

XII - submeter ao órgão ou à unidade de controle interno a que estiver jurisdicionada, para efeito de integração das ações de controle, no prazo e na forma



REGULAMENTO DA AUDITORIA INTERNA DA CHESF

estabelecidos nos normativos vigentes, sua proposta de Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna para o exercício seguinte;

XIII - submeter o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna do exercício seguinte ao exame do Conselho Fiscal e à aprovação do Conselho de Administração, no prazo e na forma estabelecidos nos normativos vigentes;

XIV - encaminhar o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna do exercício anterior ao órgão ou à unidade de controle interno a que estiver jurisdicionada, no prazo e na forma estabelecidos nos normativos vigentes, bem como ao Conselho Fiscal e, para aprovação, ao Conselho de Administração da Companhia; e

XV - encaminhar os relatórios de auditoria emitidos, consubstanciando os resultados dos trabalhos realizados, ao órgão ou à unidade de controle interno a que estiver jurisdicionada, no prazo estabelecido em normativo.

Art. 4º A Auditoria Interna da Chesf se restringe à execução de suas atividades típicas, com o objetivo de evitar o desvio de funções e de preservar sua isenção e imparcialidade.

Parágrafo Único. Os órgãos de direção podem fazer uso da Auditoria Interna da Chesf no assessoramento relativo às decisões importantes da Companhia.

Capítulo III

Da Organização da Auditoria Interna da Chesf

Art. 5º A Auditoria Interna da Companhia é composta pelo Gerente, Assessores e por um corpo técnico capaz de atender às suas finalidades, devendo ser provida dos recursos materiais adequados, com o objetivo de fortalecer a gestão e racionalizar as ações de controle.

§1º A designação e a exoneração do titular da Auditoria Interna da Chesf devem ser submetidas, pela Diretoria Executiva, à aprovação do Conselho de Administração e, após, à aprovação da Controladoria-Geral da União - CGU.



REGULAMENTO DA AUDITORIA INTERNA DA CHESF

§ 2º É exigida como requisito básico para nomeação ao cargo de titular da Auditoria Interna a conclusão de curso de nível superior, além de comprovada experiência e competência para o seu exercício.

Art. 6º O titular da Auditoria Interna da Chesf deve ser substituído, em suas ausências e impedimentos legais e eventuais, por empregado devidamente habilitado e lotado na própria Auditoria Interna, designado de acordo com os normativos vigentes.

Art. 7º Os integrantes da Auditoria Interna da Chesf devem cumprir todas as normas aplicáveis aos demais empregados, inclusive o Código de Ética das Empresas Eletrobras.

Capítulo IV

Disposições Gerais

Art. 8º Os trabalhos de auditoria devem ser realizados com adequado planejamento e programa de trabalho específico que estabeleça os objetivos dos exames, o universo a ser examinado e as técnicas apropriadas a empregar. Os resultados serão consubstanciados em relatórios de auditoria a serem encaminhados ao Diretor-Presidente que os remeterá às Diretorias responsáveis pela implementação das recomendações apresentadas.

§ 1º Constatando-se, no decorrer dos trabalhos, indícios do cometimento de irregularidades, deve ser dado o devido tratamento com vistas a permitir que os responsáveis possam adotar as providências cabíveis.

§ 2º Os trabalhos de auditoria devem levar em consideração as diretrizes estabelecidas em norma específica.

Art. 9º Caso a Auditoria Interna da Chesf, no decorrer da realização de qualquer trabalho, necessite da ajuda de especialista, em razão da especificidade ou singularidade da matéria, pode ser requerida a participação de outros empregados da Companhia.



REGULAMENTO DA AUDITORIA INTERNA DA CHESF

Art. 10. Os integrantes da Auditoria Interna, no exercício de suas competências, têm livre acesso a todas as dependências da Companhia, assim como a documentos, valores e livros considerados indispensáveis ao cumprimento de suas atribuições, não lhes podendo ser negado acesso, sob qualquer pretexto, a processos, documentos ou informações, devendo os mesmos serem tratados de forma confidencial e serem utilizados tão somente para consubstanciar o resultado do trabalho que realizam.

Art. 11. Os integrantes da Auditoria Interna devem adotar comportamento ético, cautela e zelo profissional no exercício de suas atividades, manter atitude de independência que permita a imparcialidade de seu julgamento, bem como ter o comprometimento técnico-profissional e estratégico necessário à capacitação permanente, à utilização de tecnologias atualizadas e ao cumprimento de suas competências.

Parágrafo Único. Em função do caráter multidisciplinar da atividade de controle interno, o espírito de cooperação entre os integrantes da equipe deve prevalecer sobre posicionamentos pessoais, de maneira que cada um colabore com o seu conhecimento, talento e profissionalismo para agregar o máximo valor aos trabalhos realizados.

Art. 12. Objetivando o exercício pleno de suas competências, o corpo técnico da Auditoria Interna da Chesf deve ser submetido a programa permanente de capacitação técnica que abranja, inclusive, sua participação em treinamentos, com escopo de conhecimentos específicos das áreas auditáveis, devendo estar, ainda, atualizado sobre toda a legislação aplicável aos negócios da Companhia.



Companhia Hidro Elétrica do São Francisco

DIRETORIA ADMINISTRATIVA
Superintendência de Tecnologia da Informação - STI

Número : **IN-RH.01.007**
Sistema : RECURSOS HUMANOS
Sub-Sistema : ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL
Vigência : 18/09/2006
Emissão : 12/09/2006
Edição : 1ª
Aprovado : JOÃO BOSCO DE ALMEIDA
Cargo : DIRETOR ADMINISTRATIVO
Assunto : COMISSÃO DE SINDICÂNCIA DISCIPLINAR

1. OBJETIVO

Estabelecer conceitos e critérios para apuração, através de Sindicância Disciplinar, de atos praticados por empregados.

2. CONCEITOS

- 2.1 Sindicância Disciplinar - é um meio utilizado para elucidar irregularidades praticadas por empregado e identificar responsabilidades.
- 2.2 Comissão de Sindicância Disciplinar - é o grupo, com formação mínima de 3 (três) empregados, com a incumbência de apurar a prática de irregularidades atribuídas ao empregado.
- 2.3 Defesa Administrativa - é o conjunto de atos praticados pelo empregado, perante a comissão de sindicância disciplinar, com vistas a provar a sua inocência ou esclarecer seu envolvimento nos fatos sob apuração.

3. CRITÉRIOS

- 3.1 A comissão de sindicância disciplinar terá sua composição definida no subitem 2.2, sendo um integrante da área jurídica, que será designado como coordenador.
- 3.2 O prazo para instauração e conclusão da sindicância disciplinar será de 60 (sessenta) dias, podendo ser prorrogado por 30 (trinta) dias, a critério do Diretor-Presidente, mediante exposição de motivos apresentada pelo coordenador.
- 3.3 Ficará impedido de participar da comissão de sindicância cônjuge, companheiro ou parente do empregado que está sendo responsabiliza-

do, consangüíneo ou afim, em linha direta ou colateral, até o terceiro grau.

- 3.4 A Comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo e a formalidade necessários à elucidação dos fatos, à garantia do direito de defesa dos empregados sob investigação e à defesa dos interesses da Companhia.
- 3.4.1 Sempre que necessário, a comissão dedicará tempo integral aos seus trabalhos, ficando seus membros dispensados de qualquer outra atividade.
- 3.4.2 Na fase de apuração a comissão promoverá a tomada de depoimentos, acareações, investigações e diligências cabíveis, objetivando a coleta de prova, recorrendo, quando necessário, a técnicos e peritos, de modo a permitir a completa elucidação dos fatos.
- 3.5 O empregado será convocado a depor mediante comunicação formal do coordenador da comissão, devendo a segunda via desta, com o "ciente" do convocado, ser anexada ao processo.
- 3.5.1 No caso de recusa do empregado convocado em apor o "ciente", na comunicação, o chefe imediato, registrará a fato na própria convocação, e colherá a assinatura de duas testemunhas.
- 3.5.2 A testemunha, quando não vinculada ao quadro de empregados da Companhia, será convidada mediante correspondência subscrita pelo Diretor-Presidente, por solicitação do coordenador da comissão.
- 3.5.3 O depoimento será prestado oralmente e reduzido a termo, por relato do coordenador da comissão, posteriormente assinado pelo depoente, não lhe sendo permitido trazê-lo por escrito. Cópia do depoimento lhe será entregue, caso seja solicitado.
- 3.5.4 Os depoentes serão ouvidos separadamente.
- 3.5.5 Nos casos de flagrante contradição de depoimentos, a comissão procederá à acareação entre os depoentes, sendo posta suas declarações a termo em um único documento assinado pelos depoentes.
- 3.5.6 O depoente que já firmou seu depoimento poderá, a critério da comissão, ser reinquirido.
- 3.6 Apurados os fatos, especificadas as provas e tipificada a infração disciplinar, será elaborado relatório preliminar da Comissão.
- 3.6.1 O empregado responsabilizado será comunicado, por ato formal do coordenador, das irregularidades que lhe estão sendo imputadas, assegurando-se-lhe vista do processo perante a comissão e a apresentação de defesa escrita, no prazo de 10 (dez) dias, contados do efetivo recebimento da comunicação. Cópia da comunicação com o "ciente" do mesmo será anexada ao processo.
- 3.6.2 No exercício de seu direito de defesa, além da utilização dos meios e recursos admitidos em direito, será permitido ao empregado responsabilizado o acesso às seguintes partes do Processo:
 - . depoimento prestado pelo empregado;
 - . fatos e dados apurados pela comissão, sobre atos praticados pelo empregado;
 - . normas internas, leis ou procedimentos violados pelo empregado em seus atos.
- 3.6.3 No caso de recusa do empregado responsabilizado em apor o "cien-

te", observar-se-á o contido no subitem 3.5.1.

- 3.6.4 Havendo mais de um empregado responsabilizado, o prazo será comum de 20 (vinte) dias, a contar do recebimento da última comunicação.
- 3.7 Apreciada a defesa, a comissão elaborará relatório minucioso onde resumirá as peças principais do processo e mencionará as provas em que se baseou para formar a sua convicção.
- 3.7.1 O relatório será sempre conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do empregado, observadas as circunstâncias agravantes ou atenuantes.
- 3.7.2 O relatório deverá conter no mínimo os seguintes tópicos:
- a) fatos e dados apurados;
 - b) depoimentos tomados;
 - c) documentos de defesa apresentados pelo(s) empregado(s) responsabilizado(s);
 - d) análise;
 - e) conclusões;
 - f) recomendações técnicas e normativas;
 - g) anexos.
- 3.8 O Relatório Final será encaminhado pelo coordenador da comissão de sindicância disciplinar ao Diretor-Presidente.
- 3.9 O Diretor-Presidente, de posse do Relatório Final, o encaminhará ao Diretor da área onde os fatos aconteceram para apreciação, indicação das medidas disciplinares julgadas cabíveis e a elaboração do Encaminhamento de Assunto à Diretoria Plena - EADP para a devida aprovação.
- 3.10 Uma vez aprovado o relatório pela Diretoria Plena, definidas as medidas disciplinares a serem aplicadas, e observadas as competências definidas na RN-01/2004 RH-72, caberá ao Diretor da área de lotação do empregado envolvido, através da estrutura subordinada a aplicação das medidas disciplinares e a implantação das recomendações técnicas, normativas e administrativas pertinentes.
- 3.11 Os resultados da Comissão de Sindicância, serão encaminhados ao Ministério Público e Órgãos de controle e fiscalização competentes, quando as conclusões assim exigirem.
- 3.12 A via original do Relatório de Sindicância Disciplinar deverá ficar arquivada na Secretaria Geral da Presidência, com todos os anexos, por um período mínimo de 10 (dez) anos.

4. **DISPOSIÇÃO FINAL**

Esta Instrução Normativa revoga a IN-RH.09.008 emitida em 23 de junho de 2004.

* * *

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2015



BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	6	153.896	636.153	373.867	658.063
Títulos e valores mobiliários	7	487.871	683.310	487.871	683.310
Clientes	8	372.822	364.500	378.379	364.500
Valores a receber - Lei nº 12.783/2013	9	-	1.605.710	-	1.605.710
Tributos a recuperar	10	182.209	76.053	188.180	76.139
Cauções e depósitos vinculados	11	10.982	10.982	11.010	10.982
Almoxarifado	12	83.478	89.382	83.478	89.382
Serviços em curso	13	162.537	144.377	162.537	144.377
Ativo financeiro – concessões de serviço público	14	77.514	77.833	114.207	77.833
Dividendos a receber	15	33.846	20.989	33.846	20.989
Fachef Saúde Mais	16	42.095	34.657	42.095	34.657
Outros	18	154.476	125.086	155.285	225.472
		1.761.726	3.869.032	2.030.755	3.991.414
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a Longo Prazo					
Clientes	8	4.986	8.604	4.986	8.604
Valores a receber - Lei nº 12.783/2013	9	487.822	487.822	487.822	487.822
Títulos e valores mobiliários	7	2.945	3.483	2.945	3.483
Tributos a recuperar	10	175.844	164.588	175.844	164.588
Cauções e depósitos vinculados	11	1.023.037	641.895	1.023.037	641.895
Serviços em curso	13	75.000	75.000	75.000	75.000
Ativo financeiro – concessões de serviço público	14	3.895.906	3.502.660	4.521.524	3.502.660
Fachef Saúde Mais	16	92.265	104.288	92.265	104.288
Adiantamento a investidas	17	939.076	590.015	348.887	590.015
Outros	18	27.485	26.073	27.485	26.725
		6.724.366	5.604.428	6.759.795	5.605.080
Investimentos	16	5.057.356	4.101.516	4.458.421	3.980.860
Imobilizado	17	1.263.205	1.335.830	1.637.476	1.336.306
Intangível	18	44.683	40.250	63.945	58.626
		13.089.610	11.082.024	12.919.637	10.980.872
TOTAL DO ATIVO		14.851.336	14.951.056	14.950.392	14.972.286

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
CIRCULANTE					
Fornecedores	22	371.848	499.024	384.549	509.900
Folha de pagamento		16.785	15.416	17.141	15.454
Tributos a recolher	23	109.408	92.081	117.670	92.105
Financiamentos e empréstimos	24	298.038	250.414	298.038	250.414
Outras provisões operacionais		96.993	103.445	96.993	103.445
Obrigações estimadas	25	136.163	122.832	136.778	122.832
Incentivo ao desligamento voluntário - PIDV	26	42.676	39.826	42.676	39.826
Benefícios pós-emprego	27	25.876	91.296	25.876	91.296
Encargos setoriais		124.865	136.185	126.042	136.185
Outros	28	27.896	25.153	59.362	27.600
		1.250.548	1.375.672	1.305.125	1.389.057
NÃO CIRCULANTE					
Tributos a recolher	23	-	13.572	19.859	13.572
Passivos fiscais diferidos	23	56.332	199.523	65.070	199.523
Financiamentos e empréstimos	24	1.152.608	957.153	1.152.608	957.153
Benefícios pós-emprego	27	1.130.958	840.574	1.130.958	840.574
Incentivo ao desligamento voluntário - PIDV	26	66.845	93.029	66.845	93.029
Encargos setoriais		260.893	257.682	260.893	257.682
Provisões para contingências	29	1.660.536	1.482.916	1.660.536	1.482.916
Provisão contrato oneroso	30	247.012	114.724	247.012	114.724
Obrigações vinculadas à Concessão	32	82.240	86.588	82.240	86.588
Outros	28	95.032	5.803	95.032	13.599
		4.752.456	4.051.564	4.781.053	4.059.360
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	33	9.753.953	9.753.953	9.753.953	9.753.953
Reservas de capital	33	4.916.199	4.916.199	4.916.199	4.916.199
Outros resultados abrangentes	33	(1.569.138)	(1.369.514)	(1.569.138)	(1.369.514)
Prejuízos acumulados	33	(4.252.682)	(3.776.818)	(4.252.682)	(3.776.818)
		8.848.332	9.523.820	8.848.332	9.523.820
Participação de acionistas não controladores		-	-	15.882	49
		8.848.332	9.523.820	8.864.214	9.523.869
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		14.851.336	14.951.056	14.950.392	14.972.286

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	34	3.788.932	3.563.435	4.039.862	3.563.435
CUSTO OPERACIONAL	36				
Custo com energia elétrica					
Energia elétrica comprada para revenda		(346.350)	(620.038)	(346.350)	(620.038)
Encargos de uso da rede de transmissão		(673.906)	(732.110)	(673.906)	(732.110)
Custo de operação					
Pessoal, material e serviços de terceiros		(442.783)	(417.364)	(453.389)	(417.364)
Combustíveis para a produção de energia		(176.425)	(362.811)	(176.425)	(362.811)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos		(9.691)	(12.055)	(9.691)	(12.055)
Depreciação e amortização		(34.283)	(36.359)	(34.302)	(36.359)
Reversão contrato oneroso		(132.288)	1.319.527	(132.288)	1.319.527
Outros		40.260	51.107	46.798	51.107
		(1.775.466)	(810.103)	(1.779.553)	(810.103)
CUSTO DO SERVIÇO PRESTADO A TERCEIROS	36	(1.283)	(1.887)	(1.283)	(1.887)
CUSTO DE CONSTRUÇÃO	36	(795.149)	(984.827)	(999.995)	(984.827)
LUCRO BRUTO		1.217.034	1.766.618	1.259.031	1.766.618
DESPESAS OPERACIONAIS	36	(1.868.316)	(1.586.460)	(1.891.480)	(1.587.572)
RESULTADO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA		(651.282)	180.158	(632.449)	179.046
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	19	7.417	(169.474)	(16.566)	(168.718)
RESULTADO FINANCEIRO	37	60.531	649.345	66.029	649.730
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		(583.334)	660.029	(582.986)	660.058
Imposto de renda e contribuição social	38	107.470	(1.777.967)	106.994	(1.777.996)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(475.864)	(1.117.938)	(475.992)	(1.117.938)
Resultado atribuível aos acionistas controladores		(475.864)	(1.117.938)	(475.864)	(1.117.938)
Resultado atribuível aos acionistas não controladores		-	-	(128)	-
TOTAL DE AÇÕES (em milhares)	33	55.905	55.905	55.905	55.905
Prejuízo básico por ação (em reais)	40	(8,51)	(20,00)	(8,51)	(20,00)
Prejuízo diluído por ação (em reais)	40	(8,51)	(20,00)	(8,51)	(20,00)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Controladora	Consolidado	Controladora e Consolidado
		31/12/2015	31/12/2015	31/12/2014
Prejuízo líquido do exercício		(475.864)	(475.992)	(1.117.938)
Outros componentes do resultado abrangente				
Participação no resultado abrangente de investidas	33	-	-	(600)
Resultado atuarial com benefícios pós-emprego	33	(199.624)	(199.624)	(354.305)
Constituição de tributos diferidos	33	-	-	156.383
Reversão de tributos diferidos	33	-	-	(465.635)
Outros componentes do resultado abrangente do exercício		(199.624)	(199.624)	(664.157)
Total do resultado abrangente do exercício		(675.488)	(675.616)	(1.782.095)
Parcela atribuída aos controladores		(675.488)	(675.488)	(1.782.095)
Parcela atribuída aos não controladores		-	(128)	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(valores expressos em milhares de reais)

	CAPITAL SUBSCRITO/ REALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	PREJUÍZOS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONTROLADORA	PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO
SALDO EM 31/12/2013	9.753.953	4.916.199	(705.357)	(2.658.880)	11.305.915	-	11.305.915
Participação no resultado abrangente de investidas	-	-	(600)	-	(600)	-	(600)
Resultado atuarial com benefícios pós-emprego	-	-	(663.557)	-	(663.557)	-	(663.557)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(1.117.938)	(1.117.938)	-	(1.117.938)
	9.753.953	4.916.199	(1.369.514)	(3.776.818)	9.523.820	-	9.523.820
Participação dos acionistas não controladores	-	-	-	-	-	49	49
SALDO EM 31/12/2014	9.753.953	4.916.199	(1.369.514)	(3.776.818)	9.523.820	49	9.523.869
Resultado atuarial com benefícios pós-emprego	-	-	(199.624)	-	(199.624)	-	(199.624)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(475.864)	(475.864)	(128)	(475.992)
	9.753.953	4.916.199	(1.569.138)	(4.252.682)	8.848.332	(79)	8.848.253
Participação dos acionistas não controladores	-	-	-	-	-	15.961	15.961
SALDO EM 31/12/2015	9.753.953	4.916.199	(1.569.138)	(4.252.682)	8.848.332	15.882	8.864.214

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
 (valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Atividades operacionais				
Lucro/Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(583.334)	660.029	(582.986)	660.058
Despesas (Receitas) que não afetam o caixa:				
Depreciação e amortização	106.524	105.226	106.565	105.230
Variações monetárias líquidas	46.834	(334.534)	46.173	(334.534)
Equivalência patrimonial	(7.417)	169.474	16.566	168.718
Provisão para contingências	353.602	155.666	353.602	155.666
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	84.815	39.547	84.815	39.547
Provisões para perda na realização de investimentos	-	(246.915)	-	(246.915)
Provisão para perdas no imobilizado	-	235.064	-	235.064
Benefícios pós-emprego – ajuste atuarial	123.537	105.121	123.537	105.121
Outras provisões operacionais	48.026	68.368	48.026	68.368
Atualização de cauções e depósitos vinculados	(25.673)	(36.138)	(25.673)	(36.138)
Atualização de títulos da dívida agrária (TDA)	(269)	(221)	(269)	(221)
Receita financeira – Ativo financeiro	(22.398)	(56.690)	(81.743)	(56.690)
Reversão contrato oneroso	132.288	(1.319.527)	132.288	(1.319.527)
Provisão para impairment	363.742	443.197	377.515	443.197
Juros sobre valores a receber - Lei 12.783/2013	70.597	(105.285)	70.597	(105.285)
Encargos financeiros	143.371	131.496	143.371	131.496
Incentivo ao desligamento de pessoal	(23.335)	(33.334)	(23.335)	(33.334)
Outras	(21.432)	(20.902)	(21.659)	(20.902)
	789.478	(40.358)	767.390	(41.081)
Encargos financeiros pagos a acionistas e outras partes relacionadas	(2.534)	(3.542)	(2.534)	(3.542)
Pagamentos à entidade de previdência privada	(135.643)	(137.863)	(135.643)	(137.863)
Encargos financeiros pagos a instituições financeiras e outras	(98.198)	(106.139)	(98.198)	(106.139)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(160.905)	(18.440)	(161.175)	(18.440)
Pagamento de participações nos lucros ou resultados	(54.478)	(74.645)	(54.478)	(74.645)
Depósitos vinculados a litígios	(308.432)	(12.889)	(308.432)	(12.889)
Variações nos Ativos e Passivos				
Clientes	(89.519)	(99.775)	(89.519)	(99.775)
Almoxarifado	5.904	1.044	5.904	1.044
Tributos e contribuições sociais	15.187	39.605	46.726	39.514
Adiantamentos a empregados	(15.413)	(13.987)	(15.413)	(13.990)
Cauções e depósitos vinculados	(47.037)	73.699	(47.065)	73.699
Serviços em curso	(18.160)	(23.816)	(18.160)	(23.816)
Fachesf Saúde Mais	4.585	(24.902)	4.585	(24.902)
Fornecedores	(127.176)	54.498	(125.351)	65.374
Folha de pagamento	1.369	(93.886)	1.687	(93.848)
Obrigações estimadas	13.331	20.665	13.946	20.665
Encargos setoriais	31.378	2.362	32.555	2.362
Provisão para contingências	(175.982)	(77.622)	(175.982)	(77.622)
Contas a pagar - Casa Nova	-	67.513	-	67.513
Valores recebidos - Lei nº 12.783/2013	1.625.575	1.041.875	1.625.575	1.041.875
Valores a ressarcir - Lei nº 12.783/2013	(90.461)	-	(90.461)	-
Outros ativos e passivos operacionais	4.241	15.844	102.006	(74.948)
	377.632	629.599	510.573	549.627
Total das atividades operacionais	1.167.110	589.241	1.277.963	508.546
Atividades de investimentos				
Aplicações em Ativos Imobilizado e Intangível	(74.548)	(165.762)	(445.232)	(184.618)
Realização do Ativo financeiro - Concessões de serviço público	(704.234)	(905.124)	(1.302.372)	(905.124)
Investimentos em participações societárias permanentes	(1.006.733)	(1.166.127)	30.594	(1.044.715)
Dividendos recebidos	45.452	91.264	45.452	91.264
Aplicações em (resgates de) títulos e valores mobiliários	195.977	1.288.753	195.977	1.288.753
AFAC em controlada em conjunto	(349.060)	(312.215)	(349.060)	(312.215)
Adiantamento consórcio	-	33.226	-	33.226
Outros	-	-	2.073	-
	(1.893.146)	(1.135.985)	(1.822.568)	(1.033.429)
Atividades de financiamentos				
Financiamentos e empréstimos obtidos	476.915	400.000	476.915	400.000
Pagamentos de financiamentos e empréstimos	(233.136)	(58.214)	(232.475)	(58.214)
Outros	-	-	15.969	49
	243.779	341.786	260.409	341.835
TOTAL DE EFEITOS NO CAIXA	(482.257)	(204.958)	(284.196)	(183.048)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	636.153	841.111	658.063	841.111
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	153.896	636.153	373.867	658.063
VARIAÇÃO NO CAIXA	(482.257)	(204.958)	(284.196)	(183.048)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
 (valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Receitas				
Venda de energia elétrica, transmissão e outras	4.498.112	4.209.685	4.776.376	4.209.685
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(84.815)	(39.547)	(84.815)	(39.547)
Perdas – Clientes	(58.560)	(17.385)	(58.560)	(17.385)
	4.354.737	4.152.753	4.633.001	4.152.753
(-) Insumos adquiridos de terceiros				
Material	25.470	25.571	25.617	25.571
Combustíveis para a produção de energia	176.425	362.811	176.425	362.811
Serviço de terceiros	211.851	197.802	218.644	198.158
Energia elétrica comprada para revenda	346.350	620.038	346.350	620.038
Encargos de uso da rede de transmissão	673.906	732.110	673.906	732.110
Custo de construção	795.149	984.827	999.995	984.827
Provisão para impairment	363.742	443.197	377.515	443.197
Reversão contrato oneroso	132.288	(1.319.527)	132.288	(1.319.527)
Provisão(Reversão) para perdas na realização de investimentos	-	(246.915)	-	(246.915)
Outros	502.167	632.658	496.069	632.833
	3.227.348	2.432.572	3.446.809	2.433.103
(=) Valor Adicionado Bruto	1.127.389	1.720.181	1.186.192	1.719.650
(-) Retenções				
Quotas de reintegração (Depreciação e Amortização)	106.524	105.226	106.565	105.230
(=) Valor Adicionado Líquido	1.020.865	1.614.955	1.079.627	1.614.420
(+) Valor adicionado transferido				
Resultado de equivalência patrimonial	7.417	(169.474)	(16.566)	(168.718)
Dividendos e juros sobre o capital próprio	256	704	256	704
Aluguéis	94	326	94	326
Atualização de valores a receber - Lei nº 12.783/2013	(70.597)	425.672	(70.597)	425.672
Receitas financeiras	310.704	386.503	319.456	386.975
	247.874	643.731	232.643	644.959
(=) Valor Adicionado a Distribuir	1.268.739	2.258.686	1.312.270	2.259.379
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Pessoal				
Salários/benefícios/FGTS	755.734	714.653	762.967	715.115
Incentivo ao desligamento de pessoal	788	467	788	467
Honorários da diretoria	3.337	2.933	3.337	2.933
Provisões para contingências trabalhistas/indenizações trabalhistas	9.907	11.961	9.907	11.961
	769.766	730.014	776.999	730.476
Governos:				
Encargos sociais vinculados à folha de pagamento	166.854	152.762	166.854	152.762
Tributos líquidos de incentivos fiscais	342.533	2.037.058	370.058	2.037.095
Encargos setoriais	270.218	276.708	271.897	276.708
	779.605	2.466.528	808.809	2.466.565
Financiadores:				
Encargos financeiros, variação monetária e outros:				
Eletrobras	2.813	3.264	2.813	3.264
Outros financiadores	177.008	160.230	179.987	160.321
Aluguéis	15.411	16.588	19.654	16.691
	195.232	180.082	202.454	180.276
Acionistas:				
Participação de acionistas não controladores	-	-	(128)	-
Prejuízo do exercício	(475.864)	(1.117.938)	(475.864)	(1.117.938)
	(475.864)	(1.117.938)	(475.992)	(1.117.938)
	1.268.739	2.258.686	1.312.270	2.259.379
Valor adicionado médio por empregado	278	492	285	492

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014**

(valores expressos em milhares de reais, exceto os mencionados em contrário)

1 - INFORMAÇÕES GERAIS

A Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf, com sede na Rua Delmiro Gouveia, 333, Bairro de San Martin, CEP 50761-901, na cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, é uma sociedade de economia mista de capital aberto, controlada da Centrais Elétricas Brasileiras S.A.- Eletrobras, criada pelo Decreto-Lei nº 8.031/1945, com operações iniciadas em 15/03/1948. Tem como atividades principais a geração e a transmissão de energia elétrica, atuando em todo o território nacional.

As operações da Companhia contam na atividade de Geração de energia com 14 usinas hidrelétricas e 1 usina termelétrica, perfazendo uma potência instalada de 10.615 MW e na atividade de transmissão de energia o sistema é composto por 121 (116 em 2014) subestações (considerando-se neste total a subestação Sapeaçu, localizada no Recôncavo Baiano, em relação à qual a Chesf tem contrato de cessão de uso) e 19.884,3 (19.691,6 em 2014) km de linhas de alta tensão.

A Companhia possui ainda, empreendimentos nos segmentos de geração e transmissão, de forma corporativa, em fase de construção, conforme nota 2.1.

Além do parque de geração e sistemas de transmissão próprios, antes mencionados, a Companhia participa, em sociedade com outras empresas, da construção e operação de usinas de geração hidráulica e de geração eólica com capacidades instaladas de 15.644,1 (15.644,1, em 2014) MW e 972,9 (1.015,4, em 2014) MW, respectivamente, e de empreendimentos de transmissão compostos por 5.296,5 km de linhas de transmissão, conforme nota 2.2.

Com a Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, as concessões das usinas hidrelétricas, linhas de transmissão e subestações que tinham seus prazos vencendo no ano de 2015, foram prorrogadas por um prazo de 30 anos a partir de janeiro/2013, mediante novas condições estabelecidas nos Termos Aditivos aos respectivos Contratos de Concessão com o Poder Concedente, conforme nota 2.3.

O Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, com funcionamento autorizado pela Resolução nº 351/1998, da Aneel, desde 01 de março de 1999, assumiu o controle e a operação do Sistema Interligado Nacional – SIN. Nesse contexto, as usinas e a rede básica de transmissão estão sob a coordenação operacional, supervisão e controle do referido órgão.

2 - DAS CONCESSÕES

2.1 - Chesf

A Companhia detém as seguintes concessões:

2.1.1 - Geração

• Geração hidráulica

Número do Contrato	USINAS	Rio	Potência Instalada (MW) (*)	Capacidade Utilizada em 2015 (MW médio/ano)	Data da Concessão / Permissão	Data de Vencimento
Em Serviço:						
006/2004	Paulo Afonso I	São Francisco	180,001	3,090	03/10/1945	31/12/2042
006/2004	Paulo Afonso II	São Francisco	443,000	5,720	03/10/1945	31/12/2042
006/2004	Paulo Afonso III	São Francisco	794,200	17,860	03/10/1945	31/12/2042
006/2004	Paulo Afonso IV	São Francisco	2.462,400	955,570	03/10/1945	31/12/2042
006/2004	Apolônio Sales (Moxotó)	São Francisco	400,000	6,840	03/10/1945	31/12/2042
006/2004	Luiz Gonzaga (Itaparica)	São Francisco	1.479,600	426,290	03/10/1945	31/12/2042
006/2004	Xingó	São Francisco	3.162,000	1.105,470	03/10/1945	31/12/2042
006/2004	Piloto (**)	São Francisco	2,000	-	16/02/1949	07/07/2015
006/2004	Araras (**)	Acaraú	4,000	-	29/08/1958	07/07/2015
006/2004	Funil	de Contas	30,000	3,920	25/08/1961	31/12/2042
006/2004	Pedra	de Contas	20,007	1,150	25/08/1961	31/12/2042
006/2004	Boa Esperança (Castelo Branco)	Parnaíba	237,300	113,730	11/10/1965	31/12/2042
006/2004	Sobradinho	São Francisco	1.050,300	192,230	10/02/1972	09/02/2052
006/2004	Curemas	Piancó	3,520	-	26/11/1974	25/11/2024

(*) Informações não auditadas.

(**) A Chesf optou pela não renovação dessas Concessões vencidas em 07/07/2015. No entanto, a legislação do setor estabelece a continuidade da concessão até o término dos trâmites de transferência para o Poder Concedente.

• Geração térmica

Número do Contrato	USINAS	Localidade	Potência Instalada (MW) (*)	Capacidade Utilizada em 2015 (MW médio/ano)	Data da Concessão / Permissão	Data de Vencimento
Em Serviço:						
006/2004	Camaçari	Dias D'Ávila	346,803	55,044	11/08/1977	10/08/2027

(*) Informações não auditadas.

• Geração eólica

Número do Contrato	USINAS	Localidade	Potência Instalada (MW) (*)	Capacidade Utilizada em 2015 (MW médio/ano)	Data da Concessão / Permissão	Data de Vencimento
Em Construção						
007/2010	Casa Nova	Casa Nova - BA	180,000	-	01/01/2013	01/01/2043

(*) Informações não auditadas.

A capacidade utilizada corresponde à geração média, em MW, no exercício.

A potência instalada das usinas, que é sempre superior à sua produção, considera:

- a existência de períodos, tanto ao longo do dia, como no horizonte anual, em que ocorrem maior ou menor demanda de energia no sistema para o qual a usina, ou sistema de geração, está dimensionado;

- a existência de períodos também em que máquinas são retiradas da operação para a execução de manutenção, seja preventiva ou corretiva;
- que a produção das usinas hidráulicas depende ainda da disponibilidade hídrica do rio onde está localizada. Em períodos de maior hidraulicidade pode ser possível elevar a geração, bem como pode haver a necessidade de sua redução durante os períodos de escassez d'água, como ocorre nos períodos de racionamento de energia elétrica.

Com a edição da Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, convertida na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, parte destas usinas, objeto do contrato de concessão nº 006/2004 e parte das instalações de transmissão, a seguir, objeto do contrato de concessão nº 061/2001, foram prorrogadas a partir dos aditivos a esses contratos, assinados em 05 de dezembro de 2012, em novas condições, conforme nota 2.3.

A Companhia apresentou junto a Aneel, pleito referente à redução dos encargos associados ao uso do sistema de transmissão (CUST) da UTE Camaçari, para consideração de apenas uma unidade de geração na usina, bem como a revogação da concessão da usina.

Em reunião pública ordinária realizada em 03/02/2015, a diretoria da ANEEL procedeu a avaliação do pleito da Companhia, onde a solicitação foi aprovada integralmente pela Agência conforme Despacho nº 247, de 03 de Fevereiro de 2015, com as seguintes decisões tomadas:

- i) determinar o aditamento do Contrato de Uso do sistema de Transmissão – CUST nº 095/2012 para redução do Montante de Uso do Sistema de Transmissão – MUST de 346,598 MW para 70 MW a partir de 16 de dezembro de 2014, com valor a ser ressarcido à CHESF de R\$ 1.266 mil, referente ao mês de janeiro de 2015, a ser considerado como crédito na Apuração Mensal dos Serviços e Encargos - AMSE realizado pelo ONS na apuração subsequente à esta decisão;
- ii) os encargos de uso referente à unidade geradora nº 3 em operação são devidos até a data de extinção da concessão da UTE Camaçari, quando deverão ser encerrados o CUST e o CCT associado à central de geração e liquidados eventuais encargos de uso do sistema de transmissão remanescentes; e
- iii) encaminhar ao Ministério de Minas e Energia, com pronunciamento favorável, o pedido de extinção da concessão da Usina Termelétrica Camaçari, outorgada por meio da Portaria DNAEE nº 1.068, de 10 de agosto de 1977, c/c a Portaria nº 88, de 11 de março de 2010, localizada no município de Dias D'Ávila, estado da Bahia.

A administração da Companhia tem expectativa positiva quanto a análise do Ministério de Minas e Energia de forma concluir pelo término da concessão da usina. Uma decisão favorável possibilitará a Companhia reverter a provisão para contrato oneroso existente, cujo montante em 31/12/2015 era R\$ 80.441. A recuperabilidade do ativo dessa concessão, hoje totalmente provisionado, dependerá da decisão da Aneel quanto a indenização ou destinação desses ativos.

2.1.2 – Transmissão
• Linhas de transmissão

Número do Contrato	Empreendimento	Estado da Federação	Extensão (km) (*)	Data da Concessão	Data de Vencimento
Em serviço:					
061/2001	Diversos Empreendimentos	PE, CE, SE, BA, AL, PI, MA, PB, RN	18.603,6	29/06/2001	31/12/2042
007/2005	LT Milagres - Tauá - 230 kv, C1	CE	208,1	04/03/2005	03/03/2035
008/2005	LT Milagres - Coremas - 230 kv, C2	CE, PB	119,8	04/03/2005	03/03/2035
010/2007	LT Ibiçoa - Brumado - 230 kv, C1	BA	94,5	14/06/2007	14/06/2037
012/2007	LT Paraíso - Açú II - 230 kv, C2	PI, CE, RN	132,8	14/06/2007	14/06/2037
012/2007	LT Picos - Tauá II - 230 kv, C1	PI, CE	183,2	14/06/2007	14/06/2037
005/2008	LT Jardim - Penedo - 230 kv, C1	SE, AL	110,0	17/03/2008	17/03/2038
006/2009	LT Pirapama II - Suape II - 230 kv, C1, C2	PE	41,8	28/01/2009	28/01/2039
006/2009	LT Suape III - Suape II - 230 kv, C1, C2	PE	7,2	28/01/2009	28/01/2039
017/2009	LT Paulo Afonso III - Zebu II - 230 kv, C1, C2	PE, PB, AL, RN	10,8	03/08/2009	03/08/2039
019/2010	LT C. Mirim II - João Camara II - 230 kv, C1	RN	31,4	23/11/2010	23/11/2040
019/2010	LT Extremoz II - C. Mirim - 230 kv, C1	RN	74,5	23/11/2010	23/11/2040
020/2010	LT Bom Jesus da Lapa II - Igaporã II - 230 kv	BA	115,0	23/11/2010	23/11/2040
019/2012	LT Igaporã II - Igaporã III - 230 KV, C1, C2	BA	10,8	01/06/2012	01/06/2042
019/2012	LT Igaporã III - Pindaí II - 230 kv	BA	49,5	01/06/2012	01/06/2042
021/2010	LT Sobral III - Acaraú II, - 230 kv	CE	91,3	23/11/2010	23/11/2040
			19.884,3		
Em construção:					
005/2007	LT Funil - Itapebi, C3	BA	223,0	20/04/2007	20/04/2037
014/2008	LT 230 kv Eunápolis - Teixeira de Freitas II, C1	BA	145,0	16/10/2008	16/10/2038
017/2009	LT Pau Ferro - Santa Rita II - 230kv	PE, PB, AL, RN	85,0	03/08/2009	03/08/2009
018/2009	LT Eunápolis - Teixeira de Freitas II - 230 kv, C2	BA	152,0	03/08/2009	03/08/2039
019/2010	LT Paraíso - Açú II - 230 kv, C3	RN	123,0	23/11/2010	23/11/2040
019/2010	LT Açú II - Mossoró II - 230 kv, C2	RN	69,0	23/11/2010	23/11/2040
009/2011	LT Morro do Chapéu II - Irecê - 230 kv	BA	65,0	13/10/2011	13/10/2041
010/2011	LT Paraíso - Lagoa Nova II - 230 kv;	RN/CE	65,0	13/10/2011	13/10/2041
017/2011	LT Teresina II - Teresina III - 230 kv	PI	26,0	09/12/2011	09/12/2041
018/2011	LT Recife II - Suape II - 500 kv - C2	PE	44,0	09/12/2011	09/12/2041
019/2011	LT Camaçari IV - Sapeaçu - 500 kv	BA	105,0	09/12/2011	09/12/2041
019/2011	LT Sapeaçu - Sto. Antonio de Jesus - 230 kv	BA	31,0	09/12/2011	09/12/2041
005/2012	LT Jardim - Nossa Senhora do Socorro - 230 kv	SE/AL/BA	1,3	10/05/2012	10/05/2042
005/2012	LT Messias - Maceió II - 230 kv	SE/AL/BA	20,0	10/05/2012	10/05/2042
015/2012	LT Camaçari IV - Pirajá - 230 kv	BA	45,0	10/05/2012	10/05/2042
015/2012	LT Pituvaçu - Pirajá - 230 kv	BA	5,0	10/05/2012	10/05/2042
018/2012	LT Mossoró II - Mossoró IV - 230 kv	RN	40,0	01/06/2012	01/06/2042
018/2012	LT Ceará-Mirim II - Touros II - 230 kv	RN	56,2	01/06/2012	01/06/2042
018/2012	LT Russas II - Banabuiu C2- 230 kv	RN	110,0	01/06/2012	01/06/2042
			1.410,5		

(*) Informações não auditadas.

• **Subestações**

Número do Contrato	Empreendimento	Estado da Federação	Quantidade (*)	Data da Concessão	Data de Vencimento
Em serviço:					
061/2001	Diversos Empreendimentos	PE, CE, SE, BA, AL, PI, MA, PB, RN	100,0	29/06/2001	31/12/2042
006/2004	SE Elev. Usina de Curemas	PB	1,0	12/11/2004	25/11/2024
006/2004	SE Elev. Usina Term. Camaçari	BA	1,0	12/11/2004	12/08/2027
006/2004	SE Elev. Usina de Sobradinho	BA	1,0	12/11/2004	09/02/2022
007/2005	SE Tauá II - 230 kV	CE	1,0	04/03/2005	03/03/2035
010/2007	SE Ibicoara - 500/230 kV	BA	1,0	14/06/2007	14/06/2037
006/2009	SE Suape II - 500/230 kV (600 MVA); SE Suape III - 230/69 kV (200 MVA)	PE	2,0	28/01/2009	28/01/2039
017/2009	SE Santa Rita II - 230/69kV; SE Zebu - 230/69kV; SE Natal III - 230/69kV	PE, PB, AL, RN	3,0	03/08/2009	03/08/2039
007/2010	SE Camaçari IV - 500/230 kV	BA	1,0	12/07/2010	12/07/2040
013/2010	SE Arapiraca III - 230/69 kv	AL	1,0	06/10/2010	06/10/2040
019/2010	SE Extremoz II - 230 kv	RN	1,0	23/11/2010	23/11/2040
019/2010	SE João Câmara - 230 kv	RN	1,0	23/11/2010	23/11/2040
020/2010	SE Igaporã - 230 kv	BA	1,0	23/11/2010	23/11/2040
021/2010	SE Acaraú II - 230 kv	CE	1,0	23/11/2010	23/11/2040
010/2011	SE Lagoa Nova 230 kV	RN/CE	1,0	13/10/2011	13/10/2041
019/2012	SE Igaporã III 500/230 KV; SE Pindaí II 230 KV	BA	2,0	01/06/2012	01/06/2042
010/2007	SE Brumado	BA	1,0	14/06/2007	14/06/2037
020/2010	SE Bom Jesus da Lapa II	BA	1,0	23/11/2010	23/11/2040
			121,0		
Em construção:					
014/2008	SE Teixeira de Freitas II - 230/138 kv	BA	1,0	16/10/2008	16/10/2038
014/2010	SE Pólo 230/69 kv	BA	1,0	06/10/2010	06/10/2040
009/2011	SE Morro do Chapéu II 230 kv	BA	1,0	13/10/2011	13/10/2041
010/2011	SE Ibiapina 230 kv	RN/CE	1,0	13/10/2011	13/10/2041
017/2011	SE Teresina III em 230/69 kv	PI	1,0	09/12/2011	09/12/2041
005/2012	SE Nossa Senhora do Socorro 230/69 kv; SE Maceió II, 230/69 kv; SE Poções II 230/138kv	SE/AL/BA	3,0	10/05/2012	10/05/2042
015/2012	SE Pirajá 230/69 KV	BA	1,0	10/05/2012	10/05/2042
017/2012	SE Mirueira II 230/69 kv; SE Jaboatão II 230/69 kv	PE	2,0	01/06/2012	01/06/2042
018/2012	SE Touros, 230 kv; SE Mossoró IV, 230 kv.	RN	2,0	01/06/2012	01/06/2042
			13,0		

(*) Informações não auditadas.

2.2 – Controladas, controladas em conjunto e Coligada

A Companhia detém ainda, por intermédio de suas controladas, controladas em conjunto e coligada, as seguintes concessões:

2.2.1 - Geração

- **Geração Hidráulica**

Número do Contrato	Usinas	Empresa	Participação da Companhia	Rio	Capacidade em MW (**)	Ano da Concessão	Ano de Vencimento
Em serviço:							
002/2007	UHE Dardanelos	Energética Águas da Pedra S.A.	24,50%	Aripuanã	261,000	2007	2042
002/2008	UHE Jirau (*)	ESBR Participações S.A.	20,00%	Madeira	3.750,000	2008	2043
Em construção:							
001/2010	UHE Belo Monte	Norte Energia S.A.	15,00%	Xingu	11.233,100	2010	2045
001/2014	UHE Sinop	Companhia Energética SINOP S.A.	24,50%	Teles Pires	400,000	2014	2049

(*) Em setembro/2013, a Companhia deu início à sua operação, estando na data de 31/12/2015 com 37 Unidades Geradoras em operação comercial, com 75 MW cada, de um total de 50 Unidades Geradoras.

(**) Informações não auditadas.

• **Geração Eólica**

Número da Portaria	Usinas	Empresa	Participação da Companhia	Localidade	Capacidade em MW (*)	Ano da Autorização	Ano de Vencimento
Em serviço:							
123/2011	UEE Pedra Branca	Pedra Branca S.A.	49,00%	Pedra Branca(BA)	30,00	2011	2046
131/2011	UEE Sete Gameleiras	Sete Gameleiras S.A.	49,00%	Sete Gameleiras (BA)	30,00	2011	2046
132/2011	UEE São Pedro do Lago	São Pedro do Lago S.A.	49,00%	São Pedro do Lago (BA)	30,00	2011	2046
052/2014	UEE Baraúnas I	Baraúnas I	49,00%	Sento Sé (BA)	32,90	2014	2049
053/2014	UEE Morro Branco I	Morro Branco I	49,00%	Sento Sé (BA)	32,90	2014	2049
067/2014	UEE Mussambê	Mussambê	49,00%	Sento Sé (BA)	32,90	2014	2049
102/2014	UEE Santa Joana XI	Chapada do Piauí I Holding S.A.	49,00%	Marcolândia, Caldeirão Grande e Simões (PI)	29,60	2014	2049
105/2014	UEE Santa Joana XVI	Chapada do Piauí I Holding S.A.	49,00%	Marcolândia, Caldeirão Grande e Simões (PI)	28,90	2014	2049
106/2014	UEE Santa Joana X	Chapada do Piauí I Holding S.A.	49,00%	Marcolândia, Caldeirão Grande e Simões (PI)	29,60	2014	2049
107/2014	UEE Santa Joana XIII	Chapada do Piauí I Holding S.A.	49,00%	Marcolândia, Caldeirão Grande e Simões (PI)	29,60	2014	2049
119/2014	UEE Santa Joana XII	Chapada do Piauí I Holding S.A.	49,00%	Marcolândia, Caldeirão Grande e Simões (PI)	28,90	2014	2049
121/2014	UEE Santa Joana XV	Chapada do Piauí I Holding S.A.	49,00%	Marcolândia, Caldeirão Grande e Simões (PI)	28,90	2014	2049
122/2014	UEE Santa Joana IX	Chapada do Piauí I Holding S.A.	49,00%	Marcolândia, Caldeirão Grande e Simões (PI)	29,60	2014	2049
234/2014	UEE Serra das Vacas I	Serra das Vacas Holding S.A.	49,00%	Salóá (PE)	23,92	2014	2049
240/2014	UEE Serra das Vacas II	Serra das Vacas Holding S.A.	49,00%	Salóá (PE)	22,30	2014	2049
251/2014	UEE Serra das Vacas III	Serra das Vacas Holding S.A.	49,00%	Salóá (PE)	22,24	2014	2049
263/2014	UEE Serra das Vacas IV	Serra das Vacas Holding S.A.	49,00%	Salóá (PE)	22,30	2014	2049
388/2012	UEE Caiçara I	Vamcruz I Participações S.A.	49,00%	Serra do Mel (RN)	27,00	2012	2047
399/2012	UEE Junco I	Vamcruz I Participações S.A.	49,00%	Serra do Mel (RN)	24,00	2012	2047
417/2012	UEE Junco II	Vamcruz I Participações S.A.	49,00%	Serra do Mel (RN)	24,00	2012	2047
418/2012	UEE Caiçara II	Vamcruz I Participações S.A.	49,00%	Serra do Mel (RN)	18,00	2012	2047
Em construção:							
150/2014	UEE Acauã	Acauã Energia S.A.	99,93%	Pindai (BA)	12,00	2014	2049
151/2014	UEE Arapapá	Arapapá Energia S.A.	99,90%	Pindai (BA)	10,00	2014	2049
152/2014	UEE Angical 2	Angical 2 Energia S.A.	99,96%	Pindai (BA)	14,00	2014	2049
153/2014	UEE Teiú 2	Teiú 2 Energia S.A.	99,95%	Pindai (BA)	14,00	2014	2049
154/2014	UEE Caititú 2	Caititú 2 Energia S.A.	99,96%	Pindai (BA)	14,00	2014	2049
174/2014	UEE Carcará	Carcará Energia S.A.	99,96%	Pindai (BA)	10,00	2014	2049
176/2014	UEE Corrupião 3	Corrupião 3 Energia S.A.	99,96%	Pindai (BA)	14,00	2014	2049
177/2014	UEE Caititú 3	Caititú 3 Energia S.A.	99,96%	Pindai (BA)	14,00	2014	2049
213/2014	UEE Papagaio	Papagaio Energia S.A.	99,96%	Pindai (BA)	18,00	2014	2049
219/2014	UEE Coqueirinho 2	Coqueirinho 2 Energia S.A.	99,98%	Pindai (BA)	20,00	2014	2049
221/2014	UEE Santa Joana IV	Chapada do Piauí II Holding S.A.	49,00%	Marcolândia, Caldeirão Grande e Simões (PI)	30,00	2014	2049
238/2014	UEE Santa Joana V	Chapada do Piauí II Holding S.A.	49,00%	Marcolândia, Caldeirão Grande e Simões (PI)	30,00	2014	2049
271/2014	UEE Santa Joana III	Chapada do Piauí II Holding S.A.	49,00%	Marcolândia, Caldeirão Grande e Simões (PI)	30,00	2014	2049
272/2014	UEE Santa Joana I	Chapada do Piauí II Holding S.A.	49,00%	Marcolândia, Caldeirão Grande e Simões (PI)	30,00	2014	2049
274/2014	UEE Santo Augusto IV	Chapada do Piauí II Holding S.A.	49,00%	Marcolândia, Caldeirão Grande e Simões (PI)	30,00	2014	2049
275/2014	UEE Santa Joana VII	Chapada do Piauí II Holding S.A.	49,00%	Marcolândia, Caldeirão Grande e Simões (PI)	30,00	2014	2049
286/2014	UEE Tamanduá Mirim 2	Tamanduá Mirim 2 Energia S.A.	83,01%	Pindai (BA)	24,00	2014	2049
287/2014	UEE Banda de Couro	Banda de Couro S.A.	49,00%	Sento Sé (BA)	29,70	2014	2049
354/2014	UEE Baraúnas II	Baraúnas II S.A.	49,00%	Sento Sé (BA)	21,60	2014	2049

(*) Informações não auditadas.

Ver nota explicativa 19.4 para informações sobre combinação de negócios ocorrida no exercício de 2015, referente aquisição de controle da empresa Tamanduá Mirim 2 S.A. (Complexo Eólico Pindaí III).

2.2.2 – Transmissão

• Linhas de transmissão

Número do Contrato	Empreendimento	Empresa	Participação da Companhia	Estado da Federação	Extensão (km) (*)	Ano da Concessão	Ano de Vencimento
Em serviço:							
005/2004	LT Teresina II - Sobral - Fortaleza, em 500 KV	STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	49,00%	PI, CE	546,0	2004	2034
002/2006	LT Colinas - Miracema - Gurupi - Peixe Nova - Serra da Mesa II, em 500 kV	INTESA - Integração Transmissora de Energia S.A.	12,00%	TO, GO	695,0	2006	2036
010/2008	LT Oriximiná - Silves - Lechunga (AM), em 500 kV	Manaus Transmissora de Energia S.A.	19,50%	PA, AM	559,0	2008	2038
015/2009	LT Coletora Porto Velho / Araraquara II, em 600 KV	Interligação Elétrica do Madeira S.A.	24,50%	RO, SP	2.375,0	2009	2039
022/2011	LT Luis Gonzaga - Garanhuns, em 500 kV	Interligação Elétrica Garanhuns S.A	49,00%	AL/PE/PB	224,0	2011	2041
022/2011	LT Garanhuns - Campina Grande III, em 500 KV	Interligação Elétrica Garanhuns S.A	49,00%	AL/PE/PB	190,0	2011	2041
022/2011	LT Garanhuns - Pau Ferro, em 500 kV	Interligação Elétrica Garanhuns S.A	49,00%	AL/PE/PB	239,0	2011	2041
008/2011	LT Ceará-Mirim - João Câmara II, em 500 kV	Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.	100,00%	RN/PB	64,0	2011	2041
008/2011	LT Ceará-Mirim - Extremoz II, em 230 kV	Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.	100,00%	RN/PB	26,0	2011	2041
008/2011	LT Ceará-Mirim - Campina Grande III, em 500 kV	Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.	100,00%	RN/PB	201,0	2011	2041
008/2011	LT Campina Grande III - Campina Grande II, em 230 kV	Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.	100,00%	RN/PB	8,5	2011	2041
					5.127,5		
Em construção:							
004/2010	LT São Luiz II - São Luiz III, em 230 kV	TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	49,00%	MA/CE	156,0	2010	2040
022/2011	LT Garanhuns - Angelim I, em 230 kV	Interligação Elétrica Garanhuns S.A	49,00%	AL/PE/PB	13,0	2011	2041
					169,0		

(*) Informações não auditadas.

• **Subestações**

Número do Contrato	Empreendimento	Empresa	Participação da Companhia	Estado da Federação	Quantidade (*)	Ano da Concessão	Ano de Vencimento
Em serviço:							
015/2009	Estação Retificadora nº 02 CA/CC em 500/600 kV; Estação Inversora nº 02 CC/CA em 600/500 kV	Interligação Elétrica do Madeira S.A.	24,50%	RO/SP	2,0	2009	2039
004/2010	SE Pecém II, em 500/230 kV; SE Aquiraz II, em 230/69 kV	TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	49,00%	MA/CE	2,0	2010	2040
008/2011	SE João Câmara II, em 500/138 kV; SE Ceará-Mirim II, em 500/230 kV.	Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.	100,00%	RN/PB	2,0	2011	2041
008/2011	SE Campina Grande III, em 500/230 kV	Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.	100,00%	RN/PB	1,0	2011	2041
002/2006	SE Peixe 2 500 kV; SE Serra da Mesa 2	INTESA - Integração Transmissora de Energia S.A.	12,00%	TO/GO	2,0	2006	2036
010/2008	SE Silves (ex-Itacoatiara) 500/138 kV; SE Lechuga (ex-Cariri) 500/230 kV	Manaus Transmissora de Energia S.A.	19,50%	AM	2,0	2008	2038
022/2011	SE Garanhuns, em 500/230 kV; SE Pau Ferro, em 500/230 kV	Interligação Elétrica Garanhuns S.A	49,00%	AL/PE/PB	2,0	2011	2041
					13,0		

(*) Informações não auditadas.

2.3 - Prorrogação das concessões de serviço público de energia elétrica – Indenização Complementar

Em 11 de janeiro de 2013, o Governo Federal emitiu a Lei nº 12.783/2013, regulamentada pelo Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências.

Por meio da aludida Lei, as concessões de energia elétrica, tratadas nos artigos 17, §5º, 19 e 22 da Lei nº 9.074, de 07 de julho de 1995, cujos prazos de vencimento ocorreriam a partir de 2015, foram prorrogadas por mais 30 anos, conforme condições estabelecidas na referida Lei e nos respectivos aditivos aos Contratos de Concessão.

Destaca-se entre as mudanças no modelo de negócios a alteração do regime de preço para tarifa calculada com base nos custos de operação e manutenção, acrescidos de remuneração, com revisões periódicas e alocação das cotas de garantia físicas de energia e de potência das usinas hidrelétricas às concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional – SIN. E para a transmissão a tarifa (nova Receita Anual Permitida – RAP) foi definida para cobrir os custos de operação e manutenção, acrescida de remuneração.

A Resolução Normativa Aneel nº 596, de 19 de dezembro de 2013, em complemento ao art. 2º do Decreto nº 7.850, de 30 de novembro de 2012, estabelece critérios e procedimentos para cálculo da parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis de aproveitamentos hidrelétricos, realizados até 31/12/2012 e ainda não amortizados ou depreciados. A concessionária manifestou interesse, em 27/12/2013 no recebimento da indenização complementar referente aos investimentos posteriores ao Projeto Básico e em 11/12/2014, a Chesf apresentou à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, documentação comprobatória para requerimento de indenização complementar dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, dos ativos de geração de energia elétrica, para fins do processo de indenização dos Aproveitamentos Hidrelétricos, previsto nos termos da Lei nº 12.783, de 11/01/2013. O valor da indenização complementar requerida à ANEEL é de R\$ 4.802,3 milhões, em valores de dezembro de 2012, correspondente aos seguintes Aproveitamentos Hidrelétricos: Xingó, Paulo Afonso I, II, III e IV, Apolônio Sales (Moxotó), Luiz Gonzaga (Itaparica), Boa Esperança, Pedra e Funil, com potência total instalada de 9.208,5 MW. O recebimento, se aprovado, se dará por indenização em espécie ou por reconhecimento na base tarifária.

Em 10/12/2013, a Aneel publicou a Resolução Normativa nº 589, que define os critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição - VNR, para fins de indenização das instalações de transmissão das concessionárias que optaram pela prorrogação prevista na Lei nº 12.783/2013. Essa resolução estabelece que a concessionária deverá contratar uma empresa credenciada junto à Aneel para elaborar um laudo de avaliação, que deverá contemplar o Valor Novo de Reposição-VNR dos ativos que compõem as instalações existentes em 31 de maio de 2000 e ainda não depreciados até 31/12/2012. Em 06/03/2015, a Chesf apresentou à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, documentação comprobatória para requerimento de indenização complementar, elaborada por empresa credenciada junto à Aneel, para fins do processo de indenização das instalações da denominada Rede Básica do Sistema Existente – RBSE e Demais Instalações de Transmissão – RPC, conforme a Lei nº 12.783/2013. O valor da indenização complementar requerida à Aneel é de R\$ 5.627,2 milhões, em valores de dezembro de 2012.

A Companhia esclarece que os valores requeridos das indenizações complementares dos ativos de geração de energia elétrica e das instalações de transmissão estão sujeitos à aprovação pela Aneel, conforme previsto nas Resoluções ANEEL nº 596, de 19/12/2013 e nº 589, de 10/12/2013, desta forma, os efeitos econômico-financeiros para a Companhia, assim como seus efeitos nas Demonstrações Financeiras, estão condicionados à referida homologação.

O fornecimento de energia pela Chesf para consumidores industriais no Nordeste teve início no ano de 1970. Em 2004, com a publicação da Lei 10.848, de 15/03/2004, e do Decreto 5.163, de 30/07/2004, os contratos foram adequados ao novo modelo setorial e desdobrados em três instrumentos: conexão ao sistema de transmissão, uso do sistema de transmissão e compra e venda de energia de elétrica. Esses instrumentos foram firmados com as seguintes empresas, listadas por estado: Bahia (Braskem UNIB, Braskem UCS/MVC/PVC, Brasil Kirin, Dow Brasil, Ferbasa, Gerdau BA, Mineração Caraíba, Novelis, Paranapanema, Vale Manganês), Pernambuco (Gerdau PE), Alagoas (Braskem UCS) e Ceará (Libra), com vigência até 31/12/2010, conforme o Art. 25 da Lei 10.848 e o Art. 54 do Decreto 5.163. Em novembro de 2010, a Chesf aditou, com exceção da Novelis que fechou sua planta, os Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica – CCVE com vigência até 30/06/2015, com base no Artigo 22 da Lei nº 11.943, de 28/05/2009, regulamentada pelo do Decreto nº 7.129/2010.

Em 22 de junho de 2015 foi publicada a Medida Provisória MP nº 677, com a seguinte concepção: **a)** prorrogação da concessão da UHE Sobradinho até fevereiro de 2052; **b)** prorrogação dos contratos com os Consumidores Industriais até fevereiro de 2037, com redução gradual dos montantes de energia nos últimos 6 anos; e **c)** criação do Fundo de Energia do Nordeste – FEN a partir de recursos da diferença entre o preço de contrato dos Consumidores Industriais e a Receita Anual de Geração - RAG.

Com a publicação da MP nº 677/2015, a Chesf analisou as condições estabelecidas na referida MP, sob as óticas técnica, comercial, econômico-financeira e jurídica, sendo essa análise objeto da Nota Técnica “Avaliação da Prorrogação dos Contratos dos Consumidores Industriais com base na MP nº 677/2015”, de julho/2015, e do Parecer Jurídico “Regime Jurídico e Riscos Envolvidos na Prorrogação de Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica sob a Égide da MP nº 677/15”, emitido pelo Professor Dr. Alexandre Santos de Aragão, de 28/07/2015, ratificado pelo Despacho Chesf n.º DJU- 3.2015.001, de 28/07/2015. A referida Nota Técnica concluiu pela vantajosidade da formalização da prorrogação através de Aditivos aos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica com os Consumidores Industriais.

O Conselho de Administração ao tomar conhecimento da matéria, pela relevância, decidiu encaminhar o assunto à Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, realizada em 21/08/2015, que: i) referendou o requerimento feito à Aneel pela Chesf, por meio da CE-PR-168/2015, de 10 de julho de 2015, para prorrogação do prazo da concessão da Usina Hidrelétrica de Sobradinho, por mais 30 (trinta) anos, contados a partir de fevereiro de 2022, nas condições estabelecidas na Medida Provisória nº 677, de 22 de junho de 2015; e ii) autorizou a celebração dos Aditivos aos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica, nos termos da Medida Provisória nº 677, de 22 de junho 2015.

3 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3.1. Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e legislação específica da Aneel, quando esta não estiver conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes em 31/12/2015, bem como com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

As práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem das Normas Internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, uma vez que estas normas passaram a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações individuais. Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 28 de março de 2016, autorizou a divulgação destas demonstrações financeiras.

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2015.

A administração da Companhia declara que todas as informações relevantes das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

3.2. Base de elaboração e mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Em decorrência da implementação do Novo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, em vigor a partir de 01 de janeiro de 2015, alguns saldos contábeis referentes às Demonstrações Financeiras de 2014, originalmente emitidas em 26 de março de 2015, estão sendo reclassificados para permitir melhor comparabilidade entre os períodos analisados.

31/12/2014	Nota	Publicado	Reclassificações	Reclassificado
Ativo				
Não Circulante		10.995.436	86.588	11.082.024
Imobilizado	17	1.249.242	86.588	1.335.830
Passivo				
Não Circulante		3.964.976	86.588	4.051.564
Obrigações não vinculadas à Concessão	29	-	86.588	86.588

3.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas na moeda corrente e legal do País, o Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A Companhia, suas controladas, controladas em conjunto e coligada aplicaram as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

4.1. Investimentos em controladas em conjunto

Nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia as informações financeiras referentes às empresas controladas em conjunto são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

A Companhia, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 18(R2) (IAS 28), em seus itens 24 e 25, utiliza para a determinação do valor da equivalência patrimonial de seus investimentos em controladas em conjunto, o valor do patrimônio líquido das investidas com base nas demonstrações financeiras levantadas na mesma data das demonstrações financeiras da investidora. Ocorrendo a indisponibilidade de demonstrações financeiras por parte da investida em data coincidente à da Investidora há a utilização de demonstrações com defasagem de 30 dias, acompanhadas de ajustes pertinentes quando da ocorrência de efeitos de eventos e transações relevantes entre as datas das demonstrações não coincidentes.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas em conjunto são ajustadas para adequar suas políticas contábeis às estabelecidas pela Companhia.

4.2. Investimentos em coligadas

Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa, mas que não se configura como uma controlada nem como uma participação em um empreendimento sob controle comum (*joint venture*). Influência significativa é o poder de participar das decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas.

Os resultados ativos e passivos das coligadas são incorporados às demonstrações financeiras com base no método de equivalência patrimonial, pelo qual os investimentos são inicialmente registrados pelo valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da coligada.

4.3. Investimentos em controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as participações em entidades controladas são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

4.4. Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber decorrente do curso normal das atividades da Companhia, excluídos descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) o seu valor pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos fluirão para a Companhia; e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma de suas atividades.

Compreendem ainda as seguintes:

Receita financeira decorrente da remuneração do ativo financeiro até o final do período da concessão auferida de modo *pro rata* e que leva em consideração a taxa de retorno do projeto.

Receita para cobertura dos gastos de operação e manutenção dos ativos da transmissão com base no custo incorrido.

Receita de construção para as expansões, reforços e melhorias da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica não apurando margem na construção.

4.5. Subvenções governamentais

As subvenções governamentais decorrentes de incentivos fiscais são registradas no resultado do período, como redução do imposto apurado, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 07(R1) (IAS 20). A parcela do lucro decorrente desses incentivos fiscais é objeto de destinação à Reserva de Lucro denominada Reserva de Incentivos Fiscais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei nº 6.404/1976, a qual somente é utilizada para aumento do capital social ou eventual absorção de prejuízos.

4.6. Tributação

O imposto de renda e contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. Para os contratos com incentivo fiscal a alíquota do imposto de renda de 25%, sofre redução de 75%, calculado sobre o lucro da exploração dos empreendimentos incentivados.

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são reconhecidos no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em *outros resultados abrangentes* ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em *outros resultados abrangentes* ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

4.6.1. Tributos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada investida com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

4.6.2. Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (tributos diferidos) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido aprovada. A mensuração dos tributos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos no final de cada exercício.

4.7. Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). Inclui principalmente os ativos de geração, que não foram objetos de renovação das concessões dispostos na Medida Provisória nº 579/2012, e ativos administrativos.

Os gastos de natureza ambiental com ações e programas realizados até a liberação da primeira licença de operação são registrados no Imobilizado, e os gastos realizados a partir de então passam

a ser registrados no resultado do exercício.

Os custos de financiamentos e empréstimos também são acrescentados ao custo total dos ativos adquiridos ou construídos, até a data em que tais ativos estiverem prontos para o uso.

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel as quais são revisadas periodicamente e aceitas pelo mercado como uma estimativa adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado.

4.8. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vidas úteis definidas, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos.

Os *softwares* corporativos são capitalizados com base nos custos incorridos para aquisição e para fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados, amortizados durante sua vida útil estimável.

Os gastos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e são identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o projeto para que ele esteja disponível para uso;
- A administração pretende concluir o projeto e usá-lo ou vendê-lo;
- O projeto pode ser vendido ou usado;
- Pode-se demonstrar que é provável que o projeto gerará benefícios econômicos;
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o projeto;
- O gasto atribuível ao projeto durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, a medida em que forem incorridos.

4.9. Redução ao valor recuperável de ativos

4.9.1 Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições não consideradas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Para investimentos em títulos patrimoniais, evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável inclui um declínio significativo ou prolongado no seu valor justo abaixo do custo. A Companhia considera um declínio de 20% como significativo e o período de 9 meses como prolongado.

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado

tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando o Grupo considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houver uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

4.9.2 Ativos não financeiros

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos para determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Caso haja tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante de perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo, ou unidade geradora de caixa, calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo, ou unidade geradora de caixa, é reduzido ao seu valor recuperável, com a perda por redução ao valor recuperável reconhecida no resultado.

4.10. Almoxarifado

Os materiais em almoxarifado, classificados no Ativo Circulante, bem como aqueles destinados a investimentos, classificados no Ativo Não Circulante/Imobilizado, estão registrados ao custo médio de aquisição, deduzidos de provisão para perda, quando aplicável, e não excedem a seus custos de reposição ou valores de realização.

4.11. Instrumentos financeiros

4.11.1. Ativos Financeiros

Os ativos financeiros da Companhia estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento.

Ativos financeiros são reconhecidos a valor justo acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição desse ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, indenizações a receber do poder concedente, títulos e valores mobiliários, aplicações

financeiras, concessão de serviço público e outros créditos.

4.11.1.1. Mensuração subsequente dos ativos financeiros

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- **Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado**

Os ativos financeiros são classificados *a valor justo por meio do resultado*, quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros *a valor justo por meio do resultado* são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

- **Recebíveis**

Recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração desconto na aquisição e taxas ou custos incorridos.

- **Investimentos mantidos até o vencimento**

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como *mantidos até o vencimento* quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

4.11.1.2. Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram;
- A Companhia transfere os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos a um terceiro, por força de um acordo de "repasse"; e (a) A Companhia transfere todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) A Companhia não transfere nem retém todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre o ativo.

4.11.2. Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são classificados como financiamentos e empréstimos, passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, e mantidos para negociação. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de financiamentos e empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e financiamentos e empréstimos.

4.11.2.1. Mensuração subsequente dos passivos financeiros

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- **Financiamentos e empréstimos**

Após o reconhecimento inicial, financiamentos e empréstimos são mensurados pelo custo amortizado, sendo acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e/ou cambiais nos termos contratuais, incorridos até a data do balanço.

4.11.2.2. Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação estiver revogada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

4.11.3. Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado, no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando-se técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado, com isenção de interesses; referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

4.12. Demonstração do Valor Adicionado - DVA

Essa demonstração foi preparada seguindo as disposições do CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado e tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante o exercício, e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, enquanto que para as *IFRS* representa informação financeira adicional.

4.13. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

Destacam-se a seguir as normas, emendas a normas e interpretações *IFRS*, emitidas pelo *IASB*, que ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31/12/2015. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar essas normas de forma antecipada.

Norma	Data de Entrada em Vigor	Comentários
IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes	A partir de 01/01/2018	Reconhecimento pela entidade do montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens e serviços.
IFRS 9 - Instrumentos financeiros - Classificação e mensuração	A partir de 01/01/2018	Substitui as orientações existentes na IAS 39, incluindo orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

- *IFRS 14 – Regulatory Deferral Accounts* (Contas Regulatórias de Diferimento);
- *Accounting for Acquisitions of Interests in Joint Operations* (Contabilização de Aquisições de Participações em Operações em Conjunto) (Alterações do CPC 19 / IFRS 11);
- *Acceptable Methods of Depreciation and Amortisation* (Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização) (Alterações do CPC 27 / IAS 16 e CPC 04 / IAS 38);
- *Sale of Contribution of Assets Between an Investor and its Associate or Joint Venture* (Transferência ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Empreendimento controlado em conjunto) (Alterações do CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28);

- Melhorias anuais das IFRs de 2012-2014 – várias normas;
- *Investment Entities: Consolidation Exception* (Entidades de Investimento: Exceção de Consolidação (Alterações do CPC 36 / IFRS 10, CPC 45 / IFRS 12 e CPC 18 / IAS 28));
- *Disclosure Initiative* (Iniciativa de Divulgação) (Alteração do CPC 26 / IAS 1).

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes à algumas *IFRS* acima citadas, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada dos pronunciamentos *IFRS* está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários.

4.14. Benefícios a empregados

4.14.1. Benefícios de curto prazo

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

4.14.2. Benefícios pós-emprego

a) Obrigações de aposentadoria

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um ressarcimento de caixa ou uma redução em futuros pagamentos esteja disponível.

A obrigação líquida quanto aos planos de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos.

O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências de custeio mínimas aplicáveis.

b) Outras obrigações pós-emprego

A Companhia subsidia parte dos prêmios decorrentes de uma apólice de seguro de vida para os empregados ativos. Os ex-empregados aposentados, que optaram por permanecer vinculados a essa apólice, pagam integralmente o prêmio que é estabelecido de forma coletiva para toda a massa de ativos e inativos. Todavia, dadas as características etárias das massas populacionais de ativos e inativos, o cálculo atuarial do prêmio segregado atribuível à massa inativa identifica a existência de um subsídio pós-emprego indireto pago pela Companhia. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes e os ganhos e perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e em mudanças de premissas atuariais, são debitados ou creditados diretamente no patrimônio líquido - *outros resultados abrangentes*, no período em que ocorrem.

4.15. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos detentores de ações ordinárias e preferenciais e na média ponderada de ações em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da quantidade das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e da IAS 33.

4.16. Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas nos CPC 25 (IAS 37) e ICPC 08(R1), as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual sejam distribuídos a título de dividendos.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as compensações de prejuízos acumulados e as devidas destinações legais, a Companhia registra provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, no passivo circulante, e os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como dividendo adicional proposto, no patrimônio líquido.

Os dividendos não reclamados no prazo de três anos são revertidos para a Companhia, conforme previsão legal.

4.17. Demais Práticas Contábeis

a) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Na preparação das presentes Demonstrações Financeiras a Companhia adotou estimativas e premissas baseada na experiência e em outros fatores que entende como razoáveis e relevantes para a sua adequada apresentação. Ainda que essas estimativas e premissas sejam permanentemente monitoradas e revistas pela Companhia, a materialização sobre o valor contábil de ativos e passivos e de resultado das operações são incertos, por decorrer do uso de julgamento.

No que se refere às estimativas contábeis avaliadas como sendo as mais críticas, a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, variáveis e premissas, como a seguir:

- Ativos e passivos fiscais diferidos - são calculados e reconhecidos utilizando-se as alíquotas aplicáveis às estimativas de lucro tributável para compensação nos anos em que essas diferenças temporárias e os prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social acumulados deverão ser realizados.

Os prejuízos fiscais e base negativa não prescrevem e sua compensação fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. As estimativas de lucro tributável são baseadas no plano estratégico da Companhia, revisado periodicamente. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido.

- Provisões - São reconhecidas quando um evento gera uma obrigação futura com probabilidade provável de saída de recursos e seu valor pode ser estimado com segurança. Desta forma, o valor constituído como provisão é a melhor estimativa de liquidação de uma provável obrigação na data das demonstrações financeiras, levando em consideração os riscos e incertezas relacionados.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

- Contratos onerosos - obrigações presentes resultantes de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões. Um contrato oneroso existe quando os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam que sejam recebidos ao longo do mesmo contrato. A Companhia utiliza-se de premissas relacionadas aos custos e benefícios econômicos de cada contrato para a determinação da existência ou não de um contrato oneroso.

O montante relativo ao período de longo prazo estão reconhecidos a valor presente, com base em taxa de desconto pós impostos aprovados pela administração.

A estimativa crítica na determinação do montante de provisão para a venda futura do contrato é o PLD médio histórico aprovado pelo Sistema Eletrobras como premissa para o cálculo da provisão do contrato oneroso, exclusivamente para fins contábeis.

- Valor recuperável de ativos de longa duração - A Administração da Companhia adota variáveis e premissas em teste de determinação de recuperação de ativos de longa duração para determinação do valor recuperável de ativos e reconhecimento de *impairment*, quando

necessário. Nesta prática, são aplicados julgamentos baseados na experiência na gestão do ativo, conjunto de ativos ou unidade geradora de caixa, que podem eventualmente não se verificar no futuro, inclusive quanto à vida útil econômica estimada, que representa as práticas determinadas pela Aneel aplicáveis aos ativos vinculados à concessão do serviço público de energia elétrica, que podem variar em decorrência da análise periódica do prazo de vida útil econômica de bens, em vigor. Também impactam na determinação das variáveis e premissas utilizadas na determinação dos fluxos de caixa futuro descontados, para fins de reconhecimento do valor recuperável de ativos de longa duração, diversos eventos intrinsecamente incertos. Dentre esses eventos destacam-se a manutenção dos níveis de consumo de energia elétrica, a taxa de crescimento da atividade econômica do país, a disponibilidade de recursos hídricos, além daquelas inerentes ao fim dos prazos de concessão de serviços públicos de energia elétrica detidas pela Companhia, em especial quanto ao valor de sua reversão ao final do prazo de concessão. Neste ponto, foi adotada a premissa de indenização contratualmente prevista, quando aplicável, pelo menor entre o valor contábil residual existente no final do prazo das concessões de geração e transmissão de energia elétrica e o valor novo de reposição.

- Base de determinação de indenização pelo poder concedente sobre concessões de serviço público - A Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, em 11 de janeiro de 2013, definiu o valor novo de reposição (VNR) como a base de determinação de indenização pelo poder concedente sobre concessões de serviço público. A Companhia adota a premissa de que os bens são reversíveis no final dos contratos de concessão, com direito ao recebimento de indenização do Poder Concedente sobre os investimentos ainda não amortizados, pelo menor entre o valor residual contábil e o valor novo de reposição. Seguindo essa premissa, foram mantidos valores a receber do poder concedente relacionados a Rede Básica do Sistema Existente – RBSE e a investimentos realizados após o projeto básico das usinas, os quais ainda serão objeto de homologação pela Aneel.
- Obrigações atuariais - As obrigações atuariais são determinadas por cálculos atuariais elaborados por atuários independentes e os resultados reais futuros das estimativas contábeis utilizadas nestas Demonstrações Financeiras podem ser distintos, sob variáveis, premissas e condições diferentes daquelas existentes e utilizadas na época do julgamento.
- Vida útil dos bens do imobilizado – A Companhia utiliza os critérios definidos na resolução Aneel nº 367, de 02 de junho de 2009, atualizada pela Resolução nº 474 de 07/02/2012, na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado.
- Definição de controle e controle compartilhado na determinação das controladas, controladas em conjuntos e coligadas.
- Em 2014 foi deflagrada a chamada “Operação Lava Jato”, que investiga, segundo informações públicas, a existência de um suposto esquema de corrupção envolvendo empresas brasileiras responsáveis por obras de infraestrutura no Brasil. Em razão das notícias divulgadas na imprensa envolvendo empresas que prestam serviços para 2 (duas) sociedades de propósito específico (“SPEs”) - Norte Energia S.A. (UHE Belo Monte) e Energia Sustentável do Brasil S.A. (UHE Jirau), em março de 2015 a Holding Eletrobras criou comissões de correição, a fim de examinar os processos de contratação de empreiteiras pelas referidas SPEs. As comissões não encontraram indícios de dano à Companhia considerando o escopo e as limitações da investigação. No entanto, nos seus relatórios as comissões resguardam-se da possibilidade de, com o aprofundamento das investigações e do escopo, bem como com o uso de outras ferramentas não disponíveis para as comissões internas, se identificarem futuramente eventuais pontos para considerações, importando destacar que a investigação independente contratada, adiante mencionada, aprofundará esse exame. Conforme determinado pelo seu Conselho de Administração, em 11 de junho de 2015, a Eletrobras contratou o escritório de advocacia Hogan Lovells, para: (i) avaliar os controles internos da Eletrobras e das sociedades das quais participe; (ii) assessorar a Eletrobras em relação às investigações conduzidas pelas autoridades brasileiras; bem como, (iii) intermediar e conduzir as interações com o US Department of Justice (“DOJ”) e a Securities and Exchange Commission (“SEC”). Tal investigação independente é supervisionada por uma Comissão Independente para Gestão da Investigação, cuja criação foi aprovada pelo Conselho de Administração da Eletrobras em 31 de julho de 2015, com a finalidade de garantir a independência dos trabalhos desenvolvidos pelo escritório Hogan Lovells. Esta Comissão é composta pela Dra. Ellen Gracie Northfleet, ministra aposentada do Supremo Tribunal Federal, pelo Dr. Durval José Soledade Santos, ex-diretor da Comissão de Valores Mobiliários, e pelo Dr. Manoel Jeremias Leite Caldas representante dos acionistas minoritários. Na medida em que os citados trabalhos de investigação conduzidos pelo escritório Hogan Lovells evoluírem e, caso conduzam a achados e produzam comprovadas informações e

dados suficientes para que a Companhia avalie, de acordo com a legislação do Brasil e dos Estados Unidos da América, a eventual ocorrência de desconformidade com leis e regulamentos, será dado aos mesmos o tratamento legal e regulamentar pertinente. Atualmente, como as ações relacionadas à investigação ainda estão em andamento, não foi possível identificar e refletir nestas Demonstrações Financeiras eventuais impactos, se houver e quando comprovados, relacionados a este tema.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata, ou seja, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

c) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes, são decorrentes da venda de energia, da disponibilização do sistema de transmissão, de serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, até o encerramento do exercício, contabilizados com base no regime de competência e ajustados a valor presente.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dessas contas a receber.

d) Títulos e valores mobiliários

As aplicações financeiras em Letras do Tesouro Nacional – LTN e Notas do Tesouro Nacional - NTN, séries B e F, são mantidas para negociação em fundo de investimento exclusivo, conforme regulamentação em vigor. Os demais títulos e valores mobiliários, correspondentes a menor parte, estão relacionados a Títulos da Dívida Agrária – TDA e Notas do Tesouro Nacional – NTN, série P, com vencimentos definidos, para os quais a Companhia tem a intenção de manter até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição acrescido por juros e atualização monetária, com impactos no resultado e são ajustados ao valor provável de realização, quando aplicável.

e) Cauções e depósitos vinculados

As cauções e depósitos vinculados referem-se a garantias prestadas a instituições financeiras e em leilões de energia elétrica e depósitos judiciais vinculados a processos existentes nas esferas judicial e administrativa, estão registradas ao custo, acrescidos dos respectivos rendimentos auferidos até a data do balanço.

f) Ativos indexados

Os ativos indexados estão atualizados até a data do balanço, e os demais demonstrados ao custo, deduzidos de eventuais provisões para perdas.

g) Ativo financeiro – Concessões de serviço público

Refere-se a ativo financeiro a receber no âmbito das concessões de energia elétrica pela Receita Anual Permitida ou por indenização.

O Ativo financeiro - Receita Anual Permitida é o valor estimado de recebimento durante o prazo de concessão.

O Ativo financeiro indenizável refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão, classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente, decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão (*IFRIC 12*) e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de Concessão. Esses ativos financeiros são remunerados por taxa interna de retorno calculada com base no fluxo de caixa projetado desses investimentos.

Os valores de indenização a receber do poder concedente, decorrente das instalações objeto de renovação serão recebidos reajustados pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, sendo: 50% à vista, paga 45 dias da data de assinatura do termo aditivo ao contrato de concessão e 50%

em parcelas mensais, a serem pagas até o vencimento do contrato de concessão vigente na data de publicação da Portaria nº 580/2012, ambas acrescidas da remuneração pelo Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) de 5,59% real ao ano, a contar do primeiro dia do mês de assinatura do termo aditivo ao contrato de concessão.

h) Ajuste a Valor Presente

Os ativos e passivos decorrentes de operações de longo prazo e as de curto prazo quanto o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto de mercado na data da transação.

i) Resultado

É apurado pelo regime de competência e considera a constituição e a realização dos créditos fiscais no exercício e a redução do imposto de renda com origem em incentivos fiscais Sudene, calculada com base no lucro da exploração (nota 39).

j) Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras são compostas principalmente de juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, dos valores a receber - Lei nº 12.783/2013 e financiamentos e empréstimo, e são reconhecidas pelo regime de competência.

4.18. ASPECTOS ESPECÍFICOS DO SETOR ELÉTRICO

4.18.1 - Receita Anual Permitida – RAP

A Receita Anual Permitida - RAP definida no Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica refere-se ao valor autorizado pela Aneel, mediante resolução, a ser auferido pela Companhia pela disponibilização das instalações do seu Sistema de Transmissão. É composta pela parcela referente às instalações da Rede Básica mais as parcelas referentes às demais instalações de transmissão e conexões.

De acordo com o primeiro termo aditivo ao Contrato de Concessão nº 061/2001, a RAP desse contrato será reajustada pelo IPCA, em substituição ao IGP-M, e passará por revisões tarifárias a cada 5 anos, alterando a determinação anterior, vigente até a prorrogação da sua concessão, que previa revisões tarifárias a cada 4 anos.

Nas novas concessões, obtidas em Leilões Públicos de Transmissão, a receita corresponderá ao valor indicado nos lances, sendo fixa e reajustada anualmente pelo IPCA ao longo do período de concessão e está sujeita, também, a revisões tarifárias a cada cinco anos, durante os 30 anos de duração da concessão.

4.18.2. Receita Anual de Geração - RAG

Homologada pela Aneel, corresponde à receita pela disponibilização da garantia física, em regime de cotas, de energia e de potência de suas usinas, a ser paga em parcelas duodecimais e sujeita a ajustes por indisponibilidade ou desempenho de geração, excluído o montante necessário à cobertura das despesas com as contribuições sociais ao Programa de Integração Social e ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep), e com a Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

4.18.3. Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

Representam o saldo de valores e/ou bens recebidos da União Federal e de Consumidores em geral, em parceria com a Companhia.

4.18.4. Reserva Global de Reversão - RGR

Encargo criado pelo Decreto nº 41.019, de 26/02/1957, tendo a sua vigência estendida até 2035, por intermédio da Lei nº 12.431, de 24/06/2011. Refere-se a um valor anual estabelecido pela Aneel, pago mensalmente em duodécimos pelas concessionárias, com a finalidade de prover recursos para reversão e/ou encampação do Serviço Público de Energia Elétrica, como também para financiar a expansão e a melhoria desse serviço. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos

efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de energia elétrica e limitado a 3,0% da sua receita anual. Sua gestão é exercida pela Eletrobras. As concessões de Geração e Transmissão de energia elétrica prorrogada ou licitada nos termos da lei nº 12.783/2013, ficam desobrigadas, a partir de 1ª de janeiro de 2013, do recolhimento da cota anual da RGR.

4.18.5. Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - Proinfa

Instituído pela Lei nº 10.438/2002, em seu art. 3º, alterado pelo art. 9º da Lei nº 10.762/2003, e pelo artigo 2º da Lei nº 10.889/2004, tem o objetivo de aumentar a participação de fontes alternativas renováveis na produção de energia elétrica, privilegiando empreendedores que não tenham vínculos societários com concessionárias de geração, transmissão, ou distribuição de energia elétrica, e visando, também, ao aumento da participação de agentes no Setor Elétrico.

4.18.6. Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH

Criada pela Lei nº 7.990/1989, destina-se a compensar os municípios afetados pela perda de terras produtivas, ocasionada por inundação de áreas na construção de reservatórios de usinas hidrelétricas. Do montante arrecadado mensalmente a título de compensação financeira, 45% destinam-se aos Estados, 45% aos Municípios, 3% ao Ministério do Meio Ambiente, 3% ao Ministério de Minas e Energia e 4% ao Ministério da Ciência e Tecnologia. O cálculo da CFURH baseia-se na geração efetiva das usinas hidrelétricas, de acordo com a seguinte fórmula: $CFURH = TAR \times GH \times 6,75\%$, onde TAR refere-se à Tarifa Atualizada de Referência, estabelecida anualmente pela Aneel (em R\$/MWh) e GH é o montante (em MWh) da geração mensal da usina hidrelétrica. Sua gestão está a cargo da Aneel. A partir da Lei nº 12.783/2013, a compensação financeira pela utilização de recursos hídricos relativa às usinas hidrelétricas que tiveram sua concessão prorrogada, passou a ser recolhida pela Companhia e arrecadada das distribuidoras por meio de seu faturamento.

4.18.7. Conta de Desenvolvimento Energético – CDE

Criada pela Lei nº 10.438/2002, com a finalidade de prover recursos para: i) o desenvolvimento energético dos Estados; ii) a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólica, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral, nas áreas atendidas pelos sistemas elétricos interligados; iii) promover a universalização do serviço público de energia elétrica em todo o território nacional. Os recursos são provenientes: (i) dos pagamentos anuais realizados a título de Uso de Bem Público – UBP, estabelecidos nas concessões de geração; (ii) multas aplicadas pela Aneel; e (iii) dos pagamentos de cotas anuais por parte de todos os agentes que comercializam energia elétrica com o consumidor final no Sistema Interligado Nacional - SIN, com base nos valores da CCC dos sistemas interligados referentes ao ano de 2001, atualizados anualmente pelo crescimento do mercado e pelo IPCA. Sua gestão está a cargo do Ministério de Minas e Energia e da Eletrobras, a partir do exercício de 2013, como um dos instrumentos para viabilizar a redução na conta de energia, essa contribuição foi reduzida para 25% da taxa vigente.

4.18.8. Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

Criado pela Lei nº 9.991/2000, o programa de P&D estabelece que as concessionárias e permissionárias do serviço público de geração e transmissão de energia elétrica ficam obrigadas a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 1% (um por cento) de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do Setor Elétrico. Os recursos são destinados ao Ministério da Ciência e Tecnologia, Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, ao Ministério de Minas e Energia e aos agentes, a serem aplicados em projetos aprovados pela Aneel. Estão envolvidos com a sua gestão os Ministérios da Ciência e Tecnologia e de Minas e Energia, como também a Aneel e os próprios agentes.

4.18.9. Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE

Instituída pela Lei nº 9.427/1996, equivale a 0,5% do benefício econômico anual auferido pela concessionária, permissionária ou autorizada do Serviço Público de Energia Elétrica. Seu valor anual é estabelecido pela Aneel com a finalidade de constituir sua receita para a cobertura do custeio de suas atividades. Para os segmentos de geração e de transmissão (produtores independentes, autoprodutores, concessionários, permissionários) o valor é determinado no início de cada ano civil, e para os distribuidores, o cálculo se dá a cada data de aniversário da concessão. Os valores estabelecidos em resolução são pagos mensalmente em duodécimos, e sua gestão é exercida pela Aneel.

4.18.10. Encargo de Energia de Reserva - EER

Encargo cobrado de todos os usuários do Sistema Interligado Nacional - SIN, decorrente da comercialização da Energia de Reserva existente a partir do Decreto nº 6.353, de 16 de janeiro de 2008, com objetivo de elevar a segurança no fornecimento de energia elétrica do SIN. Em janeiro de 2009, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE passou a representar os agentes de consumo dessa energia e a responder pela centralização da relação contratual entre as partes (Contratos de Energia de Reserva - CER), pelo recolhimento do encargo e gestão da Conta de Energia de Reserva - CONER. O encargo é apurado de acordo com as Regras de Comercialização de Energia Elétrica, aprovadas por meio da Resolução Normativa da ANEEL nº 385/2009.

5 - PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO

a) Combinações de negócios

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição, isto é, quando o controle é transferido para a Companhia. A contraprestação de aquisição transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente em resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relacionamentos pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. Para as demais, as alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente são registradas no resultado do exercício.

b) Participação de não controladores

A Companhia mensura a participação de não-controladores na investida pela participação proporcional nos ativos líquidos.

c) Controladas

As Demonstrações Financeiras Consolidadas foram preparadas de acordo com as normas vigentes e incluem as da Chesf, das empresas do Complexo Eólico Pindaí I, Complexo Eólico Pindaí II, desde o exercício de 2014, e das empresas do Complexo Eólico Pindaí III e Extremoz Transmissora do Nordeste – ETN – S.A., em 2015. Para fins de consolidação e de equivalência patrimonial em suas investidas, foram utilizadas as participações acionárias conforme descritas no quadro 16.1.1.

Os Balanços Patrimoniais e as Demonstrações dos Resultados das investidas, utilizadas para a determinação do valor da equivalência patrimonial e consolidação, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 18 (R2) (IAS 28), em seus itens 33 e 34, são levantadas na mesma data das demonstrações financeiras da investidora. Entretanto, ainda de acordo com os citados pronunciamentos, tornou-se necessária a utilização de demonstrações com defasagem de até 30 dias, acompanhadas de ajustes pertinentes, quando da ocorrência de efeitos de eventos e transações relevantes entre as datas das demonstrações não coincidentes. Desta forma, foram utilizadas as demonstrações financeiras das investidas para equivalência patrimonial e consolidação, quando aplicável, de 30 de novembro de 2015.

d) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Uma entidade controlada em conjunto consiste em um acordo contratual através do qual a Companhia possui controle compartilhado, onde a Companhia tem direito aos ativos líquidos do acordo contratual, e não direito aos ativos e passivos específicos resultantes do acordo.

Os investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir

e) Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados.

6 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Caixa e depósitos bancários	10.911	11.241	59.686	11.242
Aplicações financeiras	142.985	624.912	314.181	646.821
Total	153.896	636.153	373.867	658.063

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata, ou seja, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

A Companhia mantém suas aplicações financeiras de curto prazo, de liquidez imediata, em fundos exclusivos extramercado com carteira composta, em sua maioria, de títulos de emissão do Tesouro Nacional caracterizadas por operações compromissadas, que possuem garantia de recompra diária pelas instituições financeiras a uma taxa previamente estabelecida pelas partes. Adicionalmente, as aplicações financeiras de curto prazo também contemplam LTN, NTN e LFT com vencimentos em até 90 dias.

A composição das aplicações financeiras era a seguinte em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

	Remuneração anual	Controladora		Consolidado	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Aplicação financeira					
Banco do Brasil					
BB Extramercado Exclusivo 8 FI RF	12,20%	14.316	94.574	14.316	94.574
LTN		14.316	43.018	14.316	43.018
NTN-F		-	414	-	414
Operações compromissadas		-	51.142	-	51.142
BBDTVM Extramercado - FAE 2	12,67%	-	314.238	147.069	336.147
LTN		-	314.238	-	314.238
BB CP 50	-	-	-	147.069	21.909
Caixa Econômica Federal					
FI CX Extramercado III IRFM-1 RF	12,85%	73.261	140.162	73.261	140.162
LTN		73.261	86.562	73.261	86.562
Operações compromissadas		-	53.600	-	53.600
FI CX Extramercado IV IRFM RF LP	13,93%	55.408	75.938	55.408	75.938
LTN		50.973	37.983	50.973	37.983
Operações compromissadas		4.435	37.955	4.435	37.955
Giro	-	-	-	13.245	-
Poupança	-	-	-	10.686	-
CDB	-	-	-	196	-
Total		142.985	624.912	314.181	646.821

7 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os Títulos e valores mobiliários possuem a seguinte composição:

	Controladora e Consolidado			
	Vencimento	Remuneração	31/12/2015	31/12/2014
Participações minoritárias	-	JCP/Dividendos	25	20
Fundo Exclusivo - Letras Tesouro Nacional (LTN)	Após 90 dias	Pré Fixado	308.388	544.006
Fundo Exclusivo - Notas do Tesouro Nacional (NTN) - B	Após 90 dias	IPCA	170.947	118.321
Fundo Exclusivo - Notas do Tesouro Nacional (NTN) - F	Após 90 dias	Pré Fixado	3.421	16.168
Notas do Tesouro Nacional – NTN - P	28/12/2015	TR + 6% a.a.	-	372
Títulos da dívida agrária – TDA	Março/2015	TR + 3% a.a.	5.090	4.423
Total Circulante			487.871	683.310
Notas do Tesouro Nacional – NTN - P	01/01/2030	TR + 6% a.a.	163	151
Títulos da dívida agrária – TDA	Até março/2019	TR + 3% a.a.	2.782	3.332
Total Não Circulante			2.945	3.483
Total			490.816	686.793

As ações ordinárias e preferenciais representam, principalmente, participações minoritárias em empresas do Setor de Telecomunicações, estão ajustadas ao provável valor de realização e registradas no Ativo Circulante.

As Notas do Tesouro Nacional – NTN - série P são provenientes da venda de títulos de ações representativos de participações minoritárias, depositados no Fundo Nacional de Desestatização - FND, no âmbito do Decreto nº 1.068/1994 classificadas como *títulos mantidos até o vencimento*.

Durante o exercício de 2015, as Notas do Tesouro Nacional - NTN - série P tiveram taxa efetiva média no valor de 7,33% a.a.

Os Títulos da Dívida Agrária – TDA são provenientes da ação desapropriatória da União Federal, por interesse social, para fins de reforma agrária, de propriedades rurais da Companhia, nos termos do Estatuto da Terra - Lei nº 4.504, de 30/11/1964, e estão classificados como *títulos mantidos até o vencimento*. Os títulos registrados no Ativo Não Circulante/Realizável a Longo Prazo possuem vencimentos até 2019. Durante o exercício de 2015, os Títulos da Dívida Agrária - TDA tiveram taxa efetiva média no valor de 7,33% a.a.

A Companhia mantém aplicações em ativos financeiros em fundos exclusivos extramercado com carteira composta substancialmente de títulos públicos federais (LTNs e NTNs, séries B e F), emitidos pelo Tesouro Nacional, junto ao Banco do Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. – BB-DTVM e à Caixa Econômica Federal, nos termos da legislação específica para empresas estatais emanada do Decreto-Lei nº 1.290, de 03/12/1973, e da Resolução nº 4.034, de 30/11/2011, do Banco Central do Brasil, que estabeleceu os mecanismos para as aplicações das empresas públicas e das sociedades de economia mista integrantes da Administração Federal Indireta, estando classificada como mantida para negociação e mensurada a valor justo por meio do resultado.

	Indexador	Controladora e Consolidado							
		31/12/2015				31/12/2014			
		Valor de Custo	Valor de Mercado	Marcação a Mercado	% Participação	Valor de Custo	Valor de Mercado	Marcação a Mercado	% Participação
Títulos públicos									
Banco do Brasil									
BB Extramercado Exclusivo 8 FI RF		22.128	22.917	(789)	100,00%	341.217	346.987	(5.770)	100,00%
LTN	Pré-fixado	17.396	18.280	(884)		317.816	324.147	(6.331)	
NTN-B	IPCA	1.113	1.216	(103)		7.096	6.672	424	
NTN-F	Pré-fixado	3.619	3.421	198		16.305	16.168	137	
Caixa Econômica Federal									
FI CX Extramercado III IRFM-1 RF		185.803	185.753	50	100,00%	161.911	161.489	422	100,00%
LTN	Pré-fixado	185.803	185.753	50		161.911	161.489	422	
FI CX Extramercado IV IRFM RF LP		274.431	274.086	345	100,00%	172.417	170.019	2.398	100,00%
LTN	Pré-fixado	104.376	104.355	21		58.540	58.370	170	
NTN-B	IPCA	170.055	169.731	324		113.877	111.649	2.228	
Total		482.362	482.756	(394)		675.545	678.495	(2.950)	

Nos exercícios de 2015 e 2014, os fundos tiveram as seguintes valorizações:

	Remuneração do exercício	
	2015	2014
Banco do Brasil FAE2	12,67%	9,96%
Banco do Brasil Extram. Exclusivo 8	12,20%	11,57%
FI Caixa Extramercado IV	13,93%	11,54%
FI Caixa Extramercado III	12,85%	9,50%

8 - CLIENTES

Os créditos a receber de curto e longo prazos decorrentes de operações com energia elétrica e da disponibilização do sistema de transmissão apresentam o seguinte perfil:

	Controladora					
	A vencer	Vencidos			Total	Total
		Até 90 dias	Há mais de 90 dias	Total	31/12/2015	31/12/2014
<u>Circulante</u>						
Suprimento de energia	119.208	7.052	101.144	108.196	227.404	204.633
Fornecimento de energia	117.738	17.742	141.427	159.169	276.907	184.549
Disponibilização do Sistema de Transmissão	92.024	3.633	40.365	43.998	136.022	122.565
Conexão ao sistema de transmissão	9.223	504	3.757	4.261	13.484	32.145
Comercialização na CCEE	23.367	-	-	-	23.367	53.282
Parcelamento	6.049	2.479	35.958	38.437	44.486	34.469
(-) Provisão de ajuste a valor presente	(171)	-	-	-	(171)	(486)
(-)Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	(27.787)	(320.890)	(348.677)	(348.677)	(266.657)
Total Circulante	367.438	3.623	1.761	5.384	372.822	364.500
<u>Não Circulante</u>						
Parcelamento	5.592	-	-	-	5.592	10.754
(-) Provisão de ajuste a valor presente	(606)	-	-	-	(606)	(2.150)
Total Não Circulante	4.986	-	-	-	4.986	8.604
Total	372.424	3.623	1.761	5.384	377.808	373.104

	Consolidado					
	A vencer	Vencidos			Total	Total
		Até 90 dias	Há mais de 90 dias	Total	31/12/2015	31/12/2014
<u>Circulante</u>						
Suprimento de energia	119.208	7.052	101.144	108.196	227.404	204.633
Fornecimento de energia	117.738	17.742	141.427	159.169	276.907	184.549
Disponibilização do Sistema de Transmissão	93.031	3.633	40.365	43.998	137.029	122.565
Conexão ao sistema de transmissão	13.773	504	3.757	4.261	18.034	32.145
Comercialização na CCEE	23.367	-	-	-	23.367	53.282
Parcelamento	6.049	2.479	35.958	38.437	44.486	34.469
(-) Provisão de ajuste a valor presente	(171)	-	-	-	(171)	(486)
(-)Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	(27.787)	(320.890)	(348.677)	(348.677)	(266.657)
Total Circulante	372.995	3.623	1.761	5.384	378.379	364.500
<u>Não Circulante</u>						
Parcelamento	5.592	-	-	-	5.592	10.754
(-) Provisão de ajuste a valor presente	(606)	-	-	-	(606)	(2.150)
Total Não Circulante	4.986	-	-	-	4.986	8.604
Total	377.981	3.623	1.761	5.384	383.365	373.104

• **PARCELAMENTO**

Parte dos créditos a receber antes relacionados sofreu renegociação conforme a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Ligas do Brasil S.A.	35.000	27.079
Celpa S.A.	10.323	15.486
Santana Têxtil	3.437	2.659
New Energy	1.318	-
	50.078	45.224
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(38.437)	(29.738)
(-) Provisão de ajuste a valor presente	(777)	(2.636)
Total	10.864	12.850
Circulante	5.878	4.246
Não Circulante	4.986	8.604

Os parcelamentos têm as seguintes características:

- **Ligas do Brasil S.A. – Libra** – Termo de Confissão de Dívida firmado entre Chesf e a Ligas do Brasil S.A. – Libra, datado de 01/09/2004, no montante de R\$ 3.423 com pagamento em 36 parcelas mensais, vencíveis a partir de 25/09/2004, corrigidas pela Selic, mais juros de 1% a.m.. As parcelas vencidas desde novembro/2005, estavam em fase de cobrança judicial por meio do Processo nº 0126653-84.2009.8.17.0001, movido na Justiça Estadual de Pernambuco, na 24ª Vara Cível da Capital. Em razão do Acordo firmado entre a Chesf e a Libra, foi pedida a extinção do processo nº 0126653-84.2009.8.17.0001 que se operou em 05/05/2010. Contudo, tal transação referiu-se apenas às faturas de consumo de energia elétrica vincendas a partir de maio de 2010. Foi interposta, pela Chesf, nova Ação Ordinária de cobrança que tramita na 17ª vara cível da capital, tombada sob o nº 00282992-95.2010.8.17.0001, objetivando a recuperação de créditos relativos a faturas atrasadas.

A Companhia manteve no exercício o registro de provisão para créditos de liquidação duvidosa desses valores.

- **Celpa S.A.** - Plano de Recuperação Judicial, no valor de R\$ 25.810, aprovado em 01/09/2012 pela Assembleia de Credores. Esse valor deverá ser pago pela Celpa em 60 (sessenta) parcelas mensais, iguais e sucessivas, sem incidência de juros e correção monetária. A Companhia mantém provisão de ajuste a valor presente deste contas a receber no valor de R\$ 2.092.
- **Santana Têxtil** – Termos de Reconhecimento e Pagamento de Dívida nº 001/2012 no valor de R\$ 4.055, pagável em 24 (vinte e quatro) parcelas; datado de 18/06/2012, com suas respectivas parcelas corrigidas pela SELIC mais juros de 1% a.m.. Foi emitida CE-PR-400/2013 de 11/11/2013, comunicando a rescisão contratual.
- **New Energy** - Termo de Reconhecimento e Pagamento de Dívida nº 001/2015 no valor de R\$ 1.413, pagável em 14 (quartoze) parcelas; datado de 23/10/2015, com suas respectivas parcelas corrigidas pelo IGPM mais juros de 1% a.m..

A Companhia registrou no exercício provisão para créditos de liquidação duvidosa desses valores.

• **PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA**

	Controladora e Consolidado
	Saldos em 31/12/2014
Constituição	(86.681)
Reversão	1.866
Baixa	135
Transferência para outros créditos	2.660
Saldos em 31/12/2015	(348.677)

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber, cuja recuperação é considerada improvável. Considera uma análise individual das contas a receber vencidas, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas, na existência de garantias reais, entre outros. Neste exercício, as principais variações ocorridas foram decorrentes de variação monetária, juros incorporados ao contas a receber de clientes e a inadimplência do período.

9 – VALORES A RECEBER – LEI Nº 12.783/2013

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Saldo Anterior	2.093.532	2.709.735
Valores Recebidos	(1.625.575)	(1.041.875)
Atualização do exercício	519.106	425.672
Remensuração de cálculo de atualização	(499.241)	-
Total	487.822	2.093.532
Circulante	-	1.605.710
Não-Circulante	487.822	487.822

Conforme facultado pelo art. 4º da Portaria nº 580/2012, a Companhia solicitou o recebimento da indenização de acordo com a seguinte alternativa: 50% à vista, paga 45 dias após a assinatura do termo aditivo ao contrato de concessão e 50% em parcelas mensais, a serem pagas até o vencimento do contrato de concessão vigente na data de publicação da respectiva Portaria, ambas acrescidas da remuneração pelo Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) de 5,59% real ao ano, a contar do primeiro dia do mês de assinatura do termo aditivo ao contrato de concessão.

Os valores a receber decorrente dessa indenização são reajustados pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA até a data do seu efetivo pagamento.

Em decorrência de remensuração do cálculo da atualização dos valores a receber da Lei nº 12.783/2013, a Companhia procedeu, no quarto trimestre de 2015, o registro no montante de R\$ 589.702 no resultado, tendo como contrapartida R\$ 499.241 no ativo circulante, e R\$ 90.461 no passivo, mediante a constituição de valores a serem ressarcidos.

10 – TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - ATIVO

10.1 - Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
<u>Circulante</u>				
IRPJ/CSLL	164.716	59.241	168.865	59.263
IR Fonte	-	-	1.455	53
Finsocial	2.447	2.210	2.447	2.210
PIS/Pasep	1.735	2.379	1.799	2.380
Cofins	7.989	10.956	8.288	10.959
Outros	5.322	1.267	5.327	1.274
	182.209	76.053	188.180	76.139
<u>Não Circulante</u>				
Finsocial	7.523	6.796	7.523	6.796
PIS/Pasep	16.946	15.886	16.946	15.886
Cofins	151.375	141.906	151.375	141.906
	175.844	164.588	175.844	164.588
Total	358.053	240.641	364.024	240.727

PIS/Pasep e Cofins – Inconstitucionalidade do alargamento da base de cálculo

O Supremo Tribunal Federal - STF declarou a inconstitucionalidade do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/1998, que ampliou a base de cálculo do Pis/Pasep e da Cofins e deu novo conceito ao faturamento que passou a abranger todas as receitas auferidas pela pessoa jurídica independentemente do tipo de atividade exercida e a classificação contábil adotada. Tal dispositivo não possuía previsão constitucional que o amparasse, tendo sido objeto de emenda constitucional posterior.

A referida decisão somente beneficiou as empresas autoras dos recursos extraordinários julgados. Com base no Código Tributário Nacional - CTN, a Companhia ingressou, em 09 de junho de 2005, com requerimento administrativo na Secretaria da Receita Federal do Brasil com o fim de obter o reconhecimento do direito e a restituição dos valores pagos a maior em decorrência da declaração de inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo dessas contribuições, pelo STF.

Com o indeferimento do citado recurso pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, a Companhia ingressou com ações judiciais ordinárias, em julho de 2006, para a recuperação desses créditos de Pis/Pasep e da Cofins tendo obtido julgamento favorável.

No entanto, o Supremo Tribunal Federal (STF), ao analisar a constitucionalidade da aplicação da Lei Complementar nº 118/2005 (RE 566.621/RS), concluiu que o prazo prescricional de 10 (dez) anos incide apenas sobre os processos ajuizados ou requerimentos administrativos apresentados até 08 de junho de 2005. Tendo em vista esse entendimento da Suprema Corte, a União Federal (Fazenda Nacional) impugnou a liquidação da condenação (apuração dos valores) e também ajuizou ação rescisória perante o Tribunal Regional Federal da 5ª Região, visando desconstituir parcialmente a decisão favorável à Companhia, o que representaria uma redução dos valores devidos. A ação rescisória foi julgada procedente para desconstituir a sentença. Foram interpostos embargos de declaração, que não foram providos, com o que a Chesf interpôs recurso especial, uma vez que a matéria constitucional suscitada pela Chesf na rescisória não havia sido apreciada pelo TRF5. O STJ deu provimento ao recurso da Chesf, anulando o julgamento proferido nos embargos de declaração à rescisória e determinando ao TRF5 que profira outro julgamento. Desde 24-11-2015 o processo se encontra com o relator no TRF5.

Em virtude do posicionamento firmado pelo Supremo Tribunal Federal – STF é provável que os recursos pendentes de julgamento retornem aos órgãos de origem para adequação à orientação da Corte Constitucional.

Consubstanciado na opinião dos seus consultores jurídicos sobre a ação judicial referente à COFINS, com sentença já transitada em julgado, no Comunicado Técnico nº 05/2009 do Ibracon e na Deliberação CVM nº 594/2009, a Companhia mantém registrado contabilmente no grupo de impostos e contribuições a recuperar, o montante estimado de crédito ao valor provável de realização (valor original corrigido), correspondente a R\$ 151.375, os quais serão futuramente compensados com tributos federais devidos pela Companhia.

Em relação ao Pis/Pasep, a ação judicial também teve sua sentença transitada em julgado e atualmente encontra-se em fase de liquidação de valores, com crédito fiscal estimado relativo ao período de agosto de 2001 a novembro de 2002, que, atualizado até o final deste exercício, corresponde a R\$ 16.946, registrado contabilmente no grupo de impostos e contribuições a recuperar de acordo com o comunicado técnico do Ibracon e com a deliberação da CVM citados anteriormente.

REGIME TRIBUTÁRIO DE TRANSIÇÃO - RTT

No dia 14 de maio de 2014, a Medida Provisória (MP) nº 627, veio a ser convertida na atual Lei nº 12.973/2014 a qual revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/1977 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) definição do tratamento específico sobre tributação de lucros ou dividendos; (iii) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As disposições previstas na Lei nº 12.973/2014 tiveram sua vigência a partir de 1º de Janeiro de 2015, cujos efeitos estão refletidos nessas demonstrações financeiras em 31/12/2015.

11 – CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

a) Composição

	Controladora	Consolidado	Controladora e Consolidado
	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2014
<u>Circulante</u>			
Cauções e outros depósitos vinculados	10.982	11.010	10.982
	10.982	11.010	10.982
<u>Não Circulante</u>			
Depósitos vinculados a litígios	909.862	909.862	575.757
Cauções e outros depósitos vinculados	113.175	113.175	66.138
	1.023.037	1.023.037	641.895
Total	1.034.019	1.034.047	652.877

b) Depósitos vinculados a litígios

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Trabalhistas	186.492	161.160
Cíveis	624.697	337.753
Fiscais	98.673	76.844
Total	909.862	575.757

Referem-se a valores vinculados a processos existentes nas esferas judicial e administrativa. Do montante registrado em 31/12/2015, R\$ 783.960 (R\$ 472.474, em 31/12/2014) estão diretamente relacionados às provisões relativas a processos trabalhistas, cíveis e fiscais, com risco de perda provável, demonstrados na nota 29, sendo a variação no período motivada, em grande parte, pelo bloqueio judicial de aplicações financeiras da Companhia, no âmbito do processo do Fator K.

O valor referente à atualização monetária, registrado no exercício de 2015 como receita financeira é de R\$ 25.673 (R\$ 36.138 em 2014).

c) Cauções e outros depósitos vinculados

	Controladora	Consolidado	Controladora e Consolidado
	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2014
<u>Circulante</u>			
Cauções referentes a leilões de energia elétrica	10.980	10.980	10.980
Outros	2	30	2
	10.982	11.010	10.982
<u>Não Circulante</u>			
Caução contratual BB	30.150	30.150	30.150
Caução contratual CEF	40.000	40.000	-
Carta de crédito BNB	41.943	41.943	34.906
Garantia contratual BNB	1.082	1.082	1.082
	113.175	113.175	66.138
Total	124.157	124.185	77.120

A caução contratual CEF foi constituída para garantir carta-fiança emitida pelo Banco Safra contra a Energia Sustentável do Brasil S.A. A natureza e finalidade das demais cauções/garantias estão demonstradas na nota 24.

12 – ALMOXARIFADO

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Matéria-prima para a produção de energia elétrica	276	2.367
Material		
Almoxarifado	64.524	62.748
Destinado a alienação	11.669	21.297
Outros	6.643	2.525
	82.836	86.570
Adiantamentos a fornecedores	366	445
Total	83.478	89.382

13 – SERVIÇOS EM CURSO

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Circulante		
Pessoal	46.135	35.633
Material	9.363	9.126
Serviços de terceiros	100.164	92.251
Pesquisa e desenvolvimento	1.738	2.226
Outros	5.137	5.141
	162.537	144.377
Não Circulante		
Outros	75.000	75.000
	75.000	75.000
Total	237.537	219.377

Os serviços em curso estão relacionados aos gastos com pessoal, material, serviços, dentre outros, que serão utilizados para apuração de custos referentes aos serviços executados para terceiros ou para a própria Companhia, bem como os valores relativos aos gastos com pesquisa e desenvolvimento, gastos reembolsáveis, a exemplo de estudos e projeto que serão objetos de leilão, que quando de sua conclusão poderão em função de seu desfecho, serem classificados como contas a receber, imobilizado, intangível ou resultado.

O valor do não circulante refere-se ao aporte realizado pela Companhia, em consonância às obrigações legais, para execução de Projeto de P&D-ANEEL, denominado Pesquisas e Desenvolvimento de Tecnologias para Linhas de Transmissão em Ultra-Alta Tensão, com prazo de duração previsto de 60 meses.

14 – ATIVO FINANCEIRO - CONCESSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO

A Companhia possui contratos de concessão nos segmentos de geração e transmissão de energia elétrica, firmados com o Poder Concedente - Governo Federal representado pela Aneel - sendo todos os contratos, por segmento, bastante similares em termos de direitos e obrigações do concessionário e do Poder Concedente.

A tarifação da transmissão é controlada pela Aneel, reajustada anualmente e revisada a cada período de cinco anos, tendo como base a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, considerando tanto os investimentos efetuados pela Companhia como sua estrutura de custos e despesas. A cobrança dos serviços é feita diretamente aos usuários das linhas de transmissão, pelo faturamento da Receita Anual Permitida - RAP ajustada mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS via avisos de créditos.

A geração de energia elétrica tem sua receita e sistema de arrecadação na modalidade preço para as usinas que não tiveram a sua concessão prorrogada e tarifação para as demais usinas, e a comercialização de energia elétrica se dá por meio de contratos firmados com as concessionárias de distribuição, dos contratos de reserva de potência e fornecimento de energia elétrica, firmados com consumidores industriais diretamente atendidos pela Companhia, de contratos oriundos de leilões de energia elétrica, realizados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, e de leilões de compra e venda de energia elétrica, realizados por comercializadores ou consumidores livres. As eventuais diferenças entre as energias geradas e vendidas na forma dos contratos descritos, são comercializadas no mercado de curto prazo, no âmbito da CCEE.

Os prazos e outras informações sobre as concessões estão descritas na nota 2.

A ICPC 01(R1) (*IFRIC 12*) e a OCPC 05 orientam os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos e define os princípios gerais de reconhecimento e mensuração dos direitos e obrigações relacionados aos contratos de concessão desses serviços.

A ICPC 01(R1) (*IFRIC 12*) aplica-se aos contratos de concessão público-privados nos quais o Poder Concedente:

- Controla ou regula o tipo de serviços que podem ser fornecidos com recurso às infraestruturas subjacentes;
- Controla ou regula o preço ao qual os serviços são fornecidos;
- Controla/detém interesse significativo na infraestrutura no final da concessão.

Nos termos da ICPC 01(R1) (*IFRIC 12*) uma concessão público-privada deve apresentar as seguintes características:

- Existe uma infraestrutura subjacente à concessão, a qual é utilizada para prestar serviços;
- Existe um acordo/contrato entre o concedente e o operador;
- O operador presta um conjunto de serviços durante a concessão;
- O operador recebe uma remuneração ao longo de todo o contrato de concessão, diretamente do concedente, dos utilizadores das infraestruturas, ou de ambos;
- As infraestruturas são transferidas para o concedente no final da concessão, de forma gratuita ou onerosa.

Tanto no negócio de Transmissão de energia elétrica quanto no negócio de Geração, relacionado às usinas que tiveram suas concessões prorrogadas, a ICPC 01(R1) (*IFRIC 12*) é aplicável com a utilização do Modelo Financeiro.

Em decorrência da adoção dessas normas e resultante do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica, que lhe dá o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, a Companhia reconheceu um Ativo Financeiro correspondente à remuneração pelo uso da infraestrutura e um Ativo Financeiro indenizável correspondente ao valor devido pelo Poder Concedente.

A Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2015, R\$ 1.798.054 como contas a receber do Poder Concedente, após os efeitos da Lei nº 12.783/2013, referente ao montante esperado de recebimento ao final das concessões (R\$ 1.641.218, em 31/12/2014). Os valores dos ativos financeiros a serem recebidos durante a concessão, Ativo financeiro – RAP, R\$ 3.495.420 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 2.925.624, em 31/12/2014), foram reconhecidos pela diferença entre o valor justo dos Ativos Financeiros – concessão do serviço público e o Ativo financeiro – indenizável, sendo que este representa o menor entre o valor residual contábil e o valor novo de reposição, dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação dos serviços de concessão no término do contrato.

O valor justo do ativo financeiro é apurado por meio do fluxo de caixa dos contratos, que contemplam as entradas de caixa previstas através da Receita Anual Permitida – RAP, deduzida da parcela correspondente a remuneração dos custos com operação e manutenção dos ativos, além da indenização prevista ao término do contrato de concessão, ajustado pela correspondente taxa interna de retorno.

Com o advento da Lei nº 12.783/2013, parte das instalações de transmissão prorrogadas foram indenizadas, restando as instalações relativas a Rede Básica do Serviço Existente – RBSE, cuja indenização foi mensurada pelo menor valor entre o valor residual contábil e o valor novo de reposição e estão apresentadas no item ativo financeiro indenizável. Esses valores estão previstos para serem recebidos dentro do prazo remanescente da concessão.

14.1 – Movimentação do Ativo Financeiro

Em 2015, esses ativos financeiros tiveram a seguinte movimentação:

	Controladora					
	Saldo em 31/12/2014	Movimentação				Saldo em 31/12/2015
		Ingressos	Atualização	Amortização	Impairment	
Transmissão						
Ativo financeiro indenizável	1.482.870	105.882	-	-	-	1.588.752
Ativo financeiro – RAP	2.925.624	638.313	22.398	(90.915)	-	3.495.420
(-) Impairment da transmissão	(961.522)	-	-	-	(358.532)	(1.320.054)
Geração						
Ativo financeiro indenizável	158.348	50.954	-	-	-	209.302
(-) Impairment da geração	(24.827)	-	-	-	24.827	-
Total	3.580.493	795.149	22.398	(90.915)	(333.705)	3.973.420
Circulante	77.833					77.514
Não Circulante	3.502.660					3.895.906

	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2014	Movimentação				Saldo em 31/12/2015
		Ingressos	Atualização	Amortização	Impairment	
Transmissão						
Ativo financeiro indenizável	1.482.870	278.272	18.853	(10.265)	-	1.769.730
Ativo financeiro – RAP	2.925.624	1.115.941	60.773	(111.812)	-	3.990.526
(-) Impairment da transmissão	(961.522)	-	-	-	(372.305)	(1.333.827)
Geração						
Ativo financeiro indenizável	158.348	50.954	-	-	-	209.302
(-) Impairment da geração	(24.827)	-	-	-	24.827	-
Total	3.580.493	1.445.167	79.626	(122.077)	(347.478)	4.635.731
Circulante	77.833					114.207
Não Circulante	3.502.660					4.521.524

	Controladora	Controladora e Consolidado					Saldo em 31/12/2014
	Saldo em 31/12/2013	Movimentação					
		Ingressos	Atualização	Provisão	Amortização	Impairment	
Transmissão							
Ativo financeiro indenizável	1.404.847	78.023	-	-	-	-	1.482.870
Ativo financeiro – RAP	2.130.474	874.853	-	-	(79.703)	-	2.925.624
(-) Impairment da transmissão	(638.206)	-	-	-	-	(323.316)	(961.522)
(-) Provisão	(177.208)	-	-	177.208	-	-	-
Geração							
Ativo financeiro indenizável	69.707	88.641	-	-	-	-	158.348
(-) Impairment da transmissão	-	-	-	-	-	(24.827)	(24.827)
(-) Provisão	(69.707)	-	-	69.707	-	-	-
Total	2.719.907	1.041.517	-	246.915	(79.703)	(348.143)	3.580.493
Circulante	74.448						77.833
Não Circulante	2.645.459						3.502.660

14.2 – Teste de Recuperabilidade de ativos – Impairment (controladora)

Neste exercício, a Companhia realizou teste de impairment, para suas unidades geradoras de caixa, utilizando o critério do fluxo de caixa descontado a uma taxa de 7,50% (8,62% para o período de fruição de benefício fiscal) para o segmento de geração não renovado, e 7,00% (8,06% para o período de fruição de benefício fiscal) para o segmento de geração renovado e de transmissão. A partir deste teste a Companhia reconheceu no seu resultado uma provisão líquida de uma reversão de R\$ 24.827 para perda relativa ao valor não recuperável dos ativos, no montante de R\$ 333.705 (R\$ 348.143, em 2014).

UGC - Impairment	Ano do fim da concessão	Ativo Financeiro (na data do teste)	Taxa de Desconto	Impairment reconhecido em 2014	Impairment reconhecido em 2015
Geração					
UHE Luiz Gonzaga	2042	30.603	7,00%	(24.827)	24.827
		30.603		(24.827)	24.827
Transmissão					
Contrato nº 061/2001	2042	1.361	7,00%	-	(174.389)
Demais contratos de transmissão	Até 2042	2.536	7,00%	(323.316)	(184.143)
		3.897		(323.316)	(358.532)
Total		34.500		(348.143)	(333.705)

15 – Dividendos a receber

Correspondem aos dividendos a receber das SPEs conforme quadro abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Circulante		
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	13.575	7.257
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	5.780	-
Energética Águas da Pedra S.A.	2.181	1.124
Integração Transmissora de Energia S.A.	1.209	-
Pedra Branca S.A.	542	-
Vamcruz I Participações S.A.	523	-
Sete Gameleiras S.A.	437	-
São Pedro do Lago S.A.	371	258
Manaus Transmissora de Energia S.A.	50	-
Manaus Construtora Ltda.	9.178	12.350
Total	33.846	20.989

16 – Fachesf Saúde Mais

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Circulante		
Fachesf Saúde Mais	42.095	34.657
Não Circulante		
Fachesf Saúde Mais	92.265	104.288
Total	134.360	138.945

Corresponde a adiantamentos para cobertura dos gastos referentes ao plano de saúde disponibilizado aos empregados participantes do Programa de Incentivo ao Desligamento Voluntário - PIDV, conforme nota 26. Conforme convênio, ao término do plano os valores por ventura não utilizados serão devolvidos a Companhia.

17 – Adiantamentos a controladas em conjunto (AFAC)

Corresponde a adiantamentos para futuro aumento de capital nas seguintes SPEs:

	Controladora	Consolidado	Controladora e Consolidado
<u>Não Circulante</u>	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2014
Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.	590.189	-	453.761
TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	101.000	101.000	101.000
Manaus Transmissora de Energia S.A.	-	-	14.625
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	-	-	20.629
Cia. Energética SINOP S.A.	36.750	36.750	-
Serra das Vacas Holding S.A.	25.005	25.005	-
ESBR Participações S.A.	105.200	105.200	-
Vamcruz I Participações S.A.	66.892	66.892	-
Chapada Piauí I Holding S.A.	14.040	14.040	-
Total	939.076	348.887	590.015

17.1 – Extremoz Transmissora do Nordeste – ETN S.A.

Em 10 de junho de 2011, o consórcio Extremoz, constituído por CTEEP (51%) e Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf (49%), arrematou, em sessão pública realizada na BM&FBovespa, o lote A do leilão ANEEL nº 001/2011, composto pelas LT Ceará-Mirim - João Câmara II, em 500 kV com 64 km; LT Ceará-Mirim - Campina Grande III, em 500 kV com 201 km; LT Ceará-Mirim - Extremoz II, em 230 kV com 26 km; LT Campina Grande III - Campina Grande II, com 8,5 km; SE João Câmara II 500 kV, SE Campina Grande III 500/230 kV e SE Ceará-Mirim 500/230 kV. Em 07 de julho do mesmo ano foi constituída a Extremoz Transmissora do Nordeste – ETN S.A., observando as mesmas participações, com o objetivo de explorar o serviço concedido.

Este projeto tem investimento estimado em R\$ 560,0 milhões e RAP de R\$ 31,9 milhões, (base junho de 2011).

Ainda em 2011 a CTEEP manifestou sua intenção de retirar-se do consórcio, comprometendo-se a permanecer na composição societária até a conclusão de todos os trâmites junto a Aneel, que foi aceita pela Companhia.

Nesse sentido, a Chesf passou a realizar Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFACs na investida, de forma a honrar os compromissos assumidos e necessários à viabilização do empreendimento, até que a saída da acionista CTEEP seja aprovada pelos órgãos reguladores de controle e demais instâncias cabíveis e a Chesf assumira a totalidade das ações da SPE.

Os trâmites necessários para a efetiva retirada da CTEEP da sociedade foram concluídos junto a Aneel. No 4º trimestre de 2015 a aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, culminou na assunção de todos os riscos e benefícios do empreendimento pela Chesf.

18 - OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
<u>Circulante</u>				
Adiantamentos a empregados	45.804	30.391	45.807	30.394
Financiamentos a terceiros	3.214	3.337	3.214	3.337
Alienações em curso	21.820	17.104	21.820	17.104
Desativações em curso	9	256	9	256
Prêmios de seguros	4.246	4.521	4.423	4.521
Gastos reembolsáveis	11.477	11.672	11.477	11.672
Alienações de bens e direitos	14.837	14.933	14.837	14.933
Adiantamentos a fornecedores	18.271	16.621	18.295	117.004
Adiantamentos à Eletropar	-	5.279	-	5.279
Serviços prestados a terceiros	9.389	9.268	9.389	9.268
Contas a receber - Eletropar	3.655	-	3.655	-
Outras provisões operacionais	(14.092)	(14.092)	(14.092)	(14.092)
Outros	35.846	25.796	36.451	25.796
	154.476	125.086	155.285	225.472
<u>Não Circulante</u>				
Adiantamentos à Eletropar	-	1.456	-	1.456
FGTS - Conta-Empresa	4.552	4.347	4.552	4.347
Bens destinados a alienação	10.542	12.479	10.542	12.479
Financiamentos a terceiros	795	4.003	795	4.003
Reserva Global de Reversão	10.623	3.776	10.623	3.776
Contas a receber - Eletropar	958	-	958	-
Outros	15	12	15	664
	27.485	26.073	27.485	26.725
Total	181.961	151.159	182.770	252.197

19 - INVESTIMENTOS
19.1 - Composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
<u>Participações societárias permanentes</u>				
Controladas	598.935	120.656	-	-
Controladas em conjunto	4.351.282	3.887.444	4.351.282	3.887.444
Coligadas	103.307	89.580	103.307	89.580
Outras participações	529	523	529	523
Total participações societárias	5.054.053	4.098.203	4.455.118	3.977.547
<u>Outros investimentos</u>				
Bens e direitos para uso futuro	2.212	2.217	2.212	2.217
Outros	1.091	1.096	1.091	1.096
Total outros investimentos	3.303	3.313	3.303	3.313
Total	5.057.356	4.101.516	4.458.421	3.980.860

19.1.1 – Participação direta

Empresas	31/12/2015	31/12/2014
Controladas		
Complexo Eólico Pindaí I		
- Acauã Energia S.A.	99,93%	99,93%
- Angical 2 Energia S.A.	99,96%	99,96%
- Arapapá Energia S.A.	99,90%	99,90%
- Caititu 2 Energia S.A.	99,96%	99,96%
- Caititu 3 Energia S.A.	99,96%	99,96%
- Carcará Energia S.A.	99,96%	99,96%
- Corrupião 3 Energia S.A.	99,96%	99,96%
- Teiú 2 Energia S.A.	99,95%	99,95%
Complexo Eólico Pindaí II		
- Coqueirinho 2 Energia S.A.	99,98%	99,98%
- Papagaio Energia S.A.	99,96%	99,96%
Complexo Eólico Pindaí III		
- Tamanduá Mirim 2 Energia S.A.	83,01%	49,00%
Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.	100,00%	49,00%
Controladas em conjunto		
STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	49,00%	49,00%
Integração Transmissora de Energia S.A.	12,00%	12,00%
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	24,50%	24,50%
ESBR Participações S.A.	20,00%	20,00%
Manaus Transmissora de Energia S.A.	19,50%	19,50%
Manaus Construtora Ltda.	19,50%	19,50%
TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	49,00%	49,00%
Norte Energia S.A.	15,00%	15,00%
Complexo Eólico Sento Sé I		
- Pedra Branca S.A.	49,00%	49,00%
- São Pedro do Lago S.A.	49,00%	49,00%
- Sete Gameleiras S.A.	49,00%	49,00%
Complexo Eólico Sento Sé II		
- Baraúnas I Energética S.A.	49,00%	49,00%
- Mussambê Energética S.A.	49,00%	49,00%
- Morro Branco I Energética S.A.	49,00%	49,00%
Complexo Eólico Sento Sé III		
- Baraúnas II Energética S.A.	49,00%	49,00%
- Banda de Couro Energética S.A.	49,00%	49,00%
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	49,00%	49,00%
Vamcruz I Participações S.A.	49,00%	-
Complexo Eólico VamCruz		
- Usina Energia Eólica Junco I S.A.	-	49,00%
- Usina Energia Eólica Junco II S.A.	-	49,00%
- Usina Energia Eólica Caiçara I S.A.	-	49,00%
- Usina Energia Eólica Caiçara II S.A.	-	49,00%
Chapada do Piauí I Holding S.A.	49,00%	-
Complexo Eólico Chapada do Piauí I		
- Ventos de Santa Joana IX Energias Renováveis S.A.	-	49,00%
- Ventos de Santa Joana X Energias Renováveis S.A.	-	49,00%
- Ventos de Santa Joana XI Energias Renováveis S.A.	-	49,00%
- Ventos de Santa Joana XII Energias Renováveis S.A.	-	49,00%
- Ventos de Santa Joana XIII Energias Renováveis S.A.	-	49,00%
- Ventos de Santa Joana XV Energias Renováveis S.A.	-	49,00%
- Ventos de Santa Joana XVI Energias Renováveis S.A.	-	49,00%
Chapada do Piauí II Holding S.A.	49,00%	-
Complexo Eólico Chapada do Piauí II		
- Ventos de Santa Joana I Energias Renováveis S.A.	49,00%	49,00%
- Ventos de Santa Joana III Energias Renováveis S.A.	49,00%	49,00%
- Ventos de Santa Joana IV Energias Renováveis S.A.	49,00%	49,00%
- Ventos de Santa Joana V Energias Renováveis S.A.	49,00%	49,00%
- Ventos de Santa Joana VII Energias Renováveis S.A.	49,00%	49,00%
- Ventos Santo Augusto IV Energias Renováveis S.A.	49,00%	49,00%
Eólica Serra das Vacas Holding S.A.		
Complexo Eólico Serra das Vacas	49,00%	-
- Eólica Serra das Vacas I S.A.	-	49,00%
- Eólica Serra das Vacas II S.A.	-	49,00%
- Eólica Serra das Vacas III S.A.	-	49,00%
- Eólica Serra das Vacas IV S.A.	-	49,00%
Companhia Energética SINOP S.A.	24,50%	24,50%
Coligada		
Energética Águas da Pedra S.A.	24,50%	24,50%

Complexo Eólico Pindaí I

A Companhia, em consórcio com a empresa Sequoia Capital, venceu o 5º Leilão de Energia de Reserva (5º LER), promovido pela Aneel em 23/08/2013, cujo objeto foi a compra de energia proveniente de novos empreendimentos de geração eólica. Serão implantados oito parques eólicos, através das empresas Acauã Energia S.A., Angical 2 Energia S.A., Arapapá Energia S.A., Caititú 2 Energia S.A., Caititú 3 Energia S.A., Carcará Energia S.A., Corrupião 3 Energia S.A. e Teiú 2 Energia S.A., constituídas em 14 de novembro de 2013, no município de Pindaí, na Bahia, com 102 MW de potência instalada, com início das operações previsto entre junho e outubro de 2016 e prazo de duração de 35 (trinta e cinco) anos. No final de 2014, ocorreu uma mudança na composição acionária dessas SPEs, passando a Chesf a deter 99,9% de participação acionária. Durante o exercício de 2015, a Companhia realizou aportes de capital nessas SPEs no valor total de R\$ 254.613, sendo: R\$ 27.032 na Acauã; R\$ 38.489 na Angical 2; R\$ 14.716 na Arapapá; R\$ 34.959 na Caititú 2; R\$ 31.260 na Caititú 3; R\$ 39.135 na Carcará; R\$ 39.696 na Corrupião 3; e R\$ 29.326 na Teiú 2; e apurou perda com equivalência patrimonial no montante de R\$ 2.748 (R\$ 784 em 2014) neste complexo eólico.

Complexo Eólico Pindaí II

O Complexo Eólico Pindaí II é formado pelas SPEs Coqueirinho 2 Energia S.A. e Papagaio Energia S.A., constituídas através do consórcio com a empresa Sequoia Capital, vencedor do Leilão Aneel nº 09/2013 (A-3) realizado em 18 de novembro de 2013, cujo objetivo foi a implantação da UEE Coqueirinho 2, de 20 MW, e da UEE Papagaio, de 18 MW, ambas situadas no município de Pindaí, na Bahia, com início das operações previsto para junho de 2016 e prazo de duração de 35 (trinta e cinco) anos. No final de 2014 ocorreu uma mudança na composição acionária dessas SPEs, passando a Chesf a deter 99,9% de participação acionária sobre ambas SPEs. Durante o exercício de 2015, a Companhia realizou aportes de capital no montante de R\$ 115.273, sendo: R\$ 70.723 na Coqueirinho 2; e R\$ 44.550 na Papagaio e apurou perda com equivalência patrimonial no montante de R\$ 1.545 (R\$ 28 em 2014) neste complexo eólico.

Complexo Eólico Pindaí III

O Complexo Eólico Pindaí III é constituído da SPE Tamanduá Mirim 2 S.A. formada em consórcio com a empresa Sequoia Capital, vencedora do Leilão Aneel nº 10/2013 (A-5) realizado em 13/12/2013, cujo objeto foi a implantação da UEE Tamanduá Mirim 2, de 24 MW de potência, situada no município de Pindaí, na Bahia, com início das operações previsto para agosto de 2016 e prazo de duração de 35 (trinta e cinco) anos. A participação da Companhia nesse empreendimento é de 83,01%. Durante o exercício de 2015, a Companhia efetivou aportes no montante de R\$ 66.795 e apurou perda com equivalência patrimonial no montante de R\$ 623 (perda de R\$ 20 em 2014) neste complexo eólico.

Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.

A empresa Extremoz Transmissora do Nordeste – ETN S.A. foi criada em 07/07/2011, vencedora do Leilão nº 001/2011, promovido pela Aneel, em 10/06/2011, objetivando a construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, especificamente a LT Ceará Mirim – João Câmara II, CS, em 500 kV, com 64 km (início da operação em out/14); LT Ceará Mirim – Campina Grande III, CS, em 500 kV, com 201 km (início da operação em mai/15) ; LT Ceará Mirim – Extremoz II, CS, em 230 kV, com 26 km (início da operação em out/14); LT Campina Grande III – Campina Grande II, CS, em 230 kV, com 8,5 km (início da operação em mai/15); LT Secc. J. Câmara II/Extremoz/SE Ceará Mirim, CS, em 230 kV, com 6 km (início da operação em out/15); LT Secc. C. Grande II/Extremoz II, C1 e C2, CS, em 230 kV, com 12,5 km (início da operação em out/15); SE João Câmara II, 500 kV (início da operação em out/15); SE Campina Grande III, 500/230 kV (início da operação em mai/15); SE Ceará Mirim, 500/230 kV (início da operação em out/15), e instalação de transmissão de interesse exclusivo das centrais de geração para conexão compartilhada – ICG, banco de transformadores 500/138 kV na SE João Câmara II. O prazo de concessão do empreendimento é de 30 (trinta) anos para as instalações de transmissão que comporão a Rede Básica do SIN e de 18 (dezoito) anos para as instalações de transmissão de interesse exclusivo das centrais de geração para conexão compartilhada – ICG, contados a partir de 13/10/2011, conforme Contrato de Concessão nº 008/2011 ANEEL. No final de 2015 ocorreu uma mudança na composição acionária dessa SPE, passando a Chesf a deter 100,0% de participação acionária. Durante o exercício de 2015 a

Companhia realizou Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC, no valor de R\$ 136.428 (R\$ 275.611, em 2014), e apurou ganho com equivalência patrimonial no montante de R\$ 28.899 (ganho de R\$ 5.675, em 2014).

Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

A STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A. foi constituída em 27/10/2003, a partir do Leilão nº 001/2003-ANEEL, com o objetivo de construir e operar a linha de transmissão de 500kv, em Teresina-PI/Sobral e Fortaleza-CE, com 546 km de extensão, nos termos do Contrato de Concessão nº 005/2004 ANEEL, firmado em 18/02/2004, com prazo de concessão de 30 (trinta) anos. A sua operação comercial teve início em janeiro/2006. A participação acionária da Companhia nessa SPE corresponde a 49,0%. Durante o exercício de 2015 a Companhia apurou ganho com equivalência patrimonial no montante de R\$ 45.475 (ganho de R\$ 46.014, em 2014).

Integração Transmissora de Energia S.A.

A Integração Transmissora de Energia S.A. foi constituída em 20/12/2005, cujo objeto social é a construção, implantação, operação e manutenção do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional – SIN. Composto pela linha de transmissão de 500kV Colinas/Serra da Mesa 2, 3º circuito, entradas de linha e instalações vinculadas, com 695 km de extensão, nos termos do Contrato de Concessão nº 002/2006 – ANEEL, firmado com o Poder Concedente, em 27/04/2006, por meio da Aneel. A sua operação comercial teve início em maio/2008. A participação da Companhia nessa SPE corresponde a 12,0%, e o prazo da concessão é de 30 (trinta) anos. Durante o exercício de 2015 a Companhia apurou ganho com equivalência patrimonial no montante de R\$ 6.727 (ganho de R\$ 5.573, em 2014).

Interligação Elétrica do Madeira S.A.

A Interligação Elétrica do Madeira S.A. foi constituída em 18/12/2008, através do Leilão ANEEL – 007/2008, da qual a Companhia possui 24,5% do seu capital social. A referida sociedade tem por objeto a construção, implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional - SIN, especificamente das LT Coletora Porto Velho (RO) – Araraquara 2 (SP) número 01, em CC, +/- 600 kV, com 2.375 km, Estação Retificadora número 02 CA/CC, 500 kV +/- 600 kV – 3.150 MW, Estação Inversora número 02 CC/CA +/- 600 kV/500 kV – 2.950 MW e demais obras complementares, nos termos dos Contratos de Concessão nº 13/2009-ANEEL e nº 15/2009-ANEEL. A sua operação comercial teve início em agosto de 2013. Durante o exercício de 2015, a Companhia apurou ganho com equivalência patrimonial de R\$ 58.853 (ganho de R\$ 32.388, em 2014).

ESBR Participações S.A.

A ESBR Participações S.A., constituída em 12/02/2009, tem por objeto social exclusivo a participação no capital social da Energia Sustentável do Brasil S.A e passou a deter a totalidade de suas ações a partir de maio de 2009. A Energia Sustentável do Brasil S.A. foi criada a partir do Leilão nº 005/2008-ANEEL, com o objetivo de obter a concessão e a comercialização da energia proveniente da Usina Hidrelétrica Jirau – UHE Jirau, no Rio Madeira, município de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, com potência mínima a ser instalada de 3.750 MW. Em setembro de 2013, a SPE deu início à operação em fase de testes de uma Unidade Geradora, com 75 MW, e finalizou em dezembro de 2015 com 37 unidades em operação comercial, totalizando 2.775 MW. A participação da Companhia nessa SPE corresponde a 20% e o prazo de concessão do empreendimento é de 35 (trinta e cinco) anos contados a partir de 13/08/2008, data da assinatura do seu Contrato de Concessão nº 002/2008 – MME-UHE JIRAU. Durante o exercício de 2015 a Companhia efetivou aportes de capital no montante de R\$ 90.000 e apurou perda com equivalência patrimonial no montante de R\$ 147.620 (perda de R\$ 230.788, em 2014).

Manaus Transmissora de Energia S.A.

A empresa Manaus Transmissora de Energia S.A. foi criada a partir do Consórcio Amazonas e constituída em 22/04/2008 para a implantação das linhas de transmissão de 500 kV Oriximiná (PA) – Silves (AM), com extensão aproximada de 335 km, e Silves (AM) – Lechuga (AM), com 224 km de extensão aproximada; construção da subestação Silves (antes denominada Itacoatiara) em 500/138 kV (150 MVA) e da subestação Lechuga (antes denominada Cariri) em 500/230 kV (1.800 MVA),

conforme Contrato de Concessão nº 010/2008 – ANEEL, com prazo de concessão de 30 (trinta) anos, a partir de 16/10/2008, data da assinatura do contrato. A Companhia possui participação de 19,5% no capital social da referida empresa. A sua operação comercial teve início em março/2013. Durante o exercício de 2015, a Companhia realizou aportes de capital no montante de R\$ 17.420 e apurou ganho com equivalência patrimonial no montante de R\$ 11.787 (ganho de R\$ 8.755, em 2014).

Manaus Construtora Ltda.

Em 30/01/2009, foi constituída a empresa Manaus Construtora Ltda., da qual a Companhia é sócia com 19,5%. Essa empresa foi criada com o objetivo de construção, montagem e fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos para a linha de transmissão 500 kV Oriximiná/Cariri CD, a subestação Silves (antes denominada Itacoatiara) de 500/138 kV e a subestação Lechuga (antes denominada Cariri) de 500/230 kV, entradas de linha e instalações vinculadas, bem como as demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle e telecomunicação, a ser integrada à Rede Básica do Sistema Interligado Nacional. Durante o exercício de 2015 a Companhia apurou perda com equivalência patrimonial no montante de R\$ 322 (ganho de R\$ 4.164, em 2014).

TDG – Transmissora Delmiro Gouveia S.A.

A empresa TDG – Transmissora Delmiro Gouveia foi constituída em 12/01/2010, a partir do Leilão nº 005/2009-ANEEL, Lote C, objetivando a construção, implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, especificamente da linha de transmissão São Luiz II – São Luiz III, em 230 kV, com 156 km de extensão, localizada no estado do Maranhão, das subestações Pecém II, em 500/230 kV (3.600 MVA), e Aquiraz II, em 230/69 kV (450 MVA), localizadas no estado do Ceará. O prazo de concessão do empreendimento é de 30 anos, a partir de 12/07/2010, data da assinatura do Contrato de Concessão nº 004/2010 ANEEL. Em novembro/2013 a SPE deu início à operação a Subestação Aquiraz, de 230/69 kv. A participação da Companhia nesse empreendimento é de 49,0%. Durante o exercício de 2015 a Companhia apurou perda com equivalência patrimonial no montante de R\$ 20.777 (perda de R\$ 23.968, em 2014).

Norte Energia S.A.

A Norte Energia S.A. foi constituída em 21/07/2010, a partir do Consórcio Norte Energia, vencedor do Leilão nº 006/2009-ANEEL, cujo objeto foi a concessão e a comercialização da energia proveniente da Usina Hidrelétrica Belo Monte, da qual a Chesf participa com 15,0%. A UHE Belo Monte será instalada no Rio Xingu, no município de Vitória do Xingu, no Pará. A capacidade mínima a ser instalada é de 11.233,1 MW, garantia física de 4.571 MW médios e reservatório com área de 516 quilômetros quadrados, com prazo de concessão de 35 (trinta e cinco) anos, a partir de 26/08/2010, data da assinatura do Contrato de concessão nº 001/2010-MME-UHE Belo Monte. No exercício, a Companhia efetivou aportes de capital no montante de R\$ 245.249, e apurou perda com equivalência patrimonial no montante de R\$ 7.225 (perda de R\$ 32.508, em 2014).

Complexo Eólico Sento Sé I

O Complexo Eólico Sento Sé I é composto pelas SPEs São Pedro do Lago S.A., Pedra Branca S.A., e Sete Gameleiras S.A., constituídas em 07/10/2010, a partir dos consórcios Pedra Branca, São Pedro do Lago e Sete Gameleiras, vencedores do Leilão ANEEL nº 007/2010, cujo objeto foi a contratação, no ambiente regulado, de energia de fontes alternativas de geração, na modalidade por disponibilidade de energia. A sua operação comercial teve início em janeiro/2013 com prazo de concessão de 35 (trinta e cinco) anos, proveniente de três parques eólicos localizados na região nordeste – UEE Pedra Branca, UEE São Pedro do Lago e UEE Sete Gameleiras - e capacidade para gerar 30,0 MW, cada. A participação acionária da Companhia nesses empreendimentos é de 49,0%. Durante o exercício de 2015 a Companhia apurou ganho com equivalência patrimonial no montante de R\$ 6.672 (ganho de R\$ 2.123, em 2014) neste complexo eólico.

Complexo Eólico Sento Sé II

O Complexo Eólico Sento Sé II é composto pelas SPEs Baraúnas I S.A., Morro Branco I S.A., e Mussambê Energética S.A. constituídas em consórcio com as empresas Brennand Energia e Brennand Energia Eólica a partir do 5º Leilão de Energia de Reserva (5º LER), Leilão 005/2013, promovido pela Aneel em 23/08/2013, cujo objeto foi a compra de energia proveniente de novos empreendimentos de geração eólica, para implantação dos parques eólicos Baraúnas I, Morro Branco I e Mussambê, no município de Sento Sé, na Bahia, com 29,7 MW de potência instalada cada. Os Parques eólicos Mussambê, Baraúnas I e Morro Branco I entraram em operação comercial em outubro/2015, e prazo de duração de 35 (trinta e cinco) anos. A participação acionária da Companhia nesses empreendimentos é de 49,0%. A Companhia realizou no exercício, aporte de capital no montante de R\$ 21.064, sendo: R\$ 1.674, na SPE Morro Branco I; R\$ 17.596, na SPE Baraúnas I; e R\$ 1.794 na SPE Mussambê Energética, e apurou perda com equivalência patrimonial no montante de R\$ 442 (perda de R\$ 81 em 2014) neste complexo eólico.

Complexo Eólico Sento Sé III

O Complexo Eólico Sento Sé III é composto pelas SPEs Banda de Couro S.A. e Baraúnas II Energética S.A, cujo objeto é a implantação dos parques eólicos Banda de Couro e Baraúnas II, no município de Sento Sé, na Bahia, com 29,7 MW e 21,6 MW, respectivamente, de potência instalada e com início de operação previsto para abril/2016 e prazo de duração de 35 (trinta e cinco) anos. A Companhia possui 49,0% de participação nesses empreendimentos. Durante o exercício de 2015 a Companhia apurou perda com equivalência patrimonial no montante de R\$ 63 (R\$ 14 em 2014) neste complexo eólico.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

A Interligação Elétrica Garanhuns S.A foi constituída a partir do Consórcio Garanhuns, vencedor do Lote L do Leilão nº 004/2011, promovido pela Aneel, em 02 de setembro de 2011, objetivando a construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, especificamente LT Luis Gonzaga – Garanhuns, em 500 kV, com 224 km; LT Garanhuns – Campina Grande III, em 500 kV, com 190 km; LT Garanhuns – Pau Ferro, em 500 kV, com 239 km; LT Garanhuns – Angelim I, em 230 kV, com 13 Km; SE Garanhuns, 500/230 kV; SE Pau Ferro, 500/230 kV. O prazo de concessão do empreendimento é de 30 (trinta) anos e o início das operações foi em novembro/2015. A Companhia possui 49,0% da participação na investida e realizou, no exercício, aportes de R\$ 116.865 e Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC, no valor de R\$ 27.881. Durante o exercício de 2015 a Companhia apurou ganho com equivalência patrimonial no montante de R\$ 26.361 (ganho de R\$ 16.717, em 2014).

VamCruz I Participações S.A.

A Vamcruz I Participações S.A. constituída em 07/07/2014 tem por objeto social exclusivo a participação direta ou indireta nas SPEs Usina de Energia Eólica Junco I S.A., Usina de Energia Eólica Junco II S.A., Usina de Energia Eólica Caiçara I S.A. e Usina de Energia Eólica Caiçara II S.A., constituídas em março de 2012, e passou a deter a totalidade das ações destas SPEs a partir de junho de 2015. As SPEs foram criadas a partir do Leilão nº 007/2011, promovido pela Aneel, em 20 de dezembro de 2011, cujo objeto foi a compra de energia proveniente de novos empreendimentos de geração eólica. As usinas Junco I, Junco II, Caiçara I e Caiçara II, totalizarão 93,0 MW de potência instalada, e foram construídas no município de Serra do Mel, no Estado do Rio Grande do Norte. As mesmas entraram em operação em novembro/2015. Em 12/11/2013, houve a transferência das ações da empresa Voltália para a Envolver Participações S.A, ficando a participação da Chesf nos quatro projetos eólicos de 49,0% e 51,0% da empresa Envolver, por meio das empresas Usina de Energia Eólica Junco I S.A., Usina de Energia Eólica Junco II S.A., Usina de Energia Eólica Caiçara I S.A. e Usina de Energia Eólica Caiçara II S.A. A Companhia realizou no exercício, aportes de capital nessa SPE no montante de R\$ 392, e apurou ganho com equivalência patrimonial no montante de R\$ 506 (perda de R\$ 42, em 2014) neste complexo eólico.

Chapada do Piauí I Holding S.A.

A Chapada do Piauí I Holding S.A. constituída em 08/05/2014, tem por objetivo social exclusivo a participação nas SPEs Ventos de Santa Joana IX Energias Renováveis S.A., Ventos de Santa Joana X

Energias Renováveis S.A., Ventos de Santa Joana XI Energias Renováveis S.A., Ventos de Santa Joana XII Energias Renováveis S.A., Ventos de Santa Joana XIII Energias Renováveis S.A., Ventos de Santa Joana XV Energias Renováveis S.A., e Ventos de Santa Joana XVI Energias Renováveis S.A., constituídas em outubro de 2013, e passou a deter totalidade das ações destas SPEs a partir do 1º semestre de 2015. As SPEs foram criadas a partir do 5º Leilão de Energia de Reserva (5º LER), promovido pela Aneel em 23/08/2013, cujo objeto foi a compra de energia proveniente de novos empreendimentos de geração eólica, situados nos municípios de Marcolândia, Caldeirão Grande e Simões, no Piauí, para implantação dos parques eólicos denominados Ventos Santa Joana IX, X, XI, XIII, com 29,6 MW de potência instalada cada; e Ventos de Santa Joana XII, XV, XVI, com 28,9 MW de potência instalada cada. As SPEs entraram em operação em julho de 2015 e possuem prazo de duração de 35 (trinta e cinco) anos. A Companhia possui 49,0% da participação no capital social da referida investida e apurou perda com equivalência patrimonial no montante de R\$ 9.560 (sem comparativo em 2014).

Chapada do Piauí II Holding S.A.

A Chapada do Piauí II Holding S.A. constituída em 08/05/2014, tem por objetivo social exclusivo a participação nas SPEs Ventos de Santa Joana I Energias Renováveis S.A., Ventos de Santa Joana III Energias Renováveis S.A., Ventos de Santa Joana IV Energias Renováveis S.A., Ventos de Santa Joana V Energias Renováveis S.A. e Ventos de Santa Joana VII Energias Renováveis S.A., e Ventos de Santo Augusto IV Energias Renováveis S.A., constituídas em 08/05/2014, e passou a deter a totalidade das ações destas SPEs a partir do 2º semestre de 2015. As SPEs foram criadas a partir do Leilão 09/2013-ANEEL, promovido pela Aneel em 18 de novembro de 2013, cujo objeto foi a compra de energia proveniente de novos empreendimentos de geração eólica, para implantação dos parques eólicos denominados Ventos de Santa Joana I, III, IV, V e VII e Ventos de Santo Augusto IV, situados nos municípios de Marcolândia, Caldeirão Grande e Simões, no Piauí, com 30 MW de potência instalada com início das operações previsto para janeiro/2016 e prazo de duração de 35 (trinta e cinco) anos. A Companhia possui 49,0% da participação no capital social da referida investida. Durante o exercício de 2015, a Companhia realizou aportes de capital nessa SPE no montante de R\$ 36.523, realizou a transferência das participações detidas nas SPEs para a Chapada do Piauí II Holding S.A. no valor de R\$ 87.545 e apurou perda com equivalência patrimonial no montante de R\$ 2.358 (sem comparativo em 2014).

Eólica Serra das Vacas Holding S.A.

A Eólica Serra das Vacas Holding S.A. constituída em 08/10/2015, tem por objeto social exclusivo a participação na totalidade do capital social das SPEs Eólica Serra das Vacas I S.A., Eólica Serra das Vacas II S.A., constituídas em 21/02/2014, Eólica Serra das Vacas III S.A. e Eólica Serra das Vacas IV S.A., constituídas em 17/01/2014. As SPEs foram criadas a partir do Leilão 09/2013-ANEEL, promovido pela Aneel em 18/11/2013, cujo objeto foi a compra de energia proveniente de novos empreendimentos de geração eólica, para implantação dos parques eólicos denominados Serra das Vacas I, II, III e IV, situados nos municípios de Saloá, em Pernambuco, com 30 MW de potência instalada cada parque, com início das operações previsto para janeiro/2016 e prazo de duração de 35 (trinta e cinco) anos. A Companhia possui 49,0% da participação no capital social da referida investida. Durante o exercício de 2015, a Companhia transferiu suas participações no capital social detidas nas SPEs para a Eólica Serra das Vacas Holding S.A. no valor de R\$ 89.702 e apurou perda com equivalência patrimonial no montante de R\$ 592 (sem comparativo em 2014).

Companhia Energética Sinop S.A.

A Companhia Energética Sinop S.A. foi constituída, através do Leilão nº 006/2013, promovido pela Aneel em 29 de agosto de 2013, cujo objeto foi a compra de energia proveniente de novos empreendimentos de geração de energia que construirá a UHE SINOP, no Rio Teles Pires, nos municípios de Cláudio e Itaúba, no Estado do Mato Grosso, com 400 MW de potência instalada e com início de suprimento previsto para março/2017 e prazo de duração de 35 (trinta e cinco) anos. A participação da Companhia nesse empreendimento é 24,5%. A Chesf realizou no exercício R\$ 36.750 em Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC, e apurou ganho com equivalência patrimonial no montante de R\$ 2.479 (perda de R\$ 4.249 2014) neste empreendimento.

Energética Águas da Pedra S.A.

A Energética Águas da Pedra S.A. foi constituída em 03/04/2007 a partir do Leilão nº 004/2006-ANEEL e tem como objeto a implantação e exploração da UHE Dardanelos, no Rio Aripuanã, situado no norte do Estado do Mato Grosso, com potência instalada de 261 MW e energia assegurada total de 154,9 MW médios, para suprir o município de Aripuanã e, posteriormente, o Sistema Interligado Nacional - SIN. A participação da Companhia na SPE corresponde a 24,5%, e o prazo de concessão do empreendimento é de 35 (trinta e cinco) anos, a partir de 03/07/2007, data da assinatura do seu Contrato de Concessão nº 002/2007-MME-UHE DARDANELOS. Durante o exercício de 2015, a Companhia efetivou aportes no montante de R\$ 2.450 e apurou ganho com equivalência patrimonial, no montante de R\$ 13.533 (ganho de R\$ 2.030, em 2014).

19.2 – Movimentação das Participações Societárias Permanentes:

	31/12/2014	Aumento de Capital	Dividendos	Resultado de participação societária	Outros	31/12/2015
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial						
<u>Controladas</u>						
- Complexo Eólico Pindaí I	85.866	254.613	-	(2.748)	-	337.731
- Complexo Eólico Pindaí II	34.790	115.273	-	(1.545)	-	148.518
- Complexo Eólico Pindaí III	10.435	66.795	-	(623)	-	76.607
- Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.	7.180	-	-	28.899	-	36.079
<u>Controladas em conjunto</u>						
- STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	163.434	-	(31.968)	45.475	-	176.941
- Integração Transmissora de Energia S.A.	41.064	-	(5.707)	6.727	-	42.084
- Interligação Elétrica do Madeira S.A.	444.155	-	(13.977)	58.853	-	489.031
- ESBR Participações S.A.	1.453.682	90.000	-	(147.620)	-	1.396.062
- Manaus Transmissora de Energia S.A.	215.793	17.420	(50)	11.787	-	244.950
- Manaus Construtora Ltda.	4.724	-	3.047	(322)	-	7.449
- TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	28.013	-	-	(20.777)	-	7.236
- Norte Energia S.A.	804.066	245.249	-	(7.225)	-	1.042.090
- Complexo Eólico Sento Sé I	51.323	-	(1.092)	6.672	-	56.903
- Complexo Eólico Sento Sé II	35.477	21.064	-	(442)	-	56.099
- Complexo Eólico Sento Sé III	1.576	-	-	(63)	-	1.513
- Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	181.526	116.865	(5.780)	26.361	-	318.972
- VamCruz I Participações S.A.	-	392	(523)	149	73.350	73.368
- Complexo Eólico VamCruz	72.993	-	-	357	(73.350)	-
- Chapada do Piauí I Holding S.A.	-	-	-	(9.105)	118.602	109.497
- Complexo Eólico Chapada do Piauí I	119.057	-	-	(455)	(118.602)	-
- Chapada do Piauí II Holding S.A.	-	36.523	-	(1.878)	107.542	142.187
- Complexo Eólico Chapada do Piauí II	108.022	-	-	(480)	(107.542)	-
- Eólica Serra das Vacas Holding S.A.	-	-	-	(236)	97.610	97.374
- Complexo Eólico Serra das Vacas	57.877	40.089	-	(356)	(97.610)	-
- Companhia Energética SINOP S.A.	87.047	-	-	2.479	-	89.526
<u>Coligada</u>						
- Energética Águas da Pedra S.A.	89.580	2.450	(2.256)	13.533	-	103.307
Avaliadas ao custo						
- Outras participações	523	-	-	-	6	529
Total	4.098.203	1.006.733	(58.306)	7.417	6	5.054.053

19.3 - Equivalência Patrimonial

	Investimento	Patrimônio Líquido	Resultado até 30/11/2015	Equivalência Patrimonial
<u>Controladas</u>				
Complexo Eólico Pindaí I	337.731	337.893	(2.749)	(2.748)
Complexo Eólico Pindaí II	148.518	148.559	(1.545)	(1.545)
Complexo Eólico Pindaí III	76.607	92.286	(750)	(623)
Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.	36.079	36.079	28.899	28.899
<u>Controladas em conjunto</u>				
STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	176.941	361.105	92.806	45.475
Integração Transmissora de Energia S.A.	42.084	350.703	56.062	6.727
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	489.031	1.996.044	240.216	58.853
ESBR Participações S.A.	1.396.062	6.980.313	(738.099)	(147.620)
Manaus Transmissora de Energia S.A.	244.950	1.256.151	60.446	11.787
Manaus Construtora Ltda.	7.449	38.198	(1.650)	(322)
TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	7.236	14.768	(42.400)	(20.777)
Norte Energia S.A.	1.042.090	6.947.265	(48.164)	(7.225)
Complexo Eólico Sento Sé I	56.903	116.129	13.618	6.672
Complexo Eólico Sento Sé II	56.099	114.487	(902)	(442)
Complexo Eólico Sento Sé III	1.513	3.086	(130)	(63)
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	318.972	650.964	53.798	26.361
Vamcruz I Participações S.A.	73.368	149.731	1.033	149
Complexo Eólico VamCruz	-	-	-	357
Chapada do Piauí I Holding S.A.	109.497	176.734	(19.511)	(9.105)
Complexo Eólico Chapada do Piauí I	-	-	-	(455)
Chapada do Piauí II Holding S.A.	142.187	249.030	(4.813)	(1.878)
Complexo Eólico Chapada do Piauí II	-	-	-	(480)
Eólica Serra das Vacas Holding S.A.	97.374	183.076	(1.208)	(236)
Complexo Eólico Serra das Vacas	-	-	-	(356)
Companhia Energética SINOP S.A.	89.526	365.412	10.119	2.479
<u>Coligada</u>				
Energética Águas da Pedra S.A.	103.307	421.660	55.238	13.533
TOTAL	5.053.524	20.989.673	(249.686)	7.417

Obs.: As informações da ESBR Participações S.A., Complexo Pindaí III e da Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A. possuem data-base em 31/12/2015.

19.4. Combinação de negócios

19.4.1 – Tamanduá Mirim 2 Energia S.A.

- Informações da transação**

No 4º trimestre de 2015, a Companhia adquiriu o controle sobre a SPE Tamanduá Mirim 2 Energia S.A., pertencente ao Complexo Eólico Pindaí III, mediante a diluição, de forma definitiva, da participação acionária do Sócio Sequoia Capital Ltda. no referido empreendimento.

Conforme o estabelecido no acordo de acionistas desta SPE, a partir de aporte realizado pela Chesf em 18/11/2015, a participação acionária da acionista Sequoia Capital Ltda. passou a ser diluída, devido à ausência de aporte de capital por essa acionista, e em consequência desse fato a Chesf passou a ter percentualmente a maioria no capital social da SPE, porém ainda não o seu controle, uma vez que não foram observados outros critérios, tais como, o direito de eleger a maioria dos Conselheiros de Administração e Fiscal e a totalidade da diretoria, mudança no quorum para deliberação das Assembleias e Conselho de Administração para maioria absoluta, critérios esses que passaram a ser observados em 26 de novembro de 2015, quando a Chesf passou a ter 82,7% do capital social, e posteriormente atingindo 83,01% em 17/12/2015.

Apesar de a Companhia ter adquirido o controle do negócio, mediante esta operação, não houve pagamento de contraprestação, ou qualquer prêmio para aquisição de controle, sendo o valor da operação de aquisição correspondente ao valor patrimonial das ações subscritas e não integralizadas pelo Sócio.

- **Determinação do valor justo da contraprestação**

Em consonância com o CPC 15 (R1) os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos devem ser mensurados e reconhecidos nas demonstrações financeiras sempre a valor justo.

Considerando que a empresa foi constituída em 2014 e encontra-se em fase pré-operacional, ter iniciado recentemente as obras de construção dos ativos de geração, a administração da Companhia concluiu que o valor justo dos ativos adquiridos, passivos e passivos contingentes assumidos era consistente com seus respectivos saldos contábeis.

Demonstramos abaixo quadro comparativo entre o valor justo e o valor contábil dos principais itens do Balanço Patrimonial da referida SPE levantado em 31/10/2015:

Ativo	Valores Contábeis (1)	Valores Justos (2)	Passivo	Valores Contábeis (1)	Valores Justos (2)
<u>Circulante</u>			<u>Circulante</u>		
Caixa e Equivalentes de Caixa	46	46	Fornecedores	551	551
Tributos Compensáveis	69	69	Tributos	70	70
Despesas Pagas Antecipadamente	59	59	Partes Relacionadas	468	468
Outros	153	153		1.089	1.089
	327	327			
<u>Não Circulante</u>			<u>Patrimônio Líquido</u>		
Imobilizado	26.540	26.540	Capital	29.400	29.400
Intangível	2.800	2.800	Prejuízos Acumulados	(822)	(822)
	29.340	29.340		28.578	28.578
Total do Ativo	29.667	29.667	Total do Passivo	29.667	29.667

1 - Os valores contábeis constam nos demonstrativos financeiros em 31/10/2015

2 - Os valores justos dos ativos e passivos foram avaliados e calculados pela área técnica da Chesf.

19.5 - Resumo das Demonstrações Financeiras das Empresas Controladas, Coligada e Controladas em Conjunto

BALANÇO PATRIMONIAL

INVESTIDAS	2015								2014							
	ATIVO				PASSIVO				ATIVO				PASSIVO			
	Circulante	Não Circulante		Total	Circulante	Não Circulante	Patrimônio Líquido	Total	Circulante	Não Circulante		Total	Circulante	Não Circulante	Patrimônio Líquido	Total
		Outros	Imobilizado, Intangível e Investimentos							Outros	Imobilizado, Intangível e Investimentos					
STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	225.335	537.567	458	763.360	66.246	336.009	361.105	763.360	203.520	532.840	549	736.909	42.878	360.491	333.540	736.909
Integração Transmissora de Energia S.A.	148.977	496.086	-	645.063	80.621	213.739	350.703	645.063	118.337	506.925	-	625.262	39.371	243.693	342.198	625.262
Energética Águas da Pedra S.A.	101.065	17.354	753.114	871.533	97.852	352.021	421.660	871.533	49.350	16.579	760.345	826.274	76.280	384.360	365.634	826.274
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	673.878	4.572.575	41.627	5.288.080	347.620	2.944.416	1.996.044	5.288.080	255.191	4.262.394	29.954	4.547.539	209.730	2.524.929	1.812.880	4.547.539
ESBR Participações S.A.	908.570	1.655.056	21.646.808	24.210.434	1.422.013	15.808.108	6.980.313	24.210.434	506.661	1.379.947	20.338.744	22.225.352	719.454	14.237.486	7.268.412	22.225.352
Manaus Transmissora de Energia S.A.	310.344	2.385.339	248	2.695.931	342.567	1.097.213	1.256.151	2.695.931	171.568	2.335.490	15.204	2.522.262	422.581	993.050	1.106.631	2.522.262
Manaus Construtora Ltda.	90.955	331	-	91.286	6.020	47.068	38.198	91.286	101.277	540	-	101.817	77.596	-	24.221	101.817
TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	23.161	238.717	166	262.044	21.551	225.725	14.768	262.044	38.296	281.152	153	319.601	5.304	257.128	57.169	319.601
Norte Energia S.A.	940.254	271.620	29.964.727	31.176.601	719.033	23.510.303	6.947.265	31.176.601	1.059.934	164.187	21.040.523	22.264.644	884.654	16.019.553	5.360.437	22.264.644
Complexo Eólico Sento Sé I	14.239	28.147	293.682	336.068	21.447	198.492	116.129	336.068	12.388	10.468	308.552	331.408	17.837	208.832	104.739	331.408
Complexo Eólico Sento Sé II	18.030	-	368.761	386.791	41.120	231.184	114.487	386.791	82.756	-	79.896	162.652	90.246	-	72.406	162.652
Complexo Eólico Sento Sé III	9.602	1	151.168	160.771	157.685	-	3.086	160.771	1.089	-	8.660	9.749	6.530	-	3.219	9.749
Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.	71.528	625.618	144	697.290	42.425	618.786	36.079	697.290	42.140	441.850	125	484.115	7.713	461.750	14.652	484.115
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	118.384	1.046.325	184	1.164.893	60.084	453.845	650.964	1.164.893	41.904	778.635	203	820.742	39.518	410.764	370.460	820.742
VamCruz I Participações S.A.	7.935	(57.445)	582.766	533.256	234.629	148.896	149.731	533.256	-	-	-	-	-	-	-	-
Complexo Eólico VamCruz	-	-	-	-	-	-	-	-	100.733	29.014	51.151	180.898	2.516	29.411	148.971	180.898
Chapada do Piauí I Holding S.A.	51.418	132	809.359	860.909	86.607	597.568	176.734	860.909	-	-	-	-	-	-	-	-
Complexo Eólico Chapada do Piauí I	-	-	-	-	-	-	-	-	60.767	-	486.434	547.201	350.964	-	196.237	547.201
Chapada do Piauí II Holding S.A.	85.298	-	864.913	950.211	675.323	25.858	249.030	950.211	-	-	-	-	-	-	-	-
Complexo Eólico Chapada do Piauí II	-	-	-	-	-	-	-	-	79.741	-	103.454	183.195	3.885	-	179.310	183.195
Eólica Serra das Vacas Holding S.A.	20.288	53	463.716	484.057	250.400	50.581	183.076	484.057	-	-	-	-	-	-	-	-
Complexo Eólico Serra das Vacas	-	-	-	-	-	-	-	-	22.802	228	80.206	103.236	769	-	102.467	103.236
Companhia Energética SINOP S.A.	56.761	2.491	844.803	904.055	403.643	135.000	365.412	904.055	326.466	-	51.812	378.278	1.296	21.688	355.294	378.278
Complexo Eólico Pindaí I	151.261	-	196.837	348.098	10.205	-	337.893	348.098	87.885	652	13.885	102.422	8.810	7.706	85.906	102.422
Complexo Eólico Pindaí II	29.503	-	119.992	149.495	936	-	148.559	149.495	34.497	-	4.967	39.464	4.575	90	34.799	39.464
Complexo Eólico Pindaí III	16.737	-	76.560	93.297	1.011	-	92.286	93.297	21.204	-	3.058	24.262	2.813	154	21.295	24.262
Total	4.073.523	11.819.967	57.180.033	73.073.523	5.089.038	46.994.812	20.989.673	73.073.523	3.418.506	10.740.901	43.377.875	57.537.282	3.015.320	36.161.085	18.360.877	57.537.282

Obs.: Data-base das demonstrações 30/11/2015, exceto ESBR Participações S.A., Complexo Eólico Pindaí III e da Extremoz Transmissora do Nordeste – ETN S.A., cujas demonstrações possuem data-base em 31/12/2015.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

INVESTIDAS	2015								2014							
	Receita Oper.	Despesa Oper.	Resultado do	Resultado	Resultado	I. Renda e C.	Incentivos Fiscais	Resultado do	Receita Oper.	Despesa Oper.	Resultado do	Resultado	Resultado	I. Renda e C.	Incentivos Fiscais	Resultado do
	Líquida		Serviço	Financeiro	Operacional	Social		Exercício	Líquida		Serviço	Financeiro	Operacional	Social		Exercício
STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	159.741	(18.917)	140.824	(24.784)	116.040	(39.884)	16.650	92.806	147.533	(16.564)	130.969	(15.973)	114.996	(37.522)	16.434	93.908
Integração Transmissora de Energia S.A	101.344	(19.709)	81.635	(11.057)	70.578	(24.250)	9.734	56.062	91.236	(18.086)	73.150	(16.535)	56.615	(18.532)	8.356	46.439
Energética Águas da Pedra S.A.	207.027	(116.912)	90.115	(27.531)	62.584	(7.346)	-	55.238	195.266	(138.306)	56.960	(27.029)	29.931	(4.779)	-	25.152
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	610.279	(43.884)	566.395	(224.107)	342.288	(102.072)	-	240.216	558.742	(259.610)	299.132	(98.872)	200.260	(68.065)	-	132.195
ESBR Participações S.A.	2.412.946	(2.826.861)	(413.915)	(672.570)	(1.086.485)	348.386	-	(738.099)	754.272	(2.405.802)	(1.651.530)	(177.284)	(1.828.814)	674.872	-	(1.153.942)
Manaus Transmissora de Energia S.A.	182.519	(18.323)	164.196	(74.094)	90.102	(29.656)	-	60.446	200.433	(21.405)	179.028	(94.576)	84.452	(39.554)	-	44.898
Manaus Construtora Ltda.	-	(982)	(982)	(926)	(1.908)	258	-	(1.650)	32.415	(544)	31.871	418	32.289	(10.934)	-	21.355
TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	38.805	(81.705)	(42.900)	(4.823)	(47.723)	5.323	-	(42.400)	30.387	(63.453)	(33.066)	(4.405)	(37.471)	(11.442)	-	(48.913)
Norte Energia S.A.	120.653	(293.282)	(172.629)	10.960	(161.669)	113.505	-	(48.164)	-	(236.114)	(236.114)	(3.338)	(239.452)	22.731	-	(216.721)
Complexo Eólico Sento Sé I	66.015	(33.629)	32.386	(15.896)	16.490	(2.872)	-	13.618	53.356	(31.403)	21.953	(15.015)	6.938	(2.606)	-	4.332
Complexo Eólico Sento Sé II	412	(1.260)	(848)	(44)	(892)	(10)	-	(902)	16	(151)	(135)	(30)	(165)	-	-	(165)
Complexo Eólico Sento Sé III	-	(116)	(116)	(14)	(130)	-	-	(130)	-	(24)	(24)	(2)	(26)	-	-	(26)
Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.	258.114	(230.335)	27.779	1.325	29.104	(205)	-	28.899	304.404	(288.473)	15.931	1.582	17.513	(5.932)	-	11.581
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	279.257	(175.652)	103.605	(22.140)	81.465	(27.667)	-	53.798	368.107	(299.959)	68.148	(16.455)	51.693	(17.575)	-	34.118
VamCruz I Participações S.A.	1.128	(1.364)	(236)	2.811	2.575	(1.542)	-	1.033	-	-	-	-	-	-	-	-
Complexo Eólico Vamcruz	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(613)	(613)	524	(89)	-	-	(89)
Chapada do Piauí I Holding S.A.	44.733	(18.847)	25.886	(43.941)	(18.055)	(1.456)	-	(19.511)	-	-	-	-	-	-	-	-
Complexo Eólico Chapada do Piauí I	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(5)	(5)	-	(5)	-	-	(5)
Chapada do Piauí II Holding S.A.	-	(223)	(223)	(4.590)	(4.813)	-	-	(4.813)	-	-	-	-	-	-	-	-
Complexo Eólico Chapada do Piauí II	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1)	(1)	-	(1)	-	-	(1)
Eólica Serra das Vacas Holding S.A.	-	(2.661)	(2.661)	1.453	(1.208)	-	-	(1.208)	-	-	-	-	-	-	-	-
Complexo Eólico Serra das Vacas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.061)	(1.061)	68	(993)	-	-	(993)
Companhia Energética SINOP S.A.	-	(10.786)	(10.786)	18.414	7.628	2.491	-	10.119	-	(5.043)	(5.043)	(12.300)	(17.343)	-	-	(17.343)
Complexo Eólico Pindaí I	-	(4.264)	(4.264)	1.794	(2.470)	(279)	-	(2.749)	-	(1.029)	(1.029)	265	(764)	(20)	-	(784)
Complexo Eólico Pindaí II	-	(2.648)	(2.648)	1.094	(1.554)	9	-	(1.545)	-	(83)	(83)	120	37	(9)	-	28
Complexo Eólico Pindaí III	-	(2.033)	(2.033)	1.283	(750)	-	-	(750)	-	(61)	(61)	21	(40)	-	-	(40)
Total	4.482.973	(3.904.393)	578.580	(1.087.383)	(508.803)	232.733	26.384	(249.686)	2.736.167	(3.787.790)	(1.051.623)	(478.816)	(1.530.439)	480.633	24.790	(1.025.016)

Obs.: Data-base das demonstrações 30/11/2015, exceto ESBR Participações S.A., Complexo Eólico Pindaí III e da Extremoz Transmissora do Nordeste – ETN S.A., cujas demonstrações possuem data-base em 31/12/2015.

20 – IMOBILIZADO

Os bens que compõem o ativo imobilizado da Companhia, associados e identificados como ativos da concessão de serviços públicos não podem ser vendidos nem oferecidos em garantia a terceiros.

20.1 - Imobilizado segregado por atividade

	Controladora		
	Taxas médias anuais de depreciação em 2015 (%)	31/12/2015	31/12/2014
Geração			
Imobilizações em serviço	2,36%	1.796.049	1.797.304
Depreciação acumulada		(1.197.076)	(1.161.134)
Imobilizações em curso		383.001	366.050
Impairment		(507.261)	(477.224)
Total da Geração		474.713	524.996
Administração			
Imobilizações em serviço	6,46%	1.285.141	1.281.826
Depreciação acumulada		(826.010)	(769.270)
Imobilizações em curso		329.361	298.278
Total da Administração		788.492	810.834
Total		1.263.205	1.335.830

	Consolidado		
	Taxas médias anuais de depreciação em 2015 (%)	31/12/2015	31/12/2014
Geração			
Imobilizações em serviço	2,36%	1.796.049	1.797.304
Depreciação acumulada		(1.197.076)	(1.161.134)
Imobilizações em curso		756.807	366.436
Impairment		(507.261)	(477.224)
Total da Geração		848.519	525.382
Administração			
Imobilizações em serviço	6,46%	1.285.674	1.281.920
Depreciação acumulada		(826.078)	(769.274)
Imobilizações em curso		329.361	298.278
Total da Administração		788.957	810.924
Total		1.637.476	1.336.306

20.2 - Movimentação do Imobilizado

	Controladora						
	31/12/2014	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências p/serviço	Provisão/ Reversão	31/12/2015
<u>Geração</u>							
Em serviço	1.797.304	-	(1.274)	-	19	-	1.796.049
Terrenos	179.164	-	(1.271)	-	-	-	177.893
Reservatórios, barragens e adutoras	402.664	-	-	-	(506)	-	402.158
Edificações	249.858	-	-	-	-	-	249.858
Máquinas e equipamentos	965.435	-	(3)	-	521	-	965.953
Móveis e utensílios	183	-	-	-	4	-	187
Depreciação	(1.161.134)	-	1	(35.943)	-	-	(1.197.076)
Em curso	366.050	16.970	-	-	(19)	-	383.001
Impairment	(477.224)	-	-	-	-	(30.037)	(507.261)
Total Geração	524.996	16.970	(1.273)	(35.943)	-	(30.037)	474.713
<u>Administração</u>							
Em serviço	1.281.826	4	(10.062)	-	13.373	-	1.285.141
Servidão	4.272	-	-	-	-	-	4.272
Terrenos	18.764	4	-	-	-	-	18.768
Edificações	281.517	-	(324)	-	-	-	281.193
Máquinas e equipamentos	836.531	-	(5.692)	-	4.890	-	835.729
Veículos	99.827	-	(3.710)	-	7.658	-	103.775
Móveis e utensílios	40.915	-	(336)	-	825	-	41.404
Depreciação	(769.270)	-	9.130	(65.870)	-	-	(826.010)
Em curso	298.278	44.456	-	-	(13.373)	-	329.361
Total Administração	810.834	44.460	(932)	(65.870)	-	-	788.492
Total	1.335.830	61.430	(2.205)	(101.813)	-	(30.037)	1.263.205

	Consolidado						
	31/12/2014	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências p/ serviço	Provisão/ Reversão	31/12/2015
<u>Geração</u>							
Em serviço	1.797.304	-	(1.274)	-	19	-	1.796.049
Terrenos	179.164	-	(1.272)	-	-	-	177.892
Reservatórios, barragens e adutoras	402.664	-	-	-	(506)	-	402.158
Edificações	249.858	-	-	-	-	-	249.858
Máquinas e equipamentos	965.435	-	(2)	-	521	-	965.954
Móveis e utensílios	183	-	-	-	4	-	187
Depreciação	(1.161.134)	-	1	(35.943)	-	-	(1.197.076)
Em curso	366.436	390.390	-	-	(19)	-	756.807
Impairment	(477.224)	-	-	-	-	(30.037)	(507.261)
Total Geração	525.382	390.390	(1.273)	(35.943)	-	(30.037)	848.519
<u>Administração</u>							
Em serviço	1.281.920	484	(10.103)	-	13.373	-	1.285.674
Servidão	4.272	-	-	-	-	-	4.272
Terrenos	18.764	5	-	-	-	-	18.769
Edificações	281.567	-	(325)	-	-	-	281.242
Máquinas e equipamentos	836.531	-	(5.693)	-	4.890	-	835.728
Veículos	99.827	-	(3.710)	-	7.658	-	103.775
Móveis e utensílios	40.959	479	(375)	-	825	-	41.888
Depreciação	(769.274)	(9)	9.116	(65.911)	-	-	(826.078)
Em curso	298.278	44.456	-	-	(13.373)	-	329.361
Total Administração	810.924	44.931	(987)	(65.911)	-	-	788.957
Total	1.336.306	435.321	(2.260)	(101.854)	-	(30.037)	1.637.476

	Controladora							31/12/2014
	31/12/2013	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências		Provisão	
					Para serviço	Entre atividades		
<u>Geração</u>								
Em serviço	1.797.251	-	(47)	-	252	(152)	-	1.797.304
Terrenos	179.164	-	-	-	-	-	-	179.164
Reservatórios, barragens e adutoras	402.664	-	-	-	-	-	-	402.664
Edificações	249.858	-	-	-	-	-	-	249.858
Máquinas e equipamentos	965.457	-	(46)	-	176	(152)	-	965.435
Móveis e utensílios	108	-	(1)	-	76	-	-	183
Depreciação	(1.123.094)	-	(22)	(38.018)	-	-	-	(1.161.134)
Em curso	601.233	71.221	(70.790)	-	(252)	(298)	(235.064)	366.050
Impairment	(382.170)	-	3	22.273	-	-	(117.330)	(477.224)
Total Geração	893.220	71.221	(70.856)	(15.745)	-	(450)	(352.394)	524.996
<u>Administração</u>								
Em serviço	1.201.446	-	(29.887)	-	109.267	1.000	-	1.281.826
Serviço	4.272	-	-	-	-	-	-	4.272
Terrenos	10.310	-	(449)	-	8.453	450	-	18.764
Edificações	267.656	-	(2.407)	-	15.718	550	-	281.517
Máquinas e equipamentos	780.926	-	(17.324)	-	72.929	-	-	836.531
Veículos	101.398	-	(8.968)	-	7.397	-	-	99.827
Móveis e utensílios	36.884	-	(739)	-	4.770	-	-	40.915
Depreciação	(728.480)	-	24.577	(64.817)	-	(550)	-	(769.270)
Em curso	327.350	80.195	-	-	(109.267)	-	-	298.278
Total Administração	800.316	80.195	(5.310)	(64.817)	-	450	-	810.834
Total	1.693.536	151.416	(76.166)	(80.562)	-	-	(352.394)	1.335.830

	Consolidado							31/12/2014
	31/12/2013	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências		Provisão	
					Para serviço	Entre atividades		
Geração								
Em serviço	1.797.251	-	(47)	-	252	(152)	-	1.797.304
Terrenos	179.164	-	-	-	-	-	-	179.164
Reservatórios, barragens e adutoras	402.664	-	-	-	-	-	-	402.664
Edificações	249.858	-	-	-	-	-	-	249.858
Máquinas e equipamentos	965.457	-	(46)	-	176	(152)	-	965.435
Móveis e utensílios	108	-	(1)	-	76	-	-	183
Depreciação	(1.123.094)	-	(22)	(38.018)	-	-	-	(1.161.134)
Em curso	601.233	71.607	(70.790)	-	(252)	(298)	(235.064)	366.436
Impairment	(382.170)	-	3	22.273	-	-	(117.330)	(477.224)
Total Geração	893.220	71.607	(70.856)	(15.745)	-	(450)	(352.394)	525.382
Administração								
Em serviço	1.201.446	94	(29.887)	-	109.267	1.000	-	1.281.920
Serviço	4.272	-	-	-	-	-	-	4.272
Terrenos	10.310	-	(449)	-	8.453	450	-	18.764
Edificações	267.656	50	(2.407)	-	15.718	550	-	281.567
Máquinas e equipamentos	780.926	-	(17.324)	-	72.929	-	-	836.531
Veículos	101.398	-	(8.968)	-	7.397	-	-	99.827
Móveis e utensílios	36.884	44	(739)	-	4.770	-	-	40.959
Depreciação	(728.480)	-	24.577	(64.821)	-	(550)	-	(769.274)
Em curso	327.350	80.195	-	-	(109.267)	-	-	298.278
Total Administração	800.316	80.289	(5.310)	(64.821)	-	450	-	810.924
Total	1.693.536	151.896	(76.166)	(80.566)	-	-	(352.394)	1.336.306

20.3 - Taxas anuais de depreciação

A Companhia calcula e contabiliza as quotas de depreciação com aplicação das taxas estabelecidas pela Resolução ANEEL nº 474, de 07/02/2012, que alterou as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico – MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367, de 2 de junho de 2009. As taxas são aplicadas considerando os códigos internos que identificam as Unidades de Cadastro.

As principais taxas anuais de depreciação, por atividade, são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Geração	
Comporta	3,3
Reservatório	2,0
Casa de força	2,0
Gerador	3,3
Painel – Comando e Medição	3,6
Turbina hidráulica	2,5
Ponte rolante, guindaste e pórtico	3,3
Turbina a gás	4,0
Administração central	
Equipamentos gerais	6,2
Veículos	14,3
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,3

20.4 – Teste de recuperabilidade de ativos - Impairment

A administração da Companhia avaliou em 31 de dezembro de 2015 e fará anualmente, ou sempre que alguma circunstância assim determinar, a recuperabilidade dos ativos de longa duração, principalmente o Imobilizado mantido e utilizado nas suas operações, com o objetivo de identificar eventuais deteriorações desses ativos ou grupos de ativos, que levem à sua não recuperação plena, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 01(R1) – redução ao valor recuperável de ativos (IAS 36).

No processo de avaliação são identificadas as circunstâncias que possam exigir a aplicação de testes de recuperabilidade dos ativos a fim de ser determinado o montante de eventuais perdas, tomando como unidade geradora de caixa para a atividade de geração, cada usina, dada as características operacionais de gestão e operação da Companhia.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente pela taxa de desconto que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo, ou unidade geradora de caixa, calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo, ou unidade geradora de caixa, é reduzido ao seu valor recuperável, com a perda por redução ao valor recuperável reconhecida no resultado.

A administração da Companhia, amparada em seus contratos de concessão e nas regras aplicadas para indenização de ativos definidas pela Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, considerou a reversão do ativo líquido residual ao final da concessão do serviço público de energia elétrica, tomando por base o menor valor entre valor contábil residual e o Valor Novo de Reposição. Considerou, também, a depreciação levando em consideração o tempo de vida útil dos bens e não o prazo da concessão, tendo em vista a condição de indenização prevista nos contratos.

Neste exercício, a Companhia realizou teste de impairment, para suas unidades geradoras de caixa, utilizando o critério do fluxo de caixa descontado a uma taxa de 7,50% (8,62% para o período de fruição de benefício fiscal) para os empreendimentos de geração não renovados.

A partir deste teste a Companhia reconheceu no seu resultado uma provisão líquida de uma reversão de R\$ 21.944 para perda relativa ao valor não recuperável dos ativos de geração no montante de R\$ 30.037 (R\$ 95.054, em 2014), conforme demonstrado abaixo:

UGC - Impairment	Ano do fim da concessão	Imobilizado (na data do teste)	Taxa de Desconto	Impairment em 2014	Impairment em 2015
Casa Nova	2036	319.414	7,50%	(111.515)	(51.981)
UTE Camaçari	2027	343.765	7,50%	16.461	21.944
Total				(95.054)	(30.037)

20.5 - Encargos financeiros

Os custos de financiamentos e empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção, estão incluídos no custo do imobilizado em curso até a data em que estiverem prontos para o uso pretendido, conforme disposições da Deliberação CVM nº 577, de 05/06/2009, que aprovou o CPC 20 (R1) – Custos de Empréstimos (IAS 23).

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 27 (IAS 16), parte dos encargos financeiros foram transferidos para o Ativo Imobilizado em curso, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Encargos financeiros totais	36.698	33.047
(-) Transferência para o imobilizado em curso	(378)	(712)
Efeito líquido no resultado	36.320	32.335

A taxa de capitalização utilizada na determinação do montante dos custos de empréstimos elegíveis à capitalização está descrita na nota 24.

21- INTANGÍVEL

21.1 - Intangível segregado por natureza e atividade

	Controladora				
	Taxas médias anuais de amortização (%)	31/12/2015			31/12/2014
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Administração	20,00%	90.150	(67.830)	22.320	31.379
		90.150	(67.830)	22.320	31.379
Em curso					
Administração		22.363	-	22.363	8.871
		22.363	-	22.363	8.871
Total		112.513	(67.830)	44.683	40.250

	Consolidado				
	Taxas médias anuais de amortização (%)	31/12/2015			31/12/2014
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Administração	20,00%	90.162	(67.830)	22.332	31.379
		90.162	(67.830)	22.332	31.379
Em curso					
Geração		-	-	-	18.376
Administração		41.613	-	41.613	8.871
		41.613	-	41.613	27.247
Total		131.775	(67.830)	63.945	58.626

21.2 - Movimentação do Intangível

	Taxas médias anuais de amortização (%)	Controladora			
		31/12/2014	Adições	Amortização	31/12/2015
Não vinculadas a concessão					
Em serviço					
Software	20,0%	90.150	-	-	90.150
Amortização		(58.771)	-	(9.059)	(67.830)
Em curso		8.871	13.492	-	22.363
Total Intangível		40.250	13.492	(9.059)	44.683

	Taxas médias anuais de amortização (%)	Consolidado				
		31/12/2014	Adições	Baixas	Amortização	31/12/2015
Não vinculadas a concessão						
Em serviço						
Software	20,0%	90.150	12	-	-	90.162
Amortização		(58.771)	-	-	(9.059)	(67.830)
Em curso						
		27.247	16.536	(2.170)	-	41.613
Total Intangível		58.626	16.548	(2.170)	(9.059)	63.945

	Taxas médias anuais de amortização (%)	Controladora				
		31/12/2013	Adições	Transf. p/ serviço	Amortização	31/12/2014
Não vinculadas a concessão						
Em serviço						
Software	20%	64.291	-	25.859	-	90.150
Amortização		(52.032)	-	-	(6.739)	(58.771)
Em curso						
		19.671	15.059	(25.859)	-	8.871
Total Intangível		31.930	15.059	-	(6.739)	40.250

	Taxas médias anuais de amortização (%)	Consolidado				
		31/12/2013	Adições	Transf. p/ serviço	Amortização	31/12/2014
Não vinculadas a concessão						
Em serviço						
Software	20%	64.291	-	25.859	-	90.150
Amortização		(52.032)	-	-	(6.739)	(58.771)
Em curso						
		19.671	33.435	(25.859)	-	27.247
Total Intangível		31.930	33.435	-	(6.739)	58.626

22 - FORNECEDORES

O saldo da conta Fornecedores apresenta a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Energia elétrica comprada	92.401	88.568	92.401	88.568
Materiais e serviços	218.176	332.075	230.877	342.951
Encargos de uso da rede elétrica:				
Eletronorte	3.682	5.154	3.682	5.154
Eletrosul	3.836	5.583	3.836	5.583
Furnas	4.637	11.646	4.637	11.646
CTEEP	3.066	3.335	3.066	3.335
Outros	46.050	52.663	46.050	52.663
Total	371.848	499.024	384.549	509.900

23 – TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - PASSIVO

23.1 - Tributos a recolher

A Companhia apresenta nos Passivos Circulante e Não Circulante tributos e contribuições a pagar assim distribuídos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
<u>Circulante</u>				
IRPJ - retenção da Lei 10.833/2003	3.643	-	3.643	1
CSLL - retenção da Lei 10.833/2003	2.592	-	2.592	12
Cofins	28.156	20.711	28.934	20.713
ICMS	23.069	21.984	29.008	21.984
INSS	18.886	16.486	19.290	16.486
PIS/Pasep	6.111	4.496	6.273	4.496
IRRF	15.804	12.741	15.906	12.742
FGTS	5.482	4.935	5.510	4.935
Outros	5.665	10.728	6.514	10.736
	109.408	92.081	117.670	92.105
<u>Não Circulante</u>				
Cofins	-	-	16.318	-
PIS/Pasep	-	-	3.541	-
ICMS diferido	-	13.572	-	13.572
	-	13.572	19.859	13.572
Total	109.408	105.653	137.529	105.677

23.2 - Passivos fiscais diferidos

- Imposto de renda pessoa jurídica e Contribuição social sobre o lucro líquido**

A Companhia mantém reconhecidos integralmente em seu Passivo Não Circulante, nos termos dos Pronunciamentos Técnicos CPC 26(R1) (IAS 1) e 32 (IAS 12), aprovados pelas Deliberações CVM nºs 595 e 599, ambas de 15/09/2009, passivos diferidos, no valor de R\$ 56.332 (R\$ 199.523, em 31/12/2014), resultantes de diferenças temporárias conforme distribuição a seguir:

	Controladora	Consolidado	Controladora e Consolidado
	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2014
<u>Diferenças temporárias</u>			
Ajustes decorrentes do CPC 33	-	-	313.418
Ajustes decorrentes da ICPC 01	165.683	177.992	273.415
	165.683	177.992	586.833
<u>Débitos Fiscais</u>			
Imposto de renda sobre diferenças temporárias	41.421	44.498	146.708
Contribuição social sobre diferenças temporárias	14.911	20.572	52.815
Não Circulante	56.332	65.070	199.523

Tais efeitos contemplam a aplicação da alíquota de 9% para a Contribuição Social e para o Imposto de Renda da alíquota de 15% sobre a base de cálculo, com adicional de 10%.

Os débitos fiscais relativos ao Imposto de renda da pessoa jurídica e à Contribuição social sobre o lucro líquido, provenientes de diferenças temporárias - ajustes iniciais decorrentes do CPC 33(R1) (IAS 19) e da ICPC 01(R1) (IFRIC 12) - registrados integralmente no Passivo Não Circulante, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 26(R1) (IAS 1), serão realizados de acordo com a movimentação dos benefícios pós-emprego decorrentes da adoção do CPC 33(R1) (IAS 19) e pela movimentação dos ativos financeiros decorrentes da adoção da ICPC 01(R1) (IFRIC 12), respectivamente.

A programação de realização desses passivos está demonstrada conforme tabela abaixo:

2016/2018	6.291
2019/2021	6.291
Após 2021	43.750
Total	56.332

24- FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

As principais informações a respeito dos financiamentos e empréstimos da Companhia estão demonstradas a seguir:

24.1 - Composição:

	Controladora e Consolidado									
	31/12/2015					31/12/2014				
	Circulante			Não circulante	Total	Circulante			Não circulante	Total
	Encargos	Principal	Total	Principal		Encargos	Principal	Total	Principal	
Partes relacionadas										
Eletrobras	-	12.563	12.563	17.188	29.751	-	14.211	14.211	28.174	42.385
Instituições financeiras										
Banco do Brasil	10.091	125.000	135.091	250.000	385.091	11.087	125.000	136.087	375.000	511.087
Banco do Nordeste	18	45.474	45.492	158.505	203.997	57	45.473	45.530	203.979	249.509
Caixa Econômica Federal	4.892	100.000	104.892	250.000	354.892	4.586	50.000	54.586	350.000	404.586
BNDES	-	-	-	476.915	476.915	-	-	-	-	-
Total	15.001	283.037	298.038	1.152.608	1.450.646	15.730	234.684	250.414	957.153	1.207.567

- **Eletrobras**

Os financiamentos provenientes da Eletrobras têm como principal fonte os recursos da Reserva Global de Reversão – RGR, e como principais destinações a cobertura financeira dos custos diretos das obras do seu sistema de transmissão.

Saldo de R\$ 29.451 (R\$ 42.024, em 31/12/2014) sendo R\$ 25.447 (86,4%) contratados com juros de 5% a.a. e taxa de administração de 2% a.a. para o qual a Companhia vinculou a sua receita própria, suportada por procuração outorgada por instrumento público para recebimento direto dos valores vencidos e não pagos, à satisfação da Eletrobras, formalizada na assinatura dos contratos, e R\$ 4.004 (13,60%) contratados com juros de 5% a.a. e taxas de administração de 1,5% a.a., para o qual a Companhia ofereceu Seguro Garantia no valor correspondente a 125% do saldo devedor, previsto para o exercício, renovado anualmente, cujo recebimento pela Eletrobras fica condicionado aos efeitos de cada contrato, nas condições e até o limite de valor especificado na Apólice de Seguro. Estes financiamentos não têm previsão de atualização monetária por estarem vinculados à mesma sistemática de correção dos ativos permanentes, suspensa por força de lei.

A Companhia possui ainda contrato com a Eletrobras indexado pelo IPCA, com saldo de R\$ 300 em 31/12/2015 (R\$ 361, em 31/12/2014), com taxa de juros de 7,2% a.a.- a variação do IPCA no período foi de 6,4% (5,9% no mesmo período do ano anterior).

Estes contratos serão amortizados mensalmente (principal e encargos), com a última parcela vencendo em 2018.

- **Banco do Brasil**

Saldo de R\$ 385.091 (R\$ 511.087, em 31/12/2014) contratado com o Banco do Brasil S.A., com juros de 10,13% a.a. (115% da taxa média do CDI).

O empréstimo junto ao Banco do Brasil destinou-se, exclusivamente, a garantir a provisão de

fundos da conta corrente de depósitos. Está garantido por Cédula de Crédito Bancário emitido contra a Eletrobras (vide nota 11.c).

Este contrato está sendo amortizado em 08 (oito) parcelas semestrais e teve carência de 12 (doze) meses, vencendo-se a primeira após 18 (meses) a contar da concessão do empréstimo. Os encargos são pagos trimestralmente.

São motivos de vencimento antecipado da dívida, independentemente de aviso extrajudicial ou interpelação judicial:

- a) Não honrar o pagamento pontual quaisquer das prestações previstas neste instrumento, ou se não dispusermos de saldo suficiente, nas datas dos seus respectivos vencimentos, para que o Banco do Brasil s.a. promova os lançamentos contábeis destinados às suas respectivas liquidações;
- b) Sofrermos protesto cambiário cuja somatória seja igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), requerermos recuperação extrajudicial, judicial ou falência, ou tivermos falência ou insolvência civil requerida ou por qualquer motivo encerrarmos nossas atividades;
- c) Sofrermos ação judicial ou procedimento fiscal capaz de colocar em risco as garantias constituídas ou cumprimento das obrigações aqui assumidas;
- d) Diretamente ou através de prepostos ou mandatários prestarmos ao Banco do Brasil s.a. informações incompletas ou alteradas, inclusive através de documento público ou particular de qualquer natureza;
- e) Diretamente ou através de prepostos ou mandatários, deixarmos de prestar informações que, se do conhecimento do Banco do Brasil s.a. poderiam alterar seus julgamentos e/ou avaliações;
- f) Tornar-nos inadimplentes em outra(s) operação(ões) mantida(s) junto ao Banco do Brasil s.a.;
- g) Excedermos o limite de crédito concedido;
- h) Trocarmos o controle do nosso capital, sem a prévia e expressa anuência do Banco do Brasil s.a.;
- i) Manutenção do índice financeiro obtido da divisão da dívida financeira bruta pelo patrimônio líquido não superior a 0,50 a dívida financeira bruta corresponde às dívidas contraídas junto a bancos, entidades multilaterais ou empresas coligadas e/ou emissões no mercado de capitais, no Brasil e no exterior.

As cláusulas de vencimento antecipado estabelecidas nos contratos de financiamentos e empréstimos estão sendo cumpridas pela Companhia.

- **Banco do Nordeste**

Saldo de R\$ 194.499 (R\$ 237.723, em 31/12/2014) contratado com juros de 10% a.a. e bônus de 2,5% por pontualidade, e R\$ 9.498 (R\$ 11.786, em 31/12/2014) contratado com juros de 4,5% a.a..

Os empréstimos junto ao Banco do Nordeste estão garantidos por recebíveis representados por duplicatas registradas em cobrança no montante equivalente de 03 a 06 prestações de amortização do financiamento, mais um fundo de liquidez em conta reserva a título de garantia complementar, equivalente a 03 prestações de amortização (vide nota 11.c).

Estes contratos são amortizados mensalmente (principal e encargos), com a última parcela vencendo em 2020.

Alguns dos motivos de vencimento antecipado da dívida, independentemente de aviso extrajudicial ou interpelação judicial:

- a) Deixar de cumprir qualquer obrigação estabelecida neste instrumento de crédito, salvo por exigência legal;
- b) Vier a ser declarada impedida, por normas do banco central do Brasil, de participar de operações de crédito, especialmente através de políticas de contingenciamento de crédito para o

setor público indireto;

- c) Contratar com outra instituição financeira financiamento para cobertura de itens previstos no orçamento constante neste instrumento de crédito, ou a ele anexo, para financiamento pelo banco;
- d) Incluir em acordo societário ou no estatuto social da creditada, ou da empresa que a controla, dispositivo que importe em restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta operação de crédito;
- e) Não efetuar, num prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data da ocorrência, a cobertura de quaisquer insuficiências de recursos na conta reserva no banco, observados os termos da cláusula décima quarta - garantias - item "b" deste instrumento;
- f) Gerar insuficiências na conta reserva, ainda que cobertas dentro do prazo previsto no item "e" retro, em patamares superiores a 03 (três) ocorrências, a cada período de 12 (doze) meses;
- g) Pedir recuperação judicial ou extrajudicial, ou for decretada a sua falência, ou tiver contra si formulação de pedido de liquidação ou decretação de intervenção.

As cláusulas de vencimento antecipado estabelecidas nos contratos de financiamentos e empréstimos estão sendo cumpridas pela Companhia.

- **Caixa Econômica Federal**

Saldo de R\$ 354.892 (R\$ 404.586 em 31/12/2014) contratado com a Caixa Econômica Federal, com juros de 115% do CDI, que representou 15,30 a.a.% em 2015.

O empréstimo junto a Caixa Econômica Federal destinou-se a constituição de capital de giro. Está garantido por Cédula de Crédito Bancário emitido contra a Eletrobras.

Este contrato está sendo amortizado em 08 (oito) parcelas semestrais com carência de 12 (doze) meses, vencendo-se a primeira após 18 (dezoito) meses a contar da concessão do empréstimo. Os encargos serão pagos trimestralmente.

São motivos de vencimento antecipado da dívida e imediata execução do título, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, além dos casos previstos em lei aqueles estabelecidos em contrato, tais como:

- a) Infringência de qualquer obrigação contratual;
- b) Existência, a qualquer tempo, de débitos fiscais, trabalhistas ou previdenciários, vencidos e não pagos, em nome da Creditada, exceto aqueles que estejam sendo discutidos judicialmente;

As cláusulas de vencimento antecipado estabelecidas nos contratos de financiamentos e empréstimos estão sendo cumpridas pela Companhia.

- **BNDES**

Neste exercício, foram contratadas duas linhas de créditos junto ao BNDES, no montante de R\$ 1.203.014, tendo sido liberados R\$ 282.127 para a linha de crédito do contrato 1148.1, e R\$ 194.788 para a linha de crédito do contrato 1149.1. Sobre o valor do empréstimo, incidem juros de 3,28% a.a. acima da TJLP, pagos mensalmente para os subcréditos A e B ; 3,5% a.a. pagos mensalmente para o subcrédito C, e a variação da TJLP para o subcrédito D, do contrato 1148.1; 1,5% acima da TJLP para o subcrédito A, pagos trimestralmente, 3,5% a.a. pagos trimestralmente para o subcrédito B; e a variação da TJLP pagos trimestralmente para o subcrédito C, do contrato 1149.1.

Os empréstimos junto ao BNDES destinam-se a implantação das obras de ampliação, reforços, melhorias e modernização da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, sob responsabilidade da Chesf, para implantação de projetos e programas de Investimentos Sociais de Empresas (ISE), bem como para aquisição de máquinas e equipamentos nacionais que se enquadrem nos critérios da Agência Especial de Financiamento Industrial – Finame, tendo como garantias a cessão fiduciária dos direitos creditórios da Receita Anual de Geração - RAG, a que a beneficiária tem direito pela disponibilização da Garantia Física e de Potência das Usinas Hidroelétricas Luiz

Gonzaga (Itaparica), Boa Esperança (Castelo Branco) e Xingó, e Fiança da Eletrobras.

Estes empréstimos serão amortizados em até 168 parcelas mensais e sucessivas, vencendo a primeira na data na formalização do aditivo aos respectivos contratos e a última no dia 15/06/2029.

O BNDES poderá declarar vencido antecipadamente a dívida, com a exigibilidade e imediata sustação de qualquer desembolso, se, além das hipóteses previstas nos artigos 39 e 40 das "DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS CONTRATOS DO BNDES", a que se refere a Cláusula Décima Primeira, inciso I, forem comprovados pelo BNDES:

- a) a redução do quadro de pessoal da BENEFICIÁRIA sem atendimento ao disposto no inciso IV da Cláusula Décima Primeira;
- b) a inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social da BENEFICIÁRIA, ou das empresas que a controlam, de dispositivo que importe em restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta operação;
- c) o descumprimento de qualquer obrigação prevista no presente Contrato, no "Contrato de Garantia" referido na Cláusula Nona ou no "Contrato de Administração de Contas e Outras Avenças" referido no inciso XXVIII da Cláusula Décima Primeira;
- d) a falsidade da declaração firmada pela BENEFICIÁRIA na Cláusula Oitava (Garantia da Operação) que negava a existência de gravames sobre os direitos creditórios oferecidos ao BNDES;
- e) a constituição sem a prévia autorização do BNDES, de penhor ou gravame sobre os direitos creditórios dados em garantia ao BNDES na Cláusula Oitava (Garantia da Operação); ou
- f) o descumprimento de qualquer obrigação prevista no presente CONTRATO e no CONTRATO de Cessão Fiduciária de Direitos, Administração de Contas e Outras Avenças mencionado no caput da Cláusula Oitava (Garantia da Operação);
- g) aplicação dos recursos concedidos por este Contrato em finalidade diversa da prevista na Cláusula Primeira (Natureza, Valor e Finalidade do Contrato).

As cláusulas de vencimento antecipado estabelecidas nos contratos de financiamentos e empréstimos estão sendo cumpridas pela Companhia.

24.2 - Composição dos financiamentos e empréstimos por indexador:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
IPCA	300	361
CDI	739.983	915.673
TJLP	197.858	-
Sem indexador	512.505	291.533
Total	1.450.646	1.207.567
Principal	1.435.645	1.191.837
Encargos	15.001	15.730
Total	1.450.646	1.207.567

24.3 – Vencimentos das parcelas do passivo não circulante

O valor principal dos financiamentos e empréstimos a longo prazo, no montante de R\$ 1.152.608 (R\$ 957.153, em 2014), tem seus vencimentos assim programados:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
2016	-	281.478
2017	330.526	280.612
2018	327.418	277.503
2019	145.378	95.473
2020	71.993	22.087
2021	49.905	-
Após 2021	227.388	-
Total Não Circulante	1.152.608	957.153

24.4- Mutação dos financiamentos e empréstimos

	Controladora e Consolidado			
	Circulante			Não Circulante Principal
	Encargos	Principal	Total	
Saldo em 31/12/2013	1.974	58.218	60.192	791.819
Ingressos	-	-	-	400.000
Provisão de Encargos	123.421	-	123.421	-
Variação monetária	16	1	17	13
Transferências	-	234.679	234.679	(234.679)
Amortizações/pagamentos	(109.681)	(58.214)	(167.895)	-
Saldo em 31/12/2014	15.730	234.684	250.414	957.153
Ingressos	-	-	-	476.915
Provisão de Encargos	137.418	-	137.418	-
Variação monetária	30	4	34	25
Transferências	-	281.485	281.485	(281.485)
Amortizações/pagamentos	(138.177)	(233.136)	(371.313)	-
Saldo em 31/12/2015	15.001	283.037	298.038	1.152.608

24.5– Garantias

A Companhia participa, sem custo ou recebimento de remuneração, na qualidade de interveniente garantidora de diversos empreendimentos cujos montantes garantidos, projeções e valores já pagos estão demonstrados abaixo:

Empresa	Banco Financiador	Modalidade	Participação na Investida	Valor do Financiamento (Quota parte da Companhia) (*)	Saldo Devedor em 31/12/2015 (*)	Projeção do Saldo Devedor			Término da Garantia
						2016	2017	2018	
TDG	BNB (FNE)	SPE	49,0%	29.764	28.422	27.706	26.530	481	30/03/2031
TDG	BNB (FNE)	SPE	49,0%	58.346	53.128	52.918	52.782	3.580	30/10/2032
Manaus Transmissora	BASA (FNO)	SPE	19,5%	48.750	67.805	63.024	58.702	54.380	10/07/2030
Manaus Transmissora	BASA (FDA)	SPE	19,5%	29.250	31.157	28.641	26.350	24.059	10/07/2031
Sinop	BB e BNP Paribas	SPE	24,5%	73.500	80.850	-	-	-	01/02/2016
Serra das Vacas	Itaú BBA e Bradesco BBI	SPE	49,0%	115.150	13.917	-	-	-	04/2016
Serra das Vacas	Itaú BBA e Bradesco BBI	SPE	49,0%	132.009	114.004	141.291	140.732	139.662	2017
Total				486.769	389.283	313.580	305.096	222.162	

(*) Valor do Financiamento contratado considerando o percentual de participação da Chesf na SPE.

25 – OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

	Controladora	Consolidado	Controladora e Consolidado
	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2014
Contribuições sociais	35.848	36.007	29.657
Férias	91.062	91.518	84.679
Outros	9.253	9.253	8.496
Total	136.163	136.778	122.832

26 – INCENTIVO AO DESLIGAMENTO VOLUNTÁRIO – PIDV

A Companhia aprovou um programa denominado “Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário – PIDV”, destinado ao desligamento de empregados que possuíam a partir de 20 anos de vínculo empregatício efetivo na Companhia ou que estivessem aposentados pelo INSS, e que voluntariamente desejassem aderir cujo prazo de adesão encerrou no dia 10/07/2013.

Aos empregados participantes do PIDV, e a seu grupo familiar, foi assegurado um plano de saúde administrado pela Fachesf, denominado “Fachesf Saúde Mais”, por um período de 60 (sessenta) meses, a partir da data de seu desligamento.

O Fachesf Saúde Mais é um plano privado de assistência à saúde, destinado exclusivamente para os empregados, participantes do Plano Previdenciário da Fachesf, que aderirem ao Plano de Incentivo a Demissão Voluntária – PIDV, e aos seus respectivos dependentes e agregados vinculados ao Plano de Assistência Patronal – PAP da Chesf, na data de adesão.

Em 31/12/2015 a Companhia possui registrado o montante de R\$ 109.521 (R\$ 132.855, em 31/12/2014), referente a PIDV e plano de saúde.

27 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia é patrocinadora da Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social - Fachesf, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por finalidade principal assegurar a prestação de benefícios complementares aos concedidos pela Previdência Oficial.

O regime atuarial da Fachesf é o de capitalização e o Plano originalmente constituído é do tipo Benefício Definido (Plano BD). Em 29/06/2001, foram implantados os Planos de Contribuição Definida (Plano CD) e de Benefício Saldado (Plano BS), tendo a migração de participantes do Plano BD para os novos Planos, encerrada em 19/11/2001, atingindo o percentual de 97,1%.

A Companhia adota os procedimentos recomendados pelo Pronunciamento Técnico CPC 33(R1) (IAS 19), aprovado pela Deliberação CVM nº 695/2012, procedendo à avaliação atuarial dos passivos decorrentes dos benefícios pós-emprego. Os critérios e hipóteses adotados nessa avaliação podem diferir daqueles adotados pela administração do programa, os quais seguem legislações específicas, impedindo, assim, as comparações simples de resultados.

Em conformidade com as práticas contábeis previstas na Deliberação CVM nº 695/2012, a Companhia adota como política contábil o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais, no período em que ocorrerem, em outros resultados abrangentes conforme orientações do CPC 33(R1) e IAS 19.

A seguir, encontra-se o detalhamento dos compromissos referentes aos Planos de Aposentadoria, na forma da Deliberação CVM nº 695/2012, na data-base de 31/12/2015.

PLANO PREVIDENCIÁRIO

- **Características Básicas**

A Fachesf administra em favor dos empregados da Chesf três planos de aposentadoria: o Plano de Benefícios, o Plano de Aposentadoria de Contribuição Definida e o Plano Saldado de Benefícios.

O Plano de Benefícios, do tipo benefício definido, garante aos participantes um benefício de 100% da média dos últimos salários.

O Plano de Aposentadoria de Contribuição Definida é um plano onde o participante escolhe o seu nível de contribuição e a patrocinadora contribui com um percentual variável da contribuição escolhida pelo participante. A acumulação desses recursos é que irá determinar o valor do benefício do participante. A Chesf se responsabiliza ainda pelos custos dos benefícios de risco e da administração do plano. Este é o único Plano aberto a novas inscrições.

Os participantes que optaram pela transferência do Plano de Benefícios para o Plano de Aposentadoria de Contribuição Definida tiveram a opção de manter no Plano Saldado de Benefícios o valor proporcional que haviam acumulado no plano de origem ou transferir o valor presente de tal benefício para o Plano de Aposentadoria de Contribuição Definida.

• **Política Contábil Adotada pela Entidade no Reconhecimento dos Ganhos e Perdas Atuariais.**

A obrigação com benefícios de aposentadoria reconhecida no balanço patrimonial representa o valor presente da obrigação com os benefícios definidos, ajustada por ganhos e perdas atuariais e pelo custo dos serviços passados, reduzido pelo valor justo dos ativos do plano, conforme previsto no Pronunciamento sobre a Contabilização de Benefícios a Empregados.

Perfil populacional dos participantes:

	31/12/2015			31/12/2014		
DADOS POPULACIONAIS	Plano BD	Plano BS	Plano CD	Plano BD	Plano BS	Plano CD
Participantes ativos						
Participantes - nº	15	1.124	4.248	15	1.132	3.619
Idade Média (anos)	60,06	57,95	46,50	59,50	57,49	44,51
Salário Médio em R\$	8.510,14	1.882,40	9.488,54	7.737,62	1.793,46	8.330,69
Aposentados						
Participantes Aposentados - nº	4.506	1.180	1.514	4.624	1.183	1.520
Idade Média	71,48	63,18	63,04	71,14	62,70	62,58
Benefício em Médio R\$	4.041,69	3.193,71	2.472,23	3.856,80	3.058,89	2.337,34
Pensionistas						
Números de pensões	1.621	137	133	1.695	136	227
Benefício Médio em R\$	1.590,41	1.017,86	2.043,06	1.377,20	856,86	1.428,34
População Total	6.142	2.441	5.895	6.334	2.451	5.366

SEGURO DE VIDA

A Companhia subsidia parte dos prêmios decorrentes de uma apólice de seguro de vida para os empregados ativos. Os ex-empregados aposentados, que optaram por permanecer vinculados a essa apólice, pagam integralmente o prêmio que é estabelecido de forma coletiva para toda a massa de ativos e inativos. Todavia, dadas as características etárias das massas populacionais de ativos e inativos, o cálculo atuarial do prêmio segregado atribuível à massa inativa identifica a existência de um subsídio pós-emprego indireto pago pela Companhia.

Com base nas características apresentadas, a Companhia registra em seu passivo não circulante a avaliação atuarial para cobertura dos segurados inativos, considerando o total da apólice vigente, segregada entre as partes.

Em conformidade com as novas práticas contábeis, a Companhia adota como política contábil o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais apurados relativo ao benefício de seguro de vida, no período em que ocorrerem, em outros resultados abrangentes, conforme orientações do CPC 33(R1) e IAS 19.

HIPÓTESES ATUARIAIS E ECONÔMICAS

	2015	2014
Hipóteses Econômicas		
Taxa de juros de desconto atuarial anual	13,22%	12,20%
Taxa de juros real de desconto atuarial anual	7,32%	6,13%
Projeção de aumento médio dos salários	8,26%	7,83%
Projeção de aumento médio dos benefícios	5,50%	5,72%
Taxa média de inflação anual	5,50%	5,72%
Expectativa de retorno dos ativos do plano	13,22%	12,20%
Hipóteses Demográficas		
Taxa de rotatividade	0,00%	0,00%
Tábua de mortalidade de ativos e inativos	AT-2000 BASIC (D5%) M&F	AT-83 M&F
Tábua de mortalidade de inválidos	AT- 49 M&F	AT- 49 M&F
Tábua de invalidez	Alvaro Vindas	Alvaro Vindas
% de casados na data de aposentadoria	95%	95%
Diferença de idade entre homens e mulheres	4 anos	4 anos

A taxa de juros de longo prazo considerada baseou-se na prática de mercado dos títulos do Governo Federal, conforme critério recomendado pelas normas nacionais e internacionais, para prazos similares aos dos fluxos das obrigações do programa de benefícios.

PLANOS DE BENEFÍCIOS EM 31/12/2015

	31/12/2015				
	Plano BD	Plano BS	Plano CD	Seguro	Total
ALTERAÇÕES NAS OBRIGAÇÕES					
Valor presente da obrigação atuarial líquida no início do período	2.698.011	764.548	1.876.960	55.273	5.394.792
Custo de juros	314.192	90.324	226.309	6.765	637.590
Custo do serviço corrente	10	476	138.505	4.143	143.134
Benefícios pagos pelo plano	(271.085)	(46.023)	(54.993)	-	(372.101)
Remensurações de Ganho/(Perdas) atuariais	(180.855)	(39.633)	(168.860)	(121)	(389.469)
Decorrentes de ajuste de experiência	(41.867)	(13.870)	(117.647)	846	(172.538)
Decorrentes de alterações premissas biométricas	63.458	54.587	20.353	267	138.665
Decorrentes de alterações premissas financeiras	(202.446)	(80.350)	(71.566)	(1.234)	(355.596)
Valor presente da obrigação atuarial líquida no final do período	2.560.273	769.692	2.017.921	66.060	5.413.946
ALTERAÇÕES DOS ATIVOS FINANCEIROS					
Valor justo dos ativos do plano no início do período	2.181.009	1.160.451	1.822.024	-	5.163.484
Receita de juros	256.722	138.840	228.114	-	623.676
Contribuições do patrocinador	54.818	3.961	64.268	-	123.047
Contribuições dos participantes	8.268	-	75.564	-	83.832
Benefícios pagos pelo plano	(271.085)	(46.023)	(54.993)	-	(372.101)
Ganhos/(Perdas) sobre os ativos do plano (excluindo a receita de juros)	(137.279)	(61.120)	(126.341)	-	(324.740)
Valor justo dos ativos do plano no final do período	2.092.453	1.196.109	2.008.636	-	5.297.198

PLANOS DE BENEFÍCIOS EM 31/12/2014

ALTERAÇÕES NAS OBRIGAÇÕES	31/12/2014				
	Plano BD	Plano BS	Plano CD	Seguro	Total
Valor presente da obrigação atuarial líquida no início do período	2.568.624	728.895	1.570.296	5.182	4.872.997
Custo de juros	292.217	85.892	187.041	621	565.771
Custo do serviço corrente	1.774	1.053	134.404	306	137.537
Benefícios pagos pelo plano	(262.806)	(48.053)	(50.170)	-	(361.029)
Remensurações de Ganho/(Perdas) atuariais	98.202	(3.239)	35.389	49.164	179.516
Decorrentes de ajuste de experiência	95.389	(3.462)	25.713	48.755	166.395
Decorrentes de alterações premissas biométricas	(43.023)	(14.518)	(2.985)	-	(60.526)
Decorrentes de alterações premissas financeiras	45.836	14.741	12.661	409	73.647
Valor presente da obrigação atuarial líquida no final do período	2.698.011	764.548	1.876.960	55.273	5.394.792
ALTERAÇÕES DOS ATIVOS FINANCEIROS					
Valor justo dos ativos do plano no início do período	2.171.544	1.111.699	1.599.167	-	4.882.410
Receita de juros	245.671	131.896	198.863	-	576.430
Contribuições do patrocinador	81.945	2.109	60.381	-	144.435
Contribuições dos participantes	8.106	-	71.476	-	79.582
Benefícios pagos pelo plano	(262.806)	(48.053)	(50.170)	-	(361.029)
Ganhos/(Perdas) sobre os ativos do plano (excluindo a receita de juros)	(63.451)	(37.200)	(57.693)	-	(158.344)
Valor justo dos ativos do plano no final do período	2.181.009	1.160.451	1.822.024	-	5.163.484

ATIVOS GARANTIDORES POR CATEGORIA

As principais categorias de ativos do plano no final do período são apresentadas a seguir:

Categorias de Ativo	31/12/2015			31/12/2014		
	Plano BD	Plano BS	Plano CD	Plano BD	Plano BS	Plano CD
Disponível	977	9	8	898	6	7
Realizável	262.473	15.008	48.094	257.180	10.456	38.193
Títulos Públicos	1.542.559	841.173	1.246.485	1.392.023	652.468	952.709
Crédito de Depósitos Privados	36.480	-	-	19.090	8.539	3.661
Debêntures	-	7.498	2.473	-	-	-
Ações	41.114	13.569	20.471	9	4	5
Investimentos em Fundos	349.753	259.858	624.803	666.035	432.666	770.160
Investimentos imobiliários	35.399	-	5.372	31.250	-	4.555
Empréstimos e financiamentos	139.018	79.916	88.588	129.961	71.390	80.239
Outros Realizáveis	-	-	2.000	-	-	-
(-) Exigíveis Previdenciários	(32.504)	(15.810)	(25.065)	(29.725)	(10.658)	(22.066)
(-) Exigível Contingencial	(270.564)	-	-	(277.084)	-	-
(-) Fundo de Investimentos	(12.252)	(5.112)	(4.593)	(8.628)	(4.420)	(5.439)
Valor justo dos ativos do plano	2.092.453	1.196.109	2.008.636	2.181.009	1.160.451	1.822.024

FLUXO PROJETADO DE PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS

Valores esperados	Posição em 31/12/2015		
	Plano BD	Plano BS	Plano CD
Até 1 ano:	252.652	55.943	52.740
De 1 ano a 2 anos:	249.126	57.010	52.765
De 2 anos a 5 anos:	721.499	179.662	158.186
Acima de 5 anos:	3.526.480	1.348.329	1.227.224
Total dos pagamentos esperados pelo Plano:	4.749.757	1.640.944	1.490.915

MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO COM BENEFÍCIOS POS-EMPREGO

	Plano BD	Plano BS	Plano CD	Seguro	Total
Saldo em 31/12/2013	605.126	-	-	5.182	610.308
Custo dos Juros e do Serviço	40.212	1.053	62.929	927	105.121
Pagamentos	(82.083)	-	(55.782)	-	(137.865)
Ajuste atuarial	258.405	(1.053)	47.790	49.164	354.306
Saldo em 31/12/2014	821.660	-	54.937	55.273	931.870
Custo dos Juros e do Serviço	49.213	476	62.941	10.908	123.538
Pagamentos	(38.993)	-	(59.205)	-	(98.198)
Ajuste atuarial	249.609	(476)	(49.388)	(121)	199.624
Saldo em 31/12/2015	1.081.489	-	9.285	66.060	1.156.834

CUSTO PERIÓDICO LÍQUIDO

	Exercício de 2015				
	Plano BD	Plano BS	Plano CD	Seguro	Total
COMPONENTES DO CUSTO PERIÓDICO					
Custo do Serviço	10	476	138.505	4.143	143.134
Custo dos juros	57.471	-	-	6.765	64.236
Contribuição de participantes	(8.268)	-	(75.564)	-	(83.832)
CUSTO DOS BENEFÍCIOS NO PERÍODO	49.213	476	62.941	10.908	123.538

	Exercício de 2014				
	Plano BD	Plano BS	Plano CD	Seguro	Total
COMPONENTES DO CUSTO PERIÓDICO					
Custo do Serviço	1.773	1.053	134.404	306	137.536
Custo dos juros	46.545	-	-	621	47.166
Contribuição de participantes	(8.106)	-	(71.475)	-	(79.581)
CUSTO DOS BENEFÍCIOS NO PERÍODO	40.212	1.053	62.929	927	105.121

MOVIMENTAÇÃO DE BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO EM OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

	Plano BD	Plano BS	Plano CD	Seguro	Total
Saldo em 31/12/2013	(545.856)	(34.406)	(150.177)	24.482	(705.957)
Ganhos e perdas	(258.405)	1.053	(47.790)	(49.163)	(354.305)
Tributos Diferidos	(225.547)	919	(41.712)	(42.912)	(309.252)
Saldo em 31/12/2014	(1.029.808)	(32.434)	(239.679)	(67.593)	(1.369.514)
Ganhos e perdas	(249.609)	476	49.388	121	(199.624)
Saldo em 31/12/2015	(1.279.417)	(31.958)	(190.291)	(67.472)	(1.569.138)

ANÁLISES DE SENSIBILIDADE DAS PRINCIPAIS HIPÓTESES

	PLANO BD				
	TÁBUA BIOMÉTRICA		TAXA DE JUROS		Parâmetros deste Demonstrativo
	Idade - 1	Idade +1	+ 0,25%	- 0,25%	
Montantes do:					
Valor presente da obrigação atuarial do plano	2.610.520	2.508.589	2.512.741	2.609.488	2.560.273
Valor justo dos ativos do plano	2.092.453	2.092.453	2.092.453	2.092.453	2.092.453
Superávit / (Déficit) técnico do plano	(518.067)	(416.136)	(420.288)	(517.035)	(467.820)
Variações:					
Aumento / redução da obrigação atuarial	2,0%	-2,0%	-1,9%	1,9%	-
Aumento / redução dos ativos do plano	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	-
Aumento / redução do Superávit / (Déficit) técnico do plano	10,7%	-11,0%	-10,2%	10,5%	-

	PLANO BS				
	TÁBUA BIOMÉTRICA		TAXA DE JUROS		Parâmetros deste Demonstrativo
	Idade - 1	Idade +1	+ 0,25%	- 0,25%	
Montantes do:					
Valor presente da obrigação atuarial do plano	780.290	758.646	751.423	788.748	769.692
Valor justo dos ativos do plano	1.196.109	1.196.109	1.196.109	1.196.109	1.196.109
Superávit / (Déficit) técnico do plano	415.819	437.463	444.686	407.361	426.417
Variações:					
Aumento / redução da obrigação atuarial	1,4%	-1,4%	-2,4%	2,5%	-
Aumento / redução dos ativos do plano	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	-
Aumento / redução do Superávit / (Déficit) técnico do plano	-2,5%	2,6%	4,3%	-4,5%	-

	PLANO CD				
	TÁBUA BIOMÉTRICA		TAXA DE JUROS		Parâmetros deste Demonstrativo
	Idade - 1	Idade +1	+ 0,25%	- 0,25%	
Montantes do:					
Valor presente da obrigação atuarial do plano	2.022.624	2.012.946	2.002.067	2.034.491	2.017.921
Valor justo dos ativos do plano	2.008.636	2.008.636	2.008.636	2.008.636	2.008.636
Superávit / (Déficit) técnico do plano	(13.988)	(4.310)	6.569	(25.855)	(9.285)
Variações:					
Aumento / redução da obrigação atuarial	0,2%	-0,2%	-0,8%	0,8%	-
Aumento / redução dos ativos do plano	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	-
Aumento / redução do Superávit / (Déficit) técnico do plano	49,3%	-52,1%	-166,7%	174,2%	-

SEGURO DE VIDA					
	TÁBUA BIOMÉTRICA		TAXA DE JUROS		Parâmetros deste Demonstrativo
	Idade - 1	Idade +1	+ 0,25%	- 0,25%	
Montantes do:					
Valor presente da obrigação atuarial do plano	66.117	65.998	65.353	66.783	66.060
Superávit / (Déficit) técnico do plano	(66.117)	(65.998)	(65.353)	(66.783)	(66.060)
Variações:					
Aumento / redução da obrigação atuarial	0,1%	-0,1%	-1,1%	1,1%	-
Aumento / redução do Superávit / (Déficit) técnico do plano	0,1%	-0,1%	-1,1%	1,1%	-

PASSIVO ATUARIAL DOS PLANOS PREVIDENCIÁRIOS CONTRATADOS

A Companhia mantém plano de previdência aos seus empregados e seguro de vida pós-emprego conforme a seguir:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Planos previdenciários	1.090.774	876.597
Seguro de vida	66.060	55.273
Total	1.156.834	931.870
Circulante	25.876	91.296
Não circulante	1.130.958	840.574

Os valores reconhecidos no período foram apurados com base no laudo atuarial preparado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

A avaliação atuarial é intrinsecamente incerta e, portanto, está sujeita a alterações quando da revisão atuarial realizada anualmente.

OUTROS BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

Além dos benefícios concedidos por intermédio dos planos de previdência complementar, a Companhia oferece outras vantagens a seus empregados, tais como: plano de saúde, seguro de vida, auxílio refeição, auxílio transporte e auxílio educação, que são periodicamente negociadas por ocasião dos acordos coletivos de trabalho. No exercício, a Companhia despendeu com essas rubricas o montante de R\$ 156.599 (R\$ 157.018, em 2014).

28 – OUTROS PASSIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
<u>Circulante</u>				
Taxa de fiscalização da Aneel	1.607	311	1.607	311
Benefícios pós-emprego – contribuição normal	11.415	10.220	11.415	10.220
Aquisição de imóveis – acampamento	923	1.493	923	1.493
Convênio MME	4.210	4.210	4.210	4.210
Cauções em garantia	2.940	3.332	2.940	3.332
Acordo Chesf/Senai	1.341	1.469	1.341	1.469
Entidade seguradora	98	149	98	149
Aquisição da conexão à SE Pirapama II	1.353	1.353	1.353	1.353
Contas a pagar - Eletropar	73	-	73	-
Outros	3.936	2.616	35.402	5.063
	27.896	25.153	59.362	27.600
<u>Não Circulante</u>				
FGTS Conta-Empresa	4.552	4.347	4.552	4.347
Eletropar	19	1.456	19	1.456
Valores a ressarcir - Lei nº 12.783/13	90.461	-	90.461	-
Outros	-	-	-	7.796
	95.032	5.803	95.032	13.599
Total	122.928	30.956	154.394	41.199

29 – RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E AMBIENTAIS

	Controladora	Controladora e Consolidado		
	Provisão em 31/12/2014	Adições (reversões)	Baixas	Provisão em 31/12/2015
Trabalhistas	144.284	9.811	(9.570)	144.525
Cíveis	1.328.989	336.107	(166.412)	1.498.684
Ambientais	165	-	-	165
Fiscais	9.478	7.684	-	17.162
Total	1.482.916	353.602	(175.982)	1.660.536

A Chesf é parte em processos judiciais, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, cíveis e trabalhistas.

A Chesf, em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil, adota o procedimento de classificar as causas impetradas contra a Companhia em função do risco de perda, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

- São constituídas provisões para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado **provável**;
- São divulgadas em notas explicativas as informações correspondentes às causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado **possível**;
- Para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado **remoto**, somente são divulgadas em notas explicativas as informações que, a critério da administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das demonstrações financeiras.

As contingências da área Trabalhista são compostas na sua maioria de ações relativas a periculosidade; horas extras; suplementações de aposentadoria Fachesf; equiparação/enquadramento funcional e de verbas rescisórias decorrentes de inadimplências de empresas terceirizadas.

As Cíveis de maior peso são as ações de caráter indenizatório, desapropriações e de recomposição financeira de contratos.

Na área Tributária há questões envolvendo anulação de autos de infração; pleitos de ressarcimento/compensação de créditos (PIS, Cofins, IRPJ, CSLL, ITR, ICMS entre outros tributos).

Todas essas contingências estão tendo as devidas defesas pela Companhia, tendo sido constituídos os pertinentes depósitos judiciais, quando requeridos.

1) Destacam-se as seguintes ações com *risco de perda provável*:

- 1.1)** A Chesf é autora de uma ação na qual pede a declaração de nulidade parcial de aditivo (Fator K de correção analítica de preços) ao contrato de empreitada das obras civis da Usina Hidrelétrica Xingó, firmado com o Consórcio formado pela Companhia Brasileira de Projetos e Obras - CBPO, CONSTRAN S.A. - Construções e Comércio e Mendes Júnior Engenharia S.A. (rés neste processo, e aqui doravante assim referidas), e a devolução de importâncias pagas, a título de Fator K, no valor de aproximadamente R\$ 350.000 (valores da época, convertidos em reais), em dobro. As mesmas rés, além de contestarem o feito, ajuizaram em paralelo reconvenção pleiteando a condenação da Chesf a pagamentos vencidos decorrentes do mesmo aditivo contratual não tempestivamente liquidados pela Companhia (glosa parcial do Fator K entre julho de 1990 e dezembro de 1993, em obediência à Lei nº 8.030/1990, e suspensão integral do pagamento do Fator K, no período de janeiro de 1994 a janeiro de 1996).

Após longa tramitação processual nas instâncias ordinárias, incluindo controvérsia em torno do ramo judiciário competente para seu processamento e julgamento (a Chesf e a União, sua assistente no processo, entendem pela competência da Justiça Federal; o Tribunal Regional Federal da 5ª Região, à luz da Lei nº 8.197/1991, entendeu ser a competência da Justiça Estadual, entendimento este ratificado pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco/TJPE – o Superior Tribunal de Justiça/STJ, instado a se pronunciar na matéria, não conheceu do correspondente recurso especial por razões exclusivamente processuais), a ação da Chesf foi julgada improcedente e a reconvenção das rés julgada procedente, ambas as decisões proferidas pelo TJPE.

A Chesf e a União, no curso do processo – por questões incidentais – e especialmente ao seu final nas instâncias ordinárias, apresentaram recursos especiais e extraordinários. Em torno do processo principal, o Supremo Tribunal Federal/STF não conheceu do recurso extraordinário, por ajuizar inexistir matéria diretamente constitucional na controvérsia. E o STJ, em agosto/2010, negou provimento ao recurso especial da Chesf (RESP 726.446), ensejando a apresentação pela Companhia de embargos de declaração cujo julgamento foi iniciado em dezembro/2012 e concluído em dezembro/2013, sendo a eles por igual negado provimento e objeto de segundos Embargos de Declaração, que, de igual modo foram negados. Ato contínuo, foram apresentados embargos de divergência em recurso especial que, em 31/12/2015, ainda estavam pendentes de julgamento tanto pela Corte Especial quanto pela Primeira Seção do mesmo STJ. Em fevereiro de 2016, os embargos de divergência de competência da Corte Especial foram rejeitados liminarmente pelo Relator, Ministro Luiz Felipe Salomão. A Chesf interpôs agravo regimental dessa decisão, que ainda está pendente de julgamento pelo colegiado do STJ.

Paralelamente, e desde a conclusão da tramitação do feito perante as instâncias ordinárias, as rés vem tomando, perante as instâncias ordinárias do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, diversas iniciativas no sentido de promover a execução do montante que pleitearam em reconvenção.

Assim, em novembro/1998 apresentaram pedido de execução provisória, mediante antecipação judicial da tutela pretendida, mas tal iniciativa foi suspensa por ordem do STJ.

Após, as mesmas rés formularam processo de liquidação da decisão provisória que detinham em seu favor, o qual, afinal – e não sem antes, no seu curso, haver sido declinado, por incompetência, à Justiça Federal, decisão esta revertida pelo TJPE a pedido das rés –, foi extinto sem julgamento de mérito por decisão da primeira instância que, recorrida, foi revertida pelo TJPE, que deu provimento, em larga medida, à pretensão das rés (AI 205.097-7), homologando, com exclusões, o segundo laudo pericial final de arbitramento de valores apresentado no feito em primeira instância. Ainda neste mesmo caso, e após a sucessiva apreciação de diversos embargos de declaração articulados por todas as partes do processo, o mesmo TJPE acolheu pretensão da Chesf no sentido de excluir daquela anterior homologação de valores o indevido cômputo cumulado de juros moratórios contratuais e legais, reduzindo assim muito substancialmente o montante reconhecido em favor das rés.

Concluída a apreciação da matéria liquidatória nas instâncias ordinárias do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, todas as partes do processo apresentaram recursos às instâncias judiciárias superiores – no caso da Chesf, tanto recurso especial ao STJ (apontando diversas irregularidades processuais e manifestas reduções ainda legalmente necessárias no montante liquidatório inicialmente homologado pelo TJPE) quanto recurso extraordinário ao STF (apontando questões processuais relacionadas às garantias fundamentais constitucionais): todos estes recursos, em 31/12/2015, aguardam apreciação pelos respectivos Tribunais Superiores.

Cabe ainda registrar, neste mesmo feito – processo de liquidação –, que independentemente dos antes referidos recursos especiais e extraordinários ora pendentes de apreciação, encontra-se em curso perante o STJ o RESP 1.366.295, onde, já após a vigência da Lei nº 9.469/1997, controverte-se novamente a competência para processamento e julgamento daquela causa (a Chesf e a União, sua assistente no processo, entendem pela competência da Justiça Federal; as rés entendem pela competência do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco): neste recurso houve decisão denegatória da Segunda Turma do STJ, seguida de embargos declaratórios da CHESF, sendo esta a situação do feito em 31/12/2015. Em fevereiro/2015 houve apreciação dos referidos embargos declaratórios com idêntico resultado, cujo acórdão ainda aguarda publicação.

Em agosto/2013 as rés, após a conclusão da tramitação deste feito liquidatório perante as instâncias ordinárias – e sem prejuízo das pendências dos recursos às instâncias judiciárias superiores antes referidos –, tomaram iniciativa perante a 12ª Vara Cível de Recife – PE no sentido de promover a execução provisória dos valores, que referenciados a abril/2015 totalizam um montante de R\$ 1.035 milhão. Houve determinação de penhora *on line*, via Bacenjud, com várias iniciativas de incidência sobre ativos da CHESF. Até o dia 31/12/2015 os bloqueios somavam a importância de R\$ 360 milhões. O consórcio peticionou requerendo que fosse penhorado 25% do faturamento da Chesf, bem como fosse liberado o valor até então bloqueado sem a apresentação de caução idônea, sendo tal pleito **indeferido** pelo MM. Juízo, decisão posteriormente confirmada pelo TJPE. Em 24/02/2016 nova decisão da 12ª Vara Cível da Comarca de Recife deferiu o pedido de penhora sobre títulos da dívida pública havidos pela Chesf, de forma a complementar, até o valor da condenação, o valor já bloqueado. Contra tal medida foi apresentado Agravo de Instrumento ao TJPE, pendente de julgamento. A referida penhora ainda não foi formalizada.

Considerando o andamento de todo o conjunto processual acima referido e todos os julgamentos aos recursos até então apresentados, a Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, atualizou a provisão em seu passivo não circulante, no montante de R\$ 1.071.554 para fazer face a eventuais perdas decorrentes desse assunto. Esta provisão corresponde, por um lado, aos pagamentos à época vencidos e não tempestivamente liquidados pela Companhia referidos ao Fator K (glosa parcial do Fator K entre julho de 1990 e dezembro de 1993, em obediência à Lei nº 8.030/1990, e suspensão integral do pagamento do Fator K, no período de janeiro de 1994 a janeiro de 1996), e, por outro lado, ao montante liquidatório homologado pelo TJPE atualizado pelos critérios daquele mesmo julgado e ajustado pelas parcelas ainda controvertidas pela Chesf naquele mesmo feito, mediante o correspondente recurso especial anteriormente referido.

Inexiste previsão de tempo para o desfecho desta lide.

- 1.2)** Ação de Indenização de 14.400 ha. de terra na Fazenda Aldeia, proposta na Comarca de Sento Sé (BA), pelo Espólio de Aderson Moura de Souza e esposa (Proc. 0085/1993). A sentença foi julgada procedente no primeiro grau para condenar a Chesf no valor de R\$ 50.000, (principal mais juros e correção monetária). Em 31/12/2008, a Chesf interpôs recurso para o Tribunal de Justiça da Bahia. Em 31/03/2009 o processo foi transferido para a Justiça Federal face intervenção da União Federal na qualidade de assistente. Em 30/06/2011 foi julgado parcialmente procedente recurso de apelação interposto pela Chesf perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, sendo negado provimento à apelação do autor. Em 30/09/2011 foi ajuizada ação rescisória perante o Tribunal Regional Federal da Primeira Região, tendo sido deferida liminar em 31/12/2011 determinando a interrupção da execução do processo principal. A Companhia possui em seu passivo não circulante provisão para suportar eventual perda nesta Ação no valor de R\$ 100.000. Em 31/12/2015, estava a ação rescisória ainda pendente de julgamento.

- 1.3)** Ação de indenização promovida por Indústrias Reunidas Raimundo da Fonte S/A (Vitivinícola Santa Maria S.A), Processo nº0028240-80.2002.8.17.0001 - 1ª VC/Recife-PE, em decorrência de inundação provocada pela enchente de 1992 do Rio São Francisco.

A sentença, transitada em julgado, determinou a liquidação provisória, remetendo para a perícia a definição dos danos emergentes e dos lucros cessantes. Foi nomeado apenas um perito engenheiro agrônomo, o qual detinha competência para a apuração do dano emergente, mas não do lucro cessante. O laudo foi impugnado pela Chesf, que requereu ao juízo da 1.ª Vara Cível que fosse realizada uma perícia contábil a fim de se chegar a um valor, ainda que aproximado, de lucros cessantes, considerando a atividade desenvolvida pela exequente. O requerimento foi indeferido, tendo sido oposto agravo de instrumento, que confirmou a decisão de indeferimento, recurso especial (que teve o seu processamento negado pelo TJPE) e Agravo em recurso especial (AREsp 377.209-PE), que não foi provido, e Agravo Regimental, que também não foi provido, resultando no trânsito em julgado do processo. A Companhia já realizou depósitos judiciais no importe de R\$ 61.004, que já foi levantado pela parte adversa e aguarda-se que seja proferida sentença de extinção da execução.

- 1.4)** Ação de desapropriação movida pela Companhia contra Herculano Galdino do Nascimento - processo 0000538-66.2007.805.0245 - agora como parte Henrique Moraes do Nascimento, cujo objeto da causa é a contestação do valor pago no processo. A Companhia mantém em seu passivo não circulante provisão para suportar eventual perda nesta ação no valor de R\$ 52.000.

- 2)** A Chesf possui ações não provisionadas, com **risco de perda possível**, conforme distribuição a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Trabalhistas	151.525	99.762
Ambientais	4.210	3.700
Cíveis e fiscais	4.870.339	2.734.225
Total	5.026.074	2.837.687

- 2.1)** Dentre essas destacam-se as seguintes:

- 2.1.1)** Ação de indenização ajuizada pelo Consórcio formado pelas empresas CBPO/CONSTRAN/Mendes Júnior, ajuizada em 08/06/1999, na qual pede a condenação da Companhia ao pagamento de compensação financeira adicional, em virtude de atraso no pagamento das faturas do contrato referente à Usina Hidrelétrica Xingó, para as faturas emitidas após 30/04/1990. Na aludida ação, as autoras formularam pedidos genéricos, limitando-se a apontar a existência de um suposto direito a compensação financeira, remetendo a apuração dos valores para a liquidação da sentença.

A Chesf contestou a ação, inclusive pedindo que a União Federal fosse admitida no feito, com a consequente remessa do processo a uma das Varas da Justiça Federal em Pernambuco. Após a apresentação de perícia foi proferida sentença, pela justiça estadual, sendo a Chesf condenada a pagar aos autores a importância de R\$ 23.766, a preços de setembro de 2004 (R\$ 51.568, segundo cálculos da Chesf, em 31/03/2010). Contra essa decisão, a Chesf interpôs recurso de apelação, onde foi declarada, pelo TJPE a nulidade da sentença, por ter sido proferida por Juiz incompetente (uma vez que a União Federal havia sido admitida no feito), e determinando o envio dos autos à Justiça Federal. A Justiça Federal de Pernambuco recebeu o processo no estado em que se encontrava, não tendo determinado a realização de nova perícia, e tendo proferido nova sentença, condenando a Chesf ao pagamento das importâncias acima discriminadas. Diante dessa situação a Companhia interpôs recurso de apelação, para o Tribunal Regional Federal da 5.ª Região, no qual requereu a anulação do processo a partir da fase da perícia. Ato contínuo, a autora interpôs recurso de apelação adesivo. Julgados ambos os recursos pela 4ª turma do TRF5, em decisão publicada em 10/12/2014 que determinou a condenação ao pagamento de indenização relativa aos encargos moratórios calculados incorretamente sobre as parcelas pagas com atraso pela Chesf. Prevalecendo as conclusões do perito judicial no que tange ao equívoco da Chesf no cálculo dos encargos contratuais, exceto no que tange à necessidade de correção do anatocismo

verificado no pagamento parcial das faturas e na incidência de juros de mora da parte dispositiva da sentença após 30/09/2001. Honorários reduzidos para R\$ 20. Embargos de declaração apresentados pela Chesf, pela União Federal e pela CBPO. Os embargos da CBPO foram providos para fixar os honorários em 2,5% do valor da condenação. Os embargos da Chesf e da União foram improvidos. A Chesf interpôs Recurso Especial e a parte adversa interpôs recursos especial e extraordinário, os quais se encontram aguardando juízo de admissibilidade.

- 2.1.2)** Ação civil pública proposta contra a Companhia pela Associação Comunitária do Povoado do Cabeço e Adjacências, no valor de R\$ 368.548, perante a 2ª Vara Federal em Sergipe, com o objetivo de obter compensação financeira em decorrência de alegados danos ambientais causados aos pescadores do Cabeço, à jusante da UHE Xingó e provocados pela construção desta Usina - Processo nº 0002809-27.2002.4.05.8500.

Foram incluídos no pólo passivo da ação o Ibama, o IMA-AL, o CRA-BA, a União Federal e a Adema-SE.

Por outro lado, na comarca de Brejo Grande/SE, também tramitava ação civil pública proposta contra a Chesf pela Associação de Pescadores do Povoado Cabeço e Saramém, à qual foi atribuído o valor de R\$ 309.114 com os mesmos propósitos da demanda anteriormente comentada. Em 15/04/2008 foi proferida sentença reconhecendo a competência da Justiça Federal para processar e julgar o feito e determinando a remessa dos autos à 2ª Vara Federal de Sergipe. Em 19/02/2009 as duas ações foram consideradas processualmente conexas e passaram a tramitar juntas perante a 2ª Vara Federal/SE.

Em 14/05/2009 houve audiência com a finalidade de decidir sobre a natureza da prova processual a ser colhida, inclusive realização de perícia, restando estabelecido prazo de 03 (três) meses para as partes apresentarem quesitos para perícia. Após algumas remarcações de audiências, o Juízo decidiu inverter o ônus da prova e o ônus financeiro para realização da perícia, determinando, assim, que seu custo seja suportado pela Chesf. Contra a decisão que inverteu o ônus da prova e o ônus financeiro, a Chesf interpôs agravo de instrumento o qual foi convertido pelo desembargador relator em agravo retido, restando mantida a decisão agravada. Contra essa decisão a Chesf apresentou outros recursos (Embargos e agravo) que não lograram êxito.

Em 29/03/2011, o juiz de primeira instância nomeou equipe de peritos para produção de laudo e em 08/04/2011 a Chesf apresentou em juízo a relação dos seus assistentes técnicos e os seus quesitos periciais. Em audiência realizada no dia 30/11/2011, para a definição da melhor forma de operacionalização do início dos trabalhos periciais, foi determinado que a Chesf efetivasse depósito judicial de R\$ 50 para fazer face às despesas com os peritos judiciais, depósito esse que foi realizado em 31/01/2012. Em 21/05/2013 foi realizada audiência na qual se traçou um cronograma para os trabalhos periciais, que serão realizados por equipes multidisciplinares, restando consignado previsão de conclusão dos laudos para janeiro de 2015. Em 27/11/2013 foi realizada audiência na qual foram homologados os planos de trabalhos das equipes de realização da perícia, estabelecendo-se, ainda, depósito mensal, a cargo da Chesf, para custeio das despesas com a realização da perícia e com os honorários dos profissionais designados nos autos no valor de R\$ 100, com início no mês de dezembro de 2013 e fim em maio de 2015. Também ficou consignado que ambos os processos restarão com seu trâmite exclusivamente direcionado à realização da perícia e suspensos até que seja apresentado o laudo pericial definitivo. Em 18/11/2014 foi realizada nova audiência, para acompanhamento de perícia e definição de cronograma de atividades com vistas à entrega do laudo, que deverá ocorrer no início do ano de 2016.

Suportada em avaliação dos advogados que patrocinam as causas pela Companhia, a expectativa da Administração sobre a possibilidade de perda dessas ações é possível quanto ao insucesso da defesa e remota quanto aos valores dos pedidos.

- 2.1.3)** Ação ordinária proposta pela AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia (proc. 2002.34.00.026509-0 – 15ª Vara Federal-DF) visando à contabilização e liquidação pela Aneel das transações do mercado, relativa à exposição positiva (lucro) verificada em razão da não opção pelo alívio (seguro) feita em dezembro de 2000. Decisão interlocutória proferida no bojo do Agravo de Instrumento da AES SUL (Processo nº 2002.01.00.040870-5) interposto contra a Aneel, resultou num débito de aproximadamente R\$ 110.000, com pagamento estipulado para o dia 07/11/2008.

Para suspender a exigibilidade do débito, foram adotadas naquela oportunidade as seguintes providências jurídicas: 1) ajuizamento de Pedido de Suspensão de Liminar no STJ; 2) impetração de Mandado de Segurança perante o Tribunal de Justiça do Distrito Federal - TJDF; 3) protocolização de petição postulando o ingresso da Chesf no processo, na condição de litisconsorte passiva necessária. Foram acolhidos os procedimentos 2 e 3, com a consequente reforma da liminar e suspensão do débito em questão. A Chesf ingressou na lide como litisconsorte passiva necessária e contestou a ação. Em 31/12/2011 o Tribunal Regional Federal da 1.ª Região havia julgado procedente o mandado de segurança interposto pela Chesf (medida 2), tendo a AES ingressado com Recurso Especial, que após negado provimento, interpôs recurso de apelação. A Ação foi julgada improcedente e os embargos de Declaração rejeitados, havendo assim, a apresentação de recurso de apelação pela autora. Em 31/12/2012, haviam sido oferecidos contrarrazões pela Chesf, estando pendente de apreciação a remessa para o TRF - 1.ª Região. Em 31/03/2013 - TRF 1.ª Região julgou procedente o MS interposto pela Chesf (medida 2). REsp da AES, julgado. Mantida a Segurança. Ação julgada improcedente. Embargos Declaração rejeitados. No dia 26/03/2014 o Recurso de Apelação interposto pela AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia foi julgado e provido pelo TRF 1ª Região. Contra o acórdão que deu provimento à Apelação a Chesf opôs embargos de declaração, os quais foram rejeitados. Em 31/12/2015 o acórdão que improviu os embargos de declaração se achava pendente de publicação. Tendo sido publicado o acórdão em 14/01/2016, a Chesf e as demais rés interuseram recurso de embargos infringentes, com o objetivo de fazer prevalecer o voto vencido.

Com base na avaliação de seus procuradores jurídicos, a administração classificou o risco de perda desta ação como "possível", no montante estimado de R\$ 110.000.

- 2.1.4)** Ação declaratória com pedido de indenização (Proc. nº 7125-2009/434-78.2009.8.06.0115) proposta pela Carbomil Química S.A. objetivando uma indenização em decorrência da instalação de linha de transmissão de energia elétrica na mina Lajedo do Mel, localizada nos municípios de Jaguaruana e Quixeré, no Ceará, e Baraúna, no Rio Grande do Norte. Foi realizada perícia e, em seguida, a Companhia elaborou o incidente processual, protocolizando uma exceção de incompetência, que veio a ser negada. O processo tem estimativa de perda possível no valor de R\$ 70.000. A ação foi julgada procedente, havendo a Chesf apresentado apelação em 30/09/2012. Foi proposta execução de honorários atribuídos pelo juiz da causa a incidente de incompetência relativa, tendo sido manejada pela Chesf objeção de pré-executividade, bem como mandado de segurança a fim de obstar o pagamento dessa verba. No Mandado de Segurança impetrado pela Chesf, decisão do TJCE determinou a anulação dos atos praticados e a remessa dos autos à Justiça Federal. Todos os atos praticados pela Justiça Estadual foram anulados e o processo foi distribuído à 15ª Vara Federal do Ceará, sob o nº 0000033-04.2013.4.05.8101, passando a União Federal a figurar como litisconsorte passivo. Em 15/10/2013, o Juízo da 15ª Vara Federal/CE proferiu sentença favorável à Chesf em face da prescrição e condenou a Carbomil Química S.A. a pagar honorários advocatícios à ordem de 10% sobre o valor da causa. A autora da ação interpôs recurso de apelação cível (AC568404-CE), o qual foi julgado no dia 11/06/2014 e negado provimento. A Carbomil Química S.A. opôs embargos de declaração, os quais foram rejeitados em acórdão transitado em julgado. Os autos foram remetidos à vara de origem e a Chesf requereu o cumprimento de sentença quanto aos honorários advocatícios.
- 2.1.5)** Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público de Pernambuco - MPPE em Petrolândia (Proc. 81643-3), resultante de direito de reassentamento de trabalhadores rurais afetados pela construção da UHE Itaparica. O Autor afirma ser inexistente por carência de legitimidade o acordo firmado pelo Polo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco, em 06/12/1986, e requer a diferença das verbas de manutenções temporárias pagas no período (VMT), dando à causa o valor atualizado de aproximadamente R\$ 87.000. Recurso de Apelação da Chesf, alegando a ilegitimidade do MPPE para o feito teve provimento pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE, contudo, o STJ, em grau de recurso especial proposto pelo Autor reconheceu a legitimidade do MPPE e determinou a remessa dos autos ao TJPE. Em 19/04/2010, julgando o mérito da Apelação da Chesf, o TJPE, à unanimidade, negou-lhe provimento. A Chesf interpôs conjuntamente Recurso Especial e Recurso Extraordinário e correspondentes agravos de instrumento. Em 07/11/2012 foi proferida decisão que negou seguimento ao Recurso Especial da Chesf. Contra essa decisão, a Chesf apresentou Recurso de Agravo Regimental, ao qual foi dado provimento tendo sido reconsiderada a decisão e se determinando o processamento do recurso especial. Em 11/10/2013 foi publicado acórdão dando provimento ao RESP, pronunciando-se, por

unanimidade, a prescrição e decadência. Foram postos Embargos em 23/10/2013 pelo Ministério Público Federal, os quais foram rejeitados. Após a rejeição dos embargos opostos pelo Ministério Público Federal, os reassentados, na condição de terceiros interessados, opuseram novos embargos de declaração, os quais foram igualmente rejeitados. Os reassentados interpuseram Recurso Extraordinário, cujo processamento foi indeferido pelo STJ. Contra esse indeferimento, os terceiros interessados apresentaram agravo com a finalidade de desconstituir a decisão do STJ que inadmitiu o Recurso Especial. O Agravo encontra-se pendente de julgamento em 31/12/2015.

- 2.1.6)** Ação indenizatória proposta pela Hidroservice, processo nº 0009364-44.2003.4.05.8300 que tramita na 2ª Vara Federal-PE, objetivando a anulação de acordo de securitização setor elétrico com indenização pelo deságio na negociação de títulos recebidos, juros bancários. O valor atribuído à causa foi de R\$ 250.000 (históricos), estando estimado em R\$ 598.500. Apelações improvidas, mantendo a sentença que julgou improcedente a ação. Embargos de Declaração julgados em 26/11/2013 para corrigir o erro material apontado pela Chesf e negar provimento com relação a ambos os Embargos das partes. Apresentação de Recurso Especial e Recurso Extraordinário pela Hidroservice. A Eletrobras e a União Federal apresentaram Recurso Especial pleiteando majoração da verba honorária. O Recurso Extraordinário da Hidroservice e os Recursos Especial da Eletrobras e da União Federal foram inadmitidos e o Recurso Especial da Hidroservice foi remetido ao STJ, onde se encontra pendente de julgamento. A Hidroservice, a Eletrobras e a União Federal interpuseram agravo de instrumento para que seus recursos tenham seguimento admitidos.
- 2.1.7)** Ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal junto à subseção Judiciária de Paulo Afonso – BA (processo n.º 2490-83.2012.4.01.3306) onde, em síntese, persegue a obtenção de decreto judicial que declare a inexistência do Aditivo ao Acordo de 1986, celebrado no ano de 1991, firmado entre a Chesf e os representantes do Polo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco. O valor atribuído à causa foi de R\$ 1.000.000. Foi proferida sentença que declarou a nulidade do acordo de 1991, entre a CHESF e o Polo Sindical, que alterou a forma de cálculo da VMT para o equivalente a 2,5 salários mínimos; bem como para determinou o pagamento das diferenças apuradas, desde 1991, entre a verba efetivamente paga e o valor de 2,5 salários mínimos, monetariamente corrigidos e acrescidos de juros moratórios para cada família que recebeu ou ainda recebe a VMT, pelo respectivo período que tenha recebido e que pertençam à competência territorial desta Subseção Judiciária, ressalvados os casos dos reassentados que celebraram os termos de acordos extrajudicial e a escritura pública de doação com a requerida, renunciando os benefícios da VMT, assim como afastou o direito dos interessados à percepção das parcelas atingidas pela prescrição quinquenal, a contar do ajuizamento da ação. Contra a sentença foram opostas apelações pela Chesf e pelo MPF, recursos esses que, em 31/12/2015, aguardam julgamento.
- 2.1.8)** Processo n.º 2014.01.1.193316-6, em trâmite perante a 23.ª Vara Cível da Circunscrição Judiciária de Brasília – DF. Trata-se de ação ordinária proposta pela Energia Potiguar Geradora Eólica S.A., Torres De Pedra Geradora Eólica S.A., Ponta do Vento Leste Geradora Eólica S.A., Torres de São Miguel Geradora Eólica S.A., Morro dos Ventos Geradora Eólica S.A., Canto da Ilha Geradora Eólica S.A., Campina Potiguar Geradora Eólica S.A., Esquina dos Ventos Geradora Eólica S.A., Ilha dos Ventos Geradora Eólica S.A., Pontal do Nordeste Geradora Eólica S.A., e Ventos Potiguares Comercializadora de Energia S.A. tendo por objeto a indenização em danos materiais (danos emergentes e lucros cessantes), no valor de R\$ 243.067.447,95, e que seriam decorrentes de suposto atraso na entrada em operação comercial da LT Extremoz II – João Câmara II e da SE João Câmara II. Em 31/12/2015 o processo se encontrava em fase de conhecimento, tendo sido oferecida contestação.
- 2.1.9)** Processo n.º 33328-13.2015.4.01.3400 – 15.ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal. Trata-se de ação civil pública manejada pela Aneel com o intuito de cobrar da Chesf supostos prejuízos que os consumidores finais de energia elétrica teriam tido com os atrasos das obras referentes às chamadas Instalações de Geração Compartilhada – ICGs. Esse prejuízo remontaria a R\$ 1.471 milhões. A Chesf recebeu a citação aos 23/10/2015, tendo apresentado contestação ao feito no dia 04/12/2015. Não há condições de se avaliar, no presente momento, qual seria o desfecho da causa, vez que essa é a primeira ação no País a tratar do tema (não existe histórico no Brasil de ingresso de ações coletivas com conteúdo semelhante).

3) Com **risco de perda remoto** destaca-se a seguinte ação:

3.1) Apesar de ser considerada pelos administradores e procuradores jurídicos da Companhia como de risco de perda remoto, existe uma ação de cobrança em andamento movida pela Construtora Mendes Júnior S.A., contratada para a construção da Usina Hidrelétrica Itaparica, por alegados prejuízos financeiros resultantes de atraso no pagamento de faturas por parte da Companhia.

A referida Ação de Cobrança está baseada na Ação Declaratória julgada procedente para o fim de declarar a existência de uma relação de crédito da Mendes Júnior junto à Chesf, assegurando ressarcimento financeiro.

Nesta ação de cobrança a Construtora Mendes Júnior S.A. obteve sentença do Juízo da 4ª Vara Cível, posteriormente anulada, que condenava a Chesf ao pagamento da quantia que, incluindo honorários advocatícios e correção monetária até o mês de agosto de 1996, calculado segundo critério determinado pelo juízo, seria de aproximadamente R\$ 7 bilhões, valor não atualizado desde então.

Após decisão do Superior Tribunal de Justiça de não conhecer recurso especial interposto pela Construtora Mendes Júnior e confirmar decisão da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, que anulou a sentença, determinando ainda a redistribuição do processo a uma das Varas Federais de Pernambuco, o processo foi encaminhado à 12ª Vara Federal, tomando o número 2000.83.00.014864-7, para ser feita nova perícia e ser proferida nova sentença.

A Perícia foi apresentada. Devendo ser destacado que o Perito, respondendo a quesito da Chesf, declarou "não ser possível, a partir da análise dos registros contábeis da Mendes Júnior, afirmar ter ela captado, nos períodos em que ocorreram atrasos no pagamento das faturas, recursos no mercado financeiro, especificamente para o financiamento da obra de Itaparica". Essa resposta foi confirmada pela análise feita pelo Assistente Técnico da Chesf.

O Ministério Público Federal apresentou manifestação com pedido de declaração de nulidade de todo o processo e, no mérito, pediu a improcedência da ação.

A ação foi julgada procedente em parte, conforme sentença publicada em 08/03/2008. Contra a sentença, a Chesf apresentou embargos de declaração, acatados pela MM. Juíza por meio de decisão que esclareceu alguns pontos da sentença relativos à apuração de eventual dívida da Chesf com a Mendes Júnior.

A Chesf apresentou recurso de apelação, em que pediu a improcedência total da ação; considerando que, nesta ação de cobrança, cabia à Mendes Júnior, para fazer jus a alguma espécie de ressarcimento financeiro, em cumprimento à decisão proferida na Ação Declaratória anteriormente ajuizada, comprovar que captou recursos especificamente para o financiamento da obra de Itaparica, em decorrência do atraso da Chesf no pagamento de algumas faturas; e que as despesas financeiras que teve, com essa captação de recursos, teriam sido superiores ao total de acréscimos pagos pela Chesf, em decorrência desses atrasos. A União Federal e o Ministério Público Federal apresentaram recursos no mesmo sentido que o apresentado pela Chesf.

Em sessão realizada em 25/10/2010, o Tribunal Regional Federal da 5ª Região deu provimento aos recursos interpostos pela Chesf, União e Ministério Público Federal, e julgou a aludida ação inteiramente improcedente. Apresentados recursos especiais e extraordinários pela Construtora Mendes Júnior o TRF 5ª Região negou-lhes seguimento, ensejando a interposição de agravos de instrumento. Em 31/12/2012 os agravos interpostos pela Mendes Júnior haviam subido para Superior Tribunal de Justiça – ARES 205.843 (2012/0155289-6), sob a relatoria do Min. Sergio Kukina. Apresentou o Ministério Público Federal parecer opinando pelo não provimento do agravo, que foi julgado improcedente em 19/02/2014. A Mendes Junior apresentou Agravo Regimental o qual fora convertido em REsp e levado à sessão de julgamento em 04/12/2014, onde houveram sustentações orais de todas as partes envolvidas. Por motivo de pedido de vista do Min. Benedito Gonçalves a sessão foi suspensa, com sua retomada em 18/12/2014, quando, à unanimidade, a Primeira Turma decidiu por não conhecer do Recurso Especial interposto pela Mendes Júnior. O acórdão foi publicado em 19/03/2015. Foram interpostos embargos de declaração pela Mendes Júnior, tendo sido concedida vista à Chesf. Em 31/12/2015, os embargos de declaração estavam pendentes de julgamento pelo STJ.

Considerando a existência da decisão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, informamos ser remoto o risco de a Chesf vir a ter perda nesta ação.

4) Riscos ambientais

A Chesf, em decorrência de suas atividades operacionais, possui ações judiciais de natureza ambiental que não estão provisionadas por envolverem riscos de perda classificados pela Administração e por seus consultores jurídicos como *possíveis* ou *remotos*. Com base na opinião desses consultores jurídicos, a Administração acredita que a resolução dessas questões não produzirá efeito material adverso sobre a sua situação financeira e, com base em histórico, acredita que nenhuma provisão ou seguro para perdas, relacionados às questões ambientais, seja necessário.

30 – PROVISÃO PARA CONTRATO ONEROSO

A Companhia realizou, em 31/12/2015, teste de suas unidades de geração e transmissão visando identificar se os custos necessários para satisfazer suas obrigações são superiores a capacidade de individualmente gerarem benefícios econômicos.

Como resultado deste teste, foram realizadas as seguintes provisões:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Camaçari	80.441	91.122
Linha de transmissão - Funil/Itapebi	5.353	7.397
Linha de transmissão - Eunápolis/Teixeira de Freitas	10.128	5.006
Linha de transmissão - Irecê/Morro do Chapéu	-	625
Linha de transmissão - Recife II/Suape II	51.024	7.657
Linha de transmissão - Camaçari IV/Sapeaçu	99.080	2.917
Linha de transmissão - Pólo	986	-
Total	247.012	114.724

A variação ocorrida na rubrica Camaçari foi decorrente do registro de reversão de contrato oneroso advinda das premissas para o cálculo, onde foram contempladas as receitas de geração das usinas, definidas pela Resolução nº 1.924, de 28 de julho de 2015, adicionados PIS/PASEP, COFINS e a Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH.

Quanto aos contratos de transmissão, as premissas adotadas no cálculo de contrato oneroso contemplaram as receitas de transmissão dos contratos de concessão autorizadas pela Resolução nº 1.918, de 23 de junho de 2015, uma taxa de desconto de 7,00% e os períodos de vigência dos respectivos contratos.

31 – COMPROMISSOS OPERACIONAIS DE LONGO PRAZO

A Companhia possui os seguintes compromissos operacionais de longo prazo. Os valores e preços estão apresentados pelo seu valor nominal e não estão deduzidos de eventuais subvenções e reembolsos de custos que a Companhia porventura tenha direito.

31.1 – Compra de energia

Referem-se a contratos de compra de energia elétrica com empresas geradoras.

Posições compradas		2016/2017	2018/2019	2020	A partir de 2020 (pagamento remanescente)
Contratos firmados	Volume (MW)	3.463.475	3.308.139	165.597	13.304.829
	Preço médio (R\$)	177,82	185,63	198,72	324,82

31.2 – Venda de energia

Posições vendidas		2016/2017	2018/2019	2020	A partir de 2020 (pagamento remanescente)
Contratos firmados	Volume (MW)	13.068.251	10.483.227	5.274.863	71.868.298
	Preço médio (R\$)	146,67	185,63	198,72	324,82

31.3 - Compromissos com aportes em SPEs

SPE	2016/2017	2018/2019	2020	Após 2020
Complexo Eólico Pindaí I	45.100	-	-	-
Complexo Eólico Pindaí II	24.400	-	-	-
ESBR Participações S.A.	638.600	-	-	-
Norte Energia S.A.	52.494	-	-	-
Complexo Eólico Sento Sé III	9.645	-	-	-
Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.	15.000	-	-	-
Complexo Eólico Serra das Vacas	1.176	-	-	-
Companhia Energética SINOP S.A.	28.438	-	-	-
Complexo Eólico Pindaí III	5.550	-	-	-
Total	820.403	-	-	-

31.4 – Imobilizado

	2016/2017	2018/2019	2020	Após 2020
Indústria Const. e Mont. Ingelec S.A.	16.337	-	-	-
Sadesul Projetos e Construções Ltda.	4.804	-	-	-
Pinturas Ypiranga Ltda.	2.749	11.945	-	-
Real Energy Ltda.	1.203	964	775	-
Energy Power Ltda.	1.148	-	-	-
Ecil Informática Indústria e Comércio Ltda.	982	-	-	-
Total	27.223	12.909	775	-

A Companhia possui um empreendimento em energia eólica denominado UEE Casa Nova, no qual sua expectativa é que para conclusão da obra sejam realizados investimentos adicionais da ordem de R\$ 385 milhões.

32 - OBRIGAÇÕES VINCULADAS À CONCESSÃO

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Participações da União	69.456	69.456
Doações e subvenções para investimentos	36.138	36.138
Pesquisa e Desenvolvimento	606	606
Reversões e Amortizações	(23.960)	(19.612)
Total	82.240	86.588

As participações da União referem-se a recursos recebidos do Governo Federal e aplicados em obras de geração e administração de energia elétrica.

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica.

33 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

• Capital Social

O capital social, no valor de R\$ 9.753.953 (R\$ 9.753.953, em 2014), é constituído por ações sem valor nominal com a seguinte distribuição:

31/12/2015						
Acionistas	Número de ações em milhares					
	Ordinárias		Preferenciais		Total	%
	Quant.	%	Quant.	%		
Eletrobras	54.151	100,000	1.518	86,545	55.669	99,578
Ministério da Fazenda	-	-	194	11,060	194	0,347
Light	-	-	9	0,513	9	0,016
Outros	-	-	33	1,882	33	0,059
	54.151	100,000	1.754	100,000	55.905	100,000

31/12/2014						
Acionistas	Número de ações em milhares					
	Ordinárias		Preferenciais		Total	%
	Quant.	%	Quant.	%		
Eletrobras	54.151	100,000	1.518	86,545	55.669	99,578
Ministério da Fazenda	-	-	194	11,060	194	0,347
Light	-	-	9	0,513	9	0,016
Outros	-	-	33	1,882	33	0,059
	54.151	100,000	1.754	100,000	55.905	100,000

As ações ordinárias são nominativas com direito a voto. As ações preferenciais, também nominativas, não têm classe específica nem direito a voto e não são conversíveis em ações ordinárias, gozando, entretanto, de prioridade na distribuição de dividendo, mínimo de 10% ao ano, calculado sobre o capital correspondente a essa espécie de ações.

- **Reservas de Capital**

	31/12/2015	31/12/2014
Doações/subvenções para investimentos	4.759.353	4.759.353
Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	156.846	156.846
	4.916.199	4.916.199

- **Outros Resultados Abrangentes**

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico – CPC 33(R1) (IAS 19), a Companhia reconheceu neste exercício perdas atuariais de benefícios pós-emprego, em Outros resultados abrangentes, no valor de R\$ 199.624 (perdas de R\$ 663.557, em 2014), perfazendo um montante acumulado de R\$ 1.569.138 (R\$ 1.369.514, em 2014).

- **Prejuízos acumulados**

De acordo com a legislação societária o prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem, permanecendo seu saldo na conta de prejuízos acumulados para compensação de resultados positivos futuros antes de qualquer participação.

A Companhia encerrou o exercício de 2015 com um prejuízo acumulado de R\$ 4.252.682.

- **Remuneração aos acionistas**

A Companhia apurou no exercício encerrado em 31/12/2015 um prejuízo de R\$ 475.864.

Em função do resultado do exercício e da existência e prejuízos acumulados, não foi proposta a distribuição de dividendos conforme preceitua a legislação societária.

34 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Em atendimento às exigências do CPC 30(R1) – Receitas (IAS 18), demonstramos a seguir a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada na demonstração do resultado. De acordo com as práticas contábeis anteriormente adotadas, a apresentação da receita da Companhia na demonstração do resultado segregava a receita operacional bruta, as deduções sobre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida. As novas práticas contábeis estabelecem que a Companhia deve apresentar no seu demonstrativo de resultado somente a receita operacional líquida, por esta representar os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber originários de suas próprias atividades.

	Controladora	Consolidado	Controladora e Consolidado
	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2014
RECEITA OPERACIONAL BRUTA			
<u>GERAÇÃO</u>			
Fornecimento de energia elétrica	1.185.628	1.185.628	886.567
Operação e manutenção de usinas e suprimento	1.338.706	1.338.706	1.346.713
Energia elétrica de curto prazo (CCEE)	223.285	223.285	152.364
Receita de construção	50.953	50.953	88.641
Outras receitas operacionais	5.362	5.362	4.814
<u>TRANSMISSÃO</u>			
Operação e manutenção do sistema de transmissão	907.531	919.387	765.778
Receita de construção	744.196	949.042	896.186
Receita financeira	22.398	81.743	56.690
Outras receitas operacionais	20.147	20.147	12.258
	4.498.206	4.774.253	4.210.011
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL			
Encargos setoriais			
Reserva Global de Reversão – RGR	(14.293)	(15.424)	(30.128)
Pesquisa e Desenvolvimento	(30.183)	(30.565)	(26.010)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(9.778)	(9.778)	(6.658)
Compensação financeira p/utilização de recursos hídricos	(134.921)	(134.921)	(140.235)
Proinfa	(52.352)	(52.352)	(53.095)
ICMS sobre energia elétrica	(146.428)	(146.428)	(113.073)
ISS	(893)	(893)	(818)
PIS/Pasep	(57.154)	(61.364)	(49.330)
Cofins	(263.272)	(282.666)	(227.229)
	(709.274)	(734.391)	(646.576)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	3.788.932	4.039.862	3.563.435

A receita da Companhia é substancialmente proveniente da venda de energia elétrica, de construção, operação e manutenção e atualização do ativo financeiro decorrente do seu sistema de transmissão e geração. Estas operações estão amparadas em contratos de compra e venda de energia, em transações feitas no mercado de curto prazo, no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, e em contratos do sistema de transmissão.

35 – ENCARGOS SETORIAIS

A Companhia incorreu, no exercício, em encargos setoriais que totalizaram R\$ 270.218 (R\$ 276.708, em 2014) com a seguinte composição:

	Controladora	Consolidado	Controladora e Consolidado
	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2014
Reserva Global de Reversão – RGR	14.293	15.424	30.128
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	30.183	30.565	26.010
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	9.778	9.778	6.658
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia – Proinfa	52.352	52.352	53.095
Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE	11.508	11.674	7.648
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH	144.612	144.612	152.290
Encargo de Energia de Reserva – EER	7.492	7.492	879
Total	270.218	271.897	276.708

36 - CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e as despesas gerais e administrativas apresentados na Demonstração do Resultado do Exercício, têm a seguinte composição:

	Controladora			
	31/12/2015			31/12/2014
	Custos Operacionais	Despesas Operacionais	Total	Total
Energia elétrica comprada para revenda	346.350	-	346.350	620.038
Encargos de uso da rede de transmissão	673.906	-	673.906	732.110
Custo de construção	795.149	-	795.149	984.827
Pessoal	343.987	582.821	926.808	870.812
Material	10.118	15.352	25.470	25.571
Combustíveis para a produção de energia	176.425	-	176.425	362.811
Serviço de terceiros	89.961	121.890	211.851	197.802
Depreciação e amortização	34.283	72.241	106.524	105.226
Comp. Fin. pela utiliz. de recursos hídricos	9.691	-	9.691	12.055
Reversão contrato oneroso	132.288	-	132.288	(1.319.527)
Benefícios pós-emprego	-	123.537	123.537	105.121
Arrendamentos e aluguéis	5.266	10.145	15.411	16.588
Tributos	312	10.093	10.405	12.184
Provisões para contingências	-	353.602	353.602	155.666
Provisão (reversão) impairment	-	363.742	363.742	443.197
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	84.815	84.815	39.547
Perdas com clientes	-	58.560	58.560	17.385
Provisão/reversão para perdas na realização de investimentos	-	-	-	(246.915)
Outras provisões (reversões) operacionais	-	48.026	48.026	68.368
Outros	(45.838)	23.492	(22.346)	180.411
Total	2.571.898	1.868.316	4.440.214	3.383.277

Neste exercício as principais variações ocorridas nos custos e despesas operacionais da Companhia foram decorrentes das provisão/reversão de contrato oneroso conforme descrito na nota 30 e da provisão para contingências conforme descrito na nota 29.

No exercício de 2014, os principais destaques foram nas rubricas de reversão de contrato oneroso conforme nota 30, e da reversão de provisão para perdas na realização de investimentos, em reforços e melhorias nas instalações alcançadas pela Lei nº 12.783/2013, conforme nota 14.

	Consolidado			
	31/12/2015			31/12/2014
	Custos Operacionais	Despesas Operacionais	Total	Total
Energia elétrica comprada para revenda	346.350	-	346.350	620.038
Encargos de uso da rede de transmissão	673.906	-	673.906	732.110
Custo de construção	999.995	-	999.995	984.827
Pessoal	349.303	584.738	934.041	871.274
Material	10.258	15.359	25.617	25.571
Combustíveis para a produção de energia	176.425	-	176.425	362.811
Serviço de terceiros	95.111	123.493	218.604	198.158
Depreciação e amortização	34.302	72.263	106.565	105.230
Comp. Fin. pela utiliz. de recursos hídricos	9.691	-	9.691	12.055
Reversão contrato oneroso	132.288	-	132.288	(1.319.527)
Benefícios pós-emprego	-	123.537	123.537	105.121
Arrendamentos e aluguéis	5.689	13.965	19.654	16.691
Tributos	454	13.121	13.575	12.196
Provisões para contingências	-	353.602	353.602	155.666
Provisão impairment	-	377.515	377.515	443.197
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	84.815	84.815	39.547
Perdas com clientes	-	58.560	58.560	17.385
Provisão/reversão para perdas na realização de investimentos	-	-	-	(246.915)
Outras provisões (reversões) operacionais	-	48.026	48.026	68.368
Outros	(52.941)	22.486	(30.455)	180.586
Total	2.780.831	1.891.480	4.672.311	3.384.389

37 – RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Receitas Financeiras				
Resultado de aplicações financeiras	130.743	242.901	138.114	243.358
Variações monetárias e acréscimos moratórios - energia vendida	109.593	62.527	110.254	62.527
Outras variações monetárias ativas	2.926	3.077	2.926	3.077
Atualização de valores a receber - Lei nº 12.783/2013	(70.597)	425.672	(70.597)	425.672
Outras receitas financeiras	67.698	78.702	68.418	78.717
PIS/Pasep e Cofins	(11)	(40)	(286)	(36)
	240.352	812.839	248.829	813.315
Despesas Financeiras				
Encargos de dívidas	(143.371)	(131.496)	(143.371)	(131.496)
Variações monetárias sobre financiamentos e empréstimos	(881)	(682)	(881)	(682)
Outras variações monetárias passivas	(615)	(144)	(615)	(144)
Outras despesas financeiras	(34.954)	(31.172)	(37.933)	(31.263)
	(179.821)	(163.494)	(182.800)	(163.585)
Total	60.531	649.345	66.029	649.730

38 - RECONCILIAÇÃO DAS TAXAS EFETIVAS E NOMINAIS DA PROVISÃO PARA O IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(583.334)	660.029	(582.986)	660.058
Encargo total do imposto de renda e da contribuição social	198.334	224.410	198.215	224.420
Efeitos fiscais sobre adições ou exclusões temporárias	134.596	1.497.519	134.596	1.497.519
Efeitos fiscais sobre outras adições ou exclusões	(225.460)	56.038	(225.817)	56.057
Imposto de renda e contribuição social apurados	107.470	1.777.967	106.994	1.777.996
<u>Imposto de renda e contribuição social corrente</u>	(35.722)	-	(26.665)	-
Contribuição Social	(10.105)	-	(7.661)	-
Imposto de Renda	(25.617)	-	(19.004)	-
<u>Imposto de renda e contribuição social diferidos</u>	143.192	(1.777.967)	133.659	(1.777.996)
Contribuição Social	37.904	(527.025)	32.034	(527.036)
Imposto de Renda	105.288	(1.250.942)	101.625	(1.250.960)
Imposto de renda do período e contribuição social	107.470	(1.777.967)	106.994	(1.777.996)

39 – INCENTIVOS FISCAIS – SUDENE

A Medida Provisória nº 2.199-14, de 24/08/2001, alterada pela Lei nº 11.196, de 21/11/2005, possibilita que as empresas situadas nas regiões de atuação da Sudene que possuam empreendimentos no setor de infraestrutura, considerado em ato do Poder Executivo um dos setores prioritários para o desenvolvimento regional, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de instalação, ampliação, modernização ou diversificação.

A Chesf detém o direito à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do Imposto de Renda e Adicionais não Restituíveis, calculados com base no lucro da exploração.

Sobre os contratos de concessões nº 006/2004 da geração e nº 061/2001 da transmissão, o direito ao incentivo da redução de 75% do imposto de renda abrange os anos de 2008 a 2017. Para os contratos da transmissão números 008/2005 e 007/2005 o direito ao incentivo da redução foi concedido para os anos de 2011 a 2020, e para o contrato número 010/2007, para os anos de 2014 a 2023.

Para os contratos com incentivo fiscal a alíquota do imposto de renda de 25%, sofre redução de 75%, calculado sobre o lucro da exploração dos empreendimentos incentivados.

O incentivo fiscal de redução do Imposto de Renda e Adicionais não restituíveis apurados são registrados no resultado do período como redução do imposto de renda, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 07 (R1) (IAS 20). A parcela do lucro decorrente desses incentivos fiscais, são objeto de destinação à Reserva de Lucro denominada Reserva de Incentivos Fiscais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei nº 6.404/1976, a qual somente poderá ser utilizada para aumento do capital social ou absorção de prejuízos.

No ano de 2015, a Companhia não usufruiu do incentivo fiscal da redução de 75% do imposto de renda, em virtude de não ter obtido lucro da exploração.

40 – PREJUÍZO POR AÇÃO

a) Prejuízo Básico

O prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo do período atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações em circulação representativas do capital social no respectivo período.

	31/12/2015			31/12/2014		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Básico						
Numerador						
Prejuízo líquido atribuível aos acionistas	(460.934)	(14.930)	(475.864)	(1.082.863)	(35.075)	(1.117.938)
Denominador						
Quantidade de ações	54.151	1.754	55.905	54.151	1.754	55.905
Prejuízo básico por ação em R\$	(8,51)	(8,51)	(8,51)	(20,00)	(20,00)	(20,00)

b) Prejuízo Diluído

O prejuízo diluído por ação é calculado por meio da quantidade média ponderada de ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor nos períodos apresentados. A Companhia não possui qualquer efeito diluidor para o resultado apurado no exercício de 2015.

	31/12/2015			31/12/2014		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Diluído						
Numerador						
Prejuízo líquido atribuível aos acionistas	(460.934)	(14.930)	(475.864)	(1.082.863)	(35.075)	(1.117.938)
Denominador						
Quantidade com a conversão pressuposta	54.151	1.754	55.905	54.151	1.754	55.905
Prejuízo diluído por ação em R\$	(8,51)	(8,51)	(8,51)	(20,00)	(20,00)	(20,00)

41 – PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas são realizadas de acordo com padrões e preços de mercado ou baseadas em contratos próprios do Setor Elétrico. Na sequência, identificamos as empresas/entidades relacionadas com a Companhia:

Empresas	Natureza de Operação	31/12/2015			31/12/2014		
		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Eletrobras	Contas a receber	515	-	-	956	-	-
	Financiamentos e empréstimos	-	29.751	-	-	42.385	-
	Contas a pagar	-	752	-	-	476	-
	Despesa financeira	-	-	(2.818)	-	-	(3.269)
		515	30.503	(2.818)	956	42.861	(3.269)
Furnas	Clientes	3.576	-	-	3.085	-	-
	Fornecedores	-	4.637	-	-	11.646	-
	Energia comprada	-	-	-	-	-	(70.080)
	Encargo de uso da rede de transmissão	-	-	(53.185)	-	-	(56.300)
		3.576	4.637	(53.185)	3.085	11.646	(126.380)
Eletrosul	Clientes	80	-	-	55	-	-
	Contas a receber	39	-	-	36	-	-
	Fornecedores	-	3.836	-	-	5.583	-
	Encargo de uso da rede de transmissão	-	-	(48.946)	-	-	(56.554)
		119	3.836	(48.946)	91	5.583	(56.554)
Eletronorte	Clientes	3.152	-	-	3.966	-	-
	Fornecedores	-	3.682	-	-	5.154	-
	Contas a receber	36	-	-	16	-	-
	Encargo de uso da rede de transmissão	-	-	(44.449)	-	-	(44.169)
		3.188	3.682	(44.449)	3.982	5.154	(44.169)
Eletronuclear	Clientes	555	-	-	535	-	-
	Contas a pagar	-	-	-	-	40	-
		555	-	-	535	40	-
CGTEE	Clientes	311	-	-	236	-	-
		311	-	-	236	-	-
Eletropar	Contas a receber	4.613	-	-	14.693	-	-
	(-) Provisão para perdas	-	-	-	(13.237)	-	-
	Adiantamento a fornecedores	-	-	-	5.279	-	-
	Contas a pagar	-	92	-	-	1.456	-
		4.613	92	-	6.735	1.456	-
Ceal	Clientes	43.115	-	-	35.911	-	-
	Contas a receber	346	-	-	48	-	-
	Contas a pagar	-	102	-	-	90	-
	Suprimento de energia	-	-	26.026	-	-	27.283
		43.461	102	26.026	35.959	90	27.283
Fachesf	Fornecedores	-	1.720	-	-	10.719	-
	Contribuição normal	-	11.415	-	-	10.220	-
	Despesa financeira	-	-	(133.698)	-	-	(55.871)
	Despesas operacionais	-	-	(20.411)	-	-	(17.401)
	Despesas atuariais	-	-	(123.537)	-	-	(105.121)
		-	13.135	(277.646)	-	20.939	(178.393)
Celg - D	Clientes	3.915	-	-	4.124	-	-
	Suprimento de energia	-	-	39.133	-	-	39.777
		3.915	-	39.133	4.124	-	39.777

Continuação

Empresas	Natureza da operação	31/12/2015			31/12/2014		
		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Cepisa	Cientes	4.845	-	-	4.315	-	-
	Suprimento de energia	-	-	27.859	-	-	29.332
		4.845	-	27.859	4.315	-	29.332
STN	Contas a receber	273	-	-	263	-	-
	Partic. societária permanente	176.941	-	-	163.434	-	-
	Fornecedores	-	1.042	-	-	1.250	-
	Receita de prest. de serviços	-	-	3.231	-	-	2.841
	Equivalência patrimonial	-	-	45.475	-	-	46.014
	Encargo de uso da rede de transmissão	-	-	(10.362)	-	-	(12.427)
		177.214	1.042	38.344	163.697	1.250	36.428
Integração Transmissora de Energia S.A.	Partic. societária permanente	42.084	-	-	41.064	-	-
	Fornecedores	-	834	-	-	971	-
	Dividendos	1.209	-	-	-	-	-
	Encargo de uso da rede de transmissão	-	-	(8.074)	-	-	(9.496)
	Equivalência patrimonial	-	-	6.727	-	-	5.573
		43.293	834	(1.347)	41.064	971	(3.923)
Energética Águas da Pedra S.A.	Partic. societária permanente	103.307	-	-	89.580	-	-
	Cientes	180	-	-	159	-	-
	Dividendos	2.181	-	-	1.124	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	13.533	-	-	2.030
		105.668	-	13.533	90.863	-	2.030
ESBR Participações S.A.	Cientes	4.526	-	-	2.295	-	-
	Partic. societária permanente	1.396.062	-	-	1.453.682	-	-
	Fornecedores	-	27.876	-	-	9.872	-
	Energia comprada	-	-	(219.637)	-	-	(31.200)
	AFAC	105.200	-	-	-	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	(147.620)	-	-	(230.788)
	Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	(600)	-
		1.505.788	27.876	(367.257)	1.455.977	9.272	(261.988)
I.E. Madeira	Partic. societária permanente	489.031	-	-	444.155	-	-
	Fornecedores	-	3.154	-	-	3.969	-
	Dividendos	13.575	-	-	7.257	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	58.853	-	-	32.388
	Encargo de uso da rede de transmissão	-	-	(32.242)	-	-	(31.830)
		502.606	3.154	26.611	451.412	3.969	558
Manaus Transmissora	Partic. societária permanente	244.950	-	-	215.793	-	-
	Dividendos	50	-	-	-	-	-
	Fornecedores	-	1.018	-	-	1.797	-
	Encargo de uso de rede	-	-	(11.554)	-	-	(10.485)
	AFAC	-	-	-	14.625	-	-
Equivalência patrimonial	-	-	11.787	-	-	8.755	
		245.000	1.018	233	230.418	1.797	(1.730)
Manaus Construtora	Partic. societária permanente	7.449	-	-	4.724	-	-
	Dividendos	9.178	-	-	12.351	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	(322)	-	-	4.164
		16.627	-	(322)	17.075	-	4.164
TDG	Partic. societária permanente	7.236	-	-	28.013	-	-
	Contas a receber	355	-	-	429	-	-
	Fornecedores	-	169	-	-	181	-
	Receita de prest. de serviços	-	-	4.217	-	-	4.187
	AFAC	101.000	-	-	101.000	-	-
	Encargo de uso da rede de transmissão	-	-	(1.580)	-	-	(1.787)
Equivalência patrimonial	-	-	(20.777)	-	-	(23.968)	
		108.591	169	(18.140)	129.442	181	(21.568)
Norte Energia S.A.	Partic. societária permanente	1.042.090	-	-	804.066	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	(7.225)	-	-	(32.508)
		1.042.090	-	(7.225)	804.066	-	(32.508)

Continuação

Empresas	Natureza da operação	31/12/2015			31/12/2014		
		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Ceron	Clientes	565	-	-	999	-	-
	Suprimento de energia	-	-	4.120	-	-	4.044
	Contas a pagar	-	104	-	-	-	-
		565	104	4.120	999	-	4.044
Eletroacre	Clientes	289	-	-	361	-	-
	Suprimento de energia	-	-	3.635	-	-	3.759
		289	-	3.635	361	-	3.759
Complexo Eólico Sento Sé I	Clientes	24	-	-	21	-	-
	Contas a receber	28	-	-	27	-	-
	Receita de prest. de serviços	-	-	335	-	-	273
	Partic. societária permanente	56.903	-	-	51.323	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	6.672	-	-	2.123
	Dividendos	1.350	-	-	258	-	-
		58.305	-	7.007	51.629	-	2.396
Complexo Eólico Sento Sé II	Partic. societária permanente	56.099	-	-	35.477	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	(442)	-	-	(81)
		56.099	-	(442)	35.477	-	(81)
Complexo Eólico Sento Sé III	Partic. societária permanente	1.513	-	-	1.576	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	(63)	-	-	(14)
		1.513	-	(63)	1.576	-	(14)
Cepel	Despesas operacionais	-	-	(11.525)	-	-	(10.925)
		-	-	(11.525)	-	-	(10.925)
IE Garanhuns	Partic. societária permanente	318.972	-	-	181.526	-	-
	AFAC	-	-	-	20.629	-	-
	Dividendos	5.780	-	-	-	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	26.361	-	-	16.717
		324.752	-	26.361	202.155	-	16.717
VamCruz I Participações S.A	Partic. societária permanente	73.368	-	-	-	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	506	-	-	-
	Dividendos	523	-	-	-	-	-
	AFAC	66.892	-	-	-	-	-
		140.783	-	506	-	-	-
Complexo Eólico VamCruz	Partic. societária permanente	-	-	-	72.993	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	(42)
		-	-	-	72.993	-	(42)
Extremoz	Contas a receber	23	-	-	603	-	-
	Partic. societária permanente	36.079	-	-	7.180	-	-
	Fornecedores	-	280	-	-	106	-
	Receita de prest. de serviços	-	-	296	-	-	211
	Encargo de uso de rede	-	-	(1.769)	-	-	(211)
	AFAC	590.189	-	-	453.761	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	28.899	-	-	5.675
		626.291	280	27.426	461.544	106	5.675
Chapada do Piauí I Holding S.A	Partic. societária permanente	109.497	-	-	-	-	-
	AFAC	14.040	-	-	-	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	(9.560)	-	-	-
		123.537	-	(9.560)	-	-	-
Complexo Eólico Chapada do Piauí I	Partic. societária permanente	-	-	-	119.057	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	(1)
		-	-	-	119.057	-	(1)

Continuação

Empresas	Natureza da operação	31/12/2015			31/12/2014		
		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Chapada do Piauí II Holding S.A	Partic. societária permanente	142.187	-	-	-	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	(2.358)	-	-	-
		142.187	-	(2.358)	-	-	-
Complexo Eólico Chapada do Piauí II	Partic. societária permanente	-	-	-	108.022	-	-
		-	-	-	108.022	-	-
Amazonas Distribuidora	Cientes	275	-	-	2.463	-	-
	Contas a pagar	-	-	-	-	73	-
		275	-	-	2.463	73	-
Eólica Serra das Vacas Holding S.A.	Partic. societária permanente	97.374	-	-	-	-	-
	AFAC	25.005	-	-	-	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	(592)	-	-	-
		122.379	-	(592)	-	-	-
Complexo Eólico Serra das Vacas	Partic. societária permanente	-	-	-	57.877	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	(486)
		-	-	-	57.877	-	(486)
Cia. Energética SINOP S.A.	Partic. societária permanente	89.526	-	-	87.047	-	-
	AFAC	36.750	-	-	-	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	2.479	-	-	(4.249)
		126.276	-	2.479	87.047	-	(4.249)
Complexo Eólico Pindaí I	Partic. societária permanente	337.731	-	-	85.866	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	(2.748)	-	-	(784)
		337.731	-	(2.748)	85.866	-	(784)
Complexo Eólico Pindaí II	Partic. societária permanente	148.518	-	-	34.790	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	(1.545)	-	-	28
		148.518	-	(1.545)	34.790	-	28
Complexo Eólico Pindaí III	Partic. societária permanente	76.607	-	-	10.435	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	(623)	-	-	(20)
		76.607	-	(623)	10.435	-	(20)

A seguir, identifica-se as origens das principais transações, por empresa:

Eletrobras (Controladora)

- Contratos de financiamentos e empréstimos celebrados entre as partes, de acordo com as condições mencionadas na nota 24;
- Ressarcimento dos contratos da auditoria e atuarial.

Furnas

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Contratos celebrados para uso da rede de transmissão;

Eletrosul

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Contratos celebrados para uso da rede de transmissão.

Eletronorte

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Contratos celebrados para uso da rede de transmissão;

Eletronuclear

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;

CGTEE

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;

Eletropar

- Contratos celebrados para prestação de serviços;

Ceal

- Contratos celebrados para suprimento de energia elétrica;
- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;

Fachesf

- Compromissos atuariais referentes a previdência complementar;
- Intermediação de prestação de serviços de saúde, seguro de vida e outros benefícios aos empregados da Companhia.

Celq – D

- Contratos celebrados para suprimento de energia elétrica;
- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;

Cepisa

- Contratos celebrados para suprimento de energia elétrica;
- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;

STN – Sistema de Transmissão do Nordeste S.A.

- Montante investido na participação societária, avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Contratos de prestação de serviços de operação e manutenção de linha de transmissão;
- Contratos celebrados para uso da rede do sistema de transmissão;

Integração Transmissora de Energia S.A.

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Contratos celebrados para uso da rede do sistema de transmissão;
- Remuneração pelo capital investido.

Energética Águas da Pedra S.A.

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Remuneração pelo capital investido.

ESBR Participações S.A.

- Montante investido na participação societária, avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Contratos de compra de energia;
- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Adiantamento para futuro aumento de capital.

Interligação Elétrica do Madeira S.A.

- Montante investido na participação societária, avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Contratos celebrados para uso da rede do sistema de transmissão;
- Remuneração pelo capital investido.

Manaus Transmissora de Energia S.A.

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Adiantamento para futuro aumento de capital;
- Contratos celebrados para uso da rede do sistema de transmissão;
- Remuneração pelo capital investido.

Manaus Construtora Ltda.

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Remuneração pelo capital investido.

TDG – Transmissora Delmiro Gouveia S.A.

- Contratos celebrados para prestação de serviços;
- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Adiantamento para futuro aumento de capital;
- Contratos celebrados para uso da rede do sistema de transmissão.

Norte Energia S.A.

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

Centrais Elétricas de Rondônia S.A. – Ceron

- Contratos celebrados para suprimento de energia elétrica.
- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;

Companhia de Eletricidade do Acre – Eletroacre

- Contratos celebrados para suprimento de energia elétrica.

Complexo Sento Sé I (Pedra Branca S.A. – São Pedro do Lago S.A. – Sete Gameleiras S.A.)

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Contrato celebrado para prestação de serviços;
- Remuneração pelo capital investido.

Complexo Sento Sé II (Baraúnas I Energética S.A. - Mussambê Energética S.A. - Morro Branco I Energética S.A.)

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;

Complexo Sento Sé III (Baraúnas II Energética S.A. - Banda de Couro Energética S.A.)

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;

Cepel

- Contrato de contribuição mensal como associado.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Adiantamento para futuro aumento de capital;
- Remuneração pelo capital investido.

Vamcruz I Participações S.A.

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial.
- Adiantamento para futuro aumento de capital;
- Remuneração pelo capital investido.

Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Adiantamento para futuro aumento de capital.
- Contratos celebrados para prestação de serviços;
- Contratos celebrados para uso da rede do sistema de transmissão.

Chapada do Piauí I Holding S.A.

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial.
- Adiantamento para futuro aumento de capital.

Chapada do Piauí II Holding S.A.

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

Amazonas Distribuidora de Energia S.A.

- Empregados requisitados;
- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão.

Eólica Serra das Vacas Holding S.A.

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Adiantamento para futuro aumento de capital.

Companhia Energética SINOP S.A.

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Adiantamento para futuro aumento de capital.

Complexo Pindaí I (Acauã Energia S.A. - Angical 2 Energia S.A. - Arapapá Energia S.A. - Caititu 2 Energia S.A. - Caititu 3 Energia S.A. - Carcará Energia S.A. - Corrupião 3 Energia S.A. - Teiú 2 Energia S.A.)

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

Complexo Pindaí II (Coqueirinho 2 Energia S.A. - Papagaio Energia S.A.)

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

Complexo Pindaí III (Tamanduá Mirim 2 Energia S.A.)

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

Além das empresas antes apresentadas, a Companhia também possui as seguintes partes relacionadas:

- Itaipu Binacional
- Boa Vista Energia S.A.

Remuneração de pessoal-chave

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros de administração e fiscal e diretores. O gasto total no exercício de 2015 está demonstrado a seguir:

	31/12/2015	31/12/2014
Remuneração dos Diretores e dos Conselheiros	3.483	2.887
Encargos Sociais	833	665
Benefícios	523	478
Total	4.839	4.030

Os administradores não possuem pagamentos baseados em ações da Companhia.

42 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

42.1 – CATEGORIA DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, dentre os quais se destacam: disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber de clientes, ativo financeiro indenizável – concessão do serviço público, valores a receber – Lei nº 12.783/2013, contas a pagar a fornecedores e financiamentos e empréstimos que se encontram registrados em contas patrimoniais, por valores compatíveis de mercado em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Ativos financeiros				
Empréstimos e recebíveis				
Clientes	377.808	373.104	383.365	373.104
Ativo financeiro – concessão de serviço público	3.973.420	3.580.493	4.635.731	3.580.493
Adiantamentos a investidas	-	590.015	-	590.015
Financiamentos e empréstimos	4.009	7.340	4.009	7.340
Mantidos até o vencimento				
Títulos e valores mobiliários	8.060	8.298	8.060	8.298
Valores a receber - Lei nº 12.783/2013	487.822	2.093.532	487.822	2.093.532
Cauções e depósitos vinculados	124.157	77.120	124.185	77.120
Mensurados a valor justo				
Títulos e valores mobiliários	482.756	678.495	482.756	678.495
Caixa e equivalentes de caixa	153.896	636.153	373.867	658.063
Total Ativos financeiros	5.611.928	8.044.550	6.499.795	8.066.460
Passivos financeiros				
Mensurados ao custo amortizado				
Financiamentos e empréstimos	1.450.646	1.207.567	1.450.646	1.207.567
Fornecedores	371.848	499.024	384.549	509.900
Total Passivos financeiros	1.822.494	1.706.591	1.835.195	1.717.467

42.1.1 - Ativos financeiros – classificados nas seguintes categorias

- **Caixa e equivalentes de caixa**

O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.

- **Clientes**

Decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como recebíveis e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.

- **Ativo Financeiro – Concessões de serviço público**

Os valores dos ativos financeiros a serem recebidos durante a concessão estão reconhecidos pela diferença entre o valor justo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação dos serviços da concessão e o menor entre o valor contábil dos ativos financeiros com expectativa de serem recebidos no fim da concessão e o valor novo de reposição.

- **Cauções e depósitos vinculados**

As cauções e depósitos vinculados referem-se a garantias prestadas a instituições financeiras e em leilões de energia elétrica e depósitos judiciais vinculados a processos existentes nas esferas judicial e administrativa, estão registradas ao custo, acrescidos dos respectivos rendimentos auferidos até a data do balanço.

- **Títulos e valores mobiliários**

As aplicações financeiras em Letras do Tesouro Nacional – LTN e Notas do Tesouro Nacional – NTN, séries B e F, são mantidas para negociação em fundo de investimento exclusivo, conforme regulamentação em vigor e estão mensurados a valor justo por meio do resultado. Os demais títulos e valores mobiliários, correspondentes a menor parte, estão relacionados a Títulos da Dívida Agrária – TDA e Notas do Tesouro Nacional – NTN, série P, com vencimentos definidos, para os quais a Companhia tem a intenção de manter até o vencimento. São registradas pelo custo de aquisição acrescido por juros e atualização monetária, com impactos no resultado e são ajustadas ao valor provável de realização, quando aplicável.

- **Adiantamentos a investidas**

São decorrentes de adiantamentos para futuro aumento de capital – AFACs para as SPEs, permitindo que estas honrem seus compromissos assumidos e necessários à viabilização dos empreendimentos. Estão registrados ao custo, acrescidos dos respectivos rendimentos auferidos até a data do balanço, quando aplicável, de acordo com os respectivos contratos

42.1.2 - Passivos financeiros – classificados nas seguintes categorias

- **Fornecedores**

Decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados a valor justo.

- **Financiamentos e empréstimos**

Estas operações de crédito estão atualizadas até a data do balanço; os correspondentes encargos estão provisionados com base em taxas fixas ou variáveis vigentes em 31/12/2015. Destacam-se: os empréstimos obtidos junto ao Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e ao BNDES, que representam 83,89% do total dos financiamentos e empréstimos, destinados a provisão de fundos da conta corrente de depósitos e a investimentos corporativos; e os contratos com nossa controladora, a Eletrobras, que representam cerca de 2,05% do total dos financiamentos e empréstimos, dos quais 86,4% são remunerados a uma taxa de juros equivalente a 5,0% ao ano, e taxa de administração de 2,0%. A taxa de mercado da Eletrobras é por ela definida levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do Setor Elétrico. Considerando as circunstâncias especiais envolvidas no financiamento de seus projetos de expansão, o valor de mercado desses empréstimos corresponde a seus valores contábeis.

42.2- GESTÃO DE RISCO

No exercício de suas atividades a Companhia é impactada por eventos de riscos que podem comprometer os seus objetivos estratégicos. O gerenciamento de riscos tem como principal objetivo antecipar e minimizar os efeitos adversos de tais eventos nos negócios e resultados econômico-financeiros da Companhia.

Para a gestão de riscos financeiros, a Companhia definiu políticas e estratégias operacionais e financeiras, aprovadas por comitês internos e pela administração, que visam conferir liquidez, segurança e rentabilidade a seus ativos e manter os níveis de endividamento e perfil da dívida definidos para os fluxos econômico-financeiros.

Os principais riscos financeiros identificados no processo de gerenciamento de riscos são:

- **Risco de mercado**

É o risco de que mudanças de mercado, como mudanças nas taxas de juros e nos preços, poderão afetar as receitas da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros.

- **Risco de encargos da dívida**

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a contratos de financiamento, ou diminuam a receita financeira relativa às aplicações financeiras da Companhia.

A Administração da Companhia não identifica entre os valores de mercado e os apresentados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015, a ocorrência de diferenças relevantes originadas de operações que envolvam instrumentos financeiros que requeiram divulgação específica.

- **Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)**

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. A Companhia segue a estrutura de capital determinada por estudos técnicos elaborados para a definição do negócio, bem como pelos limites estabelecidos pelos agentes financeiros.

- **Risco de vencimento antecipado**

A Companhia possui contratos de financiamentos e empréstimos com cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (*covenants financeiros*). O descumprimento dessas restrições pode implicar o vencimento antecipado da dívida.

- **Risco de taxa de juros**

Esse risco está associado à possibilidade da Companhia contabilizar perdas em razão de oscilações das taxas de juros de mercado, impactando seus demonstrativos pela elevação das despesas financeiras.

Exposição à taxa de juros	Controladora e Consolidado			
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Ativos				
IPCA	658.769	2.211.853	658.769	2.211.853
Total	658.769	2.211.853	658.769	2.211.853
Passivos				
TJLP	197.858	-	-	-
RGR	739.983	915.673	739.983	915.673
IPCA	300	361	300	361
Total	938.141	916.034	740.283	916.034
Passivo líquido exposto	279.372	(1.295.819)	81.514	(1.295.819)

- **Risco de preço**

Até 2004, os preços de suprimento de energia elétrica decorrentes da atividade de geração eram fixados pela Aneel. A partir do Leilão nº 001/2004, realizado pela Agência Reguladora, as geradoras passaram a comercializar sua energia elétrica com um maior número de clientes, a preços definidos pelo mercado.

Com a renovação das concessões de acordo com a Lei nº 12.783/2013, as usinas hidrelétricas afetadas da Chesf passam a receber a Receita Anual de Geração - RAG, homologada pela Aneel, pela disponibilização da garantia física, em regime de cotas, de energia e de potência de suas usinas, a ser paga em parcelas duodecimais e sujeita a ajustes por indisponibilidade ou desempenho de geração, excluído o montante necessário à cobertura das despesas com as contribuições sociais ao Programa de Integração Social e ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - Pis/Pasep, e com a Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins.

A atividade de transmissão de energia elétrica tem sua remuneração definida pela Aneel, mediante a fixação de Receita Anual Permitida - RAP, julgada suficiente para a cobertura dos custos operacionais e a manutenção do equilíbrio econômico financeiro da concessão.

- **Risco de crédito**

Risco de Crédito é o risco que decorre da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de realização de seus recebíveis de clientes, bem como da inadimplência de instituições financeiras contrapartes em operações.

O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e títulos e valores mobiliários conforme detalhado na Exposição ao Risco de Crédito a seguir:

Exposição ao Risco de Crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Caixa e equivalente de caixa	6	153.896	636.153	373.867	658.063
Títulos e valores mobiliários	7	490.816	686.793	490.816	686.793
Clientes	8	377.808	375.764	383.365	375.764

As disponibilidades de caixa são aplicadas em fundos de investimentos, conforme normativo específico do Banco Central do Brasil. Esses fundos são compostos por títulos públicos custodiados na Cetip, não havendo exposição ao risco de contraparte.

Em eventuais relações com instituições financeiras, a Companhia tem como prática a realização de operações somente com instituições de baixo risco avaliadas por agências de rating e que atendam a requisitos patrimoniais previamente definidos e formalizados. Adicionalmente, são definidos limites de crédito que são revisados periodicamente.

A Companhia atua nos mercados de geração e transmissão de energia elétrica amparada em contratos firmados em ambiente regulado. A Companhia busca minimizar seus riscos de crédito através de mecanismos de garantia envolvendo recebíveis de seus clientes e, quando aplicável, através de fianças bancárias. Adicionalmente, são realizadas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos em atraso.

• Risco de liquidez

A companhia atua no monitoramento permanente dos fluxos de caixa de curto, médio e longo prazos, previstos e realizados, buscando evitar possíveis descasamentos e consequentes perdas financeiras e garantir as exigências de liquidez para as necessidades operacionais.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros a incorrer e do principal.

	Saldo contábil	Total do fluxo	Controladora			
			Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Acima de 5 anos
Em 31 de dezembro de 2015						
Fornecedores	371.848	371.848	371.848	-	-	-
Financiamentos e empréstimos	1.450.646	1.606.306	364.585	386.025	578.403	277.293
Obrigações estimadas	136.163	136.163	136.163	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2014						
Fornecedores	499.024	499.024	499.024	-	-	-
Financiamentos e empréstimos	1.207.567	1.468.431	339.040	364.585	764.806	-
Obrigações estimadas	122.832	122.832	122.832	-	-	-

	Saldo contábil	Total do fluxo	Consolidado			
			Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Acima de 5 anos
Em 31 de dezembro de 2015						
Fornecedores	384.549	384.549	384.549	-	-	-
Financiamentos e empréstimos	1.450.646	1.606.306	364.585	386.025	578.403	277.293
Obrigações estimadas	136.778	136.778	136.778	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2014						
Fornecedores	509.900	509.900	509.900	-	-	-
Financiamentos e empréstimos	1.207.567	1.468.431	339.040	364.585	764.806	-
Obrigações estimadas	122.832	122.832	122.832	-	-	-

42.3 – GESTÃO DE CAPITAL

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de perseguir uma estrutura de capital ideal para a redução de custos.

A Companhia possui uma excelente capacidade de alavancagem, fruto de sua situação econômico-financeira decorrente das concessões, dos recursos das indenizações por ocasião dessa renovação, em conjunto com a expectativa de sua geração operacional de caixa, que garante seus investimentos, que pode ser demonstrada com base no índice de alavancagem financeira, utilizado pela sua controladora para o Sistema Eletrobras. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de financiamentos e empréstimos, de curto e longo prazos, e fornecedores conforme demonstrado no balanço patrimonial, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado pela soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, podem ser assim sumarizados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Financiamentos e empréstimos	1.450.646	1.207.567	1.450.646	1.207.567
(-)Caixa e equivalentes de caixa	153.896	636.153	373.867	658.063
Dívida líquida	1.296.750	571.414	1.076.779	549.504
Patrimônio líquido	8.848.332	9.523.820	8.864.214	9.523.869
Total do capital	10.145.082	10.095.234	9.940.993	10.073.373
Índice de alavancagem financeira	12,8%	5,7%	10,8%	5,5%

42.4 – ESTIMATIVA DO VALOR JUSTO

Instrumentos Financeiros	31/12/2015		31/12/2014	
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
Títulos e valores mobiliários	482.756	482.756	678.495	678.495
Aplicações financeiras	142.985	142.985	624.912	624.912
Total	625.741	625.741	1.303.407	1.303.407

O cálculo do valor justo dos Títulos e Valores Mobiliários e aplicações financeiras foi elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros de papéis similares.

Os valores justos dos instrumentos financeiros são similares aos valores contábeis e refletem substancialmente os valores que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

	Controladora			
	31/12/2015			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos e valores mobiliários	482.756	-	-	482.756
Aplicações financeiras	142.985	-	-	142.985
Total	625.741	-	-	625.741
	31/12/2014			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
	Títulos e valores mobiliários	678.495	-	-
Aplicações financeiras	624.912	-	-	624.912
Total	1.303.407	-	-	1.303.407

	Consolidado			
	31/12/2015			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos e valores mobiliários	482.756	-	-	482.756
Aplicações financeiras	314.181	-	-	314.181
Total	796.937	-	-	796.937
	31/12/2014			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos e valores mobiliários	678.495	-	-	678.495
Aplicações financeiras	646.821	-	-	646.821
Total	1.325.316	-	-	1.325.316

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) que em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo, e

Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

42.5 – ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

Foram realizadas análises de sensibilidade dos ativos e passivos indexados à taxa de juros pós-fixada em quatro diferentes cenários: dois com elevação das taxas do saldo devedor e dois com diminuição dessas taxas. As análises limitaram-se aos contratos concedidos que apresentem exposição à taxa de juros.

Nos quadros a seguir foram considerados cenários para índices e taxas, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Para a análise de sensibilidade utilizou-se como cenário provável para o exercício de 2015 previsões e/ou estimativas baseadas fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do Relatório Focus, divulgado pelo Banco Central, e Economic Outlook 86, publicado pela OECD.

Depreciação dos índices

	Controladora e Consolidado						
	Saldo em 31/12/2015	Índice			Valor		
		Cenário provável	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário provável	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
Ativos							
IPCA	658.769	6,93	5,20	3,47	704.422	693.025	681.628
Passivos							
TJLP	197.858	7,00	5,25	3,50	211.708	208.246	204.783
IPCA	300	6,93	5,20	3,47	321	316	310
CDI	739.983	15,25	11,44	7,63	852.830	824.637	796.444
Efeito líquido	(279.372)				(360.437)	(340.174)	(319.909)

Apreciação dos índices

	Controladora e Consolidado						
	Saldo em 31/12/2015	Índice			Valor		
		Cenário provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+ 50%)	Cenário provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+ 50%)
Ativos							
IPCA	658.769	6,93	8,66	10,40	704.422	715.818	727.281
Passivos							
TJLP	197.858	7,00	8,75	10,50	211.708	215.171	218.633
IPCA	300	6,93	8,66	10,40	321	326	331
CDI	739.983	15,25	19,06	22,88	852.830	881.024	909.291
Efeito líquido	(279.372)				(360.437)	(380.703)	(400.974)

43 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS DE NEGÓCIOS

Os segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração. O Conselho de Administração avalia o desempenho dos segmentos operacionais com base na mensuração do lucro líquido.

	Controladora					
	31/12/2015			31/12/2014		
	Geração	Transmissão	Total	Geração	Transmissão	Total
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	2.252.844	1.536.088	3.788.932	1.974.241	1.589.194	3.563.435
CUSTO OPERACIONAL						
Custo com energia elétrica						
Energia elétrica comprada para revenda	(346.350)	-	(346.350)	(620.038)	-	(620.038)
Encargos de uso da rede de transmissão	(673.906)	-	(673.906)	(732.110)	-	(732.110)
Custo de operação						
Pessoal	(98.945)	(243.763)	(342.708)	(94.055)	(225.654)	(319.709)
Material	(3.370)	(6.748)	(10.118)	(3.995)	(6.641)	(10.636)
Combustíveis para a produção de energia	(176.425)	-	(176.425)	(362.811)	-	(362.811)
Serviço de terceiros	(28.056)	(61.901)	(89.957)	(24.730)	(62.289)	(87.019)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(9.691)	-	(9.691)	(12.055)	-	(12.055)
Depreciação e amortização	(34.283)	-	(34.283)	(36.359)	-	(36.359)
Taxa de Fiscalização da Aneel	(8.482)	(3.026)	(11.508)	(3.460)	(4.188)	(7.648)
Reversão contrato oneroso	10.681	(142.969)	(132.288)	1.343.129	(23.602)	1.319.527
Outras	60.895	(9.127)	51.768	62.353	(3.598)	58.755
	(1.307.932)	(467.534)	(1.775.466)	(484.131)	(325.972)	(810.103)
CUSTO DO SERV. PRESTADO A TERCEIROS	247	(1.530)	(1.283)	(260)	(1.627)	(1.887)
CUSTO DE CONSTRUÇÃO	(50.953)	(744.196)	(795.149)	(88.641)	(896.186)	(984.827)
LUCRO BRUTO	894.206	322.828	1.217.034	1.401.209	365.409	1.766.618
DESPESAS OPERACIONAIS	(563.029)	(1.305.287)	(1.868.316)	(719.653)	(866.807)	(1.586.460)
RESULTADO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	331.177	(982.459)	(651.282)	681.556	(501.398)	180.158
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL						
Ganhos em equivalência patrimonial	23.189	178.103	201.292	4.319	123.248	127.567
Perdas em equivalência patrimonial	(172.777)	(21.098)	(193.875)	(269.111)	(27.930)	(297.041)
	(149.588)	157.005	7.417	(264.792)	95.318	(169.474)
RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA						
Resultado de aplicações financeiras	79.244	51.499	130.743	135.021	107.880	242.901
Variações monetárias e acréscimos moratórios - energia vendida	94.081	15.512	109.593	52.515	10.012	62.527
Outras variações monetárias ativas	795	2.131	2.926	890	2.187	3.077
Atualização de valores a receber - Lei nº 12.783/2013	(27.300)	(43.297)	(70.597)	336.011	89.661	425.672
Outras receitas financeiras	25.983	41.715	67.698	27.445	51.257	78.702
PIS/Pasep e Cofins	(8)	(3)	(11)	(23)	(17)	(40)
Encargos de dívidas	(36.320)	(107.051)	(143.371)	(32.335)	(99.161)	(131.496)
Variações monetárias sobre financiamentos e empréstimos	2	(883)	(881)	-	(682)	(682)
Outras variações monetárias passivas	(174)	(441)	(615)	(42)	(102)	(144)
Outras despesas financeiras	(19.466)	(15.488)	(34.954)	(18.463)	(12.709)	(31.172)
	116.837	(56.306)	60.531	501.019	148.326	649.345
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	298.426	(881.760)	(583.334)	917.783	(257.754)	660.029
Imposto de renda e contribuição social	73	107.397	107.470	(2.934.890)	1.156.923	(1.777.967)
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	298.499	(774.363)	(475.864)	(2.017.107)	899.169	(1.117.938)
Lucro/Prejuízo básico por ação (R\$)	5,34	(13,85)	(8,51)	(36,08)	16,08	(20,00)
Lucro/Prejuízo diluído por ação (R\$)	5,34	(13,85)	(8,51)	(36,08)	16,08	(20,00)

	Consolidado					
	31/12/2015			31/12/2014		
	Geração	Transmissão	Total	Geração	Transmissão	Total
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	2.252.844	1.787.018	4.039.862	1.974.241	1.589.194	3.563.435
CUSTO OPERACIONAL						
Custo com energia elétrica						
Energia elétrica comprada para revenda	(346.350)	-	(346.350)	(620.038)	-	(620.038)
Encargos de uso da rede de transmissão	(673.906)	-	(673.906)	(732.110)	-	(732.110)
Custo de operação						
Pessoal	(98.945)	(249.079)	(348.024)	(94.055)	(225.654)	(319.709)
Material	(3.370)	(6.888)	(10.258)	(3.995)	(6.641)	(10.636)
Combustíveis para a produção de energia	(176.425)	-	(176.425)	(362.811)	-	(362.811)
Serviço de terceiros	(28.056)	(67.051)	(95.107)	(24.730)	(62.289)	(87.019)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(9.691)	-	(9.691)	(12.055)	-	(12.055)
Depreciação e amortização	(34.283)	(19)	(34.302)	(36.359)	-	(36.359)
Taxa de Fiscalização da Aneel	(8.482)	(3.192)	(11.674)	(3.460)	(4.188)	(7.648)
Reversão contrato oneroso	10.681	(142.969)	(132.288)	1.343.129	(23.602)	1.319.527
Outras	60.895	(2.423)	58.472	62.353	(3.598)	58.755
	(1.307.932)	(471.621)	(1.779.553)	(484.131)	(325.972)	(810.103)
CUSTO DO SERV. PRESTADO A TERCEIROS	247	(1.530)	(1.283)	(260)	(1.627)	(1.887)
CUSTO DE CONSTRUÇÃO	(50.953)	(949.042)	(999.995)	(88.641)	(896.186)	(984.827)
LUCRO BRUTO	894.206	364.825	1.259.031	1.401.209	365.409	1.766.618
DESPESAS OPERACIONAIS	(571.974)	(1.319.506)	(1.891.480)	(720.765)	(866.807)	(1.587.572)
RESULTADO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	322.232	(954.681)	(632.449)	680.444	(501.398)	179.046
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL						
Ganhos em equivalência patrimonial	23.189	149.204	172.393	4.229	123.248	127.477
Perdas em equivalência patrimonial	(167.861)	(21.098)	(188.959)	(268.265)	(27.930)	(296.195)
	(144.672)	128.106	(16.566)	(264.036)	95.318	(168.718)
RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA						
Renda de aplicações financeiras	83.799	54.315	138.114	135.478	107.880	243.358
Variações monetárias e acréscimos moratórios - energia vendida	94.742	15.512	110.254	52.515	10.012	62.527
Outras variações monetárias ativas	795	2.131	2.926	890	2.187	3.077
Atualização de valores a receber - Lei nº 12.783/2013	(27.300)	(43.297)	(70.597)	336.011	89.661	425.672
Outras receitas financeiras	25.972	42.446	68.418	27.460	51.257	78.717
PIS/Pasep e Cofins	(185)	(101)	(286)	(19)	(17)	(36)
Encargos de dívidas	(36.320)	(107.051)	(143.371)	(32.335)	(99.161)	(131.496)
Variações monetárias sobre financiamentos e empréstimos	2	(883)	(881)	-	(682)	(682)
Outras variações monetárias passivas	(174)	(441)	(615)	(42)	(102)	(144)
Outras despesas financeiras	(20.323)	(17.610)	(37.933)	(18.554)	(12.709)	(31.263)
	121.008	(54.979)	66.029	501.404	148.326	649.730
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	298.568	(881.554)	(582.986)	917.812	(257.754)	660.058
Imposto de renda e contribuição social	(197)	107.191	106.994	(2.934.919)	1.156.923	(1.777.996)
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	298.371	(774.363)	(475.992)	(2.017.107)	899.169	(1.117.938)
Resultado atribuível aos acionistas controladores	298.499	(774.363)	(475.864)	(2.017.107)	899.169	(1.117.938)
Resultado atribuível aos acionistas não controladores	(128)	-	(128)	-	-	-
Lucro/Prejuízo básico por ação (R\$)	5,34	(13,85)	(8,51)	(36,08)	16,08	(20,00)
Lucro/Prejuízo diluído por ação (R\$)	5,34	(13,85)	(8,51)	(36,08)	16,08	(20,00)

44 - SEGUROS

Atualmente a Chesf possui três contratos de seguros cada um com período de duração de um ano e todos com início a partir de 30/04/2015, cujo objetivo é obter cobertura para os seus principais ativos, tais como imobilizado em serviço e almoxarifado. Para isso, esses ativos estão segurados por apólices também anuais, especificadas por modalidade de risco, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Apólices	Importâncias Seguradas	Prêmios Anuais
	- Riscos Nomeados: Incêndio, raio, explosão, danos elétricos, equipamentos eletrônicos	6.002.930
- Riscos aeronáuticos	42.325	195
- Transporte	173.680	215
	6.218.935	7.305

Para o Seguro de Riscos Nomeados são emitidas duas apólices, sendo uma para as Usinas e outra para as Subestações, relacionando os principais equipamentos com seus respectivos valores segurados e seus limites de indenização, além dos bens em almoxarifados. O seguro possui cobertura securitária básica para: incêndio, queda de raios e explosão de qualquer natureza, danos elétricos, riscos para equipamentos eletrônicos e informática.

Na importância segurada relativa ao seguro aeronáutico, além de R\$ 9.636 referentes a danos causados às aeronaves, estão incluídos R\$ 2.972 para responsabilidade civil e R\$ 29.717 para responsabilidade civil a 2º Risco, previsto no Código Brasileiro de Aeronáutica, que são coberturas contra danos causados a terceiros.

Para o seguro de transporte, a Companhia mantém apólices para garantir a movimentação de materiais nas modalidades terrestre, marítimo e aéreo nacionais, e marítimo e aéreo internacionais, mensalmente endossadas.

Na determinação da política de seguros e gerência de riscos são contempladas as localizações físicas, os riscos a que se expõem os bens e o custo/benefício.

45 - REMUNERAÇÃO DOS EMPREGADOS E ADMINISTRADORES

Tomando-se por base o mês de dezembro de 2015 e de acordo com a política salarial da Companhia, a maior e a menor remunerações mensais pagas a empregados foram de R\$ 56.644,26 e R\$ 1.705,31, respectivamente; o maior honorário atribuído a dirigentes correspondeu a R\$ 44.102,36. Tais remunerações são compostas de salários permanentes, gratificações e adicionais.

46 – MEIO AMBIENTE (não auditada)

São os seguintes os gastos efetivados pela Companhia, individualmente, de modo a atender aos seus compromissos com o meio ambiente:

Natureza dos Gastos	31/12/2015			31/12/2014
	Aplicação			Total
	Imobilizado	Resultado	Total	
Manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente	8.282	4.387	12.669	10.511
Preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	2.408	5.614	8.022	5.067
Educação ambiental para a comunidade	1.583	2.052	3.635	1.821
Outros projetos ambientais	177	2.405	2.582	1.131
Total	12.450	14.458	26.908	18.530

- *Manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente*, compreende os gastos com estudos, diagnósticos, levantamentos, planos de uso e programas de monitoramento, dentre outros, não contemplando as ações de recuperação ou mitigação de impacto ambiental.

- *Preservação e/ou recuperação de ambientes degradados*, compreende os gastos com execução de ações voltadas para preservar e/ou recuperar ambientes degradados com impactos já detectados, com uma ação de reparação em andamento, podendo se referir a ambientes aquáticos, terrestres ou atmosféricos.
- *Educação ambiental para a comunidade*, compreende os gastos com ações de educação e/ou capacitação para sustentabilidade, voltadas às comunidades impactadas pela implantação dos empreendimentos da Companhia.
- *Outros projetos ambientais*, compreende os gastos com as demais ações adotadas pela Companhia, tendo como objeto a preservação do meio ambiente.

A Companhia possui compromissos assumidos de gastos com o meio ambiente, no montante de R\$ 58.273, com previsão de desembolso de R\$ 47.442 para o exercício de 2016 e R\$ 10.831 a partir de 2017.

47 - TREINAMENTOS E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAL (não auditada)

A Chesf tem como política permanente a qualificação dos seus dirigentes e empregados, tendo apresentado no período os indicadores a seguir:

Indicadores	31/12/2015	31/12/2014
Empregados treinados	3.706	3.545
Homem/hora treinados	207.512	273.732
Média/hora treinamento	45	62
Índice de empregados treinados (%)	81	80
Força de trabalho treinada (%)	2	3
Investimento total (R\$ mil)	4.123	4.180
Valor médio investido por empregado (R\$ 1,00)	899	948

48 - REPACTUAÇÃO DO RISCO HIDROLÓGICO

As condições legais estabelecidas para o processo de repactuação do risco hidrológico tiveram os seguintes fatos motivadores decorrentes da redução da geração hidrelétrica do Sistema Interligado Nacional – SIN: a) Desde o último quadrimestre de 2012, o país enfrenta condições hidrológicas adversas que, somadas ao incremento de geração térmica com custos de operação elevado, obedecendo as decisões do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, resultaram em redução expressiva do GSF (fator de ajuste da garantia física das Usinas Hidrelétricas). b) A degradação do GSF afeta os agentes de geração hidrelétrica que possuem usinas participantes do MRE, reduzindo suas respectivas energias alocadas, conseqüentemente, os agentes que tiveram a sua energia reduzida em valores insuficiente para honrar seus contratos, ficaram expostos ao Preço de Liquidação de Diferenças - PLD no Mercado de Curto Prazo. Por outro lado, os agentes que estavam subcontratados, ao terem sua energia reduzida, deixaram de auferir parte dos créditos decorrentes da liquidação da sua energia no mercado de curto prazo c) A forte crise hídrica, associada a fatores outros considerados no despacho das usinas geradoras do sistema, fez com que os agentes de geração afetados recorressem à justiça a fim de se blindarem da perda econômica em virtude da degradação do GSF. d) Em junho, os reflexos das ações dos outros agentes impactaram significativamente na liquidação da Chesf. As ações judiciais chegaram ao ponto de suspender a liquidação do Mercado de Curto Prazo. Tal fato, corroborado por inúmeras manifestações de agentes do setor, fez com que a ANEEL deliberasse abertura de Audiência Pública 032/2015 para tratar do tema.

Como resultado desses movimentos, foi sancionada a Lei 13.203/2015, de 8 de dezembro de 2015, regulamentada pela Resolução ANEEL 684/2015, de 11 de dezembro de 2015. e) A Lei 13.203/2015, bem como a Resolução ANEEL 684/2015, estabelecem as condições para a repactuação do risco hidrológico pelos agentes que possuem usinas participantes do MRE com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015, mediante contrapartida dos agentes de geração hidrelétrica. Para a Chesf, não são elegíveis à repactuação as usinas cuja energia foi contratada em regime de cotas de acordo com a Lei 12.782/2013, que corresponde às usinas do Complexo de Paulo Afonso, Itaparica (Luiz Gonzaga), Xingó, Boa Esperança, Pedra e Funil, sendo elegíveis, portanto, as usinas de Curemas e

Sobradinho que possuem, respectivamente 1 MW médio e 531 MW médios de garantia física. A Chesf realizou uma avaliação da viabilidade de aderir ou não à repactuação proposta e concluiu que melhores resultados poderiam ser obtidos mediante a compra de lastro de energia de terceiros, o que levaria a custos menores para a Companhia, com riscos reduzidos. Com base nesses estudos, a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração da Chesf optaram pela não repactuação de risco hidrológico nas bases do disposto na Lei 13.203/2015 e na consequente regulamentação proposta pela Aneel.

COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL E DA DIRETORIA EXECUTIVA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Armando Casado de Araújo
Presidente

José Carlos de Miranda Farias
Conselheiro

Fernanda Cardoso Amado
Conselheiro

Altino Ventura Filho
Conselheiro

Virgínia Parente de Barros
Conselheira

José Hollanda Cavalcanti Júnior
Conselheiro

CONSELHO FISCAL

Pedro Gaudêncio de Castro
Presidente

Leandro Giacomazzo
Conselheiro

Marcelo Cruz
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

José Carlos de Miranda Farias
Diretor-Presidente

José Pedro de Alcântara Júnior
Diretor Econômico-Financeiro

Antônio Varejão de Godoy
Diretor de Engenharia e Construção

José Ailton de Lima
Diretor de Operação

Helder Rocha Falcão
Diretor Administrativo

SUPERINTENDÊNCIA DE EXECUÇÃO E CONTROLE ECONÔMICO-FINANCEIRO

Denilson Veronese da Costa
Superintendente
CRC-PB-004638/O-7 "S" PE – Contador

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao
Conselho de Administração e Acionistas da
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF
Recife - Pernambuco

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos - Lava Jato

Conforme mencionado na nota explicativa nº 4.17 (a), em conexão com os processos de investigação pelas autoridades públicas federais na operação conhecida como “Lava Jato” e seus desdobramentos, a Administração da Companhia tomou conhecimento, por meio de veiculação pela mídia ou de outra forma, da existência de supostos atos ilegais, dentre eles supostos pagamentos de propinas por administradores e ex-administradores de construtoras envolvidas em certos empreendimentos, a Funcionários e/ou Administradores e/ou Diretores de sua controladora a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras) e/ou suas investidas consolidadas e/ou avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

Em decorrência, a Eletrobras, conforme aprovado pelo seu Conselho de Administração, contratou empresa independente especializada para conduzir investigação relacionada ao assunto acima e eventuais descumprimentos de leis e regulamentos, no contexto da legislação do Brasil e dos Estados Unidos da América. Adicionalmente, a Eletrobras criou uma Comissão Independente para gestão e supervisão dos trabalhos de investigação em andamento, conduzidos pela empresa independente contratada.

Considerando que as ações relacionadas à investigação desses assuntos estão ainda em andamento, portanto, sem quaisquer resultados conclusivos, os possíveis impactos decorrentes da resolução final destes temas, sobre as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 não são conhecidos e não puderam ser estimados pela Companhia. Consequentemente, não nos foi possível determinar se havia a necessidade de ajustes ou divulgações em decorrência desses assuntos nas referidas demonstrações financeiras.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF em 31 de dezembro de 2015, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB.

Ênfase

Valores a receber sujeitos à aprovação do regulador

Conforme descrito nas notas explicativas nºs 1 e 2.3, a Companhia aceitou as condições de renovação antecipada das concessões previstas na Medida Provisória 579 (Lei nº 12.783/13), assinando em 4 de dezembro de 2012 os contratos de prorrogação das concessões afetadas.

Os saldos residuais dos ativos de transmissão, em 31 de maio de 2000, assim como os saldos residuais de geração hidráulica, em 31 de dezembro de 2012, exceto quanto aos respectivos projetos básicos, foram avaliados sob responsabilidade da Companhia e os respectivos laudos foram enviados à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para homologação, objetivando recebimento de indenização.

Em 31 de dezembro de 2015, os saldos residuais dos ativos de transmissão e geração citados acima, totalizam R\$ 1.187.029 mil e R\$ 487.822 mil, respectivamente, e foram determinados pela Companhia a partir de suas melhores estimativas e interpretação da legislação, podendo sofrer alterações até a homologação final e realização dos mesmos.

Continuidade operacional de empresas investidas

Conforme citado na nota explicativa nº 31.3, a Companhia mantém investimentos nas controladas em conjunto ESBR Participações S.A. e Norte Energia S.A., as quais vêm incorrendo em gastos significativos relacionados ao desenvolvimento dos projetos hidrelétricos da UHE Jirau (Rio Xingó) e UHE Belo Monte (Rio Madeira). Esses gastos, de acordo com as estimativas da Administração das investidas, deverão ser absorvidos pelas receitas futuras geradas pelos projetos. A conclusão das obras, e conseqüente início das operações, dependem da capacidade dessas investidas para continuar a obter os recursos necessários e/ou da manutenção do suporte financeiro por parte da Companhia e demais acionistas.

Adicionalmente, as investidas ESBR Participações S.A., Norte Energia S.A., Companhia Energética Sinop S.A. e as investidas que formam o Complexo Eólico Sento Sé III, Chapada do Piauí II Holding S.A., e Eólica Serra das Vacas Holding S.A., nas quais a Companhia participa com 20%, 15%, 24,5% e as demais investidas com 49%, respectivamente, apresentavam, em 31 de dezembro de 2015, capital circulante líquido negativo total no montante de R\$ 2.069.872 mil, porém não apresentam passivo a descoberto.

Nossa opinião não está ressalvada em função desses assuntos.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos no parágrafo "Base para opinião com ressalva" estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Recife, 28 de março de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC PE-000904/F-7

João Alberto da Silva Neto
Contador CRC RS-048980/O-0 T-CE

Danilo Siman Simões
Contador CRC 1MG058180/O-2 T-SP

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, considerando a Decisão da Diretoria Executiva de 28 de março de 2016, homologada pelo Conselho de Administração em 28 de março de 2016, analisou o **Relatório da Administração**, relativo ao Exercício de 2015, e, assistido pelo Superintendente de Execução e Controle Econômico-Financeiro da Companhia, Denilson Veronese da Costa e pelos Representantes da KPMG Auditores Independentes, analisou as **Demonstrações Financeiras** relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, compostas do Balanço Patrimonial, da Demonstração do Resultado de Exercício, da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, da Demonstração do Fluxo de Caixa, da Demonstração do Valor Adicionado, das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes emitido em 28 de março de 2016, que contém uma ressalva sobre “Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos – Lava Jato” e dois parágrafos de ênfase, intitulados: “Valores a Receber Sujeitos à Aprovação do Regulador” e “Continuidade Operacional de Empresas Investidas”.

Tendo em vista a Companhia ter registrado, no exercício de 2015, um prejuízo de R\$ 475,9 milhões, não foi proposta pela Administração a distribuição de dividendos, sendo o referido valor registrado na conta de Prejuízos Acumulados.

Desta forma, o Conselho Fiscal é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial, financeira e de gestão da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf e manifesta-se favorável à submissão dos referidos documentos à Assembleia Geral dos Acionistas, nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e das alterações introduzidas pela Legislação subsequente.

Recife, 28 de março de 2016.

Pedro Gaudêncio de Castro
Presidente

Leandro Giacomazzo
Conselheiro

Marcelo Cruz
Conselheiro

 Chesf	CORRESPONDÊNCIA INTERNA	CI/PR-035/2015
		Data: 21.07.2015
Destinatário: DA - FACHESF	Remetente: Diretor-Presidente	

Ref.: RA-AUD-20/2015, de 15.07.2015.

Encaminhamos anexo, para conhecimento e pronta referência de V.S.ª o Relatório de Auditoria Interna RA-AUD-20/2015, desta data, resultante dos trabalhos realizados na Fachesf, no segmento Investimentos, em cumprimento ao Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT/2015).

Lembramos o prazo de trinta dias para resposta, conforme determina a Decisão de Diretoria n.º DD-150/1989, de 25.09.1989.

Atenciosamente,



José Carlos de Miranda Farias
Diretor-Presidente

ADF
 Para providências
 Mozart Blandino Arnold
 Presidente
 Fachesf
 e.e. - ATP (Romulo) -

cc: AUD

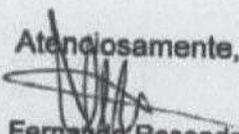
 Chesf	CORRESPONDÊNCIA INTERNA	CI-AUD-32/2015
		DATA: 15.07.2015
DESTINATÁRIO: DIRETOR-PRESIDENTE		REMETENTE: AUDITORIA INTERNA

Assunto: Relatório de Auditoria – RA-AUD-20/2015

Encaminhamos anexo, para conhecimento e pronta referência de V.S.a, o Relatório de Auditoria RA-AUD-20/2015, desta data, resultante dos trabalhos realizados na Fachesf, no segmento Investimentos, em cumprimento ao Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT/2015).

Solicitamos a V.S.a que o mencionado Relatório seja enviado à Diretoria Administrativa para conhecimento e à Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social (Fachesf) para as providências que se fizerem necessária, ao tempo em que recomendamos o encaminhamento das respostas no prazo de trinta dias, contados do seu recebimento.

Atenciosamente,


Fernando Rosendo
Chefe da Auditoria Interna

**Chesf****RELATÓRIO DE AUDITORIA**RA-AUD-20/2015
15.07.2015

Atividade: Investimentos

Local: Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social (Fachesf)

Introdução

Apresenta-se, a seguir, o resultado dos trabalhos de auditoria realizados na Fachesf, no segmento Investimentos, em cumprimento ao Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT/2015), desenvolvidos pelas auditoras Andréa Simão e Aurea Lopes.

Objetivos

Verificar se os critérios e os procedimentos utilizados para aplicação dos recursos garantidores dos planos de benefícios estão de acordo com a legislação aplicável, principalmente quanto à Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 3.792, de 24.09.2009, e suas alterações, às Políticas de Investimento da Fachesf aprovadas para o exercício de 2015, e aos normativos internos da Fachesf.

Certificar a implementação das recomendações feitas em trabalhos anteriores, realizados por esta Auditoria Interna sobre o tema, especificamente o Relatório de Auditoria RA-AUD-13/2012, de 10.05.2012.

Escopo

Para a realização dos trabalhos tomou-se como referência a posição dos investimentos da Fundação no mês de abril de 2015.

De acordo com a Resolução CMN nº 3.792, os recursos garantidores dos Planos de Benefícios podem ser alocados em seis segmentos de aplicação: Renda Fixa, Renda Variável, Investimentos Estruturados, Investimentos no Exterior, Imóveis e Operações com Participantes, obedecendo a critérios e limites pré-estabelecidos.

Em abril de 2015, os recursos garantidores dos planos de Benefício Definido (BD), Benefício Saldado (BS), Contribuição Definida (CD), Planos Fachesf Saúde e Fachesf Saúde Mais e do Plano de Gestão Administrativa (PGA) totalizavam aproximadamente R\$ 5,5 bilhões e estavam alocados nos 06 (seis) segmentos previstos.

Os quadros, a seguir, apresentam o total dos investimentos segregados por plano e por segmento de aplicação, em valores e em percentuais.

Valores dos Investimentos por Plano (R\$ milhões)						
Segmento de Aplicação	CD	BD	BS	PGA	Saúde/Saúde Mais	Acumulado
1. Renda Fixa	1.577,38	1.624,03	908,70	36,20	177,94	4.324,25
2. Renda Variável	214,60	282,49	122,46	0,00	0,00	619,55
3. Investimentos Estruturados	35,32	135,71	69,76	0,00	0,00	240,79
4. Investimentos no Exterior	20,87	0,00	0,00	0,00	0,00	20,87
5. Imóveis	4,54	31,11	0,00	0,00	0,00	35,65
6. Operações com Participantes	82,93	134,36	73,41	0,00	0,00	290,70
Totais:	1.935,64	2.207,69	1.174,33	36,20	177,94	5.531,80

Fonte: Dados fornecidos pela Fachesf. Valores correspondentes à posição de 30.04.2015.

Andréa Simão *Aurea Lopes*

Percentuais de Investimentos por Planos (%)						
Segmentos de Aplicação	CD	BD	BS	PGA	Saúde/Saúde Mais	Acumulado
1. Renda Fixa	81,49%	73,56%	77,38%	100,00%	100,00%	78,17%
2. Renda Variável	11,09%	12,80%	10,43%	0,00%	0,00%	11,20%
3. Investimentos Estruturados	1,82%	6,15%	5,94%	0,00%	0,00%	4,35%
4. Investimentos no Exterior	1,08%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,38%
5. Imóveis	0,23%	1,41%	0,00%	0,00%	0,00%	0,64%
6. Operações com Participantes	4,28%	6,09%	6,25%	0,00%	0,00%	5,26%
Totais:	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: Dados fornecidos pela Fachesf. Valores correspondentes à posição de 30.04.2015.

> Renda Fixa e Renda Variável

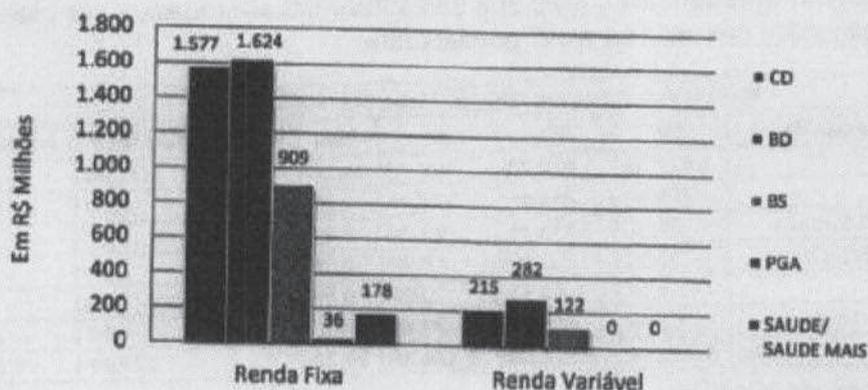
Com base nas planilhas de composição dos investimentos e nos extratos do custodiante, fornecidos pela Gerência de Investimentos (GI) da Fachesf, foram identificadas as aplicações nos segmentos de renda fixa e de renda variável que, em conjunto, representavam aproximadamente 89% do total investido pela Fundação.

A posição das aplicações nesses segmentos para o mês de referência (abr/2015) era a seguinte:

Segmentos de Aplicação	Alocação (R\$ milhões)
Renda Fixa	4.324,25
1 - Fundos de Renda Fixa	1.059,53
1.1 - Exclusivos	893,40
1.2 - Não Exclusivos	166,13
2 - Carteira de Crédito	77,63
2.1 - Fundos de Crédito	75,87
2.2 - Títulos Privados	1,77
3 - Títulos Públicos	3.187,09
Renda Variável	619,55
1 - Fundos com Gestão Interna	185,33
2 - Fundos com Gestão Externa	406,74
2.1 - Exclusivos	128,60
2.2 - Não Exclusivos	278,15
3 - Debêntures com Participação nos Lucros	27,48

Fonte: Dados fornecidos pela Fachesf. Valores correspondentes à posição de 30.04.2015.

O gráfico abaixo ilustra a distribuição destes valores entre os planos.



Handwritten signatures and initials.

Para a realização dos exames foram consideradas todas as aplicações da Fachesf nesses dois segmentos.

> Investimentos Estruturados

Este segmento é composto por Investimentos em Participações e em Fundo de Investimentos Imobiliários. De acordo com as planilhas e extratos fornecidos pela Fachesf, em abril de 2015 estavam alocados aproximadamente R\$ 241 milhões, distribuídos conforme indicado no quadro a seguir:

Segmentos de Aplicação	Alocação (R\$ milhões)
Investimentos Estruturados	240,79
1 - Investimentos em Participações	194,62
2 - Fundos de Investimentos Imobiliários - FI	46,17

Fonte: Dados fornecidos pela Fachesf. Valores correspondentes à posição de 30.04.2015.

Os exames levaram em conta a totalidade destes investimentos.

> Investimentos no Exterior

Este segmento é composto por Fundos de Investimentos no Exterior. De acordo com as planilhas e extratos fornecidos pela Fachesf, em abril de 2015 estavam alocados aproximadamente R\$ 21 milhões, distribuídos conforme indicado no quadro a seguir:

Segmentos de Aplicação	Patrimônio (R\$ milhões)
Investimentos no Exterior	20,87
1 - Fundos de Investimentos	20,87
BB MM Schroder Investimento no Exterior FI	7,07
BB MM BlackRock Investimento no Exterior FI	6,83
BB MM JP Morgan Investimento no Exterior FI	6,97

Fonte: Dados fornecidos pela Fachesf. Valores correspondentes à posição de 30.04.2015.

Os exames levaram em conta a totalidade destes investimentos.

> Imóveis

De acordo com o balancete de abril de 2015 e informações fornecidas pela Fachesf, verificou-se que a carteira de investimentos imobiliários da Fundação era composta pelos seguintes ativos:

Segmentos de Aplicação	Patrimônio (R\$ milhões)
Imóveis	35,65
1 - Aluguéis e Renda	19,72
1.1 - Para Renda	4,54
Empresarial Center - Sala 1201	2,27
Empresarial Center - Sala 1202	2,27
1.2 - Participação em Shopping	15,18
1ª Expansão Shopping Tacaruna	5,61
2ª Expansão Shopping Tacaruna	9,56
2 - Uso Próprio	15,93
Paissandu	15,47
Rio de Janeiro	0,46

Fonte: Dados fornecidos pela Fachesf. Valores correspondentes à posição de 30.04.2015.

Handwritten signatures and initials.

Atualmente nenhum dos imóveis destinados para locação está locado.

Para as verificações dos documentos de propriedade, da regularidade do recolhimento de tributos e de outras obrigações, dos contratos de locação existentes, dos laudos da última reavaliação realizada, bem como dos registros contábeis relacionados, foi considerada a totalidade do segmento.

> Operações com Participantes

De acordo com informações recebidas pela Fachesf existiam, em abril de 2015, 7.075 empréstimos concedidos aos participantes e assistidos da Chesf e da Fachesf, todos Pós-Fixados, nas modalidades com comprovação (educação, funeral e saúde) e sem comprovação. O quadro abaixo apresenta a distribuição destes empréstimos, por modalidade.

Modalidade Empréstimo	Quantidade	%	Saldo (R\$ mil)	%
Com comprovação	218	3,08%	245,46	0,09%
Educação	128	1,81%	144,84	0,05%
Funeral	5	0,07%	8,45	0,00%
Saúde	85	1,20%	92,18	0,03%
Sem comprovação	6.857	96,92%	288.086,43	99,91%
Total geral	7.075	100,00%	288.331,89¹	100,00%

Fonte: Dados fornecidos pela Fachesf. Valores correspondentes à posição de 30.04.2015.

A Fachesf, apesar da existência de permissão legal, mantém a sistemática de não conceder financiamentos imobiliários aos participantes e assistidos, conforme descrito no subitem 7.2.6 de sua Política de Investimento de 2015.

Com a finalidade de avaliar a consistência do Sistema de Empréstimos quanto aos cálculos das concessões, das prestações e dos saldos dos empréstimos, foram selecionados, aleatoriamente, 15 (quinze) empréstimos, dos 7.075 existentes em abril de 2015, abrangendo as duas modalidades, conforme detalhado no Anexo I.

Para os exames de créditos não recebidos, foi considerada a totalidade dos empréstimos concedidos.

Resultados

A **Consolidação de Auditoria CA-OS-17/2015, Anexo II**, parte integrante deste Relatório de Auditoria, apresenta as não conformidades detectadas na amostra selecionada, independentemente da sua relevância, materialidade ou impacto nas atividades dos órgãos envolvidos.

Considerando as manifestações das áreas, contempladas na referida Consolidação, estão destacados no presente Relatório, considerações gerais sobre os investimentos da Fundação e, de forma sintetizada, os itens pendentes de providências adicionais para solução definitiva das não conformidades apontadas.

¹ A diferença existente entre o valor indicado neste quadro (R\$ 288 milhões) e o valor constante do quadro "Valores dos Investimentos por Plano" (R\$ 290 milhões), apresentado no escopo deste relatório, foi justificada pela Fachesf como resultado de valores a receber referentes a descontos em folha ainda não repassados à Fachesf, do IOF a Recuperar e da provisão para devedores duvidosos.

1. Considerações Gerais

> Segregação dos Ativos por Plano de Benefício

Para atender à Política de Investimentos dos Planos CD, BD e BS, ao final de 2013 foi concluída a transferência de todas as ações das carteiras de renda variável, denominadas Carteira Fachesf, Carteira São Francisco e Carteira FGI, para novos fundos de investimentos, que foram denominados, respectivamente: Fachesf Estratégia Passiva FIA, Fachesf São Francisco HTE FIA e Fachesf Dividendos FIA.

As cotas virtuais de cada plano nas carteiras de renda variável foram transformadas em cotas reais nos fundos de investimentos, obedecendo aos percentuais de 51,87% para o Plano BD, 22,31% para o Plano BS e 25,82% para o Plano CD, atendendo ao definido na segregação dos ativos.

Em 2014 foram encerradas as Carteiras Fachesf e São Francisco.

Na Carteira FGI restam apenas valores a receber referentes a bloqueios judiciais, num total de aproximadamente R\$ 325 mil. O processo de segregação de ativos estará concluído com a liquidação desses valores a receber, que deverá ocorrer ao longo do exercício de 2015.

> Redução da cota dos Planos de Benefícios em 2013

Os Planos de Benefícios administrados pela Fachesf tiveram uma rentabilidade negativa em 2013. No Relatório Anual sobre o exercício de 2013 a Fachesf justificou essa rentabilidade como consequência do conturbado cenário nacional e internacional e da elevação das taxas de juros no Brasil, o que provocou uma forte desvalorização dos ativos, especialmente dos títulos públicos federais. Nesse período, cerca de 74% do patrimônio de investimento dos planos de benefício administrados pela Fachesf, estavam aplicados nesses títulos públicos federais, os quais estavam 100% marcados a mercado².

A rentabilidade foi negativa em 8,88% no Plano BD, 8,03% no Plano BS e 10,53% no Plano CD.

> Taxas de Juros Atuariais

O Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), órgão colegiado integrante da estrutura básica do Ministério da Previdência Social, responsável por regular as Entidades Fechadas de Previdência Complementar, determinou a redução nas taxas de juros atuariais a serem adotadas pelos planos de previdência do país. A Resolução CNPC nº 9, de 29.11.2012, alterou o item 4, do Regulamento Anexo à Resolução nº 18, de 28.03.2006, do Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC) que trata do assunto. Na Fachesf, a taxa máxima real de juros, que em 2013 foi de 6% ao ano, vem sendo reduzida em 0,25% ao ano com o objetivo de chegar a 4,5% em 2018 e exercícios seguintes. Para 2015 a taxa adotada pela Fachesf foi de 5,5%.

² Marcação a Mercado consiste em registrar todos os ativos para efeito de valorização e cálculo de cotas dos Fundos de Investimento, pelos respectivos preços negociados no mercado em casos de ativos líquidos ou quando este preço não é observável, por uma estimativa adequada de preço que o ativo teria em uma eventual negociação feita no mercado. O registro correto do preço destes ativos permite o cálculo mais preciso do valor das cotas dos fundos de investimento (disponível em <http://www.bnpparibas.com.br/v2/Asset/MaM.asp>).

A redução da taxa de juros da meta atuarial foi motivada pela trajetória de queda da taxa básica de juros no Brasil, observada a partir do segundo semestre de 2011. Ao diminuir a meta atuarial, as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (fundos de pensão) tornariam seus planos de benefício mais seguros do ponto de vista financeiro, uma vez que adotariam patamares de juros mais sustentáveis em suas projeções.

Em 19.11.2014, o CNPC publicou a Resolução nº 15 que substitui o método de redução gradual da meta atuarial de 6% para 4,5%, visando adequar o sistema novamente à realidade do mercado financeiro. Anualmente a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) passará a divulgar uma tabela com as médias das NTN-Bs³, que serão utilizadas de acordo com a "duration" (prazo médio do valor presente do fluxo de obrigação) de cada plano de benefícios.

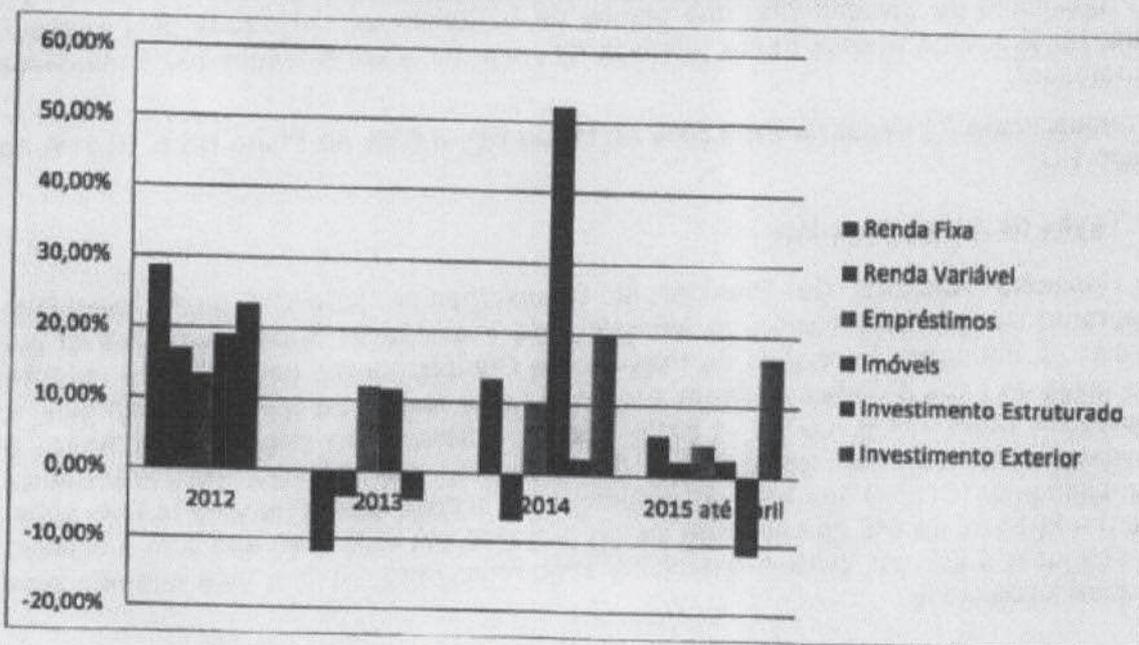
A medida começou a valer a partir de janeiro de 2015, mas poderia ser adotada pelos fundos de pensão e aplicada já a partir de novembro de 2014, caso a entidade preferisse dessa forma.

No caso da Fachesf, optou-se por manter a redução prevista anteriormente, de 5,75% para 5,5%, tendo em vista que a Entidade já estava preparada para exercer essa alteração.

Na próxima política de investimento que passará a vigorar a partir do exercício de 2016 a Fachesf poderá adotar diferentes taxas de metas atuariais para cada plano.

Nos gráficos a seguir apresentam-se: *i)* a rentabilidade anual por segmento nos últimos anos; e *ii)* a rentabilidade acumulada do total dos investimentos da Fachesf.

Rentabilidade Anual dos Investimentos

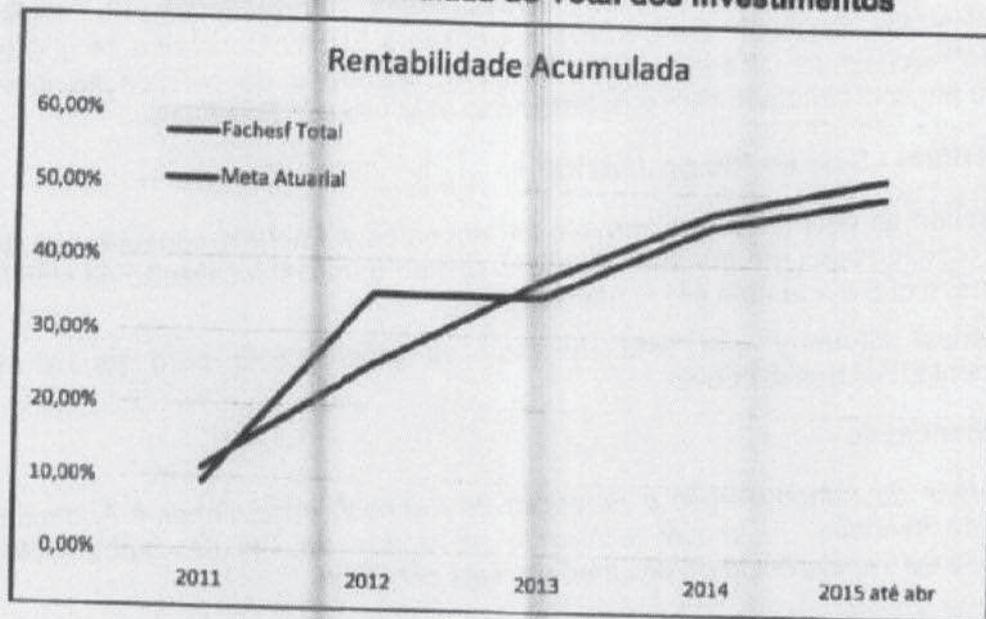


Fonte: Dados fornecidos pela Gerência de Investimentos (FGI). Elaboração própria.

³ As Notas do Tesouro Nacional série B (NTN-B) são títulos com rentabilidade vinculada à variação do IPCA, acrescida de juros definidos no momento da compra.

[Assinatura]

Rentabilidade Acumulada do Total dos Investimentos



Fonte: Dados fornecidos pela Gerência de Investimentos (FGI).

Obs. Meta Atuarial - até dez/2013: IGPM + 6% a.a.; de jan/2014 até dez/2014: IGPM + 5,75% a.a.; A partir de jan/2015: IGPM + 5,50% a.a. (para o plano CD esse valor tem sido adotado como objetivo de rentabilidade).

> Imóveis

Em 2015 os imóveis da Paissandu e Bom Bosco foram lembrados e atualmente são considerados como um único imóvel, Paissandu.

A última reavaliação dos imóveis da Fachesf foi realizada em 2014 e a periodicidade de realização a partir de 2014 será anual. Os imóveis foram avaliados pelo valor de mercado e o resultado das reavaliações foi devidamente contabilizado.

Todos os imóveis estão assegurados. Para as salas do Empresarial Center e o imóvel no Rio de Janeiro, o seguro está incluso no valor do condomínio. Para o imóvel do Paissandu foi apresentada a apólice do Seguro.

Com base no número de inscrição dos imóveis foram realizadas consultas nas prefeituras e na União para verificar se existiam valores em atraso, não tendo sido identificadas dívidas relacionadas aos imóveis.

Atualmente, as salas do Empresarial Center, que são destinadas para locação, estão desocupadas. Os contratos referentes às duas salas foram encerrados em 04.09.2013 e 04.05.2015.

> Certificado de Qualificação Técnica

O Art. 8º da Resolução CMN nº 3.792 estabelece que: "A aplicação dos recursos dos planos da EFPC requer que seus administradores e demais participantes do processo decisório dos investimentos sejam certificados por entidade de reconhecida capacidade técnica".

A Fundação iniciou em agosto de 2010, o processo de Certificação dos seus Dirigentes e Profissionais envolvidos nos processos decisórios de investimentos, que abrange a

Diretoria Executiva, Comitê de Investimentos, Profissionais da Gerência de Investimentos, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal. Constatou-se que o número de profissionais certificados, assim como o calendário de certificação dos demais, estava em conformidade com o determinado pela referida Resolução.

2. Escritura - Sala no Rio de Janeiro

Analisando as escrituras dos imóveis pertencentes à Fachesf constatou-se que todos estão regularizados em nome da Fachesf, exceto o imóvel localizado na cidade do Rio de Janeiro que ainda está em nome da Chesf.

A Fachesf informou que está tomando as providências para regularização do documento final desse imóvel.

Recomendação

À *Diretoria de Administração e Finanças da Fachesf*: encaminhar à Auditoria Interna cópia da escritura do imóvel localizado na cidade do Rio de Janeiro, tão logo o processo de transferência de propriedade seja concluído.

3. Empréstimos – Cota de Quitação por Morte

A partir de 12.01.2011, pela edição das Resoluções Fachesf nºs 01 e 02/2011, as taxas referentes à cota de quitação por morte poderiam ser alteradas a qualquer tempo, desde que estudo atuarial assim o recomendasse.

Nos empréstimos analisados foi evidenciado que para as matrículas 060.976, 062.111, 053.732, 107.182, 090.476 e 160.229 nem sempre essas taxas foram atualizadas.

Foi solicitado à Fachesf informar se as alterações das taxas referentes à cota de quitação por morte incidiriam apenas para os empréstimos firmados a partir da edição da Resolução nº 01/2011.

Manifestação do Auditado

A Fachesf informou que devem ser adotados os critérios da Resolução, independente da data de concessão do empréstimo, e que todos os empréstimos que estão em andamento estão com suas taxas sendo ajustadas às Resoluções Fachesf nºs 01 e 02/2014, atualmente vigentes.

Posicionamento da Auditoria

Resposta parcialmente satisfatória.

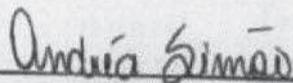
Justificativa: a resposta será considerada satisfatória quando da conclusão da alteração das taxas de cota de quitação por morte dos empréstimos em andamento.

Recomendação

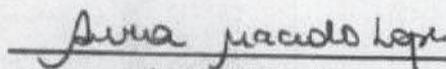
À *Diretoria de Benefícios da Fachesf*: informar a esta Auditoria Interna quando for concluída a atualização das taxas de cota de quitação por morte, indicando o quantitativo de empréstimos abrangidos por essa atualização.

4. Certificação do RA-AUD-13/2012, de 10.05.2012.

O Relatório de Auditoria RA-AUD-13/2012 emitiu sete recomendações, destas apenas uma necessitava ser certificada. Após as considerações recebidas da área auditada, essa recomendação foi considerada atendida, não restando, providências adicionais a serem executadas.



Andréa Simão
Mat.: 224.790



Aurea Macedo
Mat.: 236.950

De acordo:



Fernando Rosendo
Auditoria Interna

Anexo I

Matrícula	Tipo de Empréstimo	Capital (R\$)	Saldo Atual (R\$)
011207	Empréstimo sem Comprovação	30.850,84	65.141,00
060976	Empréstimo sem Comprovação	84.068,06	113.609,31
053732	Empréstimo sem Comprovação	25.563,46	36.167,47
115614	Empréstimo sem Comprovação	79.986,83	89.579,30
092118	Empréstimo sem Comprovação	292.988,72	290.914,51
107182	Empréstimo sem Comprovação	66.815,56	64.026,15
110914	Empréstimo sem Comprovação	304.318,78	298.493,90
090476	Empréstimo sem Comprovação	179.470,85	153.718,60
160229	Empréstimo sem Comprovação	337.497,54	255.042,56
116017	Empréstimo sem Comprovação	330.422,50	183.796,40
062111	Saúde	16.890,65	3.072,03
114065	Saúde	5.434,78	2.296,15
168530	Funeral	2.015,56	1.982,14
187097	Educação	2.027,38	1.722,19
005550	Educação	2.025,51	1.559,78

h D. A. S.

CONSOLIDAÇÃO DE AUDITORIA	CA-OS-17/2015 07.07.2015
Atividade: Investimentos Fachesf	
Relatório de Auditoria - RA-AUD-20/2015	

Pontos de Auditoria**1. Certificação do RA-AUD-13/2012, de 10.05.2012 (SA-17/2015-02)**

Com vistas a certificar o item 3 do Relatório de Auditoria RA-AUD-13/2012, referente à cobrança de multa e juros devidos ao pagamento em atraso dos aluguéis nos contratos de locação firmados entre a Fachesf e a Chesf, recomendou-se que fosse efetuada a cobrança dos valores de multa e juros devidos, encaminhando cópia dos comprovantes a esta Auditoria. Por meio da Carta PR-081/2012, de 18.06.2012, a Fachesf informou que os valores relativos aos atrasos foram encaminhados à DFTG e ao DSG para análise.

Diante do exposto, informar se os referidos valores foram analisados pela Chesf e pagos à Fachesf.

Manifestação do Auditado

Foi apresentada documentação comprobatória do recebimento no valor de R\$ 118.440,48 referente à cobrança dos valores de multas e juros devidos pelo atraso do pagamento dos aluguéis nos contratos de locação firmados entre a Fachesf e a Chesf.

Posicionamento dos Auditores

Resposta satisfatória.

2. Investimento Plano CD (SA-17/2015-05)

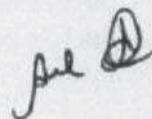
De acordo com a tabela "Limites de Alocação" constante da Política de Investimento, o limite inferior para aplicação no segmento Investimentos Estruturados seria em torno de 2%. Na Planilha de Rentabilidade, referente a abril/2015, o percentual apresentado foi de 1,82%. Embora a diferença não seja significativa e sabendo que, eventualmente, tais limites podem ser ultrapassados em situações específicas do mercado, solicitou-se informar os motivos que ensejaram essa variação.

Manifestação do Auditado

Resposta encaminhada pela Fachesf por e-mail, de 29.05.2015, informando que:

"Segundo a Política de Investimentos do Plano CD o Limite Inferior é em torno de 2%, portanto consideramos que a alocação verificada de 1,82% está compatível com a PI e que essa diferença não acarretará nenhum prejuízo ao Plano, nem fere os limites estabelecidos na Resolução CMN 3.792/2009.

A baixa alocação de recursos no segmento de investimentos estruturados do Plano CD ocorreu basicamente devido a dois motivos:



- Os fundos de investimentos em participações e os fundos de investimentos em empresas emergentes normalmente não são precificados a valor de mercado o que dificulta a alocação no Plano CD cujos ativos devem obedecer a este critério de precificação; e
- Falta de oportunidades de investimentos em fundos de investimentos imobiliários com características de risco e expectativa de retorno condizentes com as necessidades atuariais do Plano CD."

Posicionamento dos Auditores

Resposta satisfatória.

3. Debêntures (SA-17/2015-05)

De acordo com a Carta Fachesf FGI-002/2012, de 12.03.2012, foi informado que o Banco Itaú iria providenciar a parametrização do sistema para classificar as debêntures com participação dos lucros referente às empresas Tacaruna e Vale como renda variável. Entretanto, observando os demonstrativos relativos de abril/2015, verificou-se que as referidas debêntures continuam classificadas como renda fixa. Solicita-se manifestação quanto ao assunto.

Manifestação do Auditado

Resposta encaminhada pela Fachesf por e-mail, de 29.05.2015, informando que:

"Conforme explicado pelo Banco Itaú, custodiante da Fachesf, para o mercado financeiro, as debêntures são classificadas no segmento de renda fixa. A classificação das debêntures com participação nos lucros no segmento de renda variável é um caso específico das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPCs, em cumprimento ao que estabelece a Resolução CMN 3.792/2009. Após analisar a situação o Banco Itaú informou que não foi possível realizar a parametrização do sistema para classificar tais debêntures como renda variável, por ser uma situação específica das EFPCs, por possuir clientes de vários segmentos empresariais, além de ter que seguir a padronização do mercado financeiro."

Posicionamento dos Auditores

Resposta satisfatória.

4. Investimento PGA (SA-17/2015-05)

De acordo com a tabela "Limites de Alocação", constante da Política de Investimento, a Alocação Estratégica indica aplicação do percentual de 100% no segmento de renda fixa. Entretanto, a mesma tabela apresenta o Limite Inferior de 85% para o mesmo segmento, não existindo outros percentuais para os demais segmentos. Solicita-se manifestação quanto ao assunto.

Manifestação do Auditado

Resposta encaminhada pela Fachesf por e-mail, de 29.05.2015, informando que:

"A estratégia definida para o Plano PGA é de alocação de 100% no segmento de Renda Fixa, podendo haver alocação de recursos em outro segmento de aplicação dependendo das condições de mercado, como por exemplo em debêntures com participação nos lucros, do segmento de Renda Variável. Assim sendo, na tabela

Paulo

Limites de Alocação da PI deveria constar um limite máximo de 15% em outros segmentos. Essa correção será feita na próxima revisão da Política de Investimentos do Plano."

Posicionamento dos Auditores

Resposta satisfatória. Entretanto, será verificado na próxima auditoria se na política de investimento os percentuais dos limites de investimentos foram atualizados.

5. Fundo Ennesa FIA (SA-17/2015-05)

Verificamos que na Planilha de Rentabilidade referente a abril/2015, o fundo de investimento Ennesa FIA está classificado no segmento de Investimentos Estruturados, em divergência ao Relatório do Custodiante, onde o referido fundo está classificado no segmento de Renda Variável.

Manifestação do Auditado

Resposta encaminhada pela Fachesf por e-mail, de 29.05.2015, informando que:

"O Fundo Ennesa FIA foi criado para ser um veículo de investimentos em companhias abertas participantes do leilão de privatização da Companhia Energética do Rio Grande do Norte S.A. – COSERN, tendo características de investimentos em participações. Assim apesar do Ennesa ser um fundo de investimentos em ações, do segmento de Renda Variável, gerencialmente é tratado como investimentos em participações, razão pela qual encontra-se, na Planilha de Rentabilidade, no segmento de Investimentos Estruturados. Salientamos que na época em que foi criado o Ennesa FIA não existiam ainda o segmento de Investimentos Estruturados nem os Fundos de Investimentos em Participações – FIPs.

O Ennesa FIA é constituído como um fundo de investimentos em ações portanto, para o custodiante, deve ser classificado no segmento de renda variável"

Posicionamento dos Auditores

Resposta satisfatória.

6. Relatório de Fiscalização da Previc (SA-17/2015-07)

Após análise da resposta da Fachesf ao Relatório de Fiscalização da Previc, solicitou-se:

- a) Informar se o novo contrato de dívida com a Chesf já foi elaborado. Em caso positivo, disponibilizar uma cópia (item 3.1.4 do relatório);
- b) Informar se a resposta do Presidente do Conselho Fiscal foi enviada à Previc. Em caso positivo, disponibilizar uma cópia (item 3.2.4 do relatório);
- c) Informar se os critérios para seleção e avaliação de Fundos de Investimento Não Convencionais já foram definidos. Em caso positivo, disponibilizar uma cópia (item 3.4.4 do relatório);
- d) Informar se já foram definidos os limites e alçadas para investimentos em bolsa. Em caso positivo, disponibilizar uma cópia (item 3.4.4 do relatório);

Manifestação do Auditado

- a) Foi apresentado o novo contrato de dívida com a Chesf;

- b) Foi apresentada cópia da correspondência ASG/CF-039/2014, de 30.05.2014, com a resposta do Presidente do Conselho Fiscal à Previc;
- c) e d) Foi apresentada cópia da Ata de Reunião do Comitê de Investimento nº 30/2014, de 30.09.2014, onde consta a aprovação dos critérios para seleção e avaliação de Fundos de Investimento Não Convencionais e a definição dos limites e alçadas para investimentos em bolsa.

Posicionamento dos Auditores

Respostas satisfatórias.

7. Atas de Reunião do Comitê de Investimentos (SA-17/2015-08)

Após análise das Atas de Reunião do Comitê de Investimentos, realizadas no período de dezembro/2014 a fevereiro/2015, solicitou-se:

- a) Disponibilizar documento que comprove que os Gestores de fundos que obtiveram resultados abaixo do esperado foram alertados para a possibilidade de realização de resgates ou substituições, após a avaliação final do ano de 2014, quando aplicável, em atendimento à decisão constante no item 2.2 da Ata nº 01/2015;
- b) Disponibilizar documento que comprove que os Gestores dos fundos Fator Sinergia IV e BB Milênio 33 foram alertados sobre o descumprimento de acordos do 1º semestre de 2014, em atendimento à decisão constante no item 2.2 da Ata nº 01/2015.

Manifestação do Auditado

A Fachesf apresentou os e-mails encaminhados aos Gestores dos Fundos, comprovando que os mesmos foram alertados.

Posicionamento dos Auditores

Respostas satisfatórias.

8. Certificado de Qualificação Técnica (SA-17/2015-10)

Após análise dos certificados de qualificação técnica dos membros da Diretoria Executiva, Comitê de Investimentos, Conselhos Fiscal e Deliberativo de Profissionais da Gerência de Investimentos, verificou-se que o certificado em nome do Sr. Luiz da Penha Souza da Silva (Gerente de Investimentos) foi emitido em 31.03.2005. O parágrafo terceiro do artigo 8º da Resolução 3.792, dispõe que a certificação prevista no *caput* deve ser renovada em periodicidade não superior a 04 anos, contados da data da última certificação.

Manifestação do Auditado

Em resposta a Fachesf encaminhou e-mail, de 29.05.2015, informando que a certificação de Luiz da Penha, gerente de Investimentos, foi renovada pela APIMEC em 09.12.2011, com validade até 30.12.2016, conforme comprovante apresentado. Portanto dentro do prazo de 04 anos conforme exigência da Resolução CMN nº 3.792/2009.

Assinatura
 Nome
 Cargo
 Data
 Hora

Assinatura

Posicionamento dos Auditores

Resposta satisfatória.

9. Empréstimos em atraso (SA-17/2015-11)

Analisando a Planilha de empréstimos em andamento, identificou-se a existência de 51 empréstimos constantes do quadro a seguir que não tiveram amortizações mensais ou extras realizadas em abril/2015. Solicitou-se informar quais as providências adotadas pela Fachesf quanto a esses atrasos.

Patr.	Matrícula	Patr.	Matrícula	Patr.	Matrícula
1	1830	1	68756	1	196215
1	4030	1	87114	1	204811
1	8656	1	93270	1	215856
1	9490	1	93513	1	215856
1	20591	1	97004	1	220019
1	26417	1	97527	1	220760
1	28231	1	98345	1	221031
1	29335	1	106259	1	221570
1	31054	1	106267	1	223298
1	31631	1	118745	1	227056
1	32174	1	151076	1	228028
1	41157	1	164712	1	233498
1	45098	1	164780	2	35
1	46728	1	166022	2	35
1	53058	1	180190	2	133
1	60593	1	184799	2	237
1	66907	1	190624	2	246

1. Patrocinador Chesf 2. Patrocinador Fachesf

Manifestação do Auditado

Em 02.06.2015 a Fachesf informou o que segue quanto aos empréstimos das matrículas:

Matrículas	Providências Adotadas
1830, 9490, 20591, 31054, 32174, 66907 e 118745	Liquidaram o empréstimo no mês de maio de 2015
4030, 29335, 31631, 46728, 53058, 106259, 106267, 204811, 220019, 221570 e 35	Processo jurídico
26417, 87114, 93513, 97004, 164780, 166022, 180190, 215856, 223298 e 246	Foram enviados boletos bancários
184799, 190624, 220760, 98345, 227056 e 233498	Enviado boleto bancário, voltou a normalidade em maio
133 e 237	Pagaram a parcela de abril em maio, via boleto bancário
97527	Situação normal, enviado boleto bancário insuficiência de líquido na Folha de pagamento
8656	Enviado carta BGM-1072/2014 e continuamos enviando boleto bancário
28231	Enviado carta BGM-260/2015 e continuamos enviando boleto bancário
41157	Enviado carta BGM-887/2014 e continuamos enviando boleto bancário
45098	Enviado carta BGM-348/2014 e continuamos enviando boleto bancário
60593	Enviado carta BGM-351/2014 e 971/2013 e continuamos enviando
68756	Enviado carta BGM-261/2015 e continuamos enviando boleto bancário
9270	Enviado carta BGM-513/2014 e continuamos enviando boleto bancário
151076	Pagou empréstimo no dia 30.04.2015, via boleto bancário. A baixa só foi feita no primeiro dia útil do mês de maio de 2015.

154712	Enviado carta BGM-585/2014 e continuamos enviando boleto bancário
196215	Enviado carta BGM-585/2015 e continuamos enviando boleto bancário
221031	Enviado carta BGM-349/2014 e continuamos enviando boleto bancário
228028	Liquidou o débito através de reserva de poupança

Posicionamento dos Auditores

Resposta satisfatória.

10. Laudo de Avaliação - Imóveis (SA-17/2015-13)

Após análise do Laudo de Avaliação das salas comerciais do Edifício Paraná, localizado na cidade do Rio de Janeiro, elaborado pela empresa Avalor Engenharia de Avaliações, verificamos que na página 10 do referido laudo, onde consta os "Detalhes do Mapa de Localização" e "Detalhe Satélite" o endereço destacado na imagem é da Rua Padre Carapuzeiro, no bairro de Boa Viagem, cidade de Recife.

Manifestação do Auditado

Em 25.05.2015 a Fachesf encaminhou por e-mail novo Laudo de Avaliação das Salas comerciais do Edifício Paraná com as imagens de "Detalhes do Mapa de Localização" e "Detalhe Satélite" corrigidas.

Posicionamento dos Auditores

Resposta satisfatória.

11. Alíquota de Cota de Quitação por Morte – QQM (SA-17/2015-14 e SA-17/2015-05)

Analisando os extratos dos empréstimos solicitou-se manifestação da Fachesf quanto ao que segue:

- a) De acordo com a alínea "c" do item "13" da Resolução nº01/2011, de 12.01.2011, no que se refere às taxas referentes à cota de quitação por morte, diz: "...poderão ser alteradas a qualquer tempo, desde que estudo atuarial assim o recomende". Essas alterações incidirão apenas para empréstimos firmados a partir desta data? Os empréstimos firmados anteriormente, porém ainda vigentes neste período, terão suas taxas atualizadas? A cada nova resolução com alteração na taxa, os empréstimos terão suas taxas atualizadas?
- b) Analisando o extrato do empréstimo da matrícula 60.976-1 verificamos que a taxa de Cota de Quitação por Morte foi atualizada pelo Índice da resolução de 2012, porém não foi atualizada pelo índice apresentado da resolução de 2013 que permaneceu na resolução de 2014. Conforme pode ser visto no quadro a seguir:

Mês	Saldo Anterior	Encargos	IOF	QQM	% QQM
set/11	84068,06	790,24	208,75	224,83	0,002643
mar/12	85249,06	375,1	210,64	262,74	0,003061
abr/13	90914,24	645,49	225,24	280,95	0,003061
mar/14	100225,16	861,94	248,67	310,19	0,003061

- c) Analisando o extrato do empréstimo da matrícula 62.111-0 verificamos que a taxa de Cota de Quitação por Morte não foi atualizada pelo Índice da resolução

de 2013 que permaneceu na resolução de 2014. Conforme pode ser visto no quadro a seguir:

Cálculo Verificação QQM de acordo com o Demonstrativo - matrícula 62.111					
Mês	Saldo Anterior	Encargos	IOF	QQM	% QQM
abr/12	16890,65	157,08	34,78	52,29	0,003061
abr/13	13931,85	98,92	28,62	43,04	0,003061
mar/14	9427,73	209,3	19,66	29,56	0,003061

- d) Analisando o extrato dos empréstimos das matrículas 53.732, 107.182, 90.476 e 160.229 também se verificou que as taxas de Cota de Quitação por Morte não foram atualizadas pelo índice apresentado quando da sua alteração nas resoluções posteriores.

Manifestação do Auditado

Em 22.06.2015 a Fachesf informou que deve ser adotada a nova taxa constante da Resolução, independente da data de concessão do empréstimo.

As taxas estão sendo ajustadas de acordo com as Resoluções de 2014 para todos os empréstimos que estão em andamento.

Posicionamento dos Auditores

Resposta parcialmente satisfatória.

Justificativa: a resposta será considerada satisfatória quando da conclusão da alteração das taxas de cota de quitação por morte.

12. Redução do valor das parcelas dos empréstimos (SA-17/2015-14)

Analisando os extratos de empréstimos das matrículas 60.976, 53.732 e 107.182, verificamos que houve uma redução expressiva no valor das parcelas e, conseqüentemente, um acréscimo no saldo devedor, pois o valor da parcela não chega a ser suficiente para cobrir o valor de taxas e juros incidentes sobre o saldo devedor. Solicitamos informar como a Fachesf acompanha esses casos e quais as providências adotadas.

Manifestação do Auditado

A Fachesf informou que esse fato ocorre quando há redução da remuneração, de ativo para aposentado. Foi elaborada a instrução 03/2015, aprovada pelas áreas envolvidas, para tratar desses casos e outras inadimplências.

Em maio/2015 existiam 62 participantes que tiveram redução do valor da prestação, esse quantitativo representa aproximadamente 1,19% do saldo devedor de R\$ 290.986.278,06.

Posicionamento dos Auditores

Resposta satisfatória.

Andréa Simão

Andréa Simão
Mat.: 224.790

Aurea M. Lopes

Aurea Macedo
Mat.: 236.950

PR – 100/2015

Recife, 27 de agosto de 2015

Ilmo. Sr.
José Carlos de Miranda Farias
Diretor Presidente
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – CHESF

Assunto: Relatório de Auditoria RA AUD-020/2015, de 15.07.2015.

Ref.: Correspondência Chesf CI/PR-035/2015, de 21.07.2015.

Prezado Senhor,

Fazendo referência a Vossa correspondência, recebida nesta Fundação em 07.08.2015 e em resposta às recomendações contidas no RA AUD-020/2015, no segmento de investimentos da Fachesf, temos a comentar:

Item 2. Escritura - Sala no Rio de Janeiro – pág. 8.

Recomendação:

À Diretoria de Administração e Finanças da Fachesf: encaminhar à Auditoria Interna cópia da escritura do imóvel localizado na cidade do Rio de Janeiro, tão logo o processo de transferência de propriedade seja concluído.

➤ *Resposta da Fachesf ao Item 2:*

Tão logo o processo de transferência de propriedade do referido imóvel seja concluído, enviaremos cópia da escritura à Auditoria Interna da Chesf.

Item 3. Empréstimos – Cota de Quitação por Morte – pág. 8.

Recomendação:

À Diretoria de Benefícios da Fachesf: informar a esta Auditoria interna quando for concluída a atualização das taxas de cota de quitação por morte, indicando o quantitativo de empréstimos abrangidos por essa atualização.

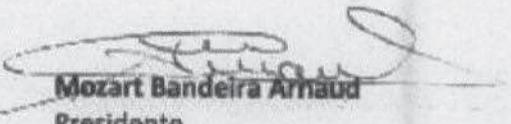


➤ Resposta da Fachesf ao Item 3:

Informamos que a partir de junho de 2015 foi concluída a atualização das taxas de cota de quitação por morte (nova taxa de QQM), nos seguintes quantitativos por Plano: **Plano de Benefícios Definido (BD) – 918 e Plano Saldado de Benefícios (BS) – 325.**

Atendendo o prazo de trinta dias para resposta, conforme determina a Decisão de Diretoria nº DD-150/1989, de 25.09.1989.

Atenciosamente,



Mozart Bandeira Arnaud
Presidente

c.c: AUD-CHESF